



CONGRESSO DA OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA

ESTABELECIDAS AS CONCLUSÕES

SOBRE A SEGURANÇA SOCIAL E SAÚDE

AVEIRO — Terminaram esta madrugada, no salão principal do Cine-Teatro Avenida, as discussões relativas ao tema «Segurança Social e Saúde», um dos mais candentes — se é que é lícito estabelecer prioridades — do Congresso da Oposição Democrática.

O microfone passou de mão em mão, permitindo às últimas

intervenção sobre o assunto, cujas conclusões estavam próximas de ser estabelecidas. Na mesa presidia o sr. Ramon de La Fera.

Pouco a pouco foram sendo definidos os pontos que ficariam contidos nas conclusões. Cerca de uma hora da madrugada a discussão terminava, para hoje, de manhã se iniciar

o debate, no mesmo local, do tema «desenvolvimento económico e social».

PROBLEMAS DA MEDICINA

No início das conclusões assinala-se que «a evolução da medicina tem correspondido inteiramente à evolução social,

económica e política do regime. O conceito mítico, dominador e altamente conservador da medicina em Portugal, começa a ter que coexistir com uma medicina de massas, em que cada vez mais médicos se encontram na condição de assalariados.

Depois de se referir à inexistência de uma autêntica política de saúde em Portugal, orientada para a procura de soluções que levem à melhoria do nível sanitário do País, verifica-se que «o poder de compra médio do português é diminuído e condiciona as situações de insalubridade das localidades e a falta de higiene alimentar e de vestuário». Paralelamente, o analfabetismo favorece o fracasso da educação sanitária, «inexistente na maioria das escolas».

Continua na pág. 3



«Encerrado para obras» — é a informação que, desde ontem, dão os dois soldados da G. N. R. que guardam o Parque de Campismo de Aveiro, onde muita gente contava pernoitar amanhã à noite, já que está esgotada a lotação de hotéis e pensões na cidade



Um aspecto da reunião em que foram aprovadas as conclusões sobre «Segurança Social e Saúde»

Caso Watergate

O CHEFE DO FBI DESISTE DO CARGO

O «caso Watergate» fez a sua primeira vítima: Patrick Gray desistiu ontem da sua candidatura ao cargo de director do FBI (a Polícia federal dos Estados Unidos). O anúncio da decisão, que não

constituiu surpresa para muitos observadores, veio da «Casa Branca do Oeste», em San Clemente. O presidente declarou, num comunicado, que aceitara «com pesar» a desistência da candidatura. Em

Washington, Gray, ocupava o cargo de director interino do FBI desde a morte de J. Edgar Hoover em Maio de 1972, divulgou uma declaração de renúncia. A sua nomeação definitiva para o cargo deparou com grandes dificuldades no Senado, onde a comissão que trata dos assuntos judiciais promoveu um profundo inquérito às actividades do candidato no «caso Watergate», designação por que é conhecido o caso da intrusão de pessoas relacionadas com a Casa Branca, o FBI e a CIA na sede do Partido Democrático para espiar as actividades eleitorais dos adversários de Nixon. Segundo um senador, Gray foi submetido a fortes pressões, por parte de homens da Casa Branca, para não aprofundar as investigações em volta do escandaloso caso. (FP/DL).

SUPLEMENTO DE ANIVERSÁRIO

O «Diário de Lisboa» publica amanhã um suplemento especial de aniversário, em que colaboram Calvet de Magalhães, Maria Judite de Carvalho, Fernando Dacosta, Fernando Correia, Manuel Geraldo, Rogério Vidigal, Jorge Fernandes, Urbano Tavares Rodrigues, César Borge, César dos Santos, Torquato da Luz, Fernanda Mestrinho, Regina Louro, A. Villaverde Cabral, Eugénio Alves, Maria Aurora, Manuel de Azevedo, Veiga Pereira, Nuno Vieira e Pedro Martins da Silva.

Não haverá divergências no próximo acto eleitoral

-PREVÊ O DR. SOTTOMAYOR CARDIA

— Penso que as divergências entre a C. E. U. D. e a C. D. E. estarão ultrapassadas

— afirmou-nos o dr. Mário Sottomayor Cardia, referindo-se a diversos aspectos do Congresso da Oposição Democrática,

no qual esta individualidade se encontra na condição de congressista.

— Tanto no que respeita a problemas de organização como no que respeita à análise da situação portuguesa, essas divergências deverão estar su-

peradas em Outubro — prosseguiu.

Afirmando-se convencido de que o Congresso deverá cumprir o que está disposto na definição de objectivos, o dr. Sottomayor Cardia referiria a situação de impasse verificada durante a discussão das teses sobre «Organização do Estado e Direitos do Homem», como noticiámos noutra local.

— Quando a discussão não incide sobre textos já preparados, torna-se vazia. Na oitava secção há muita matéria e isso não deverá acontecer.

Quanto ao controverso tema da unidade ou sua ausência, concluiu:

— Penso que a unidade existe de facto e há-de espelhar-se nos trabalhos deste Congresso, através da verificação de que há um acordo mais profundo entre as várias correntes do que à primeira vista se supõe, e isto tanto na ordem crítica como na ordem programática...

Manifestações no Porto e em Coimbra

Dois importantes departamentos militares do Porto sofreram destruições esta madrugada, em consequência do rebentamento de fortes engenhos explosivos. Não houve vítimas e não se conhece ainda a exacta extensão dos estragos. Du-

rante a tarde e a noite, novas manifestações estudantis ocorreram naquela cidade e também em Coimbra. Muitos vidros de bancos partidos, repetidas intervenções das forças policiais e várias prisões. (Pag. 28)

EDIÇÃO DE 40 páginas

DL/OPINIÃO

REMÉDIO FÁCIL CURA DIFÍCIL

Expor ar (perdoem os leitores o lugar-comum) tornou-se condição de sobrevivência, e não das menos imperativas. O mundo inteiro, sem excepção, encontra-se num processo de integração acelerada onde é urgente tomar lugar, sob pena de nos vermos reduzidos a levantar do chão os restos que a saciedade alheia desdenhou. O tempo é de competição, e se dele se poderia dizer que sempre o foi, de nós se deve acrescentar que cultivámos um fatalismo resignado que fazia das nossas próprias insuficiências elementos de pitoresco ou de uma pretensa superioridade espiritual: para nós, as uvas sempre estiveram verdes, o que nos permitia desprezá-las, na paz da consciência... Ainda hoje há quem evoque os tempos pastoris de uma imaginária idade de ouro, opondo-os a esta época frenética e inimiga do repouso...

Infelizmente, abundam os sinais de que a nossa integração se não fará pacificamente. Não é já apenas a disputa com os concorrentes internacionais, pouco dispostos a abrir-nos caminho e a ceder uma polegada das suas posições. O que igualmente deve preocupar-nos (na medida em que disso dependerá a solidez das conquistas que obtivermos no plano da negociação) é o apetrechamento interno, os meios de trabalho, a capacidade organizativa, a planificação coerente de toda e qualquer actividade em condições de se projectar no estrangeiro. E aqui, forçoso é repeti-lo, o mar não é de rosas e a barca joga perigosamente...

Numa situação destas são correntes as condições. Enquanto, por um lado, no decurso de um colóquio das Indústrias de Mobiliário de Madeira, foi declarado pelo presidente do Grémio Nacional das Indústrias de Madeira que «não podemos aduzir, em defesa da nossa inércia, que não temos meios para competir, que o Estado não ajuda, que os Grémios são inoperantes, que cada um tem de lutar só, sem ninguém a dar-lhe a mão no meio de um mar encapelado e indomável de dificuldades insuperáveis», o vice-presidente do conselho geral do mesmo Grémio afirmava que «a indústria de mobiliário era abastecida de forma caótica, não tendo as empresas com capacidade de fornecimentos em série matérias de apoio nas devidas condições». A um quadro que traça, na forma habitual, os elogios e os agradecimentos por uma acção que, mesma isenta de erros (e não é o caso), não tem que os suscitar nem sequer receber, segue-se a fria e objectiva consideração de uma realidade provadamente difícil. Estranhe-se, porém, que duas teses contraditórias tenham origem comum, embora deva também acrescentar-se que esta origem comum naturalmente se separa na actividade industrial particular dos dois intervenientes...

No balanço, parece inegável que muitos dos industriais de apoio trabalham ainda em «modas artesanais». E logo acode uma queixa que já se tornou tradicional nos clientes das indústrias portuguesas: «... no fornecimento de certos produtos, quando há necessidade de repetição, já não vem igual e até no mesmo fornecimento se encontram diferenças». E sobre ferragens foi dito que «na sua maioria só se fornecem materiais desactualizados no aspecto decorativo e funcional, quando as ferragens têm uma importância grande na indústria de mobiliário». Mas o que se afigura mais grave que tudo isto é a afirmação incisiva de que «não há falta de trabalho, mas sim de matéria-prima!» Singular situação será esta de uma indústria de madeira que não dispõe de madeira e quer exportar mobiliário...

Mas poderá? A pergunta legitima-se na declaração (feita por um representante do Fundo de Fomento de Exportação) de que «em 1966 a indústria mostrava ainda um saldo pequeno da exportação sobre a importação de mobiliário, mas já em 1970 apresentava um défice grande, podendo ainda dizer-se que praticamente o sector mobiliário não exporta». Remédio? O mesmo de sempre, o que sempre se receita: reestruturação da indústria. Simplesmente, ninguém aparece a dizer como se fará essa reestruturação...

O leite materno saúde e igualdade

Segundo os especialistas da Organização Mundial de Saúde, as mulheres deveriam aleitar os seus filhos pelo menos durante um ano, se possível. Seriam assim beneficiadas, tanto a saúde dos bebés como a economia dos países.

Numa série de brochuras publicadas em Genebra pela ONU, a OMS revela que a mortalidade é quatro a seis vezes menos elevada nas crianças que bebem o leite materno.

«Este» — prossegue a OMS — «é único, impossível imitá-lo. É o alimento biologicamente melhor adaptado, o mais apreciado. Parece existir uma certa correlação entre a alimentação artificial e a morte súbita antes dos três anos que é actualmente uma das formas mais frequentes da mortalidade infantil nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha».

Aconselha ainda a OMS: a mãe deveria encarregar-se dos cuidados essenciais a ter com a criança até aos três anos, «mesmo que seja necessário pagar-lhe uma indemnização que cubra o salário que perde, ficando em casa».

A aceitação desta última recomendação da OMS poderia, na maior parte dos países do mundo, vir a prejudicar ainda mais as possibilidades de promoção da mulher do ponto de vista profissional e social, constituindo, ao mesmo tempo, o reconhecimento formal de que é a mãe que compete — e só a ela — o trabalho a ter com os filhos. A OMS poderia talvez alargar a recomendação aos pais, dando-lhes a possibilidade e atribuindo-lhes a responsabilidade de serem iguais às mães.

Burocracia contra técnica

A Itália dispõe, desde Janeiro de 1972, de uma biblioteca nacional dotada dos equipamentos mais modernos, mas não é ainda possível utilizá-la. O mobiliário não foi encomendado, os quadros de pessoal suplementar necessário não estão formados e o regulamento, que data do século passado, não foi revisto.

Num inquérito publicado esta semana, o jornal romano «Momento Sera» afirma que se trata de uma «batalha pela sobrevivência» entre burocratas e técnicos. A construção do novo edifício, perto da estação Termini, custou dez biliões de liras. As instalações dispõem dos últimos aperfeiçoamentos da tecnologia: fitas transportadoras, ligações pneumáticas, dispositivos anti-incêndios, centrais eléctricas, instalações de climatização, etc.

Segundo o «Momento Sera», só quando a construção terminou é que os arquitectos começaram a desenhar o mobiliário e conceberam-no ultra-moderno. Os pedidos de orçamento para esses móveis ainda não foram publicados.

Até agora, apenas 20 por cento dos três milhões de livros foram transportados dos antigos edifícios, que ameaçam ruína, para o novo edifício. Segundo o «Momento Sera» o pessoal que é actualmente de 245 elementos, deve ser aumentado para 800 mas nada foi feito ainda nesse sentido.

SAIU HOJE
motor

Serviço do correspondente JOSÉ GABRIEL VIEGAS

FRANÇA:

Proposta a diminuição do mandato presidencial

PARIS — O presidente da república, que propõe a diminuição do mandato de chefe de Estado de sete para cinco anos, fazendo ao mesmo tempo um apelo a todos os deputados, mesmo os da oposição de esquerda; um presidente da Assembleia Nacional que, depois de reafirmar a sua fé no poder legislativo, abriu à oposição várias vice-presidências e secretariats de comissões parlamentares; um Ministro da Educação Nacional que discute de igual para igual com alunos do liceu de menos de vinte anos, perante as câmaras da televisão, a uma hora de grande audiência e no canal mais popular; são medidas conciliatórias, de abertura, por parte do Governo. Isto sem esquecer a demissão de Michel Debré considerado como um dos representantes do gaullismo tradicional, um Michel Debré que constituiu um dos últimos obstáculos às mudanças de política internacional desejadas por uma parte da nova maioria governamental.

A intenção de Georges Pompidou de reduzir o mandato presidencial, é extremamente importante. Sobretudo quando nos é anunciado que a sua intenção não é de recorrer ao sufrágio universal, ao referendo, mas sim ao voto das duas Câmaras.

Do mesmo modo, são significativas da vontade de restituir ao Parlamento o seu pleno papel na vida política do país, as declarações de Edgar Faure e as nomeações de dois socialistas e um comunista à vice-presidência do secretariado permanente da Assembleia. Assim, com a frase da mensagem do presidente Pompidou, dizendo que não há «bons nem maus deputados, mas apenas representantes do povo que, para além das querelas eleitorais devem agir no interesse da França e dos franceses...» estamos bem longe, portanto, da união da esquerda e «todos os outros» da campanha eleitoral, dos bons e dos maus franceses.

Restituir ao Parlamento a sua importância e poder, todos estão de acordo sobre tal necessidade. Mas, para isso, será preciso um pouco mais que declarações de intenção. E resta saber se não será já um pouco tarde...

A eleição para a presidência da Assembleia Nacional, as mensagens de tendências do novo Governo, as mensagens do presidente da República, preencheram as primeiras páginas dos jornais e forneceram o essencial dos boletins informativos da Rádio e da Televisão nos últimos dias. Mas, quantos operários da Renault em greve foram sensíveis à eleição de Edgar Faure, em vez de Achille Peretti ou Chaban Delmas? Quantos se interessam pelos prognósticos sobre quem será o próximo ministro dos Assuntos Sociais ou do Trabalho? Quantos leram as mensagens presidenciais, além das «manchettes» dos jornais expostos nos quiosques?

Quando os comerciantes estão em desacordo com as quotizações dos abonos de família ou da reforma, não é através dos parlamentares que fazem sentir o seu descontentamento, mas sim pela acção directa. Quando os camponeses entendem exigir um aumento das subvenções ou opor-se a aplicação de uma nova política europeia, não é pela voz dos seus deputados que se fazem ouvir, nem sequer muitas vezes pelos seus representantes profissionais, mas sim por intermédio de «leaders» surgidos ou improvisados em plena acção.

Mais grave ainda que esse divórcio entre a classe política e as diversas categorias de cidadãos, é a incompreensão, para não dizer o antagonismo, que se instalou pouco a pouco entre as gerações. Diga-se o que se disser, há hoje uma hostilidade, um medo mesmo, de tudo quanto é jovem, de quanto tem menos de vinte anos. Como se toda uma categoria da população instalada, mal instalada ou esperando apenas um dia instalar-se

na prosperidade, não visse na outra senão um agressor decidido a tudo arrasar. Comentários dos que vêm desfilar uma manifestação de alunos do liceu. Nem sempre é bom ter-se menos de vinte anos à noite nas ruas, circular em 2 CV ou bicicleta a motor, andar de cabelos compridos e cachecol colorido... Interpelações, controlos de identidade, e incidentes mais graves, repetem-se em Paris.

O fenómeno não se limita às classes privilegiadas, aos estudantes. As organizações políticas de esquerda, os sindicatos operários, perdem o controlo dos jovens. Sem falar das acções improvisadas e das greves espontâneas nas empresas.

Quando nos afastamos das fábricas, dos sindicatos, dos partidos políticos de esquerda ou de extrema esquerda. Quando chegamos aos bairros periféricos, aos arredores, as «cidades-dormitório», onde o mal estar da juventude não se traduz por acções políticas, mas pela violência, pura e simples: Violência geradora de outras violências, cavando um fosso profundo.

Basta ler os jornais, as páginas dos «faits-divers»: num baile, um morto numa zaragata provocada por um grupo de jovens, para passar o tempo; uma mulher gravemente espancada por outro grupo, que a atacava para lhe roubar o conteúdo do saco, cem francos; um adolescente, abatido a tiro por um septuagenário, que, havia várias noites, impedia de dormir, circulando de moto com os seus amigos em torno do prédio onde ambos habitavam. Acontecimentos que se tornaram banais, quase quotidianos.

O novo presidente da Assembleia Nacional, Edgar Faure, tentará restaurar a confiança dos franceses no seu Parlamento. O conjunto da classe política, do Governo como da oposição, terá que se esforçar por restituir a confiança na vida política, simplesmente.

URBANO TAVARES RODRIGUES

Literatura para cegos

Do catálogo do «Centro de Produção do Livro para o Cego», que supomos ligado à Misericórdia do Porto, constam 265 títulos. No que respeita à literatura didáctica infantil e juvenil, parece-nos aceitável a amostragem, que inclui, quanto a autores portugueses, quatro livros de Sophia de Mello Breyner Andresen; «A Menina Gotinha de Água», de Papiniano Carlos; alguns contos de António Botto; três volumes de Lília da Fonseca; um de Aquilino Ribeiro; dois de Matilde Rosa Araújo; dois de Maria Albertina Menezes; dois de Alice Gomes; três de Maria Lúcia Namorado; quatro de Virgínia de Castro e Almeida e três de Madalena Gomes.

Já no que se refere à representação de autores portugueses contemporâneos, certamente para adultos, se nos afigura paupérrima a selecção, que apenas abrange «O Malhadinho», de mestre Aquilino; «Poemas de Deus e do Diabo», e «As Encru-

zilhadas de Deus», de José Régio; «A Lã e a Neve» e «Terra Fria», de Ferreira de Castro; «Não há Morte nem Princípio», de Mário Dionísio; e «Retalhos da Vida de Um Médico», de Fernando Namora. E nada mais. Há que reconhecer, como aspecto positivo, a isenção e mesmo o senso crítico e estético, e até pedagógico, da escolha, mas não se pode esquivar a pergunta que imediatamente surge: e Fernando Pessoa? e Torga? e Carlos de Oliveira? e Abelaira?

Não é nossa intenção (bem fora disso) estabelecer critérios de prioridade ou estimular e multiplicar, quanto à importância literária e educativa das obras em questão. Move-nos, sim, o desejo de ver progredir, ampliar-se e ganhar consistência uma iniciativa como esta que, no essencial, nos parece louvável, e embora manifestamente carente.

Consta-nos, aliás, que outros livros estão sendo feitos em Braille, havendo sido os seus au-

tores previamente contactados para a cedência (gratuita, como humanamente se impõe) dos respectivos direitos. Só, portanto, perante a nova lista, que esperamos seja bem mais extensa, poderemos em rigor pronunciar-nos sobre a qualificação dos promotores da iniciativa e — o que muito mais interessa — sobre os previsíveis efeitos desta, no bom ou no mau sentido, cultural, já se vê (e empregamos aqui a palavra cultura na sua mais lata acepção, aquela que envolve a hominização do homem, o seu acesso a todos os campos da reflexão sobre a vida e das relações sociais).

Será este um grande passo na «integração» dos cegos, que tão longe está de verificar-se entre nós? Ou ainda não?

Os aspectos sectoriais não podem desdenhar-se, ainda que reconhecamos o carácter aleatório de todas as reformas que não impliquem profunda e radical transformação de estruturas.

3.º CONGRESSO DA OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA

Política de saúde em Portugal

-afirma-se numa conclusão já aprovada

Continuação da Pág. 1

AS MISERICÓRDIAS

«Até tempos recentes predominou a concepção de uma assistência caritativa, própria da sociedade senhorial, a cargo das Misericórdias», diz-se logo depois. E mais adiante: «a concepção de que ao Estado competia apenas uma acção supletiva no domínio da saúde, levou à ausência total de uma planificação técnica séria das estruturas e das instituições».

As Misericórdias pertencem aos hospitais «razão essencial da manutenção do seu prestígio a nível local».

Assim, e apesar da substancial participação do Estado na sua manutenção, não é politicamente conveniente a integração dos hospitais num ser-

viço nacional de saúde, facto que retiraria as Misericórdias todo o seu peso político. Da autonomia das Misericórdias, resulta a anarquia da rede hospitalar e sua impossibilidade de responder às necessidades da população.

«Compreendo o perigo que poderiam representar serviços de saúde pública virados para as populações e interessados em modificar as suas atitudes e comportamento.

Reivindica-se a seguir a «extensão a toda a população dos benefícios de segurança social apoio à maternidade e ao trabalho feminino, pela construção de creches e infantários e pela instituição de um subsídio que permita adequada protecção à criança nos primeiros meses de vida, escalonamento do abono de

Dos nossos enviados especiais
Cesário Borga, Rogério Vidigal
e Urbano Tavares Rodrigues

família na proporção inversa do ordenado ou salário e a inclusão de abono progressivo em função do número de filhos e actualização conforme o aumento do custo de vida, a cobertura de toda a assistência médica e medicamentosa deverá ser feita através de um serviço unitário nacional de saúde, pagamento dos subsídios de doença pela totalidade da média diária dos salários e durante todo o tempo de doença, aplicação integral e gratuita na recuperação dos

risco e igual de idade de reforma em cinco anos, devendo ser o limite de idade quando a natureza de trabalho o justifique».

SOCIALIZAÇÃO

A montagem de serviços de saúde não tem sido inspirada, segundo as conclusões a que nos temos estado a referir, «pelo objectivo de garantir o direito à promoção e protecção sanitárias, mas pela necessidade de fixar aqueles sectores da população que em cada momento são mão-de-obra, a medicina das Caixas de Previdên-

cia, tal como é praticada, condenada por doentes e por médicos conscientes. Relações de doente/médico de 1323 e até de 2500 (Beja, Braga e Portalegre), segundo estatísticas de 1968, falam por si. As médias por beneficiário são uma ridícula e quando se envereda pelo caminho da previdência rural o panorama ainda é mais negro.

Afirma-se, a finalizar, que «a solução dos problemas de segurança social, nos seus múltiplos aspectos e total amplitude, só é alcançável através de uma completa socialização dos serviços de saúde e assistência,

Apresentação de teses

secção que trata da transformação das relações de trabalho, começa as suas reuniões esta noite e participam conhecidos sindicalistas e especialistas de direito de trabalho.

Das 22 teses a apresentar à discussão, no plenário da secção, 17 são colectivas, o que constitui uma percentagem única em relação às outras secções onde, em quase todas, predominam as teses individuais. Ao iniciar ontem as reuniões da secção de urbanismo e habitação, o arquitecto Keil do Amaral chamava a atenção dos elementos da sua secção para as consequências positivas da apresen-

tação colectiva de teses.

As teses colectivas, cujas propostas de conclusões se conhecem, são da autoria de grupos de trabalhadores, os quais não se limitam a enunciar questões de princípio para fundamentar as suas propostas, mas apontam situações concretas das quais partem para a proposta de programas

AS TESES E SEUS AUTORES

Eis as teses que constituirão a base dos debates a iniciar esta noite na sala de festas do segundo balcão do Cine-teatro Avenida: A situação da classe operária do concelho

de Loures, por um grupo de trabalhadores do referido concelho, transportes de carga de aluguer, por um grupo de 14 motoristas do distrito de Lisboa, A mulher trabalhadora, por um grupo de operárias de Guimarães, Trabalho da mulher, condições de vida, condições de trabalho e desigualdade de tratamento, por Encarnação Coelho e Marília Villaverde Cabral, Contratação Colectiva, por um grupo de trabalhadores da Comissão Democrática de Braga, Do Sindicalismo e do Operariado em Portugal por um grupo de trabalhadores da Marinha Grande, O Corporativismo e os Direitos dos Trabalhadores em Portugal, tese colectiva do distrito de Santa-

Continua na pág. 4

O PAÍS REVELA UM BAIXO DESENVOLVIMENTO

A tese apresentada pelo dr. Armando de Castro foi considerada como ponto prévio pela comissão coordenadora da secção relativa ao desenvolvimento económico e social, que esta manhã começou a trabalhar, prevendo-se que apresente ainda hoje conclusões definitivas.

A tese referida tem o seguinte título: «Para uma leitura teórica das condicionantes socio-económicas da acção democrática». Outras teses foram apresentadas por Eduardo Sousa Pereira, Blasco Hugo Fernandes, Francisco Pereira de Moura, Aires Henriques e Eduardo Luís Lopes Maia Cadete e Marcelo Campos. As teses incidem sobre «Entraves sociopolíticos ao desenvolvimento da agricultura portuguesa», «Caminhos do desenvolvimento português», «Uma política agrícola democrática e os acordos com a Comunidade Económica Europeia» e «A res-

ponsabilidade do regime pelo baixo desenvolvimento do País», tese colectiva do distrito de Santarém.

Na única tese colectiva apresentada na secção afirma-se que «o País revela um baixo desenvolvimento e um reduzido ritmo de crescimento económico», dado que: «Em 1970 o rendimento médio por pessoa era de 15,2 mil escudos, o valor mais baixo dos países ocidentais, inferior em 7 mil escudos ao de Espanha e da Grécia, em 24 mil escudos ao de Itália, em 78 mil ao da Suécia. E também índice o baixo e flutuante ritmo com que cresce a economia nacional portuguesa: entre 1968 e 1970 não se conseguiu o objectivo previsto de uma taxa de crescimento médio anual de 7 por cento do P.N.B., não se vendo grandes perspectivas de recuperação até final do plano em curso».

Sobre desenvolvimento social afirma-se na mesma tese

que ele é «consequentemente reduzido, em particular no que se refere à educação, saúde e habitação». E mais à frente: «No campo de educação, ainda estamos longe de termos alcançado a completa alfabetização do povo português, sendo o número de inscrições nas escolas primárias inferior ao do número de crianças na respectiva idade».

«O número de médicos e de pessoal de enfermagem é insuficiente para se fazer uma adequada cobertura da nossa população nos diversos serviços de saúde. O número de habitantes por médico é inferior ao que se encontra estabelecido como satisfatório e na maioria dos distritos é muito superior a 2 000».

«Quanto a outros aspectos do nível de vida da população portuguesa... a nossa situação contrasta a de grande parte dos países europeus, com sensível desvantagem».

OPORTUNIDADE ÚNICA AO PÚBLICO E REVENDEDORES

MÓVEIS BAÍA

A SOLUÇÃO DO POUCO ESPAÇO S A L D O S

Em consequência do lançamento das novas linhas de 1973, vende-se mobiliário usado proveniente de trocas e novo, das linhas de 1968, 69, 70 e 71.

O Progressivo lançamento das recentes linhas de móveis fabricados pelos mais modernos e lançados processos, ultrapassou os modelos dos anos anteriores, que no entanto ainda se encontram entre os mais actualizados do mercado.

Assim o progresso técnico-económico de uma Empresa em franca expansão coloca à disposição do grande público móveis funcionais e de qualidade a preços de saldo.

EXPOSIÇÃO a 7 e 8 do corrente num Pavilhão da Fábrica, das 10 às 18 horas.

Entrada pelo Portão Sueste
Rua da Indústria, n.º 13
LAVRADIO — BARREIRO

Expresso
o semanário dos que sabem querer

SAI AOS SÁBADOS

3.º CONGRESSO DA OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA

ESTRUTURAS PARA UM ESTADO MODERNO

Uma tese apresentada pelo dr. Vasco da Gama Fernandes a sétima secção («Organização do Estado e Direitos do Homem»), intitulada **Estruturas para um Estado Moderno**, viria a ser debatida em diversos pontos das suas conclusões, por alguns dos participantes na discussão os considerarem menos próprios.

Das conclusões da mesma tese há que salientar, entretanto, a definição do sistema que governa Portugal. Para que este estado de coisas fosse remediado, propunha o autor da tese que **O regime a adoptar, será uma democracia política com independência dos três poderes de Estado: executivo, legislativo e judicial — o primeiro responsável perante o segundo, este o único competente para legislar e o terceiro sem qualquer vinculação ao executivo.**

Um Estado de Direito, depois de ter feito as suas conquistas da modernidade so-

cio-económica, pela via de planificação, em luta aberta contra a riqueza desbaratada e injusta e contra o privilégio, deveria encaminhar-se para a implantação de sindicatos livres, de cooperativas e de todas as formas de fiscalização, bem como de cuidar da saúde, da velhice e do acidente. Concluía, a terminar a tese, que **o isolamento de Portugal é altamente prejudicial aos interesses da comunidade pelo que, também, se impõe o estabelecimento imediato com todas as nações do mundo.**

A DISCUSSÃO

O debate das teses e respectivas conclusões, encontrou, no que a esta secção respeita, certas dificuldades, por falta

de respeito, da parte dos oradores, ao tema que se encontrava em causa. Foi assim que os diversos advogados que por muitas vezes intervieram, sob o olhar atento de algumas dezenas de jovens, se perderam em questões que haveriam de levantar, mesmo, o desfavor dos presentes.

No entanto, esses problemas foram ultrapassados e o temário encontrou as vozes que estavam interessadas em discutá-lo.

Por pontos, as diversas teses foram sendo alvo da atenção dos interessados: «Organização do Estado», de António Cunha Coelho, «Liberdade, Liberalismo Político e Chefia do Estado», de Rodrigo Montezuma, «Organização Judiciária», de José Lopes Ribe-

ro, «Funções e Dependências dos Governadores Cívicos», de Francisco Pereira de Moura, «Ideologia e Demagogia», de Raul de Castro, «A Baixa Representatividade do Povo na Política Nacional e a Actuação Futura da Oposição Democrática», de Humberto Sousinha Matarão, «Ombudsmann», de Vasco da Gama Fernandes, «A Liberdade e a Pessoa Humana», de Marcus de Noronha, «Os Cristãos Portugueses e a Defesa dos Direitos do Ho-

mem», de Romeu Fernando Martins de Sousa, «As Raízes da Democracia», de Olívio França, «Liberdade de expressão, Reunião e Associação», de Alvaro da Silva Sousa, «Inexistência da Liberdade Religiosa», de Roque Lino, «A Censura como Arma de Repressão Política», de Mário Ventura, «A Informação em Portugal», de João Maia, «Da Censura Prévia ao Exame Prévio», de Raul Rego, «O Direito à Auto-Gestão», de José Magalhães Godinho,

e «Alguns Elementos sobre a Situação Jurídica da Mulher», de Laura Lopes.

A SESSÃO DA NOITE

A sessão da noite desta secção seria preenchida com a aprovação de algumas das teses apresentadas sobre o tema, da autoria de Raul Rego, João Maia e Mário Ventura, tal como as de Alvaro da Silva e Sousa e Roque Lino.

MOÇÕES APROVADAS

No início desta sessão da noite foram votadas e aprovadas diversas moções.

Oportunidade de reflexão

Membro da comissão coordenadora da Secção «Estrutura e transformação das relações de trabalho», o profissional de escritório Caetano Pereira intervém hoje nos trabalhos do Congresso. Das razões da sua participação dá-nos conta no depoimento que nos prestou:

«A minha participação, pela primeira vez, num Congresso decorre dos propósitos que sabia existirem (e que se confirmaram) de, corrigidos até onde fosse possível alguns erros de nascença, se fazer um Congresso diferente, em que uma ampla participação a todos os níveis de organização e de elaboração e discussão de teses pudesse sobrepor-se à imagem tão vulgarizada de um Congresso de senhores especialistas.

«No contexto que é o nosso, penso que não pode perder-se uma oportunidade que seja de

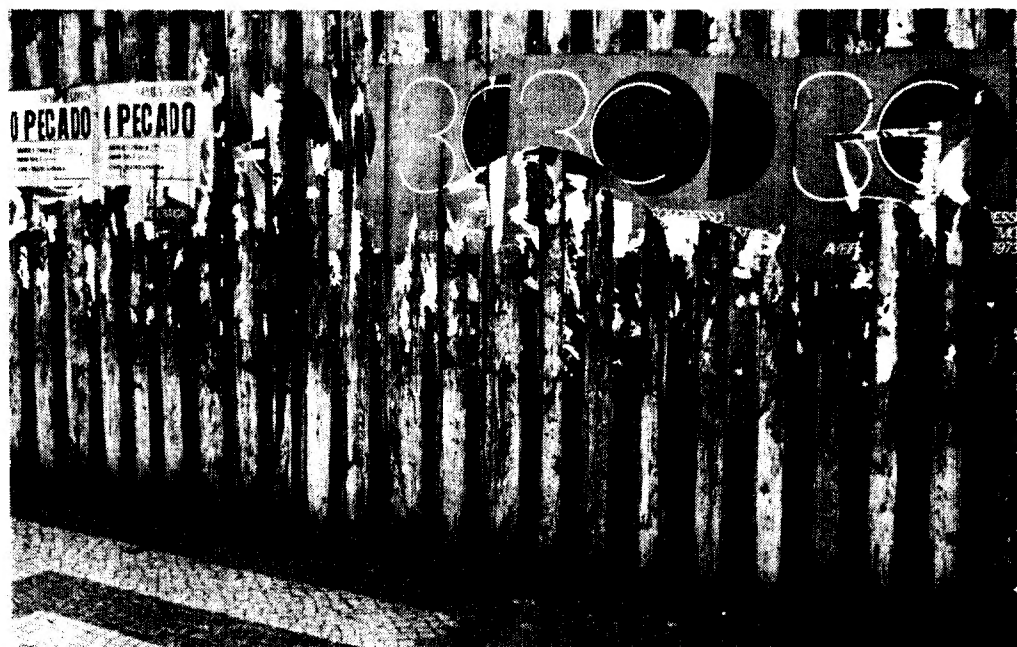
provocar a reflexão e a discussão sobre os muitos e graves problemas com que se debate a população, em especial as classes trabalhadoras. O contacto que tenho mantido com o meio trabalhador diz-me bem de quanto é fundamental persistir num sistemático trabalho de informação que contrarie imagens acumuladas ao longo de anos. Um trabalho sério neste campo, acompanhado de possibilidades de discussão dos problemas, corresponde a uma necessidade concreta que os próprios trabalhadores sentem e ao qual aderem sempre que dessa seriedade se apercebem.

«O que se passou em relação à Secção do Congresso «Estrutura e transformação das relações de trabalho» — e de cuja Comissão Coordenadora faço parte — mostra bem, tanto pelo número de reuniões que se fizeram para discussão

dos temas como pelo número de teses apresentadas e sua proveniência, quanto o Congresso contribuiu efectivamente para a discussão e equação dos problemas. Anote-se, por exemplo, que nesta Secção oitenta por cento das teses apresentadas são teses colectivas, e que, para além disso, grande parte delas foram antecipadamente discutidas em amplas reuniões de trabalhadores.

«O Congresso não veio resolver os problemas das classes trabalhadoras, claro, mas não me restam dúvidas de que é uma oportunidade que, repito, não podia ser perdida — de permitir a amplas camadas populares que ficassem mais conscientes da sua importância.

A contribuição do Congresso para o reforço e dinamização da actividade democrática foi para já uma importante conquista dos democratas portugueses.»



A ROMAGEM AO TÚMULO DE MÁRIO SACRAMENTO

A Comissão Executiva do 3.º Congresso da Oposição Democrática decidiu, que a romagem ao túmulo de Mário Sacramento se efectuariá com as características programadas pela Comissão Nacional, ou seja, com a participação de todos os democratas.

O problema da romagem estava por decidir desde que o Governo Civil de Aveiro tornou público um comunicado em que proibia a manifestação com características populares. A lista dos componentes daquela romagem, limitada aos membros da Comissão executiva, teria, segundo o comunicado, de ser fornecida com vinte e quatro horas

de antecedência sobre o horário previsto.

É o seguinte o comunicado distribuído pela Comissão executiva aos órgãos de Imprensa:

As duas horas do dia 6 de Abril de 1973, analisando o despacho do Governador Civil de Aveiro sobre a romagem programada para domingo, dia 8, às 10 e 30, ao túmulo de Mário Sacramento, a Comissão Executiva do 3.º Congresso da Oposição Democrática deliberou: o programa do Congresso, incluindo a romagem ao túmulo de Mário Sacramento foi estabelecido pela Comissão Nacional. Nos termos do regulamento do

Congresso a Comissão Executiva, constituída de acordo com o número 8 desse regulamento, não tem competência para alterar aquela deliberação».

É a seguinte a redacção daquela disposição do regulamento: A Comissão Executiva é composta pelos democratas mencionados na lista B e pelos dois delegados escolhidos por cada uma das comissões distritais. Por seu turno, o n.º 9 estabelece: A Comissão executiva terá poderes para a realização das deliberações da Comissão Nacional e para resoluções que hajam de ser tomadas no âmbito directo daquelas.

«Urbanismo e habitação»

CONFRONTO

entre técnicos e moradores

— Nunca chegamos a verificar duas tendências durante a discussão das teses sobre «Urbanismo e Habitação» — afirmou o arquitecto Keil do Amaral, durante a conferência de imprensa ontem realizada. O que houve foi a visão dos técnicos, com todos os pormenores e uma visão especializada, e a visão das donas de casa, com os seus problemas, que respeitavam às questões de habitação diárias, de cada habitante. De resto isso é muito interessante, porque os técnicos têm oportunidade de contactar com uma óptica diferente daquela a que estão habituados.

A discussão sobre esta questão estava a ficar, então, progressivamente atrasada, dada a importância do problema e as suas ramificações, já que

se proporcionava, nesta secção, a discussão sobre a questão dos preços, não só de rendas como de venda, da política económica para trabalhadores, e a análise de todas as deficiências existentes no sector.

— Verificou-se, em relação a este tema, o maior interesse. Não houve desacordos fundamentais, mas sim um desejo de esclarecimento. Os temas que dominaram as sessões — acrescentou Keil do Amaral — foram os da carência da habitação e inadequação das existentes. Foi a ideia de que as dificuldades da estrutura impedem ou dificultam a construção dessas habitações, porque não há planificação que o resolva à escala nacional.

Foram apresentadas catorze

teses. Em todas elas há um propósito crítico da situação e das grandes linhas para a solução correcta.

As palavras do presidente da secção motivaram diversas perguntas, cujas respostas trouxeram à baila muitos números eloquentes. Assim, tomou-se conhecimento de as deficiências e carências de habitação afectavam cerca de quinhentos mil fogos.

No que respeita às casas actualmente existentes, verificava-se que de acordo com os dados referentes a 1970, 58 por cento não tinham electricidade, 62 não tinham esgotos, 71 não tinham água potável e 81 por cento não tinham casa de banho. O ritmo de construção no sector de casas para trabalhadores era de 1852, em média, nos anos de 1971 e 1972.



FILMES OCIDENTE GRUPO B - 10 ANOS

ESTREIA HOJE

LISBOA

PORTO

POLITEAMA ROMA

S. JOÃO ÁGUIA D'OURO

venha ver a continuação das aventuras e irreverências do mais insólito cavaleiro do Oeste

continuarão a chamar-me **Trinitá**

TERENCE HILL * BUD SPENCER

3.º CONGRESSO DA OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA

Gato por lebre

As discussões do tema da sétima secção, sobre «organização do Estado e direitos do homem», ontem iniciados ao princípio da tarde e que prosseguiram com uma sessão nocturna, terão esta noite epílogo com a leitura, discussão e votação das moções e conclusões aprovadas no decurso daqueles debates.

A secção tinha começado, sob a presidência do dr. Armando Bacelar, que presidirá, também, às restantes reuniões da secção, por referir um problema que urgia focar, por se relacionar com uma das teses apresentadas, intitulada «Algumas observações para a altera-

ção do Estado e programas do Governo», da autoria de Manuel Matos Fonseca. A respeito desta tese, diria o dr. Macedo Varela, que se manifestou em completa oposição com o seu conteúdo: «Pretende fazer-se passar pelas malhas da Oposição Democrática sob uma forma totalmente falsa». Horácio Guimarães iria mais longe, apelidando-a de «Tese colonialista».

Nas conclusões da tese que viria a causar toda esta polémica, afirmava o seu autor ser necessário: «Resolver politicamente o importantíssimo «impasse» ultramarino, começando por estabelecer uma plataforma de conversações; Transformar a República Portuguesa de unitária em federal, com tantos Estados parla-

mentares autónomos quantas as parcelas, ou grupos de parcelas, definidas por zonas geográficas de análogos caracteres físicos e semelhanças de tradição»; «Com as extrajudiciais verbas resultantes da paralização das operações militares, estabelecer planos de acção rápida e profunda nos campos económico, social e cultural»; «A política externa convinha ser orientada basicamente na máxima aproximação com o Terceiro Mundo... que tudo absorveria de exportação».

Tal tipo de conclusões obtive, por várias vezes, o mais vivo repúdio por parte dos diversos intervenientes, pelo que a referida tese deverá ser rejeitada sob a acusação de tentar fazer passar gato por lebre.

0 desenvolvimento regional

O desenvolvimento regional está em debate a partir da tarde de hoje. Além de problemas gerais, estão a ser analisadas questões que dizem directamente respeito à Alparça, Sintra, distrito de Évora, Douro e Nordeste Transmontano, na medida em que constituem casos concretos susceptíveis de reflectirem os critérios do regime quanto à maneira de conduzir o desenvolvimento nas diversas regiões.

Relatam-se, por outro lado, casos de experiências colectivas que são consideradas co-

mo exemplos que apontam o futuro. É assim que se diz que «Alparça e Préstimo, apesar

da pobreza e isolamento a que estão sujeitos, reivindicam longa série de condições que deixem antever uma visão justa e perfeita dos direitos que nos nossos dias são reconhecidos a qualquer ser humano. Mesmo alguns dos camponeses de Alparça colaboram num ensaio de actividade que constitui uma tentativa de introdução dos métodos de alfabetização funcional no meio rural português».

200 CONTOS DE DESPESAS

Pela primeira vez, um congresso de Oposição Democrática, não se realiza no Teatro Aveirense, onde já se tinha realizado, em 1914, um congresso do Partido Republicano Português, onde se efectuariam mais tarde o I Congresso em 1957, e o II em 1969. A exploração do teatro está agora a cargo de uma sociedade anónima.

Os motivos que levaram à mudança de local não estão, como se chegou a pensar, relacionados com problemas levantados pelos «senhores». Acontece que os moldes em que o 3.º Congresso funcionará, exigem mais espaço, por funcionamento simultâneo de várias sessões. Ora, estas condições estavam contidas no Cine Teatro Avenida com a vantagem de uma maior capacidade (1500 lugares) e um preço de aluguer mais baixo — 60 contos pelos cinco dias que durará o congresso.

A propósito de dinheiro, sabe-se neste momento, que as despesas ascenderão a bastante mais que duzentos contos, quando em 1969 foram gastos cerca de 70 contos. Este dinheiro foi em grande parte reposto com as receitas provenientes de postais, livros, selos, etc. O mesmo processo será seguido este ano.

O «DIÁRIO DE LISBOA» é vendido por Maria Florência C. Dias, Rua Elias Garcia, 126 — CACÉM

A EDUCAÇÃO E A CULTURA EM DEBATE

Por URBANO TAVARES RODRIGUES

Temos vivido uma experiência nova, com tudo o que isso implica de entusiasmo, de ansia de muito dizer, mas também de impreparação, largamente suprida pelo rigor e pelo espírito latitudinário que tem sido imprimeado, neste Congresso de Aveiro, às discussões, tão vivas e democráticas como o nosso País ainda não conhecera. Um sinal muito positivo: a quantidade (e até a qualidade) das intervenções, a participação maciça nas votações. Surgiram, decerto, divergências (aliás raras), por exemplo na secção da organização do estado e direito do homem, em especial quanto a posições que foram capituladas de neo-capitalistas e que se afastaram do espírito do Congresso, que começou sob o signo da condenação da exploração dos homens por outros homens e dos crimes contra a humanidade, entre os quais o belecismo tem triste lugar de honra. A tese de Matos da Fonseca foi repudiada na generalidade pelos congressistas. A transformação das estruturas económicas foi alvo de objectivos e energias moções. Maior unanimidade se verificou na secção de segurança social e saúde. Uma inteligente e extensa moção de Gilberto Ramos chamou a atenção para o facto de os trabalhadores serem os principais interessados nas questões da segurança social. Logo, compete-lhes ter voz na matéria, o que entre nós não se verifica.

Embora neste congresso muitas pessoas se representem apenas a si próprias, não será exacto dizer que ele assenta em bases estritamente individuais, pois a ampla participação dos diversos distritos do País lhe fornece uma cobertura geográfica que supre, de algum modo, a presença de Partidos políticos.

Durante a discussão dos problemas de segurança social e de saúde foram recusadas as atitudes platónicas, às quais se preferiu uma linha firme de luta concreta contra mistificações do regime nesta matéria. Nas paredes podiam ler-se frases como «Queremos uma política de saúde e não que se faça política com a saúde» e bem assim: «A finalidade da previdência não é apresentar lucros, mas assistir na doença».

Hoje, a partir das 9 e 30 e prolongando-se até à hora da saída do nosso jornal, estão já sendo discutidas, em sessões de trabalho muito concorridas, as conclusões das 40 teses apresentadas à secção de «Educação, cultura e juventude».

A nossa reportagem dará conta dos tramites da discussão, como das que se processam simultaneamente noutras secções. Queremos, porém, até por se tratar de assuntos a que dedicamos apaixonado interesse e atenção, especificar algumas das linhas gerais do diálogo e da polémica inevitável que surgiu.

A reforma do ensino foi objecto de inúmeras teses, individuais e colectivas, de professores e alunos. Pode esquematizar-se, grosso modo, a questão, dizendo que, conquanto muitos congressistas hajam reconhecido alguns aspectos positivos da reforma, como, entre outros, a criação de novas universidades, a tendência foi para a denúncia do seu cariz utópico e propagandístico. Não se identificaram os congressistas democráticos com os «ultras» ou com os medíocres, ou sequer com os inconscientemente reacçãoários, que têm atacado em nome do privilégio do velho espírito coimbrão mais cavernícola, a posição do prof. Veiga Simão. O que o Congresso põe a nu e o conchudo inoperante de muitas reformas, em concreto, e sobretudo a impossibilidade de ela ser levada a cabo sem transformação radical das estruturas económicas e sociais que são o suporte do regime.

Acerca da cultura, muitos pontos se ventilaram, havendo sido verberada a censura que restringe e degrada a vida intelectual. Foi insistentemente focada a acção da destruição da vida associativa (cooperativas e sociedades recreativas, colóquios proibidos, etc.), no âmbito de uma oposição do sistema ao contacto de intelectuais com as massas trabalhadoras.

Debateu-se a investida dos grupos de pressão económica, que estão tomando conta dos meios de informação. «Examinaram-se» os processos (nem sequer já subtils) do chamado «Exame Prévio».

Passou-se em revista a situação presente de um teatro de classe, sem público, com a morte à vista, e do cinema que Portugal não tem e que Portugal não vê. Fez-se a crítica rigorosa dos meios de comunicação de massa, que funcionam como lavagens ao cérebro, segundo se afirmou. A televisão foi considerada particularmente alienante. Não faltou a perspectiva das artes visuais que o público não usufrui e se tornou em terreno de investimento capitalista.

Houve múltiplas propostas e abriram-se caminhos de luta democrática, a curto prazo, bem como se apresentaram sugestões para a intervenção da denúncia e

fase subsequente (desde o ensino primário às Faculdades Operárias e ao Sindicato de escritores, etc.)

CASA DA COMÉDIA
R. S. Francisco Borja (às Janelas Verdes)

hoje e todos os dias às 22 horas, sábado e domingo às 16 horas

OH PAPA POBRE PAPA

«mamã pendurou-te no armário e eu estou tão triste...»
De ARTHUR KOPIT.
Marc. T. 677299 — Maiores 18 anos — Subsidiado Fundo Teatro

VÁ AO TEATRO!!!

VASCO MORGADO recomenda os seus espectáculos

TEATRO Tel. 32 60 17

VARIEDADES

36.ª SEMANA

Grupo C M/ 14 anos

com **JOSÉ VIANA** no protagonista

SUA EXCELENÇA O PENHORA

com DORA LEAL (revelação da temporada 72-73), Henrique Viana, Luís Santos, Manuela Casola, Maria Otilia, Vítor de Sousa, Luís Pinhão, Cândido Mota, Carlos Rosa, Joaquim Miranda, António Semedo, Ana Le Matre, Jorge Nascimento e a colaboração de MARIA PAULA

Todas as noites: 21.45 h.
3.ª feira, descanso da Companhia
Sábado: 2 sessões: 20.45 e 23 h.
Domingos: 16 e 21.45 h.

TEATRO Tel. 86 47 56

LAURA ALVES

RUA DA PALMA AS 21.45

Grupo C M/ 14 anos

O PRÍNCIPE E A CRISTA

UMA COMÉDIA EM DOIS ACTOS

ELENCO (por ordem de entrada em cena): Costa Ferreira, Marília Gama, Amílcar Botica, Jacinto Ramos, José Carlos, M.ª Helena Matos, Beatriz Vaz, Madalena Braga, Adelaide João, Ezequiel Faria, Luís Mata, José Braz.

2.ª feira, descanso da C.ª

TEATRO Tel. 32 74 93

CAPITÓLIO

16.ª SEMANA

Grupo D M/ 18 anos

Uma comédia inglesa com FLORBELA QUEIROS

SEXO NUNCA SOMOS BRITÂNICOS

No elenco: IRENE ISIDRO, Carlos Duarte, Jorge de Sousa Costa, Norberto de Sousa, Fernanda Franco, Mariana, Fátima Miranda e, pela primeira vez em comédia, OCTÁVIO DE MATOS

Todas as noites: 21.45 h.
4.ª feira: Descanso da C.ª
SABADOS, 2 SESSOES: 20.45 e 23 h.
DOMINGO: «matinée» às 16 h.

O AUMENTO DOS BILHETES

Do Ministério das Comunicações recebemos a seguinte carta assinada pelo dr. Victor Manuel Ruivo, chefe do respectivo Gabinete, a propósito do artigo «Aumentam os bilhetes na linha de Cascais», publicado neste jornal, no passado dia 3:

1. A situação financeira da Sociedade Estoril bem como as razões invocadas para o aludido aumento de tarifas estão a ser atentamente examinadas pelos Serviços do Ministério das Comunicações sendo prematuro afirmar-se que vão ser aumentados os preços dos bilhetes na linha do Estoril, para o que se procuram soluções alternativas.

2. Não será demais insistir em que, estando o Governo empenhado em adoptar disposições que efectivamente contrariem a alta de preços, o Ministério das Comunicações em tal conjuntura só aprovará aumentos de tarifas de serviços públicos quando não seja viável encontrar outras soluções capazes de garantir o equilíbrio financeiro das empresas, condição indispensável para o regular e contínuo funcionamento dos serviços públicos que estão a seu cargo.

Sua Excelência o ministro encarrega-me ainda de exprimir a V. Ex.ª os seus agradecimentos pela constante colaboração que o «Diário de Lisboa» tem prestado ao Ministério das Comunicações, do que me despenho com muito prazer.»

SONHO DO JAPÃO

5 anos de crescente sucesso

JAPÃO
TAILÂNDIA
HONG-KONG - MACAU
FILIPINAS
PERSIA

24 dias inesquecíveis no Fascinante Oriente

Partidas de Lisboa: 20 de Maio, 15 de Julho, 5 de Agosto e 2 de Setembro

CONSULTE O SEU AGENTE DE VIAGENS OU A:

SAS

Avenida da Liberdade, 236 - A — LISBOA — Telef. 53 70 01

Estamos perante a necessidade de nos adaptarmos a um novo sistema de coordenadas do Comércio Europeu

No dia 29 de Março de 1973, realizou-se a Assembleia Geral Ordinária do Banco Fonseca & Burnay, em que o Presidente do Conselho de Administração, Senhor Dr. José Gonçalo da Cunha Sottomayor Corrêa D'Oliveira, proferiu o seguinte discurso:

Senhor Presidente
Senhores Accionistas

I — Mais uma vez — e, esta, em fim de mandato — me cabe, em nome do Conselho de Administração, a honra de vos saudar, Senhor Presidente e Senhores Accionistas, como igualmente, me cumpre desempenhar-me do mais grato dos encargos pois é o de vos dizer quanto, todos, sentimos a confiança que sempre depositaram e que tanto nos ajudou a servir.

Estamos, evidentemente, prontos a esclarecer o que, porventura, vos tenha suscitado dúvidas, ao apreciar o Balanço e as Contas, referentes ao exercício findo.

Mas, não seríamos sinceros se, ao mesmo tempo, não declarássemos a convicção de que, iluminados pelas notas constantes do relatório que, com eles faz corpo, esses documentos não contém zonas de neblina a turbar quer a nitidez, na definição dos objectivos prosseguidos pela gestão quer o rigor, na expressão dos resultados alcançados.

Assim o entendeu, também, o Conselho Fiscal no seu parecer, elaborado, aliás, em termos que tanto nos sensibilizaram.

Dai, pensar, o Conselho de Administração que, de sua iniciativa, nada mais há, de essencial, a dizer, para vos permitir, em ciência e em consciência, ocupar-vos do primeiro e, para nós do mais importante ponto da Ordem do Dia desta Assembleia Geral Ordinária: o julgamento do Balanço e das Contas.

2 — E alarmante, o agravamento que, em 1972 e nos meses, que já passaram do ano corrente se verificou nas condições base do funcionamento da economia, das finanças e da própria vida, individual e colectiva, nos países com que, dia a dia, trocamos não só bens e serviços mas, também, as ideias e os sentimentos, as interrogações e necessidades das respostas certas. Esta situação, torna, em mim, mais aguda a inteligência da mesma responsabilidade e, mais forte, o sentimento de aquele mesmo dever que, nas Assembleias Gerais anteriores, sempre me conduziram ao depoimento de interpretação pessoal sobre os factos e as tendências, que, informaram o comportamento dos mercados, no período a que se referem as Contas de exercício ou podem determinar o sentido da sua evolução estrutural e conjuntural.

3 — Antes, porém, de começar a minha exposição ou, mais precisamente como prologo dela, não posso deixar de lembrar aqui, que, no ano findo, houve render de guarda, no Governo. O Senhor Dr. João Dias Rosas, que, mais uma vez, no Governo, ofereceu o melhor e o muito, de si mesmo, na clara definição de orientações fundamentais, na firme gestão de problemas e na procura de caminhos e de soluções para tantos outros que continuam a condicionar o processo de crescimento da economia portuguesa, voltou ao Banco de Portugal para lhe continuar a dar, mais enriquecida de perspectivas e de experiência, a força da sua colaboração. Não nos separámos dele.

O Senhor Doutor João da Costa André, seu directo colaborador e, em que me sempre encontramos, para além de uma invulgar preparação científica e técnica a inteligência aberta à au-

dição de todos os problemas, continua a oferecer o seu alto propósito de servir em novo e tão delicado posto do Governo.

Sempre as alterações, na composição do Governo, trouxeram, ao País, a sensação de um remogar e a esperança que lhe é própria. Os Senhores Drs. Manuel Cota Dias e José Luis Sapateiro, pelos seus passados, trazem-nos fundadas razões desse sentimento e, estou certo de todos nos propormos à colaboração, que pudermos e soubermos dar, para que a esperança se continue na certeza.

Se os problemas, a equacionar e a decidir, na presente conjuntura do Mundo e de Portugal, são cada vez mais, em número e em complexidade, o sentimento da sua importância é tão grande que, certamente, conduzirá todos a uma tomada de consciência mais perfeita e às atitudes conformes.

4 — De há muito que penso deverem as Instituições de Crédito como toda e qualquer empresa privada, dirigir as suas actividades próprias na preocupação, prioritária, da sua inserção numa linha de procedimentos convergentes e capazes de modificar o sentido crescente do grau e do tipo de dependência dos mercados exteriores, que, no presente, caracterizam a economia portuguesa. A alteração desta tendência implica um conjunto coerente de opções que, sob muitos aspectos, dependem de mais das decisões das empresas privadas do que das determinações do Governo. Na verdade, a correcção possível da nossa dependência do exterior, implica uma tomada de posição fundamental, no que toca à organização do espaço português; requer, depois, um esforço gigantesco, das empresas privadas — como produtoras e como consumidoras das produções alheias — para a diminuição dos actuais desencontros entre a procura interna e a oferta nacional.

Não está, nunca poderia estar no meu pensamento a ideia de sugerir, para o espaço português, uma política de autarcia, em extensão e em altura, na tentativa, aliás vã, de nos tornar impenetráveis às novidades do exterior e de substituir o estímulo da concorrência interna, por cómodas mas paralisantes, protecções internas e determinadas sem necessidade e sem critério. Mas, está, sim, no meu pensar, o máximo aproveitamento das capacidades nacionais, de produção técnica e economicamente viável para a satisfação da procura interna, e clima de mercado tão aberto quanto as circunstâncias o consintam.

Isto me conduz a tratar, de novo hoje, problemas cuja análise tentei, já, nas comunicações que vos fiz nas Assembleias Gerais anteriores.

Voltando a andar por caminhos que já andei, corro o risco de ser acusado de pobreza na variedade dos conhecimentos e de falha na capacidade da sua exposição, ambas patentes na persistente escolha dos mesmos motes e em alguma monotonia na expressão formal da sua glosa.

Para mim, no entanto, bem mais grave do que repetir-me é a razão de o fazer.

O COMPORTAMENTO DO MERCADO INTERNACIONAL

5 — O sentido, e a importância nacional, das depen-

dências da nossa economia é, altamente, influenciado pelas características estruturais desses mercados e pelas tendências da sua evolução conjuntural. Dai que antes de fazermos o apontamento dos aspectos mais salientes desses desequilíbrios, procuremos, numa visão de relance, caracterizar a situação actual dos mercados internacionais.

O nosso objectivo é a observação tanto do grau de instabilidade dos mercados externos como da vontade de cooperação efectiva ou de compreensão dos problemas alheios sobretudo o das economias em via de industrialização — revelado pelas potências que dominam o mercado internacional.

6 — Referir-me-ei, só, a três dos principais centros motores da perturbação internacional:

— a operação, há muito em curso, de auto-destruição dos princípios e dos mecanismos, das economias de mercado, que, dotadas de grau maior ou menor de intervenção do sector público, tem sido característica comum das nações ocidentais e razões do seu espectacular e ímpar progresso económico-social; a empresa privada é, de todos esses mecanismos, o mais visado;

— a demanda de si própria, em que a Europa se empenhou, mas ainda se não encontrou, expressa nas distribuições e nas redistribuições dos seus espaços comuns, livres e preferenciais;

— o comportamento sem nexo, do sistema monetário internacional — se é que, de sistema, se pode falar —, a traduzir o encontro, nele, de todas as desencontradas ambições nacionais dos países que comandam o Ocidente.

7 — Os países ocidentais têm-se, como que deixado conduzir por uma espécie de campanha, dirigida tanto à negação da validade dos princípios, que constituíram os seus modos de ser na vida e de estar na Nação, como ao enfraquecimento progressivo, à erosão contínua, dos mecanismos das suas economias de mercado.

É tão mais estranha, essa cegueira, quanto é certo deverem ao uso, que souberam fazer, desses princípios e desses mecanismos, nos últimos vinte e cinco anos, o mais acelerado e o mais surpreendente e social inscrito na história, de qualquer das concepções e sistemas de criação de riqueza e de progresso social.

Eu digo campanha, porque, analisados os acontecimentos, acabamos por encontrar uma forte lógica interna, a conduzir e a aglutinar factos e atitudes que, observados isoladamente, nos criam a sensação da incoerência no vazio.

8 — Na verdade, ao observarmos, em profundidade a desorientação geral e paradoxal, que tem caracterizado a conjuntura económico-social da Europa, acabamos por encontrar, nítidas, duas linhas de força, aparentemente opostas, mas dirigidas a um só destino e obedecendo a uma coerência maquiavélica, quando entendidas como processo de alcançar determinado objectivo: a primeira, explora, quando não os inventa, todos os pretextos para o nascimento e para a sustentação no tempo e consoante as características de cada país, de climas emocionais de insatisfação permanente; a segunda linha de força, procura tornar, cada vez mais intensa e justificada, essa insatisfação permanente e, por isso, actua de modo a manter, em funcionamento contínuo, todos os mecanismos de auto-destruição ou de empobrecimento que se con-

tenha na diversidade técnico-jurídica da estrutura das economias dos países do Ocidente.

Por esta via, à permanente e generalizada insatisfação das populações, quanto ao seu nível de vida, corresponderá uma cada vez menor capacidade de resposta das suas economias nacionais. Dai, o descrédito, não só dos respectivos sistemas políticos, económicos e sociais, como, também, de quantos — Governo e empresas privadas — respondem pelo funcionamento desses mesmos sistemas.

9 — Deixando de lado outros, e mais engenhosos, instrumentos de auto-destruição, cito, por acessível ao conhecimento de todos, apenas um: a greve ou, melhor o «estado de permanente tensão grevista», em que parece, a Europa, querer assentar os seus programas de trabalho e de criação acelerada de riqueza, sem a qual não pode haver nenhuma melhoria efectiva e duradoura de bem-estar.

Atente-se, ainda, que as greves, não desorganizam só e não empobrecem apenas as economias dos países em que se verificam: pela via da internacionalização crescente dos interesses económicos nacionais, elas projectam-se, em ritmo e em jeito, de desarticularem todas as economias ocidentais e, sobretudo, as que se encontram em fase crítica do seu processo de industrialização. A paralização e a insegurança, dirigem-se, agora e com verdadeira inteligência para o objectivo de transformar, a rede de transportes, numa espécie de lotaria, cara e arriscada, que não só arruina o comércio internacional e indispensável entre os homens de várias terras e de inteligências várias.

Os governos, de muitos países do Ocidente, face a uma contestação, aliás, sem proposição ou com proposições absurdas, parece terem entrado em crise de consciência quanto à autoridade, própria do comando; por outro lado, na tentativa de darem sempre mais do que as suas oposições partidárias prometem, entram pelo comprometimento do equilíbrio das economias de que são responsáveis, pondo em risco todas as melhorias de bem-estar, que seriam possíveis e seguras em futuro próximo. Assim, os Governantes, como que passam a governar e, o pior, é que não sabem por quem.

Escolher, como processo normal da reclamação de melhoria de bem-estar material por mais justa que esta, seja, os caminhos que, todos sabem, levam, à diminuição e ao aumento de custo daquilo mesmo que se reclama seja distribuído em maior quantidade e é a riqueza produzida?

— As gentes, das mais ricas, das mais evoluídas, das mais experimentadas e sábias nações do mundo, já não têm, hoje, o direito de acreditar em feiticeiros e, muito menos, o de seguirem os seus aprendizes.

Esta atitude — paradoxal quando olhada, só, na óptica dos interesses autênticos de cada País — constitui, quanto a mim, a mais forte e a mais persistente determinante da insegurança e do enfraquecimento do mercado internacional.

10 — A Europa continua a debruçar-se sobre o seu mercado, na ânsia de ver espelhada, nele, a imagem da sua modernidade.

Não a encontrou ainda. Nem a descobre, enquanto as suas componentes nacionais não se concertarem sobre o que, em verdade desejam e pode vir a ser essa Europa. De momento, e no meu entender, possuímos,

apenas, dois sentidos de marcha, dia a dia traçados com mais firmeza: o primeiro, dirige-nos à confirmação de que, para as grandes potências, o fortalecimento da sua Nação e o alargamento do seu império constituem o alvo primeiro dos seus governos; pena é só que, para estas, a cooperação internacional e, mesmo, a aceitação teórica de subordinar-se a comandos supranacionais, seja principalmente tida como tentativa da realização das suas supremacias. O segundo sentido de marcha, aponta a orientação interna da Comunidade Económica Europeia, que, pelo menos nesta nova fase, vai estruturar-se muito mais de acordo com as velhas doutrinas do equilíbrio histórico das forças europeias do que na base da modernidade supranacional.

Os seis Países, fundadores do Mercado Comum, foram, eles próprios, forçados a reconhecer a necessidade do «Acordo do Luxemburgo», que passou a permitir, a cada um deles, retirar das decisões majoritárias, todas as questões que, unilateralmente, considerassem foro próprio das suas soberanias nacionais.

Até hoje, e ao cabo de quase quinze anos, os seis Países do Mercado Comum, só para a agricultura, conseguiram estabelecer uma política concertada, com nítidas características de atitude comunitária.

Se mais não puderam realizar, a «seis» menos, ainda, poderão andar, no caminho do comando supranacional, agora, que a Comunidade, se foi alargada e ganhou força, ao mesmo tempo constitui um complexo muito maior de interesses fundamentais heterogêneos.

De qualquer modo, teremos de reconhecer que a procura, em nome de ambições não concertadas, de um novo ser e da sua forma própria, para a Europa, se situa, também, entre as mais poderosas causas da instabilidade actual do mercado europeu e dos prejuízos dela decorrentes.

11 — Na história, desse processo, 1972, constitui marco que não poderá ser esquecido. O âmbito da Comunidade Económica Europeia foi simultaneamente alargado em dois planos diferentes: aumentaram os membros plenos da Comunidade; por outro lado, os países membros da Associação Europeia do Comércio Livre — E.F.T.A. — que não desejaram ou não puderam comprometer a defesa de superiores interesses nacionais, com a sua adesão à Comunidade limitaram-se, a negociar, com esta, acordos bilaterais de comércio.

Segundo, também, este caminho, o Governo português não poderia, na presente conjuntura, ter estruturado a sua ligação com a Comunidade Europeia, em bases mais conformes com as características actuais da economia nacional nem mais adequadas à liberdade de decisão soberana quanto à defesa dos interesses maiores do País.

Após desmantelamento da E.F.T.A., ficaram ainda, a actuar, fragmentos ou sequelas dos interesses e dos laços de solidariedade, criados entre os países fundadores daquela grande e eficiente Zona de comércio livre.

Este, o novo panorama do mercado europeu.

12 — Para todos os países, mas, sobretudo, para aqueles que, como o nosso, não podem influenciar o comportamento do mercado internacional e cujas economias sofrem da fragilidade própria das fases críticas do crescimento, são enormes os prejuízos resultantes destas rápi-

das transformações estruturais dos mercados.

13 — Quanto a mim, acontece, ainda, que a nova zona preferencial ou protegida contra a concorrência dos mercados que dela não fazem parte tal como se constituiu, não pode sustentar-se por muito tempo. Estruturada em diversos graus ou planos — membros plenos, membros associados e simples parceiros comerciais —; mantendo uma vida artificial nos restos das solidariedades e dos compromissos, criados na E.F.T.A.; não tendo dentro de si, como membros de pleno direito e de plena responsabilidade, nações europeias, altamente industrializadas e financeiramente poderosas — os actuais espaços económicos preferenciais da Europa, nem são representativos, o bastante, para lhe assegurar, a força de que necessita para recuperar o seu lugar no equilíbrio do Mundo, nem corresponde a uma organização que satisfaga, internamente, os legítimos e tantas vezes poderosos interesses em jogo.

14 — Estamos, assim, perante a necessidade de nos adaptarmos a um novo sistema de coordenadas do comércio europeu; estamos, ainda, na perspectiva de, após ou durante esse esforço de adaptação e, em momento que não nos cabe determinar, termos que alterar tudo, em função de nova estrutura do mercado.

15 — A nova composição das forças económicas europeias, tem, evidentemente, repercussão no sistema de equilíbrio do comércio mundial. Tenha-se em conta, por exemplo, que passaram para dentro da União Aduaneira e serão protegidas pela sua Pauta Exterior Comum, produções de grandes países europeus que, até há pouco, dispunham de muito menor defesa contra os produtos concorrentes e originários de duas enormes economias nacionais do Ocidente — os Estados Unidos e o Japão.

A crise monetária, que não se pode considerar dominada, no momento em que esta Assembleia Geral se realiza, encontra, nesta situação, muito da sua, profunda e não nomeada, razão de ser.

16 — Nós, europeus, teremos de reconhecer — e quanto antes — que não podemos permitir-nos o luxo de transformar, constantemente, os nossos países em laboratório aberto a todas as experiências e a todos os interesses — os próprios e os alheios.

A reforçar este juízo, está outro grande acontecimento de 1972 — a comunicação entre Washington e Pequim. Ela veio alterar profundamente, enriquecendo-as, as bases de apoio do sistema de força dos Estados Unidos. Dai que esta grande nação disponha, hoje, de um poder de antecipação ou de iniciativa política e de alargamento do seu campo de manobras de diversão que, mesmo há um ano, eram, pura e simplesmente, impensáveis. Se na Casa Branca havia, já, um «telefone vermelho» então, de certeza que ao lado desse, há, hoje, outro e «amarelo».

17 — Resta-nos observar o terceiro dos fulcros de perturbação do mercado internacional: o funcionamento, sem nexo, do chamado, aliás com tão pouca propriedade, sistema monetário internacional.

Em rigor, não deveríamos incluir o funcionamento deste sistema, nas causas da hiperinstabilidade dominante e dos desgastes brutais impostos às eco-

Continua na página seguinte

Assembleia Geral do Banco Fonsecas & Burnay

Continuação da página anterior

nomias integrantes do espaço geopolítico do Ocidente. O sistema monetário é simples instrumento ao serviço de um conjunto de políticas, e o seu funcionamento constitui a mais flagrante expressão de síntese dessas políticas.

No entanto, o mau ou o bom trabalhar do sistema monetário internacional, acaba por ganhar autonomia, transformando-se em poderosa força própria de determinação do comportamento actual e futuro do comércio internacional. Por isso, o inserimos entre as determinantes principais da conjuntura.

18 — Na exposição, que tive a honra de vos fazer, na última Assembleia Geral foi-me dada a oportunidade de descrever o essencial do Acordo Monetário, então, recentemente realizado em Washington; formulei, nesse momento, também, dúvidas sobre a eficiência desse Acordo, mesmo como simples esquema provisório das liquidações internacionais.

Quanto a mim, em Washington, havia-se acordado, sobre o secundário e firmado a discordância sobre quanto de essencial havia a decidir.

Pus-me ao lado de todos os que supunham que a elasticidade do Acordo de Washington atingiria o seu ponto de ruptura e seria ultrapassada pelo primeiro movimento, persistente e bem orquestrado, de especulação.

Com que prazer os que pensaram, deste modo, reconheceram o erro da sua previsão! Para além duma conjectura económica, particularmente e acidentalmente favorável, esquecemo-nos de que, em 1972, se iriam realizar eleições gerais nos Estados Unidos e na Alemanha e, que, por isso não convinha, aos partidos, no Governo, apresentarem-se, diante das oposições e do eleitorado, como incapazes de assegurar um mínimo de disciplina no sistema monetário.

Por este, ou por outros motivos, as inúmeras e delicadas erupções, nos planos dos câmbios como no do comércio do ouro, comportaram-se na capacidade do mecanismo monetário, engendrado em Washington, nas vésperas do Natal de 1971.

19 — Isto explica que 1972 tivesse terminado em clima de optimismo monetário que, por vezes, ganhou fulgores de euforia. O dólar, trave mestra daquele sistema deixava de aparecer, aos europeus, como moeda doente.

Alguns Bancos Centrais europeus que, no começo de Novembro, se lançaram numa política de dinheiro mais caro, ajudaram este clima de optimismo, pois mostravam não temer nova invasão de dólares.

20 — Infelizmente, esta situação idílica foi bruscamente alterada, logo no fim de Janeiro deste ano e por três acontecimentos que se consideram no espaço de alguns dias: a instituição, na Itália, de um mercado do duplo de câmbios; a suspensão das suas intervenções no mercado, anunciada pelo Banco Central da Suíça; a publicação dos resultados da Balança de Pagamentos dos Estados Unidos, em 1972, que ultrapassaram as mais pessimistas previsões; a previsão, não menos favorável, para o comportamento, desta balança, no ano corrente.

21 — Já não cabe, no espaço desta informação, por mais que abuse do seu comprimento, a análise da génese destes acontecimentos. Basta-nos ter presente que terminaram por uma desvalorização do dólar e pela revalorização prática das moedas europeias e japonesas.

22 — A satisfação, oficial ou officiosamente, revelada pela quase totalidade dos Governos, nomeadamente os dos países membros da Comunidade Eco-

nómica Europeia, logo no dia imediato à desvalorização do dólar, penso não ter traduzido perfeita sinceridade.

Não há dúvida de que a iniciativa americana poupou, esses países, do penoso embaraço da escolha de uma solução aceitável por todos; pareceu, também, decidida com prévia audição das potências europeias, feita nas «consultas» realizadas pelo senhor Volker — o que embora não seja exacto, agradece ao prestígio deste velho e dantes tão poderoso continente.

De qualquer maneira, não tenhamos dúvida, os grandes vencedores desta manobra, foram, mais uma vez a especulação e os interesses americanos que puderam pela simples deslocação de uma fracção pequena da sua enorme massa de manobra, tornar imperativa a alteração, no sentido que mais lhe convinha, das taxas de câmbio.

23 — A manobra, a que nos referimos, fora, no entanto, concebida para execução em duas fases imediatas. E, rápido, na verdade a exploração de dúvidas muito justificadas e de declarações oficiais, talvez, precipitadas, permitiram a segunda fase da operação; no dia 23 de Fevereiro, o preço do ouro no mercado atingiu o seu ponto culminante — noventa dólares por onça; no dia 1 de Fevereiro, último, depois de compras enormes de dólares, pelos Bancos Centrais da Alemanha e da Holanda, iniciou-se o fecho das grandes praças do mundo.

24 — As duas intermináveis semanas, de silêncio e de completa incerteza do valor relativo das moedas nacionais — facto ímpar na história das relações monetárias, no pós-guerra foram ocupadas por contínuas conferências entre Governos e Bancos Centrais.

25 — Julgo poder concluir que, nessas Conferências, todos aceitavam — salvo certa reticência do lado americano — ser correcta e dever ser respeitada a relação do dólar com as demais moedas, tal como se estabeleceu depois da última desvalorização. A partir deste ponto firme — quantas vezes, na vida, nós precisamos de nos apoiar em certezas, que mais não seja, criadas pela nossa própria imaginação! — o problema estava na atitude dos Estados Unidos, que não se mostravam dispostos a defender esta mesma relação, nem por intervenções, no mercado de New York nem por medidas internas, susceptíveis de reforçar a credibilidade na sustentação das paridades fixadas.

26 — Para entendermos a posição dos Estados Unidos, não podemos esquecer que, aos olhos dos Americanos, surge como injustiça concreta e como prejuízo inaceitável, toda a política que ponha em jogo a recuperação da sua economia nacional por causa do equilíbrio da sua Balança de Pagamentos.

Se quisermos encarnar, por momento, os interesses de um americano, é possível que, a nossa atitude fosse, também, a mesma: na verdade, as exportações dos Estados Unidos, correspondem a uma parte irrisória do Produto Nacional Bruto daquele País — menos de 5 por cento — por outro lado, é convicção dos americanos que, a responsabilidade maior do déficit comercial do seu país, se deve a práticas comerciais dispendiosas por parte do Japão e a um alargamento, em extensão e em altura, da zona preferencial da Comunidade Económica Europeia.

Daí que a solução, nestas últimas semanas, tanto e por tantas formas sugerida, pelos Estados Unidos, para solução do problema monetário fosse a da flutuação conjunta das moedas da Comunidade Económica Europeia, frente ao dólar, com a fixação de margens de oscilação, entre estas mesmas moedas.

27 — A flutuação conjunta, com margens previamente fixadas e tão mais estreitas quanto possível, levanta dois problemas maiores para a Comunidade Económica Europeia. O primeiro é o de saber se, e, quando, todos os seus membros aderem a essa política. Até ao momento em que redigi estas notas, três dos «full members» da Comunidade não puderam, pelos seus interesses nacionais cumprir essa decisão que pretendeu ser comunitária.

Em contrapartida, países que, com a Comunidade apenas estabeleceram relações comerciais, aderiram, declaradamente ou não à flutuação conjunta. Esta decisão, dá, ao Sistema, mais as características de cooperação económico-financeira europeia do que as de política comunitária. Por outro lado, o não alinhamento da totalidade dos seus membros cria para a Comunidade problemas difíceis, nomeadamente na execução da política agrícola comunitária.

Do mesmo modo, a existência de tais margens entre moedas europeias, não exclui a possibilidade de futuras especulações monetárias, no interior da Comunidade, salvo se as medidas restritivas ou punitivas da livre circulação de capitais, não directamente afectas aos movimentos do comércio e do investimento inter-europeu que a maioria dos países ditos «alinhados» têm vindo a promulgar de há dias para cá, puderam prevalecer no futuro próximo.

A segunda e não menos delicada condição do êxito relativo do novo «expediente monetário» consiste num compromisso prévio, a estabelecer entre os países da Comunidade e os Estados Unidos, com vista a manter os ecarts da flutuação dentro de determinados e pré-fixados limites.

A não ser assim poder-se-à ter em breve, novo assalto aos Bancos Centrais Europeus pelos «fundos vagabundos».

O compromisso parece ter sido estabelecido, embora sem a solenidade de uma obrigação formal, na base de um «sistema ordenado de taxas de câmbio». Significa isto que os Bancos Centrais da Europa, do Japão, e necessariamente também dos Estados Unidos, se dispõem a intervir, de novo, nos mercados de câmbio quando o jugo necessário «em consulta com as autoridades do país cuja moeda esteja a ser objecto de compra». Estas intervenções — nomeadamente aquelas que venha a ter que efectuar a Federal Reserve no mercado de New York — far-se-ão, quando necessário, por força de créditos a curto termo, a prestar no quadro dos Acordos «Swap» para o efeito alargados.

28 — Ao mesmo tempo, trabalha no Fundo Monetário Internacional o grupo — misto de países altamente industrializados e sub desenvolvidos — com um mandato de importância transcendente pois que é o de inventar com urgência um novo sistema monetário. Esperemos que a força de pressão dos Estados menos desenvolvidos, exercida dentro e fora do Grupo dos Vinte, não venha criar a esta comissão uma situação sem saída que seria a de tentar construir um sistema que satisfizesse as necessidades de pagamentos e de liquidações internacionais, por um lado, e por outro, fosse, ainda, capaz de servir como sistema de financiamento dos «deficits» estruturais dos países em desenvolvimento. Além desta enorme tarefa, aquele grupo verá a sua missão sobrecarregada pela incum-bência que lhe foi feita de examinar também e sob o signo da urgência as propostas de consolidação das Balanças Oficiais em divisas — que o mesmo é dizer em dólares.

29 — O novo «sistema orde-

nado de taxas de câmbio» é, assim, uma tentativa de compromisso entre dois regimes: o de taxas fixas e o de taxas, flutuando livremente no mercado.

A primeira vista, parece que esta solução é, de momento, a que melhor resistirá ao assalto da especulação, causa principal (mas não origem) das crises dos últimos anos. A viabilidade deste artifício, como a solução de tudo o mais que se passa no mercado internacional, fica dependente do propósito de cooperação, efectivo ou não, que comandar as decisões de um e de outro lado do Atlântico.

30 — Neste contexto, a atitude tomada pelo nosso Banco Central e oportunamente tornada pública — o Banco de Portugal anunciou a sua posição antes de o terem feito outros países europeus — parece-nos hábil e invulgarmente ajustada à conjuntura, quer no que toca à defesa do País contra a invasão de moedas estrangeiras, quer no que se refere ao valor relativo do escudo.

31 — No meio de toda esta enorme confusão e para além da avaliação técnica da capacidade de funcionamento do novo regime, o que mais importa é não esquecer e cuidar das vítimas quer do afundamento do sistema de taxas de câmbio fixas quer da formação egoísta de blocos monetários.

Está em causa o comércio internacional, cuja expansão tem sido e continuará a ser tolhida; daí, as incidências adversas deste facto em todas as economias nacionais e, muito particularmente, nas dos países em vias de desenvolvimento — tenham ou não, os seus mercados incluídos em grandes espaços preferenciais — que vêm na exportação o processo mais fácil do seu crescimento e, para ela, se preparam, investindo, tantas vezes à custa de um pesado divórcio público e privado no exterior.

Por outro lado, mas no mesmo grave pendor, a criação de blocos monetários anuncia aos países que por eles não possam ser protegidos prejuízos incalculáveis e, muitas vezes irreversíveis.

32 — Quanto à Europa e aos países não membros da Comunidade Económica Europeia — e não sei se, também, para esta — ninguém terá a coragem de negar estarmos em processo de regressão, sem sentido nem medida previsíveis.

Estou certo de que quantos foram capazes de imaginar, construir e pôr em marcha perfeita esse extraordinário instrumento do renascer da Europa, para a riqueza e para a justiça social que foi a União Europeia de Pagamentos — não terão, hoje, dúvida do erro que cometeram, quando, sem a certeza de disporem de aparelhagem mais válida e empenha de uma tentativa de recriação da Europa, segundo a paixão dos seus espíritos, deram por caduca e já desnecessária essa União Europeia de Pagamentos.

Também, no último segundo de 1972 terminou o Acordo Monetário Europeu, o único mecanismo, até então, ainda vivo de esquema de cooperação económica, real, entre todos os países da Europa — a Organização Europeia de Cooperação Económica — cuja obra de fortalecimento, de todas e de cada uma das nações europeias, foi tão grande que, mesmo em clima de progresso contínuo, lhes tem permitido os luxos caríssimos de desgastes internos e externos, feitos em nome de interesses que, tantas vezes, não servem nem a justíssima ansiedade de melhoria de bem-estar de todos, nem a Europa que se propõem construir.

ALGUMAS DAS DEPENDÊNCIAS DESEQUILÍBRIOS DA ECONOMIA E DO TERRITÓRIO EUROPEU DO PAÍS

33 — Definidas, a traços largos,

as condições prevalentes no mercado internacional e apontadas as suas tendências num futuro próximo, poderemos, agora, avaliar com maior rigor o significado de algumas das dependências da economia portuguesa, através dos seus indicadores mais conhecidos.

34 — Disse, economia portuguesa. A propósito, devo lembrar que, todos os que vivemos e trabalhamos, principalmente aqui, usamos, quase sempre, com impropriedade a expressão «economia nacional», pois que, no geral, a referimos à economia do território europeu do País.

Erro fazemos, também, mas em sentido inverso, quando relacionamos, sem prevenção, o comportamento da economia do território europeu com os saldos da Balança de Pagamentos do País. Com efeito, nesta Balança estão representadas as economias de todos os territórios portugueses, integrantes da unidade monetária nacional, que é a Zona do Escudo. A realidade muito diversa desta nos conduzir, portanto, o cálculo da Balança de Pagamentos própria de cada um dos territórios.

35 — Esta falta, quase sempre inconsciente, de rigor, na terminologia — que também em nome dos usos e costumes iremos cometer ao longo desta exposição — na sua inconsciência e com a facilidade própria dela, traz, à luz do entendimento, um problema de origem e de destino, que é o da economia do espaço português em termos de Portugal.

A ECONOMIA DO TERRITÓRIO EUROPEU E A SUA DEPENDÊNCIA DO EXTERIOR

36 — A dependência do exterior, que sempre caracterizou a economia portuguesa, acentua-se, de ano para ano e está, na sua natureza, dimensão e contornos, patente na Balança de Pagamentos da zona do Escudo.

37 — Os saldos positivos da Balança de Pagamentos têm crescido a ritmo espectacular nos últimos anos. Em 1970 e 1971 foram, sucessivamente os seguintes: +2.531 mil contos; +8.252 mil contos; e no mesmo sentido da tendência o saldo apurado durante os nove primeiros meses de 1972 atingia já o expressivo montante de 6.960 milhares de contos.

Em termos do seu comportamento futuro e da sua capacidade de satisfação das necessidades actuais e a prazo, da economia do território europeu do País, reveladas nas suas carências actuais e nas suas propensões, os crescentes saldos positivos da Balança de Pagamentos da Zona do Escudo e as reservas do País em ouro e em divisas, relativamente enormes, precisam de ser avaliadas em função das características e da evolução possível das suas principais componentes.

38 — A Balança de Comércio do território europeu registou, nos últimos anos, um aumento contínuo e galopante dos seus «deficits» estruturais, apesar de, ao mesmo tempo, se ter verificado o progressivo e considerável aumento das exportações.

A avaliar pelos resultados apurados a partir das estatísticas alfandegárias, os saldos negativos da Balança Comercial em 1970, 1971 e 1972 foram, respectivamente: — 17.534 mil contos; — 21.248 mil contos e — 24.494 mil contos, a preços correntes.

39 — O dispêndio anual de divisas do território europeu do País, com as suas compras no exterior, no período referido — 1970 a 1972 — tem sucessivamente as seguintes expressões monetárias: 44.725 mil contos, 50.937 mil contos e 59.555 mil contos.

40 — Sabido que os movimentos de capitais não apresentam variações conjunturais sensíveis, os saldos crescentes da Balança de Pagamentos da Zona do Escudo vão encontrar a sua fonte principal no sector dos invisíveis correntes, particularmente nas transferências privadas (em especial à custa das remessas dos emigrantes) e nas receitas provenientes do turismo, que no período de 1970/71 foram os seguintes (em milhares de contos): respectivamente para o turismo + 6.823 9 108 e para as transferências privadas + 14.493 19,498.

Os resultados apurados nos primeiros nove meses de 1972 confirmam a tendência, dado que, nesse período, o saldo, apurado a partir dos movimentos de invisíveis correntes, atingiu o valor de 25.604 mil contos ou seja + 3.892 mil contos do que o montante alcançado, no período homólogo do ano anterior.

41 — Vejamos, agora, hipóteses de comportamento menos favorável da Balança de Pagamentos do País.

Não se estranhará que façamos ressaltar quanto, na evolução conjuntural, possa jogar contra a tendência, actual, do crescimento dos saldos positivos da Balança Global de Pagamentos. Fazemo-lo em nome daquela mesma prudência elementar que, na feitura de um orçamento, nos leva a calcular, por defeito, as receitas, e, por excesso, as despesas. Para o que vier de bom, todos estamos prontos, embora, mesmo neste caso, uma adequada preparação nos permita tirar, desse bom, maior proveito.

42 — Outra e muito importante razão nos leva a pedir a quantos, como nós, respondem pelo comportamento das empresas privadas no mercado maior reflexão sobre a eventualidade de resultados menos favoráveis nos futuros saldos da Balança de Pagamentos.

Esta razão está na atitude, já uma tradição, do Governo e do Banco de Portugal perante essa Balança.

43 — Estejamos bem conscientes de que o contínuo equilíbrio da Balança de Pagamentos da Zona do Escudo só pode considerar-se estrutural, na medida em que é uma construção do Governo e do Banco de Portugal, assente na firme adesão a princípios fundamentais, há muito aceites e sempre sustentados e remocados, no seu vigor, mesmo nas mais adversas circunstâncias. Que nunca as autoridades responsáveis admitam a experiência de outra atitude — a que poderia, por exemplo, conduzir a adopção de orçamentos plurianuais e, consequentemente, o equilíbrio determinado, em função desse período — constitui ponto essencial da nossa certeza no futuro.

Procedendo, assim, as autoridades portuguesas nunca deixaram dúvidas sobre a sua decisão de defender a estabilidade económica e financeira interna e a solvabilidade exterior do escudo como condição de qualquer crescimento económico-social válido.

Ao sustentar, contra ventos e marés, esta posição, o Governo patenteou, também, a sua decisão de impedir que, por virtude de um forte indovimento, no exterior, o País fosse obrigado a aceitar que as opções sobre o essencial da Nação acabassem por ser, na prática, feitas em outras capitais que não Lisboa.

A história da última década prova o acerto da posição tomada e nunca, até hoje, abandonada.

Esta atitude previne-nos de que se um desequilíbrio persistente se vier a verificar na Balança de Pagamentos, Governo e Banco Central podem ser forçados a medidas, temporárias, de defesa, mesmo que,

Assembleia Geral do Banco Fonsecas & Burnay

elas, atinjam zonas da importância, tidas como necessárias.

Olhemos, pois, as características das componentes da Balança de Pagamentos.

44 — Referimo-nos, já, ao aumento contínuo das exportações, a premiar muito e válido esforço já feito e a incutir ânimo para novas e conscientes incursões nos mercados externos.

Não podemos, no entanto, ignorar — para reforçarmos e acelerarmos a sua correcção a insegurança geral dos mercados externos faz ressaltar os inconvenientes da pequena base de consumo interno de parte muito considerável da nossa exportação e, essa mesma insegurança, põe em constante dificuldade muitas das unidades exportadoras, financeiramente frágeis, mesmo quando correctamente estruturadas e eficientemente geridas. Este risco ganha todo o seu significado quando se tem em conta que, já hoje, a exportação total do território europeu do País, englobando bens e serviços, deve corresponder a mais de 25% do Produto Bruto deste território e à exportação de mercadorias deve caber uma posição relativa, próxima dos 20% daquele mesmo Produto Bruto.

45 — O exame da estrutura das importações, conclui pela verificação de que, ao conjunto dos equipamentos, das matérias-primas e dos produtos alimentares indispensáveis ao abastecimento público, cabe posição relativa esmagadora.

Esta característica revela, sob muitos aspectos, uma composição sadia das nossas compras, no estrangeiro. No entanto, esta mesma composição, conjugada com o valor absoluto atingido pela importação e com o ritmo impressionante do seu crescimento, avisa-nos de que, em caso de necessidade de defesa da Balança de Pagamentos, pode não bastar a simples compressão das importações de produtos de luxo, dado o fraco peso relativo que tem. Nessa hipótese, evidentemente, extrema corremos o risco de dificuldades, temporárias, mesmo em sectores necessários ao desenvolvimento económico.

46 — Voltarei a este ponto, por ser o que mais me impressiona e preocupa, tanto mais que a alteração feita no ano findo no sistema de coordenadas do comércio intra europeu pode, nos próximos anos, constituir um novo factor de aumento das importações.

Penso na verdade que, pelo menos numa fase inicial, os aumentos da nossa exportação para a Europa, resultantes da nova estrutura deste mercado e do percurso a fazer, nos caminhos, também novos, obtidos no Acordo entre Portugal e a Comunidade Europeia, não poderão compensar, simultaneamente e automaticamente, o poder reforçado de penetração, no nosso mercado interno, que os Países do Mercado Comum terão pelo facto de terem passado a beneficiar do desarmamento da protecção aduaneira de que, até ao fim de 1972, só usufruíam os países membros da E.F.T.A.

47 — A contribuição positiva do turismo para a nossa Balança de Invisíveis correntes é, como vimos, considerável e tem crescido a ritmo muito bom.

No entanto — e sem que, com isto, queiramos sugerir abrandamento ou descontinuidade na tão notável e frutuosa acção empreendida — não poderemos esquecer que, a perturbação económica e social, contínua e actuante, verificada em quase todos os itinerários terrestres, que desembocam em Portugal, bem como a incerteza e os riscos, apresentados por todos os meios de transporte estão, na presente conjuntura, a fazer com que o turismo se transforme em fonte de fadiga, de preocupação, de aumento imprevisível de despesas e de riscos

pessoais, inadmissíveis quando assumidos a título do simples prazer de viajar.

Daí, que tenhamos de admitir a eventualidade, se não da quebra do volume actual das receitas produzidas pelo turismo, pelo menos do abrandamento temporário ou irregular do ritmo do seu crescimento.

48 — Não cometeremos erro grosseiro se considerarmos as «remessas dos emigrantes» compostas por dois elementos, dotados, um, de considerável grau de rigidez e, o outro, de extrema mobilidade.

O primeiro corresponderá às remessas periódicas destinadas à satisfação dos compromissos assumidos pelos emigrantes, em moeda nacional — pagamento de dívidas constituídas, sustento das famílias, etc.

O segundo elemento tem já natureza de poupança livre, daí provindo a sua extrema mobilidade que o faz dirigir, célere, para fora ou para dentro do País, em função da maior remuneração e do juízo, que o emigrante faça, sobre a segurança do mercado que lhe oferece o maior ganho.

Nos últimos tempos e, certamente, também no ano corrente, estes critérios de opção têm jogado nitidamente a nosso favor e, daí, a forte participação, na Balança de Invisíveis, da poupança dos emigrantes. E, não só a destes.

Mas, a melhoria da conjuntura internacional é não só possível como altamente desejável. Daí que uma restia de sol mais duradoura, a aquecer a segurança e a perspectiva de melhor negócio imediato, no mercado internacional, provoque não só uma considerável redução nas entradas de invisíveis, como a expatriação de capitais. A menos que, pela via do investimento produtivo e atraente, consigamos, rápido, fixar parte grande das disponibilidades dos nossos mercados do dinheiro e, mesmo, aumentar o poder de atracção desse mercado para novas e maiores verbas de emigrantes.

49 — Menos provável é a hipótese de, em virtude da persistente conjuntura de depressão do mercado ou por simples alteração, da estrutura interna das maiores políticas dos países onde a nossa mão-de-obra mais se concentra, termos de aceitar o repatriamento, não esperado e não programado, de parte dos portugueses que, neles, trabalham.

A hipótese não é tão teórica como parece: ainda recentemente, se outros tivessem sido — e estiveram à beira de o ser — os resultados das eleições gerais, numa grande nação da Europa, poderia ser, hoje, bem diferentes as condições de facto e as expectativas da mão-de-obra portuguesa que, para ela, trabalhava.

50 — Penso ter demonstrado não devermos considerar, como dado adquirido, o montante e a progressão dos saldos positivos da Balança de Pagamentos, nos últimos anos.

Mas, mesmo à luz de um entendimento contrário, nem assim, poderíamos estar tranquilos quanto ao comportamento da nossa Balança Comercial, particularmente da importação: esse comportamento revela uma parte — e só uma — das consequências do cada vez maior desajustamento entre a oferta nacional e a procura interna.

51 — Estou em causa duas diferentes coisas: a dimensão do mercado interno, por um lado e, por outro, o aproveitamento desse mercado, como produtor e consumidor.

Não voltarei, agora, a longas explanações do meu entendimento sobre as múltiplas vantagens da integração económica do espaço português. Tratei, largamente, desse problema, nas exposições que vos fiz, nas assembleias gerais anteriores. A evo-

lução da conjuntura interna e externa, em 1972, só, quanto a mim, reforça a razão de quanto vos disse nessas assembleias gerais.

52 — Hoje, lembrarei só que: — o sumatório dos resultados, globais anuais, de cada uma das economias dos territórios portugueses quando conduzidos fora de um propósito ou esquema que lhes dê um sentido de convergência, para a integração em espaço, comum de todas é, necessariamente, diferente do que o produto resultante da organização de uma economia no espaço português;

— a não existência de um forte poder de agregação interna, reforçará, fatalmente, no tempo, a dessolidariedade dos territórios nacionais: cada um, acabará por girar à volta de, um ou mais, pólos estrangeiros de atracção político-económica. Nem em teoria será de admitir que uma soberania estrangeira possa ter, pelos interesses desses territórios, o respeito e o amor que, a sua própria nação, tem deles.

— uma forte e consciente interdependência dos interesses económicos dos vários territórios, baseada no aproveitamento de um espaço nacional comum, em nada prejudica e só pode facilitar os sistemas de administração de cada um;

— a correcção satisfatória do actual desequilíbrio entre a oferta interna e a procura interna — desequilíbrio que, recentemente, é característica comum de todos os territórios nacionais — tem que procurar-se, não isoladamente mas em função do espaço nacional comum;

— A integração do espaço português será um caso único na história político-económica do Mundo e, dificilmente, se poderá repetir no futuro: nós, portugueses, temos, como alicerce da integração, a unidade, secular e nunca discutida da Nação e do seu comando político, isto é, podemos começar a partir daquilo mesmo que é a suprema ambição das organizações dirigidas para a união económico-política. Nestas, a unidade do comando político tem, necessariamente, carácter supranacional — o que significa renúncia, por cada um à sua soberania —. Daí, a impossibilidade prática, até hoje, verificada da realização perfeita de uma união política deste tipo.

Mesmo os Estados Unidos, para se transformar na colossal economia unitária, que são, tiveram que fazer a guerra entre o Sul e o Norte.

Dentro de Portugal, o supranacional significa, pura e simplesmente, nacional.

53 — A minha última nota, neste capítulo, apela para o melhor aproveitamento e aproveitamento da produção nacional à oferta interna.

Nenhum de nós, empresário responsável, seja qual for o sector da actividade económica em que trabalhe, pode adormecer, tranquilo, à sombra do montante actual dos saldos positivos da Balança de Pagamentos, esquecendo os riscos da excessiva dependência da economia portuguesa no seu conjunto, frente aos mercados externos; ignorando que, a evolução das importações tanto traduz desaproveitamento considerável de capacidades de produção, agrícola e industrial já instaladas, como impõe alargamento de produções actuais e a instalação de novas.

54 — Este esforço de substituição de compras no estrangeiro — para além do aumento, possível e ajustado, das exportações — requer a clara inteligência de cada um de nós, sobre a profunda interdependência dos interesses de todos os sectores da actividade privada e de cada uma das suas unidades.

Só esta inteligência — que não passa, aliás, de acto de defesa, a prazo, dos interesses das

nossas próprias empresas, nos poderia levar a opções no mercado, de preferência pelas outras produções nacionais, desde que a sua qualidade satisfaça e o seu preço permita margem suficiente de lucro.

Tenhamos em conta que o clima de tutela paternal, de resultados, aliás, nem sempre positivos, exercido pelo Estado, através de tomadas de posição directa e imperativa, tende a desaparecer. A protecção das produções nacionais, pela via tutelar, há muito já que vem sendo reduzida progressivamente, pela neutralidade a que se obrigou o Estado, nos acordos internacionais celebrados, para assegurar a participação da economia do território europeu em mercados mais vastos, comuns e preferenciais.

Essa tutela só pode encontrar substituto superior e muito mais eficiente, na preparação intensa dos gestores das empresas privadas para a compreensão de que só na equilibrada prosperidade geral de todos os interesses legítimos podem florescer e dar frutos os nossos interesses próprios.

A adesão a este pensamento elementar conduz a uma atitude individual e colectiva do sector privado, que se define por uma só palavra — solidariedade.

Este sentimento inteligente, deverá actuar em dois planos diferentes mas complementares: solidariedade entre as unidades da actividade privada; solidariedade entre esta e o sector público.

55 — As razões por que as economias nacionais dos países menos desenvolvidos são batidas, na concorrência com as altamente industrializadas, não são redutíveis a uma só causa — o avanço científico e tecnológico das mais evoluídas.

Estas economias, mais ricas e avançadas, têm, ainda, por si, cada vez mais apurado e actualizado, o reconhecimento, por parte dos empresários do sector privado, das interdependências intersectoriais das respectivas economias e da necessidade de actuações harmónicas e solidárias, como condição de satisfação dos interesses próprios. Vejam-se, por exemplo, os convénios privados, aliás condenados, para a manutenção de preços, no mercado interno, superiores aos praticados na exportação.

56 — Portugueses e latinos, se quisermos usufruir o bem dessa solidariedade, temos que vencer características natas, de individualismo, que se traduz na atitude de olharmos muito e de pouco e de longe — os dos outros, ainda que vizinhos —, quase nada e em superfície — os do todo em que nos integramos.

Se nos mantivermos nesta atitude, nunca haremos de alcançar o máximo aproveitamento das capacidades nacionais de produção, técnica e economicamente viáveis.

Deixando enfraquecer a economia nacional, todos, a prazo maior ou menor, haremos, também, de perder.

A evolução dos mercados nacionais do dinheiro e o seu melhor ajustamento aos interesses da economia portuguesa

O MERCADO MONETÁRIO E ALGUNS ASPECTOS DA SUA EVOLUÇÃO

DEPÓSITOS

57 — Na exposição que vos fiz, na última assembleia geral, tive a oportunidade de notar que «dados os hábitos e a inegável perturbação dos tempos, tenho para mim — e bem gostaria de me enganar — que a preferência pelo depósito a prazo

perdurará nos próximos anos da nossa vida monetária, ainda que, novas formas de atracção sejam, entretanto, ensaiadas.

Partindo, por prudência, desta base pessimista, teremos de reconhecer na simples garantia de acesso às operações de crédito a médio prazo, um instrumento por si só incapaz de absorver e de permitir a melhor aplicação, pela banca comercial dos depósitos a prazo, que nos seus balcões, estão sendo feitos, em grande quantidade e a ritmo acelerado.

Infelizmente não me enganei e, pelo menos em 1972, estas tendências — a da acumulação progressiva de depósitos a prazo, por todas as instituições de crédito, em geral, e pelos Bancos Comerciais, em particular, e a da manutenção de um clima de elevada liquidez — não só se mantiveram como até se avolumaram. Por outras palavras, continuámos a assistir: a uma sensível propensão para a poupança líquida; à detenção da parte maior dessa mesma poupança por institutos que só marginalmente actuam fora das zonas do crédito a curto prazo e, concomitantemente ao reforço das suas capacidades creditícias para o financiamento do capital circulante das empresas e do próprio consumo.

58 — Se é certo que a expansão da nossa economia, como a de todas as economias, só pode alcançar-se pelo reforço da formação de capital fixo, então, parece não haver dúvida de que continuamos a viver sob o signo do subaproveitamento das nossas capacidades monetárias.

O Governo, já quase no final do ano, promulgou um conjunto de medidas que, por certo, virão contribuir para limitar o reforço desordenado da capacidade creditícia dos bancos comerciais em matéria de curto prazo, particularmente no sector do crédito ao consumo. Mas, porque isso não basta, é agora legítimo aguardar que, em prosseguimento da mesma política da fase negativa e limitativa se passe à fase positiva e se abram, urgentemente, os canais por onde as massas monetárias, disponíveis nos diversos institutos, corram, desimpedidas, ao serviço do investimento.

59 — São várias as soluções possíveis: a definição de esquemas de colaboração, recíproca mas efectiva, entre os Bancos comerciais, por um lado e a Caixa Geral de Depósitos e os Estabelecimentos Especiais de Crédito por outro; a generalização e até o aperfeiçoamento desse importantíssimo veículo de política financeira, que é a Promissória de Fomento Nacional; clara definição de fórmulas que permitam, aos Bancos comerciais, exercer e intensificar as actuações que temos caracterizado como sendo de acção de charneira entre os mercados monetário e financeiro — são exemplos dos caminhos, que nos podem conduzir ao objectivo final — promover, tão pronto quanto possível, a aceleração do investimento no espaço português.

60 — É indispensável, no entanto, ter presente que o aumento acelerado do investimento, não tem dependido e não dependerá, apenas e só de condicionais financeiros: lastimarmos-nos da ausência de projectos, validamente estruturados, quase que se vai transformando num lugar-comum.

Apesar disso, precisamos de não acreditar que a existência de soluções monetárias activas não possa, de alguma forma, contribuir para o aparecimento de mais e de melhores iniciativas. Acontece, de resto, que estas soluções virão aproveitar da criação e do reforço das infra-estruturas de diferente natureza — muitas já decididas, outras, apenas anunciadas pelo Governo — mas todas dirigidas

ao alargamento da base, em que assentará novo e decidido impulso, na senda da industrialização do País.

CRÉDITO

61 — Seria utopia pensar que, em conjunturas de alta liquidez as empresas bancárias privadas, legitimamente atormentadas pelo agravamento progressivo dos seus custos, reforçariam ou, mesmo, manteriam os critérios selectivos de crédito.

Ao fazermos esta afirmação, de modo algum estamos a subestimar o grau de consciência dos centros da decisão bancária, ou a considerável — menos bem identificados com os interesses da grei.

Nem tão pouco que, pelo que dissemos, queiramos concluir pela maior ligeireza do crédito distribuído em 1972.

Pretendemos somente afirmar que, num sistema onde apenas cerca de 10% do total do financiamento é submetido ao crivo do redesconto do Bando Central, me parece arrazoado garantir selectividade no crédito, como muito optimista será o pensar que a conservação, no cofre, de dinheiro, inerte e caro, será sacrifício voluntariamente feito e conforme com a filosofia das economias de mercado. Não tem este Banco, por circunstâncias que lhe são peculiares, experiência vivida na matéria, mas nada, por exemplo, nos repugna admitir a existência de certa correlacão entre o clima de alta liquidez da banca comercial, vivido nos últimos meses, e a procura espectacular que, a gravada, continua a verificar-se nas emissões de acções.

62 — No mesmo intuito de condução das disponibilidades monetárias para o investimento e para a política selectiva de crédito mas, agora, visto o problema, sob óptica diferente, será de registar que, em 1972, se continuou a verificar, com tenacidade acrescida, uma mutação de alguns esquemas de crédito, outrora ortodoxos, noutros, porventura mais sofisticados, mas, também, menos transparentes. A deixar-se livre essa tendência acabaremos — se é que não estamos, já, nessa situação — por ver o elenco dos intervenientes nos mercados do dinheiro, alargado a outros agentes, dotados de características e de condições de concorrência no mercado, muito mais largas e flexíveis do que as consentidas aos institutos, tradicionais, do crédito.

Estou, como é óbvio, a referir-me — sem me pronunciar sobre o seu mérito — a certos tipos de financiamento da construção civil e de alguns empreendimentos turísticos que, utilizando suportes jurídicos, apresentados com inegável atracção, recorrem, pela via directa, ao detentor da poupança, actuando livres e à margem das estruturas através das quais Governo e Banco Central, procuram resolver o problema da selectividade do crédito.

Julgamos que esta situação merece, já hoje, um tratamento capaz de, também neste sector, acautelar a estabilidade da correlação poupança-investimento, no quadro de uma política económica global.

O MERCADO FINANCEIRO E A SUA EVOLUÇÃO

63 — Neste campo, tudo continuou — e é pena — a evoluir ao longo das curvas já traçadas e das previstas para 1972 se não viessem a ser tomadas, em tempo útil, medidas de correcção da tendência: actividade pouco mais do que simbólica nos mercados obrigacionistas (primário e secundário) e interesse crescente no sector das acções, onde se continuaram a

DL/NACIONAL

Deficiências na aplicação do novo Contrato dos Químicos pela indústria da borracha

Entrou em vigor, a partir de 29 de Janeiro, o novo Contrato Colectivo de Trabalho dos técnicos e operários químicos da indústria da borracha, antes homologado pelo secretário de Estado do Trabalho e Previdência.

A entrada em vigor de um novo Contrato Colectivo deve trazer consigo, de forma inequívoca, um reajustamento adequado das condições e dos direitos que assistem a todos os trabalhadores. A verdade, porém, é que a satisfação não parece ter corado, de maneira nenhuma, a entrada em vigor do Contrato acima indicado.

O Sindicato Nacional dos Técnicos e Operários das Indústrias Químicas do Distrito de Lisboa (assim como o seu homólogo de Setúbal) discorda já plenamente da redacção final do Contrato, recusando-se mesmo a assiná-lo, frente à atitude do Grémio dos Industriais da Borracha e por considerar que não tinham sido respeitados os direitos mínimos dos trabalhadores seus filiados. Apenas o Sindicato dos Químicos do Porto decidiu aceitar as condições postas pelo Grémio na fase final de conciliação, impedindo que o Contrato fosse decidido por arbitragem.

Os protestos do Sindicato de Lisboa, baseiam-se no facto de o Contrato prever o descontro dos domingos aos trabalhadores e não lhes ter permitido uma melhoria de salários, subsídios, serviços sociais, férias e outras regalias.

Além disso, e decorridos quase dois meses sobre a entrada em vigor do Contrato Colectivo e depois dos repetidos avisos feitos pelo Sindicato acerca das suas falhas, algumas empresas têm-não aplicado duma maneira estranha, prejudicando, naturalmente, os trabalhadores. Assim, há empresas que ainda não pagaram os

subsídios de Natal e de férias em atraso; outras continuam a recusar-se a pagar integralmente os trinta dias de trabalho ao mês; e ainda outras procuram integrar os seus assalariados no Sindicato dos Sapeiros, na tentativa de anular as escassas garantias conse-

guidas com o novo Contrato pelos Sindicatos dos Químicos. No entanto, refira-se que algumas empresas, exemplarmente, puseram em vigor as cláusulas do Contrato, sem margem para quaisquer dúvidas ou queixas dos seus trabalhadores.

PEQUENOS PRODUTORES DE LEITE

Sacrifício e resistência

MAFRA, 6 — A situação dos pequenos produtores mereceu, no relatório e contas do exercício de 1972 da Cooperativa Agrícola dos Produtores de Leite do Concelho de Mafra, algumas palavras elucidativas, que são ao mesmo tempo um testemunho e um aviso:

«A constante luta pela defesa dos princípios e pela própria vida desta cooperativa em circunstâncias difíceis, tem continuado a ser preocupação permanente da direcção. Infelizmente, porém, tal como aconteceu já no anterior exercício, as condições em que se processa actualmente toda a actividade de produção leiteira pouco têm considerado a realidade dos problemas tornando praticamente infrutíferos os nossos esforços e portanto a legítima melhoria da situação dos senhores produtores.»

E o documento prossegue: «A nova tabela de preços, estabelecida superiormente, se constitui, de facto, um incentivo para as grandes produções e para a modernização e mecanização dos processos de trabalho, não considerou de forma alguma o grande número de pequenos produtores cujas

circunstâncias não permitem uma fácil associação». No entanto, «é exactamente essa a característica da produção leiteira no concelho de Mafra — na sua grande maior parte devida a pequenos produtores, em muitos casos localizados a consideráveis distâncias uns dos outros.

«Se não tivesse expressão a soma dessas pequenas produções, poderia ainda admitir-se que não haveria nada a fazer, além do lamentar o sacrifício de uns tantos cujas explorações não poderiam manter-se num sistema inteiramente novo onde só podem admitir-se unidades de larga escala».

E conclui: «Porém, são precisamente as centenas de pequenos produtores do nosso concelho, que continuam, apesar de todas as contingências adversas, a manter um volume notável de produção, hermitando com a sua quase perpétua persistência a solução de muitos problemas de abastecimento aos grandes centros urbanos».

em 3 linhas

Foi nomeado, em comissão de serviço, adjunto do secretário geral o dr. Adriano Borges Rebelo Pires, director de serviços da Direcção-Geral de Economia do Ministério do Ultramar.

Estão abertos concursos para provimento interino dos lugares de chefe da secretaria e de secretário-rútilógrafo (dois) dos tribunais das comarcas de Valpaços e Faro, respectivamente.

A dr.ª D. Maria Lucília do Espírito Santo Lourenço Pires Ferreira foi contratada para exercer o cargo de assistente, além do quadro, da Universidade de Lourenço Marques.

Foram nomeados, por conveniência urgente de serviço, professores provisórios das escolas e grupos que vêm indicados no «Diário do Governo» (2.ª série, n.º 80).

Foram concedidas participações aos Bombeiros Voluntários de Belas, para ampliação do quartel; ao Município da Figueira da Foz, para obra de arranjo envolvente do Forte de Santa Catarina e à Venerável Ordem Terceira de São Francisco-Casa do Menino

de Deus, para a obra de reparação das instalações da Colónia Belnear Infantil do Recolhimento do Menino de Deus, em Apúlia.

Ascende a 2 500 000\$00 a comparticipação à Junta Geral do Distrito Autónomo de Ponta Delgada (Açores), para a aquisição de equipamento destinado a construção e conservação de estradas naquele distrito.

Podem os interessados requerer a transferência para a Tesouraria da Fazenda Pública do Concelho de Almodôvar (3.ª classe).

Foi concedido ao sr. Carlos Manuel Carvalho Pires alvará para o funcionamento de um estabelecimento de ensino particular — primário elementar — denominado Externato Monte Abraão, em Queluz.

Vem na folha oficial (3.ª série, n.º 80) a lista dos empreiteiros de obras públicas a quem foram concedidos, modificados e cancelados alvarás no mês de Dezembro findo.

O arquitecto Duarte de Castro Ataíde Castel-Branco foi nomeado vogal do Con-

selho Superior de Obras Públicas e Transportes, como arquitecto especializado em urbanização.

No Gabinete do Plano do Cunene, no Ministério do Ultramar efectua-se no dia 21, às 10 horas, o concurso público para arrematação da empreitada para a elaboração do projecto do aproveitamento hidroeléctrico de Jamba-la-Mina (Angola).

Foram promovidos, por distinção, a alferes o sargento-ajudante Adriano Biguane, da Região Militar de Moçambique e os primeiros-sargentos Manuel Isaias Pires, do Centro de Instrução de Comandos da Região Militar de Angola e Adelino Januário Marques Mandriana, do Centro Militar de Educação Física, Equitação e Desportos.

Foi prorrogado até 5 de Setembro de 1975 o prazo para conclusão das obras de um hotel a construir em Elvas pelo sr. Luís Augusto Ribeiro da Silva e para o qual foi reconhecida a utilidade turística prévia.

Foi concedido ao dr. Carlos Altino Jansen Verdades Dinis da Gama o título de agregado pela Universidade de Luanda.

QUANDO A EUROPA SE SENTA À MESA PORTUGAL É QUEM BEBE MENOS

PARIS, 6 (ANI. — De acordo com a revista «Vision», os italianos tiraram aos franceses o primeiro lugar na lista dos maiores consumidores de vinho da Europa. Por outro lado,

os alemães são os que bebem mais cerveja e bebidas espirituosas. E os que menos bebem são os portugueses.

Citando estatísticas referentes a 1971, relativamente ao consumo em quinze países, de vinhos de mesa, aperitivos, cerveja, bebidas brandas, água mineral e leite, a «Vision» coloca a Irlanda no cimo da lista, com um total de 340 litros por cabeça.

A Finlândia apresenta o maior consumo de leite por cabeça — 230 litros — e a Alemanha Federal o maior consumo de cerveja — 144 litros. As estatísticas mostram que a cerveja é bastante mais popular do que o vinho. Seis países — os ordem decrescente, a Alemanha Federal, a Bélgica, a Dinamarca, a Irlanda, a Inglaterra e a Noruega — consumi-

ram mais de 100 litros por cabeça.

Relegando a França para o segundo lugar no consumo de vinhos de mesa — o que acontece pela primeira vez — a Itália apresenta o consumo de 110 litros por cabeça, contra 107 litros naquele país. O único primeiro lugar alcançado pela França foi no consumo de água mineral — 50 litros por pessoa.

No que respeita a bebidas brancas, a lista é, encabeçada pela Holanda: 82 litros por pessoa. Portugal ocupa o último lugar: 11 litros. De Facto, embora não se disponha de estatísticas referentes ao consumo de água mineral e de leite, Portugal, ocupa a cauda da lista, no total, tendo consumido apenas 159 litros de bebidas, por pessoa.

Sindicato Nacional dos Empregados Bancários do Distrito de Lisboa CONVOCATÓRIA

ASSEMBLEIA GERAL

(Sessão Extraordinária)

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 22.º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral para reunir, em sessão extraordinária, no dia 10 do corrente, às 21 horas, no Salão da Sociedade de Instrução e Beneficência «A Voz do Operário», Rua da Voz do Operário, 9-15, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. INFORMAÇÕES;
2. ASSISTÊNCIA MEDICA.

Nos termos do § único do artigo 19.º dos Estatutos, a Assembleia só poderá funcionar a hora marcada com a presença de, pelo menos, um quarto dos sócios do Sindicato, funcionando meia hora depois com qualquer número de sócios.

De acordo com o determinado no artigo 20.º dos Estatutos, só podem tomar parte na reunião da Assembleia Geral os sócios com mais de doze meses de inscrição, ou seja até ao n.º 19 134, inclusive.

Lisboa, 2 de Abril de 1973.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
José de Andrade Soares

Festa de confraternização de todo o pessoal da firma A. C. Lima & Godinho, Lda.



Ladeado por esposa, filhos e todo o pessoal desta firma, António Godinho, administrador da mesma realizou num restaurante da capital norte-nordeste um almoço, que finalizou com algumas palavras de apreço aqueles que mais se destacaram durante este período de trabalho. Para tal acontecimento e mais de perto conhecer o ritmo progressivo da empresa, deslocaram-se aquela cidade os funcionários da Sede, tendo visitado as novas instalações inauguradas na passada 2.ª feira e em pleno convívio festejar tal acontecimento.

NOVA ESTRADA AVEIRO-MURTOSA

Agora que Aveiro é notícia pela realização, naquela cidade, do 3.º Congresso da Oposição Democrática, foi dada a conhecer às pessoas daquela região que será posta em arrematação, nos princípios do próximo ano, a construção da nova estrada Aveiro-Murtosa, há tantos anos esperada pela população daquele concelho.

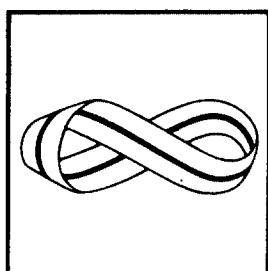
Com efeito, há muito que a Murtosa tem aguardado, pacientemente, a realização des-

te desejo que, para além de facilitar e abreviar as comunicações com a sede do distrito — presentemente tem que se der uma volta de largos quilómetros para atingir Aveiro — vem valorizar extraordinariamente sob todos os pontos de vista esta região ribeirinha e dar-lhe possibilidades para o seu desenvolvimento. De desejar que da arrematação e concretização o tempo não demore.



Todos os caminhos se encontram no Banco Totta & Açores

Estamos onde Você estiver.
No Continente.
Nas Ilhas. No Ultramar.
Somos uma organização em dia
com quadros jovens
e especializados
para a resolução de cada caso.
Actuamos com total
transparência de processos.



BANCO TOTTA & AÇORES

Num mundo novo o Banco Novo

SIDERURGIA NACIONAL S.A.R.L.

EXERCÍCIO DE 1972—RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas:

Vimos submeter à vossa apreciação o relatório e as contas do exercício de 1972.

1. A produção mundial de aço no ano, ultrapassando os 628 milhões de toneladas, foi a mais elevada de sempre e registou um acréscimo de 7,9 % relativamente à de 1971. Retomou-se assim uma linha de crescimento secular que no ano precedente sofrera uma quebra de 2,5 %, na esteira da recessão que começou nos meados de 1970 e se prolongou até ao primeiro semestre de 1972.

Entre as mais favoráveis evoluções da produção contam-se as dos Estados Unidos, com 10,9 %, do Mercado Comum e do Japão, com 9,4 %, da Espanha, com 18,3 % e do Brasil, com 9,1 %. Foram relativamente modestos os aumentos no Reino Unido (4,7 %) e na União Soviética (4,4 %); mas esta manteve, com 126 milhões de toneladas, o lugar de primeiro produtor, conquistado em 1971.

Interessa notar, pelas ligações especiais e pela vizinhança, que o Brasil e a Espanha atingiram produções de 6,6 e de 9,5 milhões de toneladas, respectivamente.

A progressão na Europa é atribuída em parte a uma recuperação de terreno perdido em 1971 e, essencialmente, a reconstituições de «stocks», antes desfeitos, e a certa animação do comércio internacional. De facto, mostram-se prudentes as estimativas feitas quanto à evolução, no Mercado Comum, do consumo real, que terá apresentado ainda taxas limitadas, em consequência de lentidão dos reflexos reactivos dos primeiros consumidores do aço, particularmente os produtores de bens de investimento.

Para 1973, as previsões do «International Iron and Steel Institute» apontam uma produção mundial de 660 a 670 milhões de toneladas, que traduziria um aumento de 5,1 % a 6,7 %. Estes números apresentam-se coerentes com a curva tendencial de longo prazo.

2. No Estrangeiro, os preços dos aços tiveram ao longo de 1972 aumentos significativos, quer nos mercados internos quer, e sobretudo, no comércio internacional. Esta evolução, que prossegue, tem sido claramente definida como uma reconquista de indispensável nível de rentabilidade sem o qual as siderurgias não só não podem expandir-se como até dificilmente assegurarão a sua subsistência a prazo. Tal reconquista foi até agora parcial e módica, para a generalidade dos países e das empresas, por o processo inflacionista dos custos de produção, através de diversos factores, deixar escassos saldos (aliás nem sempre positivos) dos aumentos dos preços de venda.

Pelo que precede, a tendência para a subida dos preços dos aços não resulta agora de um simples jogo de oferta e de procura. É antes uma necessidade de equilíbrio económico-financeiro, tão premente que se assistiu mesmo a uma excepção de limitação de preços durante período de escassa procura, com imobilização de unidades e limitações voluntárias, num despojar de solidariedade que a consciência de resvalar para o abismo impôs.

Por outro lado, as associações económicas multinacionais, de efeitos ampliados por acordos com nações de contigüidade e afinidade mais ou menos nítidas, conduzem, por aperfeiçoamento, expansão e crescente vigor das suas regras, à supressão de regimes de subsídios, directos ou indirectos, que têm sido base de preços excepcionalmente baixos e de concorrência desigual.

De qualquer modo, o aço apresenta-se com garantias de continuar a ser um material barato face ao elevado investimento que requer, aos materiais e serviços que utiliza, à nobreza e à intensidade da sua elaboração, aos reais valores e utilidade na formação e na vida das nações industrializadas. Simplesmente, um juízo justo sobre a matéria terá de ser iluminado por uma realista compreensão da pouca força inflacionista dos preços do aço e pela consciência dos muito vultosos e onerosos requisitos de progresso e expansão que põe a indústria siderúrgica.

3. Os preços dos aços nacionais não tiveram qualquer alteração desde 31 de Julho de 1971. Deste facto resultou que a partir do Verão último começaram vários deles a tornarem-se desactualizados e inferiores aos mais correntes nos mercados internos da C. E. C. A..

A Empresa, embora pelo despacho ministerial de 31 de Julho de 1971 se considerasse com o direito de repercutir automaticamente os aumentos verificados naquela Comunidade, aumentos esses aferidos pelos de um grupo de paridades oficialmente escolhidas para padrão, entendeu, na circunstância, não usar de tal direito, correspondendo assim aos desejos manifestados pelo Governo no sentido de que aguardasse algum tempo, uma vez que se procurava combater a situação inflacionária no País e que estava prevista para o começo do ano de 1973 uma revisão de tabelas inerente à integral adaptação ao regime de vendas da C. E. C. A., com a qual acabava de ser concluído o acordo agora em vigor.

Entretanto, no momento em que se redige este relatório ainda não se pôde concretizar a actualização dos preços dos aços nacionais, embora os custos de produção tenham sofrido pesados agravamentos, os aços de importação tenham visto homologadas novas tabelas de preços com aumentos médios da ordem de 16 % nos produtos longos e de 23 % nos produtos planos e os preços já fora hajam continuado a subir.

Do exposto resultou que a Empresa viu-se já na impossibilidade de prosseguir normalmente alguns fabricos por os preços de venda não cobrirem os custos directos de produção e, até, os custos das matérias incorporadas.

É de notar que nos últimos meses o custo dos «coils» para laminar a frio aumentou mais de 30 %.

Crê-se, porém, que a solução do problema se verificará agora dentro de poucos dias, como é indispensável.

4. Durante o ano a Fábrica do Seixal produziu:

345.524 t de gusa
457.839 t de aço
436.760 t de produtos acabados longos
119.622 t de laminados planos, incluindo 42.614 t de folha de flandres e 22.241 t de chapa galvanizada
138.428 t de coque grado
22.470 t de finos de coque.

Todas estas produções constituem máximos, sendo particularmente dignos de nota os aumentos obtidos nos produtos acabados, que se traduzem em percentagens de 32,6 % nos produtos longos, incluindo a banda para tubos, e 66,7 % nos produtos planos.

A estes resultados não é estranho o cuidado posto no constante progresso da eficiência da Fábrica, no prosseguimento do esforço para a vossa Empresa sobreviver com o regime do Mercado Comum, observadas que sejam as regras de leal concorrência que informam os tratados de Paris e de Roma.

A Fábrica de Angola produziu 31.010 t de lingotes e 29.993 t de laminados, com aumentos de 29,1 % e 4,7 %, respectivamente, sobre os números do ano anterior.

5. As vendas de laminados na Metrópole atingiram 530.412 toneladas, sendo 416.838 de produtos longos (varões, fio-laminado, barras comerciais, perfis, bandas e carris) e 113.574 de produtos planos (chapa nua, folha de flandres e chapa galvanizada). Estas vendas representam em relação ao ano anterior acréscimos de, respectivamente, 15,1 %, 7,2 % e 57,4 %.

Exportaram-se durante o ano 12.676 toneladas de produtos longos e 4.025 de produtos planos. Destes, merece realce a circunscrição de as nossas chapas galvanizadas terem tido óptima aceitação em mercados europeus dos mais evoluídos.

De coque, comercializámos já 8.771 toneladas, das quais 3.767 se destinaram a mercado externo.

As expedições da Fábrica de Angola atingiram 34.971 t, com um aumento de 15,3 % em relação ao exercício precedente.

6. Durante o ano adquiriram-se 514.950 t de minério e cinzas de pirite, provindo do estrangeiro 63.981 t. As compras de carvão atingiram 276.172 t e as de coque, anteriores à produção nacional, 100.689 t. Recepcionaram-se ainda 121.783 t de canteira, 163.858 t de «coils» e 23.083 t de sucata.

7. A primeira bateria de fornos da coqueria, cujo acendimento, embora efectuado no começo de 1972, foi já objecto de referência no relatório do exercício de 1971, tem vindo a produzir coque de boa qualidade. A rodagem da instalação prossegue e os acidentes verificados não significam que os problemas surgidos não sejam os normais em realizações congêneres da mesma envergadura.

A instalação da segunda bateria de fornos está quase terminada, conforme o programa estabelecido. O acendimento respectivo ainda não se verificou apenas por conveniências relacionadas com a sua exploração, por agora destinada a mercados externos.

8. Dentro de previsão oportunamente havida — ao conceber a expansão da Empresa que vos tem sido anunciada — a associação de Portugal à C. E. E. e à C. E. C. A., modificando os parâmetros do abastecimento e da concorrência no mercado nacional, levou-nos a decidir optar pela instalação no distrito do Porto da Parte I da Fase III da aquela expansão.

Requerida a transferência da autorização respectiva, já concedida em 27 de Outubro de 1971, veio a ser publicado o Decreto-Lei n.º 539/72, de 22 de Dezembro de 1972, pelo qual o Governo foi autorizado a conceder à Siderurgia Nacional a licença para a nova unidade fabril no referido distrito, esperando-se para breve a publicação da mesma licença.

Entretanto, prosseguiram as consultas e os estudos necessários à nova unidade fabril, cujo início de concretização material pensamos estar próximo.

9. Os acordos assinados em 22 de Julho de 1972 entre os Estados Membros da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (C. E. C. A.) e a Comunidade Económica Europeia (Mercado Comum) por um lado e o Governo Português por outro lado virão influenciar sensivelmente os termos de desenvolvimento económico do País e o futuro das suas indústrias, designadamente as indústrias básicas, dependendo o sentido dessa influência da forma como se puder, quiser e souber responder ao «desafio» da Europa.

É evidente que a abertura de mercados mais vastos e a abolição de práticas discriminatórias, o estabelecimento de uma sã e leal concorrência poderão exercer influência salutar na economia nacional, sobretudo se às empresas forem propiciadas igualdades de tratamento em matéria de acesso aos mercados de matérias-primas e de capitais e se não lhes for diminuído o poder de adaptação às regras do jogo.

É preciso, é certo, que o empresário português se habitue a pensar e a planejar à escala europeia e que saiba adaptar-se rapidamente às situações que se lhe vão a pôr. É necessário, também, que o consumidor seja estimulado e amparado até se habituar a fazer as suas escolhas em termos racionais, sem sobrepor à análise fria e lógica das relações qualidade/preço a preferência pelo produto estrangeiro, só porque é estrangeiro.

No que se refere ao aço, já nos declaramos prontos a aguentar o impacto e a progredir em termos de marcar e defender a posição do nosso País na Europa. Neste sentido vimos de há muito orientando a gestão e a estrutura da nossa Empresa. Mas esta só tem efectivamente tal possibilidade se não for asfixiada por factores extrínsecos nem impedida de acompanhar os mercados europeus nas suas evoluções naturais de preços, tanto mais que não pode, nas circunstâncias de compromissos supranacionais, esperar protecção em caso de crise.

Alguns problemas poderão pôr-se aos clientes em consequência da necessária adaptação das regras comerciais às normas vigentes na Europa; mas tais problemas, de mera transição, podem ser rapidamente ultrapassados, na certeza de que o que serve o vasto e evoluído Mercado da C. E. C. A. servirá também o mercado português. É que as regras ali seguidas são o fruto da longa experiência dos países de maior tradição siderúrgica; e essas regras já deram as suas provas na disciplina do complexo e sensível comércio do aço.

10. O balanço apresenta-nos um «activo» bruto de 7.935.168.490\$83, mais 529.317.236\$03 (7,1 %) do que no exercício precedente. As «existências» mostram uma diminuição, devida a deliberada política de gestão.

Os restantes elementos disponíveis e realizáveis registaram um ligeiro aumento e o «imobilizado» totalizou 6.244.322.081\$29, com uma subida de 434.040.584\$22, correspondente à taxa de formação bruta do capital fixo de 7,6 %, ou a 15,1 % da facturação.

O «passivo» apresenta praticamente o valor de 1971.

No aspecto financeiro a análise estrutural do balanço demonstra que o «passivo» representa agora 43,9 % do «activo» (46,7 % em 1971), verificando-se melhoria da solvabilidade e do potencial de crédito da Empresa.

Durante o ano a Siderurgia facturou 2.868.505.933\$63, incluindo 194.175.762\$00 da Fábrica de Angola.

A rubrica «produções internas e serviços acessórios», em que se inclui, fundamentalmente, o valor das produções internas, compreendendo agora o coque, e as cedências à Fábrica de Angola, não classificáveis em vendas, atingiu a extensão de 331.347.082\$19.

O desenvolvimento da conta de ganhos e perdas mostra-nos um lucro líquido de 98.036.531\$50 depois de feitas as amortizações e provisões julgadas necessárias, no valor, respectivamente, de 411.889.608\$09 e 17.513.046\$30, correspondendo à Fábrica de Angola, também respectivamente, 21.439.904\$75 e 3.314.781\$30.

Não obstante o crescimento de actividade, expresso em maiores produções, vendas e facturação, conseguiu-se que os encargos gerais da Empresa, deduzidos dos encargos financeiros e dos impostos, sofressem uma redução de 16,5 %, merecedora de especial realce até por os vencimentos do pessoal terem aumentado substancialmente a partir de Janeiro. Os encargos financeiros sofreram um aumento de 40 % devido ao maior volume de capitais movimentados com a exploração, agora acrescida com a coqueria.

Em resultados diversos registaram-se, principalmente, os proveitos relativos a juros credores, diferenças de câmbio e Fundo de Igualização de Fretes (5.753.008\$20), estes últimos destinados à cobertura, que não completaram, das despesas de transporte até aos locais de entrega.

11. Propomos para o lucro líquido apurado, no montante de 98.036.531\$50, a seguinte aplicação: (1)

Para Reserva Legal	4.901.827\$00
Para Dividendos	46.602.655\$00
Para Participação do Pessoal	4.660.265\$50
Para Reserva Especial	41.871.784\$00

12. No fim do mês de Junho, por circunstâncias da sua vida particular, viu-se forçado a deixar o cargo de Vogal do Conselho de Administração o Senhor Dr. Bernardo Viana Machado Mendes de Almeida (Conde de Caria), que durante largos anos deu à Siderurgia Nacional a sua muito valiosa colaboração. Para preencher a vaga assim aberta, o Conselho chamou ao exercício do cargo de Vogal o accionista Senhor General António Augusto dos Santos.

SIDERURGIA NACIONAL S.A.R.L.

13. O Senhor Engenheiro Pedro Cabral de Moncada, Delegado do Governo junto da Siderurgia Nacional, continuou a honrar-nos no exercício das suas elevadas funções, com a melhor compreensão e o bom acompanhamento dos problemas da Empresa. Expressamos-lhe, por isso, a nossa gratidão.

Em Maio foi designado Administrador por parte do Estado o Senhor Engenheiro Eduardo da Cruz Gomes Cardoso, que entrou imediatamente no exercício das suas funções, participando activa e interessadamente neste Conselho.

O Conselho Fiscal continuou a prestar o valioso contributo do seu saber e da sua dedicação em termos de ser uma vez mais credor do nosso reconhecimento e digno do vosso louvor.

Finalmente, exprimimos a devida gratidão aos Trabalhadores da Empresa que puseram nas suas missões dedicação e zelo especiais.

Lisboa, 2 de Março de 1973.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pela SODEGE — Carlos Alfredo Garcia Alves, Presidente
Amílcar José de Gouveia Marques
Henrique Augusto Barbosa Estácio Marques
Eduardo da Cruz Gomes Cardoso
António Augusto dos Santos

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1972

BALANÇO

ACTIVO		PASSIVO	
CAIXA E DEPOSITOS A ORDEM	74 332 805 866	EFEITOS A PAGAR	1 274 871 517 870
TÍTULOS EM CARTEIRA	1 837 462 880	FORNecedores	330 369 353 868
EFEITOS A RECEBER	10 732 292 890	DEVEDORES E CREDORES	1 235 384 518 829
CLIENTES	329 251 745 810	EMPRESTIMOS POR OBRIGAÇÕES	465 612 000 000
DEVEDORES E CREDORES	122 825 908 879	EMPRESTIMOS NÃO OBRIGACIONISTAS	168 742 001 840
EXISTÊNCIAS	856 664 100 809	OBRIGAÇÕES A REEMBOLSAR	4 558 000 000
MATERIAIS EM RECEPÇÃO E EM TRANSITO	95 182 003 520	DIVIDENDOS A PAGAR	5 719 391 873
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E INCORPÓREAS	6 244 322 061 829		3 486 286 784 880
	7 935 168 490 883		
CUSTOS EM SUSPENSÃO	30 142 214 880		
		NAO EXIGIVEL	
		PROVEITOS EM SUSPENSÃO	1 180 077 890
		PROVISÕES	76 050 886 824
		FLUTUAÇÃO DE VALORES	35 001 901 814
		AMORTIZAÇÕES	3 140 022 302 829
		SITUAÇÃO LÍQUIDA ACTIVA	
		CAPITAL	847 321 000 800
		RESERVAS	
		LEGAL	31 523 027 890
		ESPECIAL	249 210 001 842
		LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	98 076 511 830
			7 935 168 490 883

Lisboa, 31 de Dezembro de 1972

O DIRECTOR FINANCEIRO
João António da Costa

RESULTADOS FINAIS

DESENVOLVIMENTO DE GANHOS E PERDAS

DÉBITO		CRÉDITO	
ENCARGOS GERAIS DA EMPRESA:		RESULTADOS DA EXPLORAÇÃO FABRIL	796 994 153 848
ENCARGOS COM OS ÓRGÃOS SOCIAIS	2 029 738 880	RENDIMENTOS DE TÍTULOS DE CRÉDITO	10 320 830
REMUNERAÇÕES E ENCARGOS COM O PESSOAL	20 724 064 870	RESULTADOS DIVERSOS	31 261 700 800
CONSUMOS E SERVIÇOS DE TERCEIROS	22 064 546 880		
ENCARGOS COM PUBLICIDADE	1 316 818 880		
ENCARGOS FINANCEIROS	214 106 971 809		
CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	31 121 058 830		
DESPESAS DE DISTRIBUIÇÃO	16 822 079 850		
PROVISÕES DIVERSAS	17 513 046 830		
AMORTIZAÇÕES	411 889 008 859		
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	98 076 511 830		
	836 286 263 578		836 286 263 578

Lisboa, 31 de Dezembro de 1972

O DIRECTOR FINANCEIRO
João António da Costa

RESULTADOS DA EXPLORAÇÃO FABRIL

DÉBITO		CRÉDITO	
EXISTÊNCIAS INICIAIS	856 664 100 809	EXISTÊNCIAS FINAIS	856 664 100 809
AQUIZIÇÕES		VENDAS	2 894 505 933 863
PRODUTOS ACABADOS E SEMIACABADOS	945 548 415 880	PRODUÇÕES INTERNAS E SERVIÇOS ACESSÓRIOS	331 347 082 819
MATERIAS-PRIMAS	950 744 616 821	OBRAS EM CURSO	3 908 152 861
MATERIAIS DIVERSOS	300 673 532 859		
REMUNERAÇÕES E ENCARGOS COM PESSOAL FABRIL	320 380 292 850		
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERIORES	91 178 073 850		
GRANDES REPARAÇÕES	40 336 383 859		
REGULARIZAÇÕES DIVERSAS			
PREMIOS E PENALIDADES	261 647 851		
SALDO			
RESULTADO DA EXPLORAÇÃO FABRIL	796 994 153 848		
	4 060 425 268 852		4 060 425 268 852

Lisboa, 31 de Dezembro de 1972

O DIRECTOR FINANCEIRO
João António da Costa

Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Accionistas:

Como é habitual, o Relatório do Conselho de Administração é plenamente elucidativo não só acerca da actividade da vossa Empresa no exercício findo, mas até acerca da panorâmica siderúrgica internacional.

Os resultados alcançados, não obstante as dificuldades de todos conhecidos, e com os quais nos congratulamos, bastam para atestar a competência de alto nível do Conselho de Administração.

Como nos cumpria, acompanhámo-nos com regularidade a marcha ascensional da



**SO' JOVENS CORPOS
LHE SATISFAZEM A FOME...
SO' SANGUE PALPITANTE
LHE SACEIA A SEDE
ARDENTE!**

O VAMPIRO NEGRO "BLACULA"

O MAIS HORRIPILANTE FILME DA DÉCADA
- Sociedade Conde de Dracula -

com WILLIAM MARSHALL · DENISE NICHOLAS · VONETTA McGEE

GORDON PINSENT · THALMUS RASULALA

prod. JOSEPH T. NAAR real. WILLIAM CRAIN esc. por JOAN TORRES and RAYMOND KOENIG

Distrib. por COLUMBIA & WARNER

GRUPO D/18 ANOS

2ª SEMANA NO EDEN

AMANHÃ, SÁBADO — 4 SESSÕES

às 15,30 — 18,30 — 21,45 e

... MEIA NOITE E MEIA HORA

DL/GERAL

O CASO DA HERANÇA SOMMER

Decorreu hoje a 400.^a sessão do Caso da Herança Sommer, tendo iniciado as suas alegações o advogado dos assistentes dr. Eridano de Abreu.

Iniciou o seu discurso com os cumprimentos da praxe:

Senhor presidente, senhor juiz adjunto, dign.^o representante do Ministério Público.

É uma praxe estabelecida desde há muito, quando se trabalha pela primeira vez com determinados juizes, com colegas, dirigindo-lhe palavras de cumprimentos. Eu devo dizer a V. Ex.^{as}, mesmo que não existisse essa praxe, que mesmo que realmente não houvesse esse costume de dirigir cumprimentos àqueles com quem se trabalha pela primeira vez nos tribunais, eu não deixaria de me referir, numa saudação, não só a V. Ex.^{as} srs. juizes, e quando digo srs. juizes incluo também o sr. juiz adjunto do Procurador da República e não deixaria de cumprimentar os meus ilustres colegas, tanto da defesa como da acusação, de que neste momento se encontra presente apenas um, o meu filho dr. Jorge Abreu.

No cumprimento dessa praxe, que para mim constitui um dever, eu quero que as minhas primeiras palavras sejam dirigidas a V. Ex.^a sr. juiz presidente. E quero que elas sejam dirigidas a V. Ex.^a porque, sendo de saudação, e sendo de cumprimentos, V. Ex.^a é bem merecedor, como magistrado, de todas essas homenagens, de todos esses cumprimentos e de todas essas saudações.

O JUIZ PRESIDENTE: «UM APOSTOLO DA MAGISTRATURA»

V. Ex.^a é na verdade um apóstolo da magistratura, V. Ex.^a durante estes anos de julgamento, teve uma única preocupação: descobrir a verdade, não se poupou a esforços no sentido de a descobrir, e para tanto, teve de arrostar, tantas e tantas vezes, com tantas e tantas incompreensões daqueles que efectivamente não viram com bons olhos as preocupações de V. Ex.^a; eu não posso esquecer que durante a minha vida profissional já longa nunca encontrei um juiz que tanto se preocupasse com a descoberta da verdade como V. Ex.^a manifestou aqui neste julgamento. Por isso aceite sr. juiz corregedor, aceite as minhas homenagens sinceras, aceite um cumprimento franco como aqueles cumprimentos, aquelas saudações como aqueles que a gente costumava oferecer àqueles que conosco frequentaram a Universidade de Coimbra. V. Ex.^a na tarefa que tem de cumprir, ou que tem vindo a cumprir há quase três anos, tem a coadjuvado dois magistrados, distintos, cada um com o seu género, cada um com o seu temperamento, cada um com a sua maneira de proceder, mas ambos eles, ambos esses magistrados, quer o sr. dr. Saraiiva Lima, quer o sr. dr. Cordeiro

acompanharam V. Ex.^a nessa ânsia da verdade, nessa ânsia de justiça, nessa ânsia de poder revelar tudo quanto se passou neste processo cujo volume não deve ter comparação em qualquer deste País. Por isso senhores juizes adjuntos permita-me que os envolva no mesmo cumprimento e nas mesmas saudações.

Para o Senhor Representante da acusação pública tenho de dirigir uma palavra especial. Por virtude da minha função e assistente, ou por outra pela minha função de advogado dos assistentes na bancada do lado de cá e que de certo modo, um deles não é advogado dos assistentes, é advogado de um dos assistentes mas na qualidade de seu defensor, é o senhor doutor Rocha Rodrigues.

Há muito pouco tempo que eu tenho tido o prazer de trabalhar com V. Ex.^a As suas preocupações, a meticulosidade com que V. Ex.^a trata dos assuntos que lhe são entregues, a maneira de proceder de V. Ex.^a, são dignas da maior admiração. Por isso aceite sr. dr. Rocha Rodrigues os meus sinceros cumprimentos. Para o outro advogado que representa a acusação particular, o único aqui presente, pela circunstância de ser meu filho, apenas um abraço de um pai que efectivamente se encontra reconhecido em virtude da ajuda que lhe deu na cruzada a que se votou desde há uns anos a esta parte. Um abraço pois, e nada mais tenho a acrescentar a esse respeito.

Para os meus ilustres colegas da defesa, e são tantos, tenho eu não posso de maneira nenhuma a cada um deles de per si, até porque se dá esta circunstância: muito embora alguns tenham funcionado neste processo como advogados contra António Champalimaud, no fundo eles defenderam sempre a posição de António Champalimaud. Melhor dizendo, nenhum desses advogados defendeu a posição dos assistentes.

Mas nem por isso, eu deixo de me referir a todos com uma palavra de simpatia, com uma palavra de apreço, e começo por si Palma Carlos. Começo, por si, a quem há tantos e tantos anos nos liga um laço de verdadeira amizade e admiração, admiração de mim para consigo. Sempre estive, desde a primeira hora, na primeira bancada dos acontecimentos que o têm ferido na vida. E agora não sei porque, a família Palma Carlos é-me credora de tanta e tanta gratidão, que eu não posso deixar de referir o nome de seu irmão prof. Adelino da Palma Carlos, que foi o 1.^o interveniente neste processo, como advogado de António Champalimaud.

Eu devia referir-me a todos, um por um, aos advogados que trabalharam a seu lado, e todos os advogados, que de certo modo nele representaram os interesses dos assistentes. Há advogados que intervieram no processo de forma muito especial. Eu não posso esquecer-me dos advogados de D. Maria Helena que foram três: sr. Lopes

da Silva substabelecido do dr. Tito Arantes; eu não posso esquecer o sr. dr. Vale Guimarães que foi substabelecido do sr. dr. Oliveira Monteiro; eu não posso esquecer-me do sr. dr. Marques dos Santos; eu não posso esquecer-me do sr. dr. Vilala, que foi advogado também da sr.^a D. Maria Helena; eu não posso esquecer-me do sr. dr. Mendes Leal que foi advogado da Transfomal contra António Champalimaud; eu não posso esquecer-me do sr. dr. Leitão que foi advogado da Transfomal também contra António Champalimaud; eu não posso esquecer-me do sr. prof. José Maria Gaspar que também, juntamente com o sr. dr. Leitão, foi advogado de Transfomal contra A.C.; eu não posso esquecer-me do dr. Fernando Olavo que também foi advogado ou quis ser advogado de na, contra António Champalimaud; eu não posso esquecer-me de tantas e tantas figuras ilustres que passaram por este processo e de tanta e tanta ajuda que deram para poder compreender-se tudo quanto nele está feito, tudo quanto nele está escrito.

E claro, eles são tantos, tantos, que até a minha memória talvez não os possa abrangeir a todos, mas se de algum me esqueço eu peço imensa desculpa.

Há um, todavia, ou dois, pelo menos, que eu tenho de lembrar com uma certa saudade; um deles é o dr. Sidónio Rito, companheiro de armas aqui durante muitos e muitos meses e o dr. Proença de Carvalho que esteve sempre ao lado dele, na defesa de António Champalimaud. Advogados ilustres, combativos, advogados extraordinários que à causa de António Champalimaud prestaram relevantíssimo serviço.

Não posso esquecer também a ajuda que lhe deu o sr. dr. Salgado Zenha, essa figura ilustre que todos nós conhecemos. Ele por acaso não veio a ter qualquer interferência no processo, pelo menos, foi advogado substabelecido o sr. dr. Galvão Telles. Tudo pessoas ilustres srs. juizes, que eu quis lembrar para ver até que ponto srs. juizes os interesses que não são dos meus constituintes, foram defendidos neste processo de António Champalimaud.

A POSIÇÃO DOS ASSISTENTES EM RELAÇÃO AO MINISTÉRIO PÚBLICO

Nos termos do n.º 5 do art.º 4.º do decreto n.º 35007, os assistentes tem a posição de auxiliares do Ministério Público a cuja actividade se subordina a sua intervenção nos processos, salvo as excepções da lei.

Em face deste preceito, srs. juizes, parece-me que a minha missão neste processo é de coadjuvar, na medida do possível, o Ministério Público e a posição por ele tomada neste julgamento.

Mas eu não posso, de forma nenhuma, acompanhar em todos os passos as brilhantíssimas alegações por ele feitas. A sua opinião é respeitada, a análise que fez do processo é impressio-

nante, o conhecimento profundo que tem dos autos, realmente, não pode deixar de impressionar V. Ex.^{as} que tem de julgar o réu António Champalimaud.

Mas, o digno agente do Ministério Público apenas afirmou a V. Ex.^{as} uma determinada convicção a respeito de um problema que se levanta neste processo. Relativamente a outros, foi categórico na sua convicção e ainda a outros ele pôs em dúvida que se pudesse alcançar uma ou outra solução e deixou a cargo de V. Ex.^{as} escolher aquela que lhes parecesse mais justa de harmonia com os factos que narrou por menorizadamente a V. Ex.^{as}.

«EU VOU ACUSAR ANTÓNIO CHAMPALIMAUD»

Ora, antes de iniciar propriamente a minha acusação contra António Champalimaud, e eu vou acusar António Champalimaud, eu quero equacionar o problema que está posto perante V. Ex.^a relativamente ao crime em que são ofendidos os meus constituintes e que estão consubstanciados no processo a que se chamou, ou vulgarmente se chamou, o «processo de herdeiros».

Senhores juizes! como V. Ex.^{as} tiveram ocasião de observar, há um certo número de factos e um certo condicionalismo que tem de haver-se como certos e que não vale a pena eu repeti-los, porque, sob esse aspecto, o sr. juiz adjunto do Procurador da República, foi brilhante, perfeitamente claro na exposição desses factos.

Começou ele por dizer que havia um pano de fundo sobre o qual não podia haver dúvidas de espécie nenhuma.

Evidentemente que seria fastidioso da minha parte voltar a repetir todos esses factos. Esses factos constituem o pano de fundo e eu aceito-os exactamente como foram expostos pelo Ministério Público.

António Champalimaud, não há dúvida e na parte que me interessa, é acusado de haver cometido quatro crimes de abuso de confiança, que a querela aponta nos primeiros artigos.

Desses crimes são ofendidos os meus constituintes Maria Ana, Carlos e Henrique e tiveram origem numa participação feita em 29 de Março de 1959.

Ora bem, srs. juizes, relativamente a este processo, e em que há quatro ofendidos, os meus constituintes Henrique, Carlos e Maria Ana, há uma outra ofendida que é a Maria Helena.

V. Ex.^{as} devem recordar-se do papel desempenhado por esta assistente no processo.

Realmente constituiu-se assistente, defenderam-lhe os interesses três ilustres advogados e por fim desistiu da sua posição de assistente no processo, dirigindo a V. Ex.^{as} uma carta em defesa do réu António Champalimaud.

Portanto, estão apenas em causa, como ofendidos e assistentes, os meus constituintes

Maria Ana, Carlos e Henrique.

É claro que eu vou analisar o chamado processo de herdeiros, eu vou referir-me aos factos e a toda a problemática do processo de herdeiros. Mas é evidente que hoje o processo constitui um único, ou constitui um todo, de que nós não podemos esquecer-nos de modo nenhum, para apreciar a conduta do réu António Champalimaud.

Nós não podemos efectivamente deixar de recorrer, aqui e além, a passagens do processo da Transfomal, nós não podemos deixar de nos referir aqui e além, a passagens do processo da 9.^a emissão, nós não podemos deixar de nos referir ao processo em que é acusado Henrique e porque todos estes processos que hoje constituem um todo e que constituem um único processo, dão-nos realmente uma ideia mais clara, mais nítida do que foi toda a actividade de António Champalimaud.

Só através deles é que nós podemos definir e averiguar bem a personalidade do réu António Champalimaud.

Ora, todos estes processos encontraram no seu prosseguimento enormes dificuldades de investigação, até por virtude da personalidade de António Champalimaud.

Se V. Ex.^{as} tiverem em conta, e conhecem realmente o processo sob esse aspecto, não deixarão de descobrir as fases diferentes e as atitudes diferentes que ele foi tomando ao longo do processo consoante os problemas lhe eram postos, consoante as acusações que lhe eram feitas, consoante as dificuldades que lhe surgiam.

António Champalimaud nunca tem uma atitude firme; António Champalimaud nunca ajudou uma investigação; António Champalimaud nunca é claro em qualquer dos processos.

V. Ex.^{as} não-de dizer: mas a Polícia Judiciária, com todos os meios ao seu alcance, com a sua perspicácia, com certeza supriu todas as dificuldades. Não. Não srs. juizes. Porque as investigações na Polícia Judiciária estão a sofrer de um mal que todos nós advogados conhecemos. Os inspectores da Polícia Judiciária passam por lá, são nomeados, estão lá dois, três meses, às vezes um ano ou dois, depois são substituídos e quando o processo atinge determinada grandezza, ou existem determinados problemas que vão além do correioiro abuso de confiança ou do correioiro furto de carteiras, nessa altura, srs. juizes, complica-se a investigação de tal maneira e é muito difícil descobrir a verdade.

Vem um inspector vê as coisas de uma maneira; depois vem outro, vê as coisas de outra maneira e quantas e quantas vezes os processos vêm para o Tribunal sem uma investigação em termos; e V. Ex.^{as} sentem nas entrelinhas, muitas vezes, que há qualquer coisa por trás daquilo que estão descobrindo, que há qualquer coisa por trás daquilo que consta dos autos, que a Polícia deixou escapar e que a Polícia não investigou.

O réu António Champalimaud foi tratado na Polícia Judiciária de uma forma especial, e talvez não seja despendioso referir essa circunstância para V. Ex.^{as} verem bem a dificuldade que houve na investigação destes processos.

A seguir o dr. Eridano de Abreu referiu-se longamente à atitude da Polícia Judiciária em relação a António Champalimaud, considerando que este «mandou» na investigação feita pela Polícia Judiciária, a qual se mostrou submissa perante a personalidade de António Champalimaud.

Mais adiante disse o dr. Eridano de Abreu:

Este processo, como já tive ocasião de dizer a V. Ex.^{as}, foi participado em 29 de Março de 1959, e só em 1965 eu fui chamado para intervir nas questões dos irmãos Champalimaud.

É claro que estas coisas podem machar V. Ex.^{as} mas perdoem-me o desabafo; eu, nas minhas alegações, quero ser sincero, quero dizer tudo quanto me vai na alma. Eu intervim nas questões Champalimaud em 1965; estamos em 1973 e eu estou a fazer estas alegações, no epílogo duma cruzada: até hoje, srs. juizes — e é bom que todos o saibam! — não ganhei um tostão; até hoje, não recebi dos meus constituintes um tostão que seja dos meus honorários!

E porquê srs. juizes? Perdoem-me este desabafo: a casa dos meus pais está situada nas faldas do Marão — «não dá palha nem grão» como se costuma dizer — junto dela existe um vale riquíssimo com uma casa grande. Essa casa grande é da família Champalimaud.

Nunca os vi, nem sei mesmo se alguma vez eles apareceram por lá; e este nome bailava no meu pensamento desde criança e ouvia falar muito vagamente na família Champalimaud. Um dia sou procurado no meu escritório para resolver um problema destes processos da família Champalimaud, da senhora D. Madalena Champalimaud, mulher de Henrique Champalimaud. Não encontrei a incumbência e propus intervir nestes processos, para, única e simplesmente, congressar esta família; absolutamente convencido, mais hoje, mais amanhã, da possibilidade de um acordo que poria termo a toda esta tragédia familiar.

Nesses três meses, por virtude dessa minha intervenção, eu vim a tomar conhecimento deste processo e dos outros, já eles tinham sido remetidos ao Tribunal.

V. Ex.^{as} podem examinar esse facto através do processo. Quando eu junto o substabelecimento do meu colega, dr. Tabor da Ferreira, já o processo tinha sido remetido ao Tribunal e andava nestas bolandas.

A Polícia Judiciária, que havia negado primeiramente a qualidade de assistentes aos meus constituintes, só por virtude de acordão da Relação de Lisboa consentiu que eles pudessem ser assistentes nos autos. Como V. Ex.^{as} podem verificar, através de um requerimento apresentado por Carlos Champalimaud, à Polícia Judiciária, pela boca de um dos seus inspectores, e numa acareação, começa, nessa acareação, por pôr fora do seu gabinete o assistente Carlos Champalimaud, porque ele pretendia dar explicações mais amplas do que aquelas que naturalmente pretendia o sr. inspector.

Ele relata esses acontecimentos num requerimento que a apresentou na Polícia Judiciária a esse inspector e diz no processo o tratamento especial que foi dado a António Champalimaud e o tratamento vulgar que foi dado a Carlos Champalimaud e a Henrique Champalimaud.

Enquanto para o António era «V. Ex.^a»; para Carlos Champalimaud, para Henrique Champalimaud era «o Carlos», «o Henrique». V. Ex.^{as} vêem isso a apresentado num requerimento; contra esse requerimento nunca houve qualquer reacção por parte desse inspector.

O dr. Eridano de Abreu prosseguir a suas alegações, seguindo o sistema lógico do representante do Ministério Público, muito embora extraísse outras ilações contra António Champalimaud.

Proseguirá amanhã o julgamento, continuando a usar da palavra, o advogado dos assistentes.

BRILHANTES

De qualquer tamanho e preço, compramos. Paga-mos muito bem.

GRANDE OURIVESARIA DA MODA

RUA DA PRATA, 257

PISCINA DO TAMARIZ

REABRE AMANHÃ

Tratamento de água sob a direcção técnica

do eng.º químico B. de Mesquita

Funcionamento: das 10 às 19 horas

Informações no TAMARIZ — Telef. 261665

TV

DU ESPECTACULOS

DOIS LOBOS FERIDOS: UM NO MATO; OUTRO; NO "CEREJAL"

Um pequeno exército prepara-se para a terrível campanha. Esfregam canos de armas, acertam miras, preparam munições, estudam os locais de batalha. Após o que, pelos primeiros alvares da madrugada, descem as encostas, espalham-se pelos valados, tomam posições atrás das grandes árvores, camuflam-se na vegetação. Os olhos fitam o desconhecido que mal se declara na paisagem, fumegam as narinas, esfregam-se as mãos nos bolsos. Os cães, esses, olham inquietos, para todo o lado: estão mentalizados para a luta que vai dar-se, respiram o sangue, preparam-se para as grandes correrias, anseiam pelo momento em que possam abandonar as tocas e cumprir suas tarefas. Não tarda a soar o primeiro tiro. Depois, outro. E outro. O inimigo nunca chega a ver-se. Adivinha-se pelo estalar da bombarda por entre o mato onde os homens se emboscaram. O inimigo há-de existir, pois vemos que contra ele os homens se encarniçam. Não se trata de miragem metafísica. Não se organiza um pequeno exército para caçar fantasmas. Em breve os veremos, aos inimigos. Vê-los-emos estendidos nos degraus de qualquer casa como em altar de holocausto: raposecas pele e osso e, no cimo da pirâmide, cortado à bala, quase irreconhecível, o lobo. O lobo temível. O mau.

O causador de tantas desgraças acontecidas em Sátão, a não muita distância de Viseu. Mal entrevistado nas imagens descoloridas da reportagem. Procuro entre elas alguma imagem familiar. Já perdida na distância. Perdida, quer dizer, soterrada. A *pensão do 22*, por exemplo, onde se juntavam os funcionários das Finanças, o médico do partido municipal, os viajantes de ocasião, os estudantes a férias. A velha pensão do bom vinho da casa, do pão cozido no forno privativo, da única mesa da sala de jantar à volta da qual se sentaram todos os hóspedes que se serviam da terrina única, das travessas comuns. Os hóspedes que, ao tempo das vindimas, se incorporavam nos ranchos vindimadores, e pisavam, de noite, os cachos no lugar, à luz das velas...

A imagem, existe, sim, mas somente arrancada pela câmara da memória. Vem de um

tempo estranhamente tranquilo onde não se falava das caçadas colectivas às feras e um povo de miúdos e de lisboetas pasmados rodeavam a moto que aparecesse por ali, com uma nédua raposa de focinho de pingar sangue, amarrada no carregio.

As caçadas colectivas datam, conforme ontem nos foi dito, de 1955. Parece que com grande êxito espectacular e turístico. Desde então já foram abatidos qualquer coisa como 6 lobos e 130 raposas. O repórter pergunta, aos entrevistados, se acham bem as batidas, se são úteis. Os entrevistados dizem que sim, que são muito úteis. Porquê? Por causa da caça. As raposas e os lobos papam a caça e depois um caçador quer caça para si e onde-a? Quer dizer: paga taxa para nada...

Perguntas foram feitas num evidente sinal de alarme, ou pelo menos de inquietação, como se se quisesse sugerir a possibilidade de um desequilíbrio perigoso. As perguntas foram feitas. Mas terão sido feitas a quem cumpria fazê-las? Será que os caçadores, cuja paixão e missão é matar, em optimas condições para saber se um morticínio de raposas não estará a provocar maiores danos do que a existência das próprias raposas?

A perseguição acabou. A caçada parece ter resultado em cheio. Os participantes confraternizam, comem e bebem, ao som do «Teodoro, não vais ao sonoro, Teodoro, não vais que eu não vou...»

Há um lobo varado por uma chuva de balas, quase irreconhecível.

Há um lobo, não. Há dois. O outro chama-se Antão Tchecov.

Bilhetes de «Fim-de-Semana»

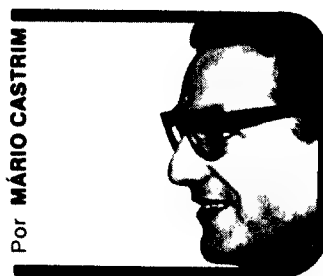
A C. P. informa que, na semana da Páscoa, os bilhetes de «Fim-de-Semana» são válidos, para início da viagem de **Ida** desde as 17 horas do dia 18 de Abril (quarta-feira), até às 12 horas do dia 22 (domingo), e, para início da viagem de **Regresso**, desde as 12 horas de domingo (dia 22) até às 24 horas de terça-feira (dia 24).



MAIS UMA «CHUMBADA» DE FERRÃO

Ruy Ferrão foi caçar Tchecov para os terrenos do «Cerejal». Dispôs as suas câmaras, entregou os papéis aos actores, os actores iam falando, a acção mal ou bem (mal, está claro) lá ia correndo e, ao fim da campanha, tal como o lobo de Sátão, Tchecov estava irreconhecível.

Entender um dramaturgo como Tchecov é um acto de cul-



Por MÁRIO CASTRIM

tura. De civilização, se quiserem. Não é impunemente que se passa da pepineira das *Cinco Filhas para casar* para uma obra responsável como o «Cerejal». Aqui, as palavras vêm carregadas de um poder mágico, pois se inscrevem num registo poético, mas também se cumprem num significado histórico irrecusável. No seio do próprio discurso tchekoviano o jogo e o rigor dão as mãos numa das mais comoventes

alianças do teatro moderno.

Sabe-se como em «Cerejal» permanece uma intenção profética que derivava de uma observação correcta da realidade histórica. A poesia do «Cerejal» é a poesia da História a infiltrar-se num quotidiano acintosamente sem história. Assim, se compreende, por exemplo, que na Rússia actual «O Cerejal» continue a representar-se intensamente enquanto, logo após o fracasso da revolução de 1905 (o ensaio geral para Outubro de 1917) a censura czarista tenha proibido todas as representações da peça.

Para além disto, o jogo cénico do «Cerejal» sobrepõe-se, como que se sobrepõe, ao jogo histórico. Não para o esconder, mas para lhe dar toda a força da verdade que se insinua, da verdade que encontramos e não da verdade que nos encontra.

Todo este mecanismo have-

ria de ser conseguido por uma subtilidade teatral a que Ferrão não pode aceder. As câmaras pesadas transformaram a peça numa chumbada — e por outro lado a uma certa delicadeza dos gestos e dos ambientes, respondeu com um tratamento grosseiro ou piroso em alto grau, como na cena da viola que parecia um violino. Acontece depois o trabalho dos actores, cuja direcção foi simplesmente resolvida em cima dos joelhos. Nesse aspecto, a presença de um Augusto de Figueiredo foi intolerável e o recurso ao *ponto*, com ele e com outros autores, tornou-se escandaloso.

Tchecov merecia outra coisa. Tchecov não pode ser tratado *assim*. Há limites que não devem ultrapassar-se. A Tchecov o que é de Tchecov, a Ferrão o que é de Ferrão.

Não entender isto é não entender coisa nenhuma. Os resultados estão à vista.

DESCOBRIU A GALINHA DOS OVOS DE OURO ?...



Consulte-nos



BANCO ESPÍRITO SANTO E COMERCIAL DE LISBOA

onde cada um conta mais do que a sua conta

TEATRO MUNICIPAL DE
SÃO LUIZ

TEATRO INFANTIL

UMA PRODUÇÃO DA METRUL
TEATRO DO ARCO DA VELHA
APRESENTA

O SEGREDO DA ABELHA

(VERSÃO MUSICADA)

2 ACTOS DE RICARDO ALBERTY
MÚSICA DE ANDRADE SANTOS

AMANHÃ, AS 15.30 HORAS

MAIORES DE 4 ANOS

BILHETES DESDE 10\$00

CRIANÇAS ATÉ 10 ANOS: 50% DE DESCONTO

DL/GERAL

Assembleia Geral do Banco Fonsecas e Burnay

Continuação da pag. 9

verificar fortes e contínuas tensões especula vas. Como novidade, se é que o foi, apenas a crise de estruturas, mais concretamente a crise da regularização das operações de Bolsa, que, apesar das medidas já adoptadas, não nos parece que venha a abrandar no futuro imediato.

64 — O problema das obrigações, em Portugal, ascende, parece, ao «podium» dos males incuráveis. Quase todos os anos, por estas alturas se repetem os diagnósticos e se preconizam as terapêuticas, para no fim do exercício se concluir pela permanência do mal.

Ao falarmos na necessidade de solução para o mercado das Obrigações, não temos, já, em vista, a utopia de manter pela força aquele sistema que foi capaz de mobilizar a nossa poupança nos últimos trinta anos. Firmando-nos, no chão da realidade, deveremos aceitar, como dado do problema, que os hábitos adquiridos pelos investidores são neste caso irreversíveis, e que mercados caracterizados como então o foram jamais voltarão.

Por isso, quando falamos em solução para o mercado das Obrigações, o que insistimos é no urgente aparecimento de um outro estilo, ajustado às nossas realidades monetárias, servido pela técnica, que a vastíssima experiência estrangeira nos ajudará a aperfeiçoar ajudado por uma política de encorajamento, adequada, já que, disso ninguém parece ter dúvidas, se considera imprescindível estimular esta fonte de financiamento do processo do desenvolvimento económico nacional.

Nesta linha de pensamento, se somos forçados a aceitar que o tomador privado de Obrigações tende a desaparecer, pela virtude de solicitações mais atractivas, quer em termos de remuneração, quer nos da maior

defesa contra a erosão monetária, então, um dos caminhos a seguir será o do alargamento progressivo do número de investidores institucionais, promovendo e encorajando, ao tempo, a formação da poupança forçada.

Por outro lado, sendo insustentável a coexistência de um mercado primário activo com um mercado secundário débil, não seria de ensaiar a obrigatoriedade de fundos de amortização (ou «sinking funds», na expressão saxónica consagrada) em certos tipos de Empréstimos?

65 — Se é estrutural o problema das obrigações, o das acções será de ordem puramente conjuntural.

O clima especulativo que, neste mercado se tem vivido tem duas e muito diferentes origens: uma é o desajustamento entre a procura e a oferta, tanto no mercado primário como no mercado secundário; a outra — e há que ter a coragem de o reconhecer — é a procura, no mercado primário, não ter por objecto, como o Governo e todos nós tanto o desejávamos, o interesse das pequenas poupanças em se tornarem accionistas das empresas mas, sim, o seu desejo de grandes lucros e pouco trabalho, no puro negócio das acções que obtiveram, nessa espécie de roleta que, no seu entender, são os sorteios.

O indispensável interesse manifestado, aqui e ali, por pequenas poupanças, no sentido da sua efectiva participação no investimento produtivo, acrescido das suas capacidades de investimento na especulação, não podem de tanto explicar a formação de tão forte procura de acções. Daí, estarmos em crer, que, a essa força, não seja inteiramente estranha a alta liquidez do sistema bancário.

E evidente que, em economia, como a nossa, e em tão curto prazo, seria, muito difícil organizar emissões que saturas-

sem essa gigantesca procura de títulos de rendimento variável. No entanto se a sua oferta aumentar, como se espera e deseja, e se a efectiva selectividade do crédito for reforçada, bem natural será que se venha a assistir ao abrandamento das tensões especulativas.

Ficará, assim, atenuado o desnível entre a Procura e Oferta.

Diminuída a inventiva de especular — não.

66 — Entretanto — e com a maior urgência — há que enfrentar a crise do sistema de regularização das operações de Bolsa, antes que dela se passe a uma outra bem mais grave, emergente da permanência doentia de situações e soluções que só por extrema tolerância se podem admitir como transitórias.

Aquilo a que o público já hoje chama «o problema dos vales» não nos prestigia, não nos concede foral de país desenvolvido e pode decisivamente comprometer tudo o que neste domínio e de sério já está feito em matéria socio-económica.

Temos fortes razões para duvidar de que as soluções em curso, só por si, impeçam a subsistência do problema e custem-no a complementares, venham a ser ultrapassadas pelo curso dos acontecimentos. Bastará que só por um momento, todos nos lembremos que, há mais de vinte anos, se não regista qualquer alteração sensível nas estruturas da Bolsa de Lisboa.

E, na filosofia, que é a nossa, da economia de mercado, queimar ou não, a Bolsa é, e continuará a ser, imagem da economia nacional que, nela, se espelha.

Embora, no nosso caso, a Bolsa de Lisboa não seja, de modo algum, representativa da economia portuguesa, é uma realidade de que, para os observadores estrangeiros não prevenidos, os

movimentos desconcertantes que, nela, se verificam, comecem a incluir a ideia de forte perturbação interna da economia portuguesa.

A Bolsa, ela também, precisa de servir públicos e particulares, todos os autênticos interesses portugueses.

Senhor Presidente, Senhores Accionistas:

Chegou ao fim, o que, de útil, eu julguei vos poderia dizer.

No entanto, por ordem do pensar e do sentir, por comando da justiça e do bem, tenho, ainda, que dizer palavras que tanto gostaria pudessem subir desta casa ao Céu. E tenho a certeza de que, comigo, falam quantos são este Banco.

Sempre, entre o Banco Fonse-

cas e o Banco Espírito Santo, houve laços de ímpar amizade e de respeito mútuos, de relações de interesse desinteressado.

A nossa rua, mantendo-nos separados, foi e é a estrada direita, larga, sem sombras que levou a esse invulgar entendimento.

Construímos-nos, sem termos de sair da nossa casa, porque nós dizemos e nós ouvimos de janela para janela.

A providência nos seus altos designios não nos deixa falar mais, olhos nos olhos, com o dr. Manuel Espírito Santo.

Foi, na terra e foi na vida um homem raro e um português de lei. Conseguiu essa coisa tão natural e, por isso, tão difícil que foi a de fazer com que as suas

atitudes exteriores — de homem ou de homem em sociedade — fossem a expressão fiel da sua invulgar riqueza interior, feita pela inteligência sempre temperada pelo bom senso; construída pelo coração, sempre pronto a dar e a receber bondade; multiplicada pelo seu poder de criação de beleza que, naturalmente, conduziu a procurar, nas gentes e nos mundos, os seus ângulos mais puros e mais belos.

Partiu o dr. Manuel Espírito Santo, mas, na nossa rua, a amizade, de triste, ficou, ainda mais amiga e mais quente; arde, nela, a fogueira, sem fim, da saudade. Iluminados pela sua luz, estou certo de que continuaremos, ainda mais seguros, o destino paralelo das nossas duas Casas.

Smith: a expectativa cresce na Rodésia

SALISBÚRIA, 6 — (R) — O governo rodésiano vai fazer mais uma tentativa para chegar a acordo com a Inglaterra — anunciou o primeiro ministro, Ian Smith.

Explicou que o governo de Salisbúria vai tentar provar à Grã-Bretanha que a aplicação da constituição proposta, rejeitada depois do relatório negativo da comissão Pearce no ano passado, vai ao encontro dos melhores interesses de todos os rodésianos e é aceitável para a população inteira.

Falando ao parlamento rodésiano, Smith disse crer que o seu governo deu provas de extrema paciência ao aceitar o pedido britânico para que os termos do acordo fossem provisoriamente abandonados, a fim de dar tempo a que a população reconsiderasse o que apodou de «decisão apressada».

«Mas — prosseguiu — a expectativa tem vindo a crescer na Rodésia, e o país mais uma vez se encontra no limiar de um período de especulação e de incerteza.

«Chegou, portanto, o momento de o governo adoptar uma acção positiva. Assim, mais uma vez nos adiantamos numa tentativa destinada a provar ao governo britânico que a aplicação da constituição acordada seria nos melhores interesses da Rodésia e de todo o seu povo».

O regime de Ian Smith tem estado em conflito com o governo inglês, desde que proclamou unilateralmente a indepen-

dência do território, em Novembro de 1965.

A Inglaterra e outros membros das Nações Unidas impuseram sanções económicas contra a Rodésia, numa tentativa para derrubar o regime, mas Smith iointinuou no poder.

Em 1971, o primeiro ministro rodésiano negociou com o governo britânico, uma solução. Mas os resultados das negociações nunca foram postos em prática, depois que a comissão inglesa presidida por lord Pearce percorreu o país e concluiu que os termos do acordo não eram aceitáveis para a totalidade da população da Rodésia, em que os negros excedem os brancos na proporção de vinte para um.

O Camboja preocupa Saigão

SAIGÃO, 6 (Por Félix Bolo, da France Press) — O brusco agravamento da situação militar no Camboja, onde as forças antigovernamentais virtualmente isolaram a capital, é considerado preocupante em Saigão, onde se fazem perguntas quanto ao que serão as intenções profundas do comando adversário.

Os observadores diplomáticos em Saigão perguntam-se, com efeito, se os comunistas, que não conseguiram derrubar o regime do Vietname do Sul com a sua ofensiva do ano passado, não tentariam, com uma «estratégia indirecta», estabelecer no Camboja um regime que lhes seja favorável e que ameaçaria novamente o Vietname do Sul.

No plano militar, segundo «as informações de que dispõem os meios bem informados» na capital sul-vietnamita, elementos de duas divisões norte-vietnamitas e da Frente Nacional de Libertação teriam actuado nas séries de ataques recentes desencadeados ao Sul e a Sudeste de Phnom Penh.

Paralelamente, o equivalente ao efectivo duma divisão, formada por elementos da F.N.L. e de «khmers vermelhos», dominaria o eixo estratégico de comunicações — a estrada número um — que leva a Saigão.

Por último, ao Sul, perto do delta Conchinchinês, vários regimentos da primeira divisão norte-vietnamita operam em apoio das unidades de «Khmers vermelhos».

Toda a parte do território

cambojano situada a Leste do rio Mekong está praticamente sob o controle e administração

das forças pró-Sihanukistas, com excepção de algumas vilas que se encontram assim isoladas.

Brandt satisfeito com o convite de Nixon

BONN, 6 (F.P.) — O chanceler Will Brandt rejeitou esta manhã, no Bundestag, a acusação de anti-americanismo de que tem sido alvo.

Ao intervir no debate sobre o orçamento da chancelaria, o chefe do governo federal começou por manifestar a sua satisfação pelo convite que o presidente Nixon lhe endereçou para um encontro em Washington em 1 e 2 de Maio. Seguidamente, anunciou que o embaixador da URSS em Bonn, Valentim Faline, acabava de entregar uma mensagem de Leonid Brejnev, na qual o secretário geral do P.C. Soviético lhe comunicava que aceita o convite, renovado em 26 de Março por escrito, para visitar oficialmente a R.F.A.

O chanceler salientou que o seu encontro com o presidente Nixon e a visita de Leonid Brejnev permitirão «uma tranquila troca de pontos de vista que não estará sujeita a nenhuma pressão dramática».

Willy Brandt reservou depois o essencial do seu dis-

curso de uma hora a refutar as acusações do chefe da oposição, Rainer Barzel. O presidente da CDU pusera o governo de sobreaviso contra as tendências anti-americanas na R.F.A. e os perigos de um enfraquecimento do «Bundeswehr», numa falsa euforia de apaziguamento. Barzel acusou o chanceler de passividade perante estas tendências que ameaçam causar um prejuízo considerável à cooperação germano-americana, apesar da próxima «cimeira» de Washington.

Brandt rejeitou energicamente estas críticas, referindo designadamente o facto de a solidez das relações germano-americanas ser considerada pela governo de Bonn como a base da sua política de paz. «Nenhum membro do meu governo pôs alguma vez em dúvida este princípio», acrescentou.

O chanceler acrescentou, entretanto, que a indispensável amizade com os Estados Unidos não deve impedir que se fale uma linguagem clara aos americanos quando neces-

Proposta do Peru para reduzir a influência dos E.U.A.

WASHINGTON, 6 — (R) — O Perú propôs completa remodelação do sistema interamericano com o objectivo de reduzir a influência dos Estados Unidos na América Latina.

O ministro peruano dos Negócios Estrangeiros, Miguel de La Flor Valle, orientou o debate na assembleia geral da organização dos estados americanos com uma veemente crítica ao sistema inter-americano.

As palavras do ministro dos estrangeiros peruano foram das mais duras desde que Ernesto Che Guevara, em 1961, fez o seu famoso discurso de ataque aos Estados Unidos. Poucos meses depois, Cuba foi expulsa da Organização dos Estados Americanos.

O representante do Governo Militar peruano pediu que o sistema interamericano fosse dividido em duas partes independentes — uma destinada aos assuntos políticos e outra à cooperação económica.

um novo programa inter-americano menos dependente dos Estados Unidos.

O ministro peruano reiterou as opiniões do seu país, expressa na assembleia do ano passado, de que a boicotagem da organização ao governo de Fidel de Castro já não tem qualquer validade e que os estados membros devem ser livres de restabelecer relações com Cuba, desde que o desejem fazer.

Fez notar que, actualmente, seis países membros da organização reataram relações com o governo de Fidel de Castro.

O Perú é um desses seis estados que agiu unilateralmente em manifesto desafio às sanções diplomáticas e comerciais contra Cuba que foram votadas em 1964 pela O.E.A.

Analisando as actuais relações interamericanas, o minis-

tro dos estrangeiros peruano, que é um oficial general do exército do seu país, disse: «As variadas formalidades institucionais no âmbito das quais foram organizadas as relações entre os Estados Unidos e a América Latina têm sido sempre influenciadas pelos interesses internacionais dos Estados Unidos».

«As sucessivas conferências inter-americanas têm-se organizado de vários modos sob um aspecto de subordinação ao sistema de produção norte-americano e ao seu sistema de segurança».

As reuniões acabaram sempre por ser em última análise, expressões de acordo com a política da potência dominante e dentro do sentido da nossa organização transformaram-se de cooperação em pura subordinação.

PROPRIEDADE HORIZONTAL

Cooperativa de construções, vai construir brevemente em Lisboa e arredores. Aceita-se a inscrição de sócios. Resposta por escrito a Invenção dos Estados Unidos da América, 100-2.º, Esq.º — Lisboa.



O primeiro-ministro Pierre Messmer, rodeado por jornalistas, à saída do Palácio do Eliseu onde apresentou a Pompidou a lista dos 21 membros do seu novo gabinete (Telefoto-UPI-Telimprensa-DL)

"MAIS CONTINUIDADE DO QUE MUDANÇA"

O novo Governo francês atacado pela Oposição

PARIS, 6 — (R) — O presidente Georges Pompidou agarrou firmemente nas rédeas da política externa da França no novo Governo, que se reúne hoje em sessão pela primeira vez.

Ao nomear Michel Jobert, um dos mais íntimos conselheiros do presidente, para o importante cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros, o primeiro ministro Pierre Messmer voltou à verdadeira concepção gaullista da política externa ser uma prerrogativa presidencial — disseram observadores.

Messmer, que chefiará hoje o novo gabinete na sua primeira sessão, deve solicitar ao presidente Pompidou, segundo se aguarda, para pôr o Governo à prova com uma votação de confiança no parlamento, a seguir a uma declaração política na próxima terça-feira.

Chefes e a Imprensa da oposição atacaram hoje a nova lista governamental. «Os homens que estão no Governo não permitirão uma verdadeira mudança de política», asseverou o dirigente socialista Gaston Defferre.

Essa referência às promessas gaullistas de reformas tanto na política como na composição do Governo, feitas durante a campanha para as eleições gerais do mês passado, serviu de tema a outras declarações.

Jean Lecanuet, chefe do grupo de reformistas do centro, que se aliou com os gaullistas no segundo escrutínio da eleição, notou que mira «mais continuidade do que mudança» no novo Governo.

O jornal das direitas «L'Aurore» comenta: «Adeus ao alargamento de política». O órgão comunista «L'Humanité» mostra a sua hostilidade com o título contundente de hoje: «O clã Pompidou forma o segundo gabinete Messmer».

A nomeação de Jobert para a pasta dos Negócios Estrangei-

ros foi uma completa surpresa. Em toda a especulação que se fez antes da comunicação o seu nome não fora mencionado uma só vez.

Contudo, Lecanuet comentou que a nomeação não fora realmente uma surpresa visto ser da tradição gaullista o presidente considerar a política externa como sua própria prerrogativa.

Deferre notou que a nomeação confirmava simplesmente a sua opinião de que o domínio da política externa fugiria tanto ao Governo como ao parlamento.

Um regresso a um domínio mais notório da política externa por parte do Eliseu não era a única marca de um retrocesso à política do general De Gaulle no novo Governo.

A nomeação de dois homens que não pertencem à Assembleia Nacional para pastas ministeriais acaba com a tradição estabelecida pelo presidente Pompidou, mas faz com que tudo volte à maneira do seu predecessor, que nomeou o próprio Pompidou para o cargo de primeiro-ministro quando ele não tinha sido eleito para a Assembleia.

Além de Jobert, o director do pessoal do presidente, o outro ministro não parlamentar é o académico francês Maurice Druon, que passa a sobraçar a pasta da Cultura.

Ao todo aparecem oito caras novas no novo Governo, embora um dos seus aspectos mais significativos seja a ausência de gaullistas ortodoxos e intransigentes.

O último deles, Michel Debré, foi afastado no princípio da semana do cargo de ministro da Defesa.

Um dos recém-vindos mais notáveis é o discutido Michel Poniatowski, dirigente dos republicanos independentes pró-gaullistas, que se junta ao presi-

dente do seu partido, Varelly Giscard d'Estaing, que continua a ser ministro das Finanças, assim como Raymond Marcellin permanece à frente do Ministério do Interior, no novo Governo.

FUMADO O CACHIMBO DA PAZ

Terminou o confronto em Wounded Knee

WOUNDED KNEE, 6 — (FP e R.) — A confrontação armada entre o Governo dos Estados Unidos e os índios sioux terminou em Wounded Knee com a assinatura de um acordo e, mais uma vez, os índios decidem depor as armas e confiar nas promessas do homem branco.

A confrontação que se prolongou por 37 dias terminou ontem como num filme de Hollywood. No interior de uma tenda, os representantes do Governo fumaram o cachimbo da paz com os dirigentes índios antes de assinarem solenemente uma série de documentos.

O acordo agora alcançado prevê que os chefes do movimento de protesto serão recebidos no sábado em Washington por funcionários da Casa Branca, a quem apresentarão pessoalmente as suas reivindicações, ao mesmo tempo que

os índios que ocupam Wounded Knee desde 27 de Fevereiro depõem as armas e os agentes federais entram na localidade.

O acordo não inclui qualquer amnistia a favor dos militantes os quais existem mandatos de captura, pelo que os agentes federais vão dispostos a efectuar prisões quando entrarem nesta localidade, onde há 83 anos os antepassados dos sioux foram chacinados pela cavalaria americana.

Esse sangrento incidente — a última confrontação armada importante entre índios e brancos na história americana — deu-se precisamente quando uma tribo pacificada se dispunha a entregar as armas. Nunca se apurou exactamente como começou o tiroteio mas no final havia 146 índios mortos, entre homens, mulheres e crianças.

Nenhum jornalista assistiu a esse massacre, que, mais tarde,

foi descrito como uma «batalha», mas no sábado a Imprensa estará com os olhos postos em Wounded Knee para ver se a história se repete.

A saída do recinto da cerimónia, o representante do Governo disse que «nenhuma grande vitória foi ganha por alguém. Penso que todos nós aprendemos alguma coisa aqui e espero agora que continuaremos a melhorar as relações entre brancos e índios» — acrescentou.

Russel Means, um dos co-sinistatários índios do acordo, pela sua parte declarou: «Trata-se de uma pequena vitória na guerra índia contra os Estados Unidos acerca dos nossos direitos provenientes dos tratados». A verdadeira vitória — acrescentou — será quando os chefes tradicionais e os responsáveis das tribos sioux se encontrarem com os representantes da Casa Branca».

voe com vantagem ganhe

Madrid na sua viagem a Europa



Algumas companhias podem transportá-lo a partir de Lisboa, a quase todos os pontos da Europa. Mas só a IBÉRIA lhe sugere que, simultaneamente, passe a conhecer outra grande cidade do velho continente.

Oferecemos-lhe Madrid na sua viagem à Europa. Aprecie um dos melhores museus do mundo, o mistério envolvente de um

"tablado" de flamenco, a história de Avila e Toledo contada em pedra. Aprecie, em suma, os dias e as noites de uma cosmopolita e animada cidade. Madrid vale bem uma pequena despesa preliminar à sua viagem à Europa.

Voar com a IBÉRIA dá-lhe vantagem! Consulte o seu agente de viagens ou a



IBERIA

LINEAS AEREAS INTERNACIONALES DE ESPAÑA

Lisboa: Rua Barata Salgueiro, 28-6. - Tel. 539571 - Porto: Av. dos Aliados, 9-4. - Sala V - Tel. 380658

SINDICATO NACIONAL DOS PROFISSIONAIS DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA

10.ª Secção de Actividade «INDÚSTRIA QUÍMICA»

REUNIÃO DE INFORMAÇÃO

5.ª-feira, dia 12, às 21,30 horas na Rua do Alecrim, 46 - 1.º

1. Processo disciplinar instaurado por NITRATOS DE PORTUGAL ao Presidente da Comissão Directiva.
2. Informações

Não faltes!

UNIÃO ELÉCTRICA PORTUGUESA

SOCIEDADE ANÓNIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

SEDE: RUA DE ALEXANDRE HERCULANO, 244 — PORTO

RELATÓRIO E BALANÇO DA GERÊNCIA DE 1972

SENHORES ACCIONISTAS:

Para cumprimento das disposições legais e estatutárias temos a honra de apresentar e submeter à vossa deliberação o Relatório, Balanço e Contas referentes ao exercício de 1972.

Elementos característicos da exploração das redes de alta e baixa tensão

	1962 (kWh)	1971 (kWh)	1972 (kWh)
Energia eléctrica recebida da Central do Lindoso	208 791 193	260 764 141	242 289 039
Energia hidráulica recebida das centrais de Pego do Altar, Vale do Gaio e Campilhas	7 893 703	2 169 100	1 710 900
Energia térmica emitida	—	—	—
Energia recebida da CPE (CNE e outras empresas)	416 709 200	1 093 120 868	1 392 769 352 (a)
Energia entregue às redes de alta tensão	625 500 393	1 353 885 009	1 635 058 391 (c)
	216 822 184	622 314 948	699 484 721
	842 322 577	1 976 199 957	2 334 543 112 (c)
Energia vendida com carácter eventual a outras empresas (Norte)	11 647 189	15 733 598	235 902 359 (b)
Energia comercializada	597 341 386	1 300 014 413	1 353 917 227
	190 410 439	524 635 827	594 432 166
	16 713 741	55 343 518	64 430 458
Total de energia vendida	816 112 755	1 895 727 356	2 248 682 210 (d)
Emissão máxima diária e utilização correspondente (horas)	2 587 770 (15,1)	5 142 869 (16,31)	5 267 161 (16,01)
	775 438 (17,8)	2 093 825 (19,90)	2 419 600 (18,80)
Ponta máxima (MW)	311,9	315,3	328,9
	43,5	105,2	128,9
Repartição percentual das principais classes de consumo	47,9	47,0	44,9
	7,6	10,7	9,1
	11,7	9,0	8,5
	6,6	4,1	3,9
Número de clientes de alta tensão	616	1 062	1 137
	135	284	326
	751	1 346	1 463
Número de clientes de baixa tensão	33 061	63 931	67 670
Número de postos de transformação	1 001	1 694	1 782
	273	578	612
	1 274	2 272	2 394
Potência ligada (MVA)	334	783,1	819,6
	106	284,8	304,4
	440	1 067,9	1 124
Contratos novos	32	65	76

(a) Resultante da adopção de novo regime estatístico. Pelo regime estatístico adoptado em anos anteriores o número a indicar seria 1 178 413 520 kWh

(b) Resultante da adopção de novo regime estatístico. Pelo regime estatístico adoptado em anos anteriores o número a indicar seria 21 546 526 kWh

(c) Números afectados pela alteração assinalada em (a)

(d) Número afectado pela alteração assinalada em (b)

Pelos números atrás referidos podemos apreciar como se processou a vida da empresa durante o ano de 1972.

A energia vendida atingiu 2 248 682 210 kWh, contra 1 895 727 356 kWh em 1971, tendo-se assim registado um aumento que após várias correcções originadas pelo novo regime estatístico se cifrou em 191 795 547 kWh, correspondente a cerca de 10 %.

Os aumentos de consumo registados nos últimos cinco anos foram os seguintes:

1968	122 GWh	9,0 %
1969	118 "	8,1 %
1970	155 "	9,8 %
1971	157 "	9,0 %
1972	192 "	10,1 %

Mantêm-se, como se vê pelos números anteriores, as taxas de expansão que são normais em países em desenvolvimento, tendo-se registado até um acréscimo no ano de 1972.

Da central do Lindoso receberam-se 242 289 039 kWh, sendo o restante fornecido principalmente pelas centrais da CPE (rede primária).

A emissão máxima diária nas redes do Norte e do Sul foi, respectivamente, de 5 267 161 kWh e de 2 419 600 kWh, com utilizações diárias de 16,01 e de 18,80 horas. Estes valores verificaram-se, respectivamente, nos dias 6 e 22 de Dezembro, tendo as pontas máximas das nossas redes atingido 328,9 MW no Norte, e 128,9 MW no Sul, nos dias 6 e 29 de Dezembro.

No quadro respectivo indica-se a repartição percentual das várias classes de consumo, continuando as distribuidoras a ocupar lugar de relevo (44,9 %), seguidas das químicas (9,1 %) e das têxteis (8,5 %).

Contratos e clientes

Em 1972 contrataram-se 76 novos consumidores, com uma potência de cerca de 53,5 MVA, o que elevou o número total de consumidores em alta tensão a 1 463 e a potência ligada à rede a 1 124 MVA.

Estes números, que dão uma imagem bastante perfeita do progressivo desenvolvimento da empresa, criam crescentes responsabilidades e a concomitante necessidade de satisfazer os consumos em condições cada vez melhores de qualidade de serviço.

De entre os novos contratos destacam-se, pela elevada potência em jogo, os que foram assinados com a Companhia de Cimentos do Norte (CINORTE), cuja fábrica se irá construir em Souselas (Coimbra), e com os Estaleiros Navais de Setúbal (SETENAVE), a situar no estuário do rio Sado.

Obras e projectos

O investimento realizado em 1972 foi de cerca de 110 mil contos, com um aumento de 15 % em relação ao do ano anterior (cerca de 96 mil contos) e de 10 % em relação ao activo fixo da empresa.

Continua a aumentar o esforço financeiro que, em cada ano, vem sendo pedido à UEP e, embora pese nesse aumento o agravamento de custo dos materiais e da mão-de-obra, correspondeu também ao maior investimento efectuado um redobrado esforço dos serviços da empresa.

A melhoria da produtividade assim conseguida é tanto mais de assinalar quanto é certo que ela se vem processando sem descuidar o aspecto da «qualidade e continuidade do serviço» que, com as obras executadas e em curso e aquelas já projectadas para o futuro próximo, continuará a melhorar progressivamente.

Deste modo a UEP, com uma relevante e mais que cinquentenária presença no sector da distribuição da energia eléctrica, tem vindo a adaptar as suas estruturas e a melhorar os seus métodos de gestão, de forma a ocupar no concerto do sector o lugar que a sua actividade passada e a sua capacidade actual lhe conferem.

Os quadros anexos dão uma ideia do intenso labor dos serviços técnicos da nossa empresa, neles se indicando as obras mais significativas de montagem e ampliação de subestações e de construção de linhas a 60 kV.

No que se refere às subestações, são de assinalar as obras em curso de remodelação total da subestação do Freixo (Porto) e as de construção da nova subestação de Setúbal, principais centros de exploração respectivamente nas concessões Norte e Sul da UEP. Além destas, mais 7 subestações se encontravam em construção ou em fase adiantada de preparação, 8 subestações foram ampliadas e 5 estavam concluídas ou em vias de conclusão.

No respeitante às linhas a 60 kV, totalizaram cerca de 50 km de comprimento as construídas em 1972, estando a construir-se ainda 17 km e encontrando-se além disso em licenciamento ou estudo cerca de 40 km.

Apresenta-se cada vez com mais acuidade a interrogação já formulada anos atrás sobre a possibilidade de se continuar a manter os 60 kV como tensão máxima da distribuição. A menos que esta seja autorizada a utilizar um escalão mais elevado de tensão, a saturação das linhas e o aumento das correntes de curto-circuito obrigam a duplicar aquelas e a equipar algumas subestações com disjuntores de maior capacidade de corte e portanto de custo mais elevado. Temos esperança que a adopção de critérios de economicidade possa contribuir para que seja encontrada a solução mais conveniente do assunto.

Na rede de média tensão (6 kV, 15 kV e 30 kV) ligaram-se mais 113 km de linhas e novos ramais. Não respeitante a reforços e modificações de linhas, assunto para que já se chamou a atenção pela sua importância no agravamento dos encargos da empresa, efectuaram-se durante o ano 250 trabalhos diferentes.

SUBESTAÇÕES

Designação	Concelho	Tensão (kV)	Potência (MVA)	Observações
Albergaria	Albergaria-a-Velha	60/15	1 × 20	Adquirido terreno; consulta equipamento.
Avanca	Estarreja	60/15	2 × 10	Adquirido terreno para ampliação 60 kV, AVANCA II; projecto em elaboração.
Cantanhede	Cantanhede	60/15	1 × 20	Adquirido terreno; consulta equipamento.
Fig. da Foz	Fig. da Foz	60/30	2 × 10	Montagem e ligação de transformador de 10 MVA.
Freixo	Porto	130/60/15	2 × 35	Remodelação total em curso montagem provisória de transf. autónomo 20 MVA, 60/15.
Maia	Maia	60/15	1 × 30	Adquirido terreno; em estudo.
Mogofores	Anadia	60/15	1 × 20	Montagem e ligação de transf. de 20 MVA.
Mortágua	Mortágua	60/15	1 × 20	Adquirido terreno; consulta equipamento.
Oliveira de Azeméis	Oliveira de Azeméis	60/15	1 × 20	Em construção.
Ovar	Ovar	60/15	1 × 20	Em construção.
Paços de Ferreira	Paços de Ferreira	60/15	1 × 20	Em construção.
Pevidém	Guimarães	60/15	1 × 10	Montagem e ligação de transf. 10 MVA.
Ponte	Braga	130/15	1 × 20	Recebido transformador de 20 MVA para ampliação da Subestação.

Na totalidade a rede de alta tensão atingiu 4 283 km, com um aumento de 117 km em relação ao ano anterior, e a sua composição por níveis de tensão, é a seguinte:

	1967	1971	1972
60 kV	15,5 %	16,7 %	16,3 %
30 kV	24,4 %	24,0 %	24,2 %
15 kV	54,0 %	53,3 %	53,5 %
6 kV	6,1 %	6,0 %	6,0 %

A observação destas percentagens permite-nos avaliar a relativa estabilidade da composição da rede.

Continua na pág. seguinte

UNIÃO ELÉCTRICA PORTUGUESA

Continuação da página anterior

ENERGIA FORNECIDA EM ALTA TENSÃO NO ANO DE 1972

Classes de consumo	NORTE (kWh)	SUL (kWh)	TOTAL (kWh)	% por classe
Distribuidoras:				
— próprias (concessões de BT)	—	68 704 855	68 704 855	3,0
— outras	833 007 550	111 272 255	944 279 805	41,9
Indústrias:				
— químicas (excepto electroquímicas)	10 491 040	193 305 267	203 796 307	9,1
— têxteis	190 080 342	1 341 480	191 421 822	8,5
— fabricação de cimento	16 164 018	71 947 432	88 111 450	3,9
— de construção de material de transporte	2 048 022	59 528 386	61 576 408	2,7
— da alimentação (excepto indústrias das bebidas)	30 994 970	24 123 092	55 118 062	2,5
— da pasta do papel e dos artigos de papel	35 574 822	12 756 600	48 331 422	2,2
— olaria, porcelana e faiança	33 143 614	557 651	33 701 265	1,5
— dos metais não ferrosos (excepto ind. electrometalúrgicas)	22 240 502	855 320	23 095 822	1,0
— fabricação de produtos metálicos (excepto máquinas e mat. de transporte)	21 908 533	974 280	22 782 813	1,0
— da borracha	10 985 671	11 609 380	22 595 051	1,0
— da cortiça	5 114 379	17 052 525	22 166 904	1,0
— construção de máquinas (excepto eléctricas)	18 513 150	2 205 273	20 718 423	0,9
— da madeira (excepto mobiliário)	17 796 315	—	17 796 315	0,8
— de produtos não especificados	17 335 851	—	17 335 851	0,8
— de outros artigos da construção civil	3 168 696	12 352 462	15 521 158	0,7
— de calçado, artigos de vestuário e têxteis em obra	13 194 385	1 519 732	14 714 117	0,7
— da elevação de águas (exceptando na agricultura)	1 475 974	9 987 941	11 463 915	0,5
— (outras) indústrias extractivas (mineiras)	3 630 880	5 217 000	8 847 880	0,4
— das bebidas	6 912 815	853 219	7 766 034	0,4
— fabricação de vidro e artigos de vidro	7 546 868	—	7 546 868	0,3
— de curtumes e artigos de couro e pele (excepto calçado)	7 445 330	—	7 445 330	0,3
— construção de máquinas, aparelhos, utensílios e outro material eléctrico	3 729 719	1 790 700	5 520 419	0,2
— electroquímicas	4 159 810	—	4 159 810	0,2
— dos derivados do petróleo bruto e do carvão (refinarias)	1 933 500	—	1 933 500	0,1
— tipografia, editoriais e indústrias conexas	1 494 374	—	1 494 374	0,1
— construção e obras públicas	1 328 394	101 000	1 429 394	0,1
— do mobiliário	1 199 594	9 699	1 209 293	0,1
— dos derivados do petróleo bruto e do carvão (excepto refinarias)	—	1 036 795	1 036 795	0,0
— de extracção do carvão (inclusivamente lignite)	995 280	—	995 280	0,0
— do ferro e do aço (excepto ind. electrometalúrgicas)	924 771	—	924 771	0,0
— dos derivados do petróleo bruto e do carvão (fab. de gases combustíveis)	—	793 400	793 400	0,0
— «outras indústrias»	18 804 071	43 187 558	61 991 629	2,7
Outras empresas *	235 902 359	—	* 235 902 359	10,5
Agricultura	1 385 954	4 444 737	5 830 691	0,2
Diversos	9 288 033	6 426 021	15 714 054	0,7
Totais	1 589 819 586	663 954 060	2 253 773 646	100,0

* As entregas de energia a «outras empresas» foram determinadas no regime estatístico indicado pela respectiva entidade oficial.

SUBESTAÇÕES

Designação	Concelho	Tensão (kV)	Potência (MVA)	Observações
Barreiro	Barreiro	60/30/6	1 × 20 2 × 15	Montagem e ligação de transformador de 20 MVA.
Cachofarra	Setúbal	60/30/6	1 × 31,5 1 × 20 1 × 10	Montagem e ligação de transformadores de 31,5 MVA e 10 MVA.
Coina	Barreiro	60/30/15	2 × 20	Montagem e ligação do transformador de 20 MVA.
Pegões	Montijo	60/30	1 × 10	Concluída.
Sado	Setúbal	60/30	1 × 31,5	Adquirido terreno em estudo.
Santana	Sesimbra	60/15	1 × 20	Adquirido terreno projectado em elaboração.
S. Ag.º	Santiago do Cacém	60/30/15	1 × 10	Concluída.
Setúbal	Setúbal	60/30/15	1 × 31,5	Em construção.
Sobreda	Almada	60/30/15	2 × 20	Projectada ampliação e encomenda de equipamento.

A distribuição em baixa tensão

Conforme temos vindo a afirmar em anos anteriores, continua este sector de actividade a merecer à empresa especial atenção não só pelo desenvolvimento registado na zona onde se exerce, como também pelas alterações que têm sido introduzidas no regime tradicional de exploração através de concessões.

A União Eléctrica Portuguesa mantém a posição manifestada sobre esta matéria nos dois últimos relatórios como solução mais vantajosa para uma eficiente e integral electrificação do País.

No ano de 1972 prosseguiu-se com a execução de um programa de obras mediante o qual se pretende dotar os concelhos, onde a UEP mantém a exploração em baixa tensão, com as infra-estruturas necessárias para fazer face, com boa qualidade de serviço, ao progressivo aumento dos consumos.

As Câmaras Municipais dos concelhos onde desenvolvemos esta actividade — com especial relevo para a Câmara Municipal de Almada onde os problemas atingem maior dimensão — têm prestado uma colaboração muito valiosa pelo que deixamos expresso neste relatório o nosso muito apreço e consideração.

Economia e contas

A UEP tem vindo a avolumar de maneira sensível, desde sempre e mais flagrantemente nos últimos anos, a sua contribuição na formação do capital fixo nacional mediante elevado esforço de investimento industrial que, por inerência à sua acção como distribuidora, tem de ser acompanhado paralelamente pelo consequente investimento comercial, através do crédito mais ou menos forçadamente concedido às actividades que serve.

Em 1970/71, enquanto o sector secundário apresentava uma variação de + 9,9 % na formação bruta do capital fixo e, no sector terciário, o comércio denunciava uma recessão de 25,3 % *, a empresa realizou um programa de acção industrial e comercial cujo aumento foi de 11,1 %.

No exercício findo, a taxa de incremento desse esforço da UEP para a formação bruta de capital fixo foi de 10,1 %.

Com a ultrapassagem dos dois mil milhões de kWh escoados pelas redes da empresa em 1972, o investimento no equipamento industrial subiu a mais de 1 236 milhares de contos, com um acréscimo de 110 549 contos no exercício.

Na realidade, não só o investimento nominal, acumulado ao longo de algumas décadas, está diminuído por força de amortizações directas feitas em exercícios já distantes e que excederam largamente uns escassos 20 000 contos de revalorização para efeito

* Fonte: Análise da conjuntura económica e financeira — 1972 — do Banco de Fomento Nacional.

de incorporação de reservas em 1947, como também e sobretudo estão esses 1 236 milhares de contos muito abaixo do nível que na realidade atingiram se os sucessivos acrescidos anuais brutos fossem traduzidos em moeda de valor actualizado para instalações que, recentes ou mesmo antigas, têm naturalmente o grau de estabilidade e de permanência que as redes eléctricas, mesmo progressivamente substituídas, necessariamente apresentam.

Se o paralelo se fizesse em tais termos, ver-se-ia que aos 2 000 milhões anuais de kWh não estariam longe de corresponder 2 milhões de contos de formação bruta do capital fixo.

Continua na página seguinte

UNIÃO ELÉCTRICA PORTUGUESA

Continuação da página anterior

O investimento industrial e comercial de 1972 subiu na totalidade a 146 950 contos. Com efeito, as ampliações de crédito às diversas entidades consumidoras de energia eléctrica, privadas e públicas, explicáveis em parte pela própria expansão dos fornecimentos, corresponderam em 1972 a um aumento de 44 026 contos sobre a posição respectiva do final do exercício anterior — atingindo assim o elevadíssimo montante de 310 623 cor.os.

Em termos económicos a cobertura das exigências de investimento fez-se:

- pelo capital próprio (após elevação do capital social a 500 000 contos);
- pelas ampliações do passivo; e nestas são de destacar:
 - o recurso ao crédito bancário a prazo médio;
 - a emissão de obrigações;
 - os compromissos financeiros com fornecedores e empreiteiros;
- pelo recurso temporário à cobertura das quotas de reintegração e de reversão, na medida em que estas não foram utilizadas até final do exercício.

Estas fontes permitiram ainda reforçar o activo circulante-fluido, o activo disponível e algumas outras posições de importância secundária.

Na exploração industrial e comercial subiram quase todos os encargos, como seria de esperar.

Os da energia adquirida, de evidente importância, sem embargo da estabilidade das tarifas da rede primária, tiveram oscilações de preço resultantes do simples jogo dos parâmetros das fórmulas binomiais respectivas, no qual a utilização da potência máxima atingida tem grande relevância, como é sabido.

Foi assim que na Zona Sul, onde o diagrama de utilização é particularmente favorável, o preço de aquisição manteve-se praticamente igual ao do ano anterior ao passo que na Zona Norte, o preço oscilou sensivelmente no sentido do agravamento.

Os preços médios de venda, na transição de 1971 para 1972, também desceram na Zona Sul: ligeiramente na grande distribuição e mais acentuadamente na pequena distribuição onde se verificou uma redução média na venda ao público, da ordem dos 3 %.

No Norte, os preços médios de venda sofreram um decréscimo especialmente na região ao norte do Duro.

O balanço apresenta-se no final de 1972 mais integrado na tendência estática do que anteriormente. As cargas de depreciação físico e funcional (reintegrações) foram incorporadas nas próprias contas do activo fixo a que dizem respeito, sem deixarem de ter a expressão global que no respectivo mapa já lhes era assegurado. Fechou-se assim um período de apresentação esquemática em que, mercê de determinadas dificuldades orgânicas iniciais, há longos anos as contas de reintegração tinham expressão formal autónoma, com predomínio da formação dinâmica sobre o aspecto estático na data do fecho do exercício. Com isso, também se aproxima mais o balanço das solicitações de «análise externa» que o Decreto-Lei n.º 49 381 definiu.

No mapa de balanço desintegram-se também, por força da prevalência dos conceitos materialistas, os valores que, embora garantidos pela autenticidade da digrafia, são inertes perante as massas económico-patrimoniais da empresa e que correspondem apenas a vínculos jurídicos, como era tradicional. É ponto de perfeita concorrência com o que aquele Decreto-Lei indica.

A conta de «Resultados Gerais» dá relevo à informação dos «encargos e rendimentos de especificação legal» pela via já seguida em exercícios anteriores, com prévia aprovação da entidade oficial competente.

Durante o exercício procedeu-se a uma actualização das remunerações do pessoal sob a forma de «subsídio de custo de vida» a incorporar futuramente naquelas em conformidade com o Contrato Colectivo que proximamente deverá entrar em vigor.

Os encargos com o pessoal agravaram-se em 14 % apesar de não ter aumentado o número de empregados em serviço activo.

Cumprido o disposto no n.º 2 do artigo 12.º dos Estatutos, a conta de «Resultados Gerais» apresenta um saldo de 60 322 701\$66 para o qual propomos a seguinte aplicação:

LINHAS A 60 kV

Designação	Comprimento (km)	Secção (mm ²)	Material	Observações
Angeja-Aveiro	11,6	6 × 160	Al-aço AWAC	Concluída
Ruivães-Paços de Ferreira — 1.º troço	6,2	6 × 160	Al-aço	Concluída; em serviço a 15 kV
Ruivães-Paços de Ferreira — 3.º troço	4,0	3 × 160	Al-aço	Concluída; em serviço a 15 kV
Ovar	0,7	6 × 160	Al-aço	Em construção
Relvinha (C. M. C.)	2,7	3 × 325	Al-aço	Em licenciamento
Mogofres-Cantanhede	15,7	3 × 160	Al-aço	Em construção
Avanca-Oliveira de Azeméis	8,0	6 × 160	Al-aço	Em estudo
Mogofres-Mortágua (prolongamento)	1,8	3 × 160	Al-aço	Em licenciamento
Mortágua-Aguieira	8,0	3 × 160	Al-aço	Em estudo
Maia-Vermoim	1,4	3 × 325	Al-aço	Em estudo
CPE-Moita	17,5	3 × 326,1	Al-aço	Concluída; aguarda vistoria
Coina-Sobreda II	16,1	6 × 160	Al-aço	Licenciamento e aberto concurso para adjudicação

REDE DE ALTA TENSÃO

	1962	1971	1972
Norte	1 819 km	2 579 km	2 670 km
Sul	976 km	1 587 km	1 613 km
Total	2 795 km	4 166 km	4 283 km

Fundo de reserva legal	5 000 000\$00
Dividendo a distribuir	46 250 000\$00
Gratificação a todo o pessoal	4 625 000\$00
Para novo exercício	4 447 701\$66
Total	60 322 701\$66

Aspectos financeiros

Por portaria publicada no «Diário do Governo», III Série de 11 de Julho de 1972, foi autorizada a nossa empresa a emitir 50 000 obrigações de valor nominal de 1 000\$00 cada, vencendo o juro anual de 7 %, com isenção total de imposto complementar e redução a metade do imposto de capitais e ainda com o direito de os obrigacionistas virem a subscrever por cada obrigação uma acção no aumento de capital seguinte.

Durante o exercício foi elevado o capital a 500 000 contos, mediante a emissão de 500 000 acções do valor nominal de 1 000\$00 por acção, sendo 450 000 reservadas aos accionistas por incorporação de reservas e as restantes 50 000 para os obrigacionistas da emissão de obrigações atrás indicada.

Organização e actividade social

Na sequência da política social promovida pela empresa, elaborou-se durante o ano de 1972 e entrou já em vigor o regulamento que estabelece para todo o pessoal um complemento à pensão de sobrevivência instituída pela Previdência.

Em actividade social despenderam-se 15 337 510\$39 durante o ano havendo ainda a acrescentar 11 700 914\$26 como contribuição da empresa para a Caixa de Previdência e Fundo de Socorro Social, referente ao pessoal.

Da quantia gasta, cerca de 57 % representa a contribuição da empresa para melhoria supletiva dos benefícios da Previdência e concessão de outros benefícios que se entendeu conveniente facultar.

Continuou a dedicar-se especial atenção aos problemas de formação e aperfeiçoamento profissionais e intensificaram-se os trabalhos de análise e qualificação de funções, procurando-se assim uma valorização constante do pessoal.

Dentro da mesma linha de acção concederam-se subsídios ao pessoal que se mostrou interessado no prosseguimento de estudos e também as facilidades necessárias para o efeito.

Além disso foram distribuídas, como é habitual, as bolsas de estudo aos filhos de alguns colaboradores da empresa mais necessitados de auxílio.

Impulsionou-se a criação de um esquema de segurança apropriado, através da frequência de cursos especializados por parte do pessoal e da difusão do Manual de Prescrições Gerais de Segurança editado pelo Grémio Nacional dos Industriais de Electricidade. Desenvolveu-se igualmente a acção da Medicina de Trabalho.

Grémio Nacional dos Industriais de Electricidade

Continuámos a prestar a nossa mais dedicada colaboração a este organismo representativo do sector eléctrico, na convicção de que ele é um elemento altamente válido no contexto económico nacional.

O Grémio continuou durante o ano de 1972 a sua meritória acção a favor dos interesses da indústria e do país, realizando trabalhos ao nível do sector e procurando atingir objectivos que a todos interessem e digam respeito.

De entre os trabalhos em curso destacaram-se as negociações do novo Contrato Colectivo de Trabalho cuja evolução, dentro do processo geral da contratação colectiva, conduziu a uma arbitragem, terminada em Outubro passado.

A acção desenvolvida pelo Grémio foi altamente valiosa no esclarecimento dos diversos pontos em discussão e contribuiu decisivamente para a criação, dentro do sector, de plataformas de acordo razoáveis e equilibradas.

Comparticipação noutras empresas

Como de costume prestámos a nossa melhor colaboração às empresas em que estamos directamente interessados e a cujos Corpos Gerentes pertencemos, apoiando um conjunto de iniciativas em curso a bem da economia nacional.

Durante este ano chegou-se a acordo para aquisição da cota do outro sócio da Eléctrica Duriense aguardando-se que seja autorizada a integração das concessões desta empresa nas da União Eléctrica Portuguesa.

Delegado do Governo

Por despacho de 14 de Abril de 1972, publicado no «Diário do Governo», II Série n.º 92 de 19 de Abril do mesmo ano, foi nomeado o Ex.º Senhor Engenheiro Fernando Soares Carneiro, Delegado do Governo junto da nossa empresa.

Ao novo Delegado do Governo, personalidade de relevo e muito considerada nos meios ligados à indústria nacional, apresentamos os nossos cumprimentos e manifestamos-lhe, desde já os nossos agradecimentos pela valiosa colaboração que nos vem prestando para o que lhe continuarão a ser dadas todas as facilidades como é tradicional na nossa empresa.

Agradecimentos

Ao Conselho Fiscal manifestamos os melhores agradecimentos pela excelente colaboração prestada durante o ano.

A Gerência, Directores e Chefes de Serviço bem merecem o nosso louvor e gratidão pelas numerosas provas de grande competência, dedicação e boa vontade reveladas na resolução dos difíceis problemas surgidos ao longo do ano.

A todo o pessoal testemunhamos sinceros agradecimentos pela competência e dedicação demonstradas na execução dos trabalhos que lhes foram confiados.

As entidades bancárias, nomeadamente Banco de Portugal, Caixa Geral de Depósitos ligados à indústria nacional, apresentamos os nossos cumprimentos e manifestamos-lhe, desde já os nossos agradecimentos pela valiosa colaboração que nos vem prestando para o que lhe continuarão a ser dadas todas as facilidades como é tradicional na nossa empresa.

Corpos gerentes

Para ocupar a vaga que no Conselho de Administração deixou o desaparecimento do nosso saudoso colega Dr. João Ruella Ramos foi chamado o accionista Engenheiro Alexandre Nobre dos Santos.

Antes de terminar este relatório fomos surpreendidos com o falecimento do Engenheiro Armando Correia Barbosa membro do Conselho Fiscal da nossa empresa desde Julho de 1963 onde sempre prestou a melhor colaboração, invocamos sentidamente a memória deste dedicado companheiro de trabalho que nos deixou para sempre.

Nos termos das disposições legais foi chamado para preenchimento da respectiva vaga o mais velho dos suplentes eleitos Senhor Rogério Pereira Furtado.

Nestas condições haverá que proceder à eleição para preenchimento definitivo das vagas.

Porto, 19 de Fevereiro de 1973.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente — José Francisco Corrêa Matoso
 Vice-Presidente — Víctor de Urrutia y Usaola
 José Maria de Oriol y Urquijo
 Fernando Baeta Bissaya Barreto
 Enrique de Uriarte y Humaran
 Alexandre Alberto de Sousa Pinto
 Emilio de Usaola y Barrenangoa
 Julio de la Mora y Garay
 José Gualberto de Sá Carneiro
 Luis Ibarra de Oriol
 Joaquim da Luz Cunha
 Alexandre Nobre dos Santos

Continua na página seguinte

UNIÃO ELÉCTRICA PORTUGUESA

Continuação da pág. anterior

U. E. P.

Balanco em 31 de Dezembro de 1972

ACTIVO		Investimento Inicial	Reintegrações (depreciação físico e funcional)		PASSIVO			
1) — DISPONÍVEL					1) — DÉBITOS			
Títulos de Capital				155 168 036\$47	a) — De vencimento imediato			
Participações de Capital por Quotas				268 100\$00	Retribuições do Pessoal		64 213\$32	
				155 436 136\$47	Débitos por Resgate de Obrigações		3 338 311\$15	
2) — CIRCULANTE					Juros de Empréstimos (vencidos)		8 547 615\$38	
a) — Fluido					Débitos Gerais por Aquisições e Serviços		25 214 204\$67	
Dinheiro				6 914 661\$09	Créditos e Débitos Gerais (débitos)		59 210 941\$83	
Depósitos Bancários				65 930 585\$42	Dividendos Vencidos		2 422 673\$85	98 797 960\$20
b) — Créditos				72 845 246\$51	b) — De vencimento a curto prazo			
Créditos sobre Clientes				310 623 714\$85	Letras a Pagar		54 398 218\$70	
Créditos e Débitos Gerais (créditos)				48 387 114\$76	Débitos por Aquisição de Energia		124 554 737\$66	
Accionistas				3 224 225\$81	Obrigações de Resgate Próximo		13 314 500\$00	
c) — Permutável				362 235 055\$42	Provisões para Débitos a Liquidar		38 250 191\$40	230 517 647\$76
Material em Armazém				71 251 734\$48	c) — De vencimento a longo prazo			
Material de Propriedade Alheia				1 098 440\$86	Financiamentos		79 500 000\$00	
Material a Receber				54 760 162\$80	Obrigações de Resgate Diferido		207 399 500\$00	
Serviços de Receber (em curso)				3 532 694\$57	Quotas de Reversão		135 986 206\$43	422 885 706\$43
3) — FIXO				130 643 032\$71	2) — DE ORDEM			752 201 314\$39
a) — De investimento humano					Quotas de Obsolescência de Material em Armazém			2 962 877\$68
Meios de formação antropológica					Total do passivo			755 164 192\$07
— Investimento		241 563\$57		135 818\$65	SITUAÇÃO ACTIVA			
— Amortização		105 744\$92		135 818\$65	1) — DE CONSTITUIÇÃO			
b) — De investimento corpóreo					Capital		500 000 000\$00	
Móveis, Utensílios e Biblioteca		24 219 968\$36	17 089 346\$81	7 130 621\$55	2) — ACUMULADA			
Veículos		10 912 187\$17	7 014 992\$77	3 897 194\$40	Fundo de Reserva		48 307 945\$34	
Material em Instalações Alheias		45 689 124\$91	29 093 100\$35	16 596 024\$56	Fundo Variável para Amortizações		8 650 000\$00	
Aparelhos, Ferramentas e Instalações Acessórias		33 438 573\$83	18 583 512\$69	14 855 061\$14	Reservas Especiais		37 527 387\$55	
Oficinas Gerais		2 253 130\$33	1 885 672\$69	367 457\$64	Fundo de Reserva Extraordinário		30 000 000\$00	124 485 332\$89
Redes de Baixa Tensão		155 039 665\$60	65 137 622\$18	89 902 043\$42	3) — DE EXERCÍCIO			
Subestações e Postos de Seccionamento		355 448 745\$77	138 843 473\$67	216 605 272\$10	Resultados Gerais		60 322 701\$66	684 808 034\$55
Linhas de Alta Tensão		546 366 345\$53	214 144 004\$84	332 222 340\$69	Total da situação activa			684 808 034\$55
Edifícios de Serviço Próprio e Terrenos		62 682 403\$07	25 581 481\$71	37 100 921\$36	VALORES DE COMPENSAÇÃO			
Total do activo		1 236 050 144\$57	517 373 207\$71	718 676 936\$86	Débitos por Cauções de Administração		650 000\$00	
				718 812 755\$51	Débitos por Cauções Alheias		5 273 627\$20	
VALORES DE COMPENSAÇÃO					Cauções Prestadas		44 041 741\$10	
Cauções de Administração				650 000\$00	Débitos por Valores em Depósito		650 000\$00	50 615 368\$30
Cauções Alheias				5 273 627\$20				
Créditos por Cauções Prestadas				44 041 741\$10				
Valores em Depósito				650 000\$00				
				50 615 368\$30				

O DIRECTOR DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
A. Tavares Júnior

Pelo CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
A GERÊNCIA
Mamede Fialho

"EXPLORAÇÃO"

(ACTIVIDADE INDUSTRIAL — ZONA NORTE)

1972

ENCARGOS

RENDIMENTOS ACESSÓRIOS ("subprodutos" de exploração)

Energia Emitida	539 416 725\$76	Aluguer de Material	763 618\$20
Encargos de Conservação e Reparação	7 280 595\$23	Serviços de Conta Alheia (de nat. indust.) e Vendas (parcial)	59 305\$39
Encargos Gerais de Exploração	33 029 085\$23	Custo de Exploração (industrial)	610 841 319\$36
Contribuições e Impostos (parcial)	6 720 155\$31		
Reintegração de Subestações e Postos de Seccionamento	9 870 823\$07		
Reintegração de Linhas de Alta Tensão	12 375 708\$59		
Reintegração de Edifícios de Serviço Próprio (industriais) e Terrenos	389 736\$71		
Reintegração de Material em Instalações Alheias	837 987\$16		
Reintegração de Aparelhos, Ferramentas e Instalações Acessórias	1 196 986\$05		
Reintegração de Oficinas Gerais	217 777\$10		
Serviço de Transportes Próprios	328 662\$74		
	611 664 242\$95		611 664 242\$95

JORGE DE MELLO FALOU DA CUF

Durante um almoço que se efectuou no American Men's Club, sob a presidência do sr. Robert La Force, usou da palavra o dr. Jorge de Mello, presidente do conselho de administração da C.U.F., que aproveitou para fazer uma resenha histórica daquela companhia. Depois de ter lembrado a sua fun-

dação em 1865, fez notar que hoje a C.U.F. tem uma posição de peso na vida industrial e comercial de Portugal, com setenta empresas filiadas à companhia, não só no continente como em África, as quais abrangem actividades que vão desde a produção de fertilizantes, produtos alimentares e far-

macêuticos, tabacos, reparações navais, actividades bancárias, companhias de seguros, actividades hoteleiras, etc.

Ultimamente, um conhecido restaurante de Alfama, segundo notificou um semanário de Lisboa, teria sido integrado naquele grupo financeiro.

BONECOS DE PEDRO TEIXEIRA NO MERCADO DA PRIMAVERA

O Mercado da Primavera, a inaugurar no próximo dia 22, em Belém, junto ao Tejo, apresenta, este ano, entre outras, a seguinte inovação: uma barraca com bonecos do artista Pedro Teixeira.

Trata-se de uma enorme colecção de figuras modeladas em barro, trabalho a que o artista, ajudado por sua mulher, vem desde há meses a dedicar-se. Os apreciadores de uma arte de grandes tradições em Portugal não vão, decerto, deixar de visitar a barraca de Pedro Teixeira. Estará em Belém durante 45 dias, tantos quantos dura o Mercado da Primavera.



Um dos «bonecos» de Pedro Teixeira

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

QUARTEL MESTRE GENERAL
DIRECÇÃO DO SERVIÇO DE INTENDÊNCIA
CONSELHO ADMINISTRATIVO

01. Faz-se saber que no CA DSI, Travessa de St.º António da Sé, 21 em Lisboa, se encontra aberto o seguinte concurso público:

N.º DO CONCURSO PÚBLICO	DESIGNAÇÃO	DATA DE ENTREGA DAS PROPOSTAS	DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS
9/73	Fornecimento e montagem de um equipamento de cozinha na Messe de oficiais do R. C. 3 em Estremoz	16 MAI 73 até às 18 H	17 MAI 73 às 16 H

02. O caderno de encargos que serve de base ao referido concurso pode ser consultado todos os dias das 14 h às 18 horas, excepto aos sábados.

O PRESIDENTE DO C. A.
Manuel Machado
Coronel

BOM APETITE

RESTAURANTE
SANCHO
Trav. da Glória, 8-16
Telef. 369780
LISBOA

Estalagem «A GRUTA DO RIO»
RIO DE MOURO
Telef. 2960535
(Auto-Estrada para Sintra)
ESPECIALIDADES DIÁRIAS
BACALHAU À LAGAREIRA
E
CABRITO NO FORNO
À PADEIRO
LANCHES DE CASAMENTO

RESTAURANTE E BAR
DO
HOTEL ALVORADA
ESTORIL
COZINHA PRIMOROSA
E VARIADA
(Contratos especiais em casamentos, baptizados e banquetes)
Telef. 260070 (Frente do casino)

A CARRUAGEM
BAR * RESTAURANTE * SNACK
DÁ-NOS UM TOQUE DIFERENTE
ABERTO DAS 11 DA MANHÃ ÀS 2 DA MADRUGADA
AR CONDICIONADO * ENCERRA AOS SÁBADOS
RUA FILIPE FOLQUE, 49-A — TELF. 561457

APÓS AS REFEIÇÕES - CHAVE D'OURO - O MELHOR CAFÉ

top second

O relógio "countdown"

MONDIA top second

relógio ideal para a contagem decrescente

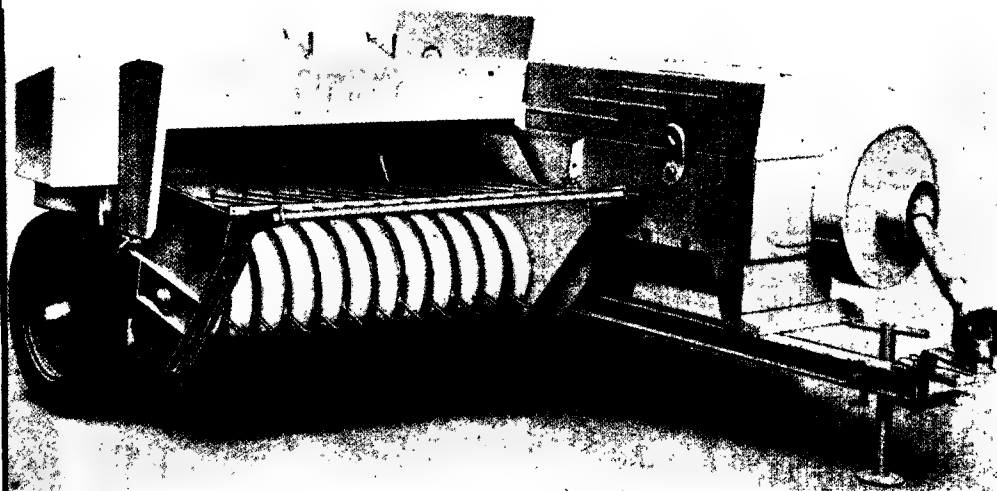
MONDIA

ZENITH TIME S.A. Le Locle Suisse

Automático
Impermeável
Calendário

Vendido e garantido por ZENITH

ENFARDADEIRAS **Bamfords**



BL49, BL58, BL62. ATADORES DE ARAME OU CORDEL, OU AMBOS, INTERMUTÁVEIS
CORTA FORRAGENS E ESPALHADORES DE CHORUME DA MESMA MARCA

A MELHOR ASSISTÊNCIA PARA A MELHOR
ENFARDADEIRA
GRANDE STOCK DE PEÇAS

TRACTORES SAME E HOLDER, CEIFEIRAS DEBULHADORAS, ARBOS, CORTA-FORRAGENS
ESPALHADORES DE CHORUME REGA POR ASPERSÃO SEPPIC ALFAIAS DIVERSAS, ADUBOS,
BATATA DE SEMENTE, PESTICIDAS, INSECTICIDAS, ETC.

SOCIEDADES REUNIDAS REIS S.A.R.L.

FILIAIS EM: AGENTES EM:
B E J A CABEZEIRAS DE BASTO
C H A V E S B R A G A N Ç A
F A V E S L E I R I A
M A T O Z I N H O S
P A M P I L H O S A
S A C A V E N
S A N T A R E M

ROSSIO, 102, 1.º LISBOA-TELF: 362521/2/3

DELEGACÃO - PORTO - RUA FERNANDES TOMÁS, 565-573 TORRES VEDRAS

CASA DE CAMPO VENDE-SE

Exótica e bela c/ jar. e pinhal, pronta a habitar. T. 256269, sáb. e dom. depois das 15 h.

FEIRA DE PARIS

28 de Abril-13 de Maio

- A apresentação mais completa dos bens de consumo.
- Pavilhões de 30 países.



Informações:
«HOTELCAR»

Av. da Liberdade, 107
LISBOA

Telef. 369178/9, 369045/6

CASAS PARA ALUGAR

Para predios que administramos, temos andares para alugar, tanto em Lisboa, como na Amadora, Damão, Queluz, Almada, Alverca, V. F. Niza, Barreiro, Unha de Cascais, etc.

Não cobramos aos inquilinos qualquer importância a título de comissão.

SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES INVICIA, LDA.

LISBOA - Rua dos Sapateiros, 231, 1.º
Telef. 3 47 55 - 36 93 84

SENSACIONAL...

Enceradora	1000\$00
Secadores Cabelo	140\$00
Aspiradores	1200\$00
Frigoríficos Mol	1790\$00
Painéis Pressão	290\$00
Máq. de Lavar Automáticas	4500\$00
Sofás Camas	1800\$00

Mercado de Electrodomésticos

AV. DUQUE LOULÉ, 77

DI/NACIONAL

Deputados ingleses visitam Lisboa

No início da sessão de ontem da Assembleia Nacional, o presidente eng. Amaral Neto anunciou que, dentro de alguns dias, um grupo de parlamentares britânicos visitará Portugal e assistirá a uma reunião plenária em S. Bento.

O presidente da Assembleia Nacional informou também que, há cerca de um ano, recebeu uma carta de um grupo de deputados informando-o de que haviam decidido constituir um grupo parlamentar luso-britânico, o qual, «pela comunicação permanente com o já existente da Câmara dos Comuns britânica — chamado o grupo parlamentar anglo-português — e pelo exercício de outras actividades, procuraria contribuir para uma melhor compreensão entre os povos de Portugal e do Reino Unido». A carta era assinada pelos deputados Cotta Dias, Salazar Leite, Pinto Balsemão, Castelino e Alvim, Vasconcelos, Guimarães, Pinto Castelo Branco, Homem de Mello, Macedo Correia e Pio Fernandes. A comissão tem funcionado, ao longo do ano, sem carácter oficializado.

ORDEM DO DIA

Quatro deputados intervie-

ACTUALIZAÇÃO DE PROFESSORES

No Liceu Normal de D. João III decorreu a nona sessão de actualização para professores de Ciências Naturais do ensino secundário, do ciclo que ali se efectua com o maior interesse.

Entre a assistência, bastante numerosa, vieram-se muitos estudantes, aos quais fora previamente distribuído um exemplar do texto sobre o assunto a tratar pelo prof. dr. José Firmino Mesquita, da Faculdade de Ciências e Tecnologia, que desenvolveu o tema «Ultra-estrutura e função dos organismos celulares», numa clara exposição, seguida com vivo interesse.

A sessão terminou com uma visita ao Laboratório de Microscopia Electrónica da Universidade, sob a orientação do prof. dr. Firmino Mesquita e durante a qual os interessados puderam fazer observações sobre as técnicas mais generalizadas e as condições de funcionamento do microscópio electrónico.

A MULHER E AS REACÇÕES SEXUAIS



O sexo está na ordem do dia. Novas e interessantes descobertas, sobre a relação entre a personalidade da mulher e a sua satisfação sexual, foram apresentadas pelo psicólogo americano Seymour Fisher. Não perca o artigo, sobre o assunto, publicado no número de Abril de Selecções do Reader's Digest.

ASSEMBLEIA DIA A DIA

Armando Pereira da Silva

ram na discussão na generalidade da proposta de lei de terras do ultramar: Lopes da Cruz, Barreto de Lara, Nogueira Rodrigues e Alberto Alarcão. De todos, só o último não representa um círculo ultramarino, e foi ele que viu na proposta a possibilidade de desenvolver os baixos índices demográficos de Angola e Moçambique. Quanto aos outros, aprovaram o diploma na

generalidade, remetendo quase todos a sua esperança para a regulamentação posterior, pois o texto em apreço não lhes diz muito e, salientaram, em pouco altera a legislação vigente. Quase todos acentuaram, também, que é necessário regulamentar as situações já criadas — as de terrenos ocupados e explorados, alguns há muitos anos, e ainda não registados na Conservatória

respectiva a favor dos seus ocupantes.

ANTES DA ORDEM DO DIA

Responderam à chamada, na reunião de ontem, 77 deputados. Antes da ordem do dia, dois agradecimentos: o de Augusto Correia, de Coimbra, pela próxima construção de um troço de estrada no concelho de Castanheira de Pêra; e Oliveira Pimentel, de Bragança, pela visita que o Chefe do Estado e vários ministros fizeram àquele distrito, dias atrás, e pelas esperanças em melhoramentos que dela ficaram.

Os trabalhos prosseguem hoje, com a mesma ordem do dia.

NOVOS ADMINISTRADORES NO BANCO NACIONAL ULTRAMARINO

Por renúncia voluntária de respectivo mandato, deixaram a Administração do Banco Nacional Ultramarino, desde 31 de Março, drs. Abel Corte-Real e Pedro Gaivão e o embaixador dr. Luis Esteves Fernandes.

Para os substituir, o Conselho de Administração do Banco nomeou os accionistas Brás Cabrita de Almeida Conde, dr. José Oliveira Marques e prof. Doutor Manuel Duarte Pereira.

Brás Conde iniciou a sua carreira profissional no Banco Nacional Ultramarino, desligando-se do seu serviço em 1945. Foi, durante 23 anos, administrador do Banco Português do Atlântico e, também, Vice-Presidente do Banco Comercial de Angola.

O dr. José Oliveira Marques foi Secretário Provincial do Estado de Moçambique e exercia, actualmente, o cargo de director do Banco Nacional Ultramarino para o Ultramar.

O prof. doutor Manuel Duarte Pereira, que também exercia o cargo de director do Banco Nacional Ultramarino para o

Planeamento e Produtividade, é professor catedrático do Instituto Superior de Economia.

O prof. Doutor Fernando Olavo Corrêa d'Azevedo, Presidente da Assembleia Geral do Banco, deu ontem posse a estes novos administradores, que entraram imediatamente no exercício das suas funções.

"MUNDO DESPORTIVO"

Comemora hoje mais um aniversário o nosso camarada «Mundo Desportivo». Entra agora nos 29 anos de existência, longa vida dedicada a cada vez mais ingratu papel da informação desportiva. Que

sempre tem levado a contendo, diga-se. Pois ao seu director e a quantos com ele trabalharam, os nossos efusivos parabéns.



Homenagem do presidente do Lloyd's à Lisnave

Na presença do Contra-Almirante Manuel Maria Sarmiento Rodrigues, presidente da comissão portuguesa do Lloyd's, e do Sr. John Clearing Harrison, «principal surveyor» do Lloyd's em Lisboa, o Sr. Anthony C. Grover, presidente do «Lloyd's Register of Shipping», entregou ao Sr. José Manuel de Mello, presidente da Lisnave, duas peças especialmente desenhadas por Graham Walling. Assistiram o Eng.º Manuel Perestrelo de Vasconcelos, administrador-delegado da Lisnave, o Eng.º Álvaro Bissau Barreto, administrador-delegado da Setenave, directores e o chefe do departamento de relações públicas da Lisnave.

Nas breves palavras que pronunciou o Senhor Anthony C. Grover mostrou que o significado da sua presença exprimia o reconhecimento pela boa colaboração há longos anos

existente entre o Lloyd's e a Lisnave e também a certeza do seu desenvolvimento.

Recordou que o presidente do conselho de administração da Lisnave, fora o primeiro presidente da Comissão Portuguesa do Lloyd's, facto que lhe era especialmente grato lembrar perante o êxito da Lisnave e o promissor empreendimento da Setenave.

O Senhor José Manuel de Mello agradeceu e exprimiu em nome da Lisnave a certeza de que a boa cooperação existente (que nos estaleiros de Lisboa vem desde 1937) crescerá e, com a entrada em actividade do estaleiro de Setúbal, seria substancialmente alargada.

O Senhor Anthony C. Grover, que veio propositadamente a Lisboa, regressou seguidamente a Londres.

Aos exportadores de materiais de construção

FEIRA INTERNACIONAL DE BARCELONA

de 2 a 12.6.73

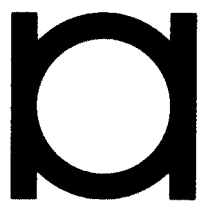
Organizada por sectores especializados, constitui a Feira Internacional de Barcelona um dos maiores certames industriais de toda a Espanha. Exportar é meio caminho andado para o êxito. Pelos contactos que se estabelecem. Os negócios que se concluem. As vendas que se fazem. Numa altura como a actual — em que é necessário e urgente crescer —, não deixe de estar presente na Feira Internacional de Barcelona! Para isso, contacte o Fundo de Fomento de Exportação — e integre-se na representação nacional de exportadores que este Organismo está promovendo com vista ao Sector de Materiais de Construção, justamente um dos que maior projecção têm alcançado no referido certame. Inscreva-se quanto antes — até ao próximo dia 22! Apoiá-lo-emos ponto por ponto — com a atenção que é devida a quantos apostaram no desenvolvimento.



FUNDO DE FOMENTO DE EXPORTAÇÃO

Serviço de Feiras

Av. Duque de Loulé, 97-2.º — Telef. 56 17 43/4 — LISBOA-1



BANCO DO ALENTEJO

FUNDADO EM 1875

CAPITAL E RESERVAS 503 100 000\$00

DIVIDENDO DO EXERCÍCIO DE 1972

A partir do próximo dia 23 de Abril estará a pagamento na Sede em Évora, Filiais de Lisboa e Porto e Agências, o dividendo de 8% referente ao exercício do ano de 1972. O pagamento será efectuado contra a apresentação dos próprios títulos (Acções n.ºs 1 a 500 000) ou do cupão n.º 2 (Acções n.ºs 500 001 a 1 000 000).

Lisboa, 4 de Abril de 1973.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DL/GERAL

FARMÁCIAS DE LISBOA:

É VIÁVEL A "SEMANA INGLESA" DURANTE TODO O ANO

Monopolizando a atenção dos proprietários das farmácias de Lisboa, a questão da «semana inglesa» para todo o ano — pretendida por muitos comerciantes e pelos ajudantes de farmácia — tem deparado com a oposição do Grémio respectivo, que considera necessário haver ao sábado de manhã armazéns abertos que possam assegurar o abastecimento da vastíssima gama de medicamentos. Porém, os caixeiros dos armazéns mostram-se dispostos a solucionar o problema aceitando a rotatividade de trabalho dos seus estabelecimentos, embora não prescindindo do direito à «semana americana» que adquirem por força do seu contrato colectivo logo que o regime permanente de «semana inglesa» para as farmácias seja instituído.

O problema do regime de «semana inglesa» para as farmácias de Lisboa surgiu de novo este ano quando, no princípio de Março, um numeroso grupo de proprietários daqueles estabelecimentos, situados nas zonas de Alvalade, Campo Grande e Lumiar, informou o Grémio respectivo de que iriam fechar a partir do dia 10 (sábado) se não houvesse a opor «pelo referido organismo ou outros que superintendem no assunto». A esse primeiro movimento seguiu-se outro por parte de farmácias das zonas de Benfica, Avenidas Novas e Rato, bem como da Baixa.

Posteriormente, numa conferência de imprensa efectuada no passado dia 22, o Grémio Nacional das Farmácias definiu a sua posição quanto ao regime de «semana inglesa», ou seja, o encerramento definitivo às 13 horas de sábado, durante todo o ano: aceitá-lo-ia se paralelamente fosse criado um sistema de rotatividade para os armazenistas, — já que estes passariam a ter automaticamente «semana americana» (encerramento definitivo à sexta-feira à tarde) — de modo a que as farmácias pudessem abastecer-se durante a manhã de sábado.

No intuito de aclarar tanto quanto possível a situação, bem como as soluções que podem vir a ser adaptadas, o «DL» reuniu

o presidente do Grémio Nacional das Farmácias, dr. Almeida Nifo, o presidente do Sindicato Nacional dos Ajudantes de Farmácia, José de Sousa Amado, o presidente da assembleia geral do mesmo organismo, José da Cruz Faria, e um representante do Sindicato Nacional dos Caixeiros, João Borralho Machado, que exerce a sua actividade num armazém de drogas e produtos químicos e farmacêuticos. Apesar dos nossos desejos, não foi possível contar com a presença de um representante do Grémio dos Armazenistas de Drogas e Produtos Químicos e Farmacêuticos do Sul.

A questão da «semana inglesa» já não é nova, como se depreende das palavras iniciais do presidente do grémio das farmácias:

— Em 1957, o Grémio fez uma consulta aos associados, e nessa altura poucos quiseram iniciar a «semana inglesa» mesmo só nos três meses de Verão. Todavia, dada a experiência, no ano seguinte o pedido feito à Direcção Geral de Saúde (visto ser anual) foi já para seis meses, tendo em conta o interesse das farmácias. Dada a forma como as coisas correram, o ano passado e há dois anos o pedido foi feito para nove meses, ou melhor, para 36 semanas, em face das respostas dos associados aos inquéritos. De resto, na zona de Alges, o encerramento das farmácias ao sábado à tarde, durante todo o ano, já se pratica há três anos, salvo erro, bem como em cerca de quinze concelhos do País.

— Este ano — prosseguiu — perante um pedido feito por farmácias da Baixa, fizemos uma vez mais o inquérito aos associados, ao mesmo tempo que enviávamos à Direcção Geral de Saúde o pedido de encerramento aos sábados à tarde, de Março a Novembro, feito por cerca de trinta farmácias de Alvalade, Campo Grande e Lumiar — sobre o qual, de resto, ainda não obtivemos até agora resposta. Ora das 322 farmácias de Lisboa, apenas responderam a favor da «semana inglesa» para todo o ano, 86 estabelecimentos, enquanto para parte do ano responderam cerca de cem.

O GRÉMIO PÔE CONDIÇÕES

Acrescentou o dr. Almeida Nifo:

— O Grémio, torno a afirmá-lo, não apoia a «semana inglesa» para todo o ano. Isto, porque o regime, a ser oficialmente instituído, implicava a «semana americana» para os armazenistas, por força do contrato colectivo dos caixeiros que neles exercem a sua actividade. Considero que não é viável para as farmácias abastecerem-se à sexta-feira para poderem atender convenientemente o público até segunda-feira, principalmente nos meses de Inverno. Isto porque as farmácias não vivem em «maré de rosas» de forma a abastecerem-se em grande

quantidade de uma só vez, e o número de similares existentes é uma autêntica barbaridade, além de cada produto ter normalmente várias formas (pílulas e xaropes) e em embalagens diversas.

— Portanto — acrescentou — só se ficar assente o funcionamento de dois armazéns ao sábado para assegurar o abastecimento é que o Grémio concordará com a «semana inglesa» durante todo o ano, e isto se for do desejo dos associados.

FARMÁCIAS ARMAZENISTAS

A intervenção do dr. Almeida Nifo, motivou uma pergunta do presidente do Sindicato dos Ajudantes de Farmácia, relacionada com o abastecimento dos estabelecimentos:

— Como se sabe, as farmácias beneficiam do desconto de vinte por cento nos medicamentos. Porém, como há farmácias armazenistas, que por isso têm trinta por cento de desconto, o que é que se lhes pode exigir quanto ao abastecimento das outras e o que pensa o Grémio da situação?

— A situação dessas farmácias — respondeu o dr. Almeida Nifo — é a coisa pior que pode haver. Isto porque beneficiam de um desconto maior e concorrem deslealmente com as outras, como sucedeu com uma que mandámos encerrar temporariamente, há pouco tempo, e outras que o Grémio puniu mas que recorreram para a Corporação. Penso que não se lhes pode exigir que abastecem as outras farmácias, isto é, desempenhar a função de armazém abastecedor. De resto não existem oficialmente farmácias armazenistas, mas sim farmácias com alvará de armazenista, o que é ilegalmente.

A resposta do presidente do Grémio das Farmácias, provocou nova intervenção do presidente do Sindicato dos Ajudantes de Farmácia:

— Mas ainda, o que há é farmácias que não têm um armazém constituído, não têm contingente para abastecer os outros, e o alvará serve-lhes apenas para beneficiar do desconto suplementar de mais dez por cento.

— Acho que isso não se pode provar — replicou o dr. Almeida Nifo, acrescentando:

— O que se poderá dizer é que há farmácias com alvará de armazenista que não estão suficientemente abastecidas para justificar o nome de armazenistas. Mas isso é assunto que não respeita ao Grémio das Farmácias.

AJUDANTES DE FARMÁCIA APOIAM

Importava, todavia, para além desta questão, saber a opinião dos ajudantes de farmácia quanto ao ponto principal em questão: a «semana inglesa». A esse propósito esclareceu o presidente da assembleia geral do respectivo organismo sindical:

— O Sindicato defende a existência de «semana inglesa» durante todo o ano nas farmácias de Lisboa, embora parte da classe considere, se isso for impossível, aceitável de Março a Novembro — declarou José da Cruz Faria. Opinião corroborada pelo presidente do Sindicato, que acrescentou:

— Há já dez anos que o Sin-

dicato pretende a «semana inglesa» para os seus associados durante todo o ano. Ainda não se conseguiu, e devo acrescentar que vejo sem grande desagrado o trabalho ao sábado nos meses de Inverno, atendendo ao grande movimento nessa época.

Não se compreende totalmente a posição dos dirigentes sindicais quando afirmam que o Sindicato pretende «há dez anos» para o regime para todo o ano, mas aceitam a ideia de só vigiar durante nove meses. Todavia a instituição do regime da «semana inglesa» permanente parece afinal solucionado perante a posição tomada pelo representante dos caixeiros que prestam serviço nos armazéns de drogas e produtos químicos e farmacêuticos.

SOLUÇÃO: ROTATIVIDADE DOS ARMAZENS

De facto, tendo aqueles profissionais, por força do seu Contrato Colectivo de Trabalho, direito à «semana americana» logo que as farmácias tenham «semana inglesa» permanente, o seu representante, João Borralho Machado, apresentou uma solução de compromisso aparentemente viável:

— Parece-me, antes de tudo, que este problema representa uma flagrante injustiça para os caixeiros dos armazéns face aos caixeiros dos laboratórios e aos profissionais de escritório do ramo, pois eles dispõem já de «semana americana» enquanto nós temos apenas a tarde de sábado livre. Se as farmácias passarem a «semana inglesa» passaremos a ter a «americana». Porém, face à posição do Grémio, ao interesse da saúde pública e porque afinal somos todos trabalhadores, os caixeiros de armazém, embora não prescindindo do direito que legalmente adquirem, estão dispostos a aceitar um regime de rotatividade durante as manhãs de sábado. Há em Lisboa pelo menos dezóito armazéns que podem abastecer convenientemente todas as farmácias nesse período. Abrindo dois por cada sábado, o que seria suficiente, o serviço ficava assegurado com uma rotatividade bastante leve para todos. Além disso, o sistema em nada afectaria os interesses económicos das empresas.

A sugestão posta por Borralho Machado em nome dos caixeiros, mereceu concordância dos representantes do Sindicato dos Ajudantes de Farmácia e do presidente do Grémio das Farmácias.

Resta, pois, ao Grémio dos Armazenistas de Drogas e Produtos Químicos, e aos Sindicatos cujo pessoal possa estar indirectamente envolvido na questão — além da Direcção Geral de Saúde — o pronunciarem-se sobre a viabilidade do sistema sugerido. Questões difíceis requerem naturalmente soluções em que a flexibilidade de posições tem papel preponderante — como parece ser o caso.

VISITA

Num avião militar, chegou ontem a Lisboa o general Geoffrey Richardson Desmond Fitzpatrick, do Exército britânico, que exerce as funções de comandante-adjunto do Supremo Comando Aliado na Europa (S.A.C.E.U.R.).



Benfica em Espanha Madeira em Lisboa

Já está em Espanha a equipa formada por ciclistas do Benfica e da Coelima que vai participar na próxima «Vuelta». Antes, o conjunto português participará na «Volta ao País Basco» e noutros torneios de preparação. Os representantes do clube da Luz que apresentamos na foto (Eusébio Pereira, Fernando Vieira, José Madeira, Venceslau Fernandes, Fernando Mendes e o técnico Fulgêncio Sanchez) não seguiram na sua máxima força uma vez que o ex-tavirense José Madeira sofreu, no decurso dum dos últimos treinos, um acidente que lhe causou fractura na mão esquerda. Foi substituído por Orlando Alexandre. Escusado será dizer vantagens que este contacto internacional proporcionará aos ciclistas dos dois clubes. Como é natural, Fernando Mendes é o atleta em foco e aquele de quem se espera actuação pela «Flandria» ao votá-lo ao esquecimento quando constituiu o seu actual lote de profissionais...

Elvas e a recusa do Pavilhão Gimnodesportivo

E já do conhecimento público que o Município de Elvas recusou o Pavilhão gimnodesportivo concedido pela Direcção-Geral dos Desportos. Por constituir matéria nova na actual política da entidade máxima da actividade desportiva, procurámos uma explicação para o facto, interrogando o chefe da secretaria ignorando todas as barreiras burocráticas com que estamos habituados a esbarrar, nos disse esta manhã: «Não há, na atitude tomada, qualquer gesto de menos reconhecimento às entidades que visam este sector; o que há, efectiva e concretamente, é a promessa do Ministério das Obras Públicas, no sentido de dotar a cidade de um outro pavilhão gimnodesportivo, material e funcionalmente muito mais bem dotado do que aquele agora concedido pela Direcção-Geral dos Desportos. Nestas circunstâncias, e já que o terreno onde está previsto edificar o oferecido pelo Ministério das Obras Públicas é o mesmo onde se edificaria o cedido pela D. G. D. decidiu o município (por unanimidade) não aceitar o segundo, certo de que a cidade, e naturalmente a população, viria a beneficiar com a escolha feita.»

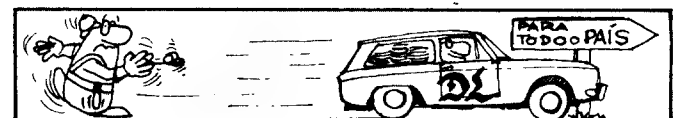
Eduardo Silva (Oeiras): homenagem no Domingo

Eduardo Silva, futebolista da Associação desportiva de Oeiras, em actividade há 18 anos, vai ser homenageado, no próximo domingo, pelos dirigentes da colectividade e pela Associação de Futebol de Lisboa.

A festa começa às 9 e 30 com a apresentação das «escolas» de Oeiras e a entrega da medalha de correção à equipa de juvenis

de 1972. Às 10 horas, jogam a Velha Guarda do Oeiras e, às 11, teremos o Porto Salvo-Oeiras, a contar para o regional de juniores.

A Associação entrega ao referido atleta o seu cartão de sócio de mérito no decorrer da homenagem, seguindo-se um almoço de confraternização.



DR. JOSÉ ARANTES DE FREITAS CRUZ
FALECEU
PARTICIPAÇÃO
E MISSA DO 7.º DIA

João Carlos Lopes Cardoso de Freitas Cruz, sua Mulher Maria de Lourdes Salazar Antunes de Freitas Cruz e Filhos, Juiz Conselheiro Dr. Álvaro Eurico Lopes Cardoso, sua Mulher e Filhos e mais Família, cumprem o doloroso dever de participar o falecimento de seu querido Pai, Sogro, Avô, Cunhado, Tio e Parente, ocorrido em Lisboa no passado dia 1 do corrente; e que amanhã dia 7, pelas 11,30 horas, na Igreja de Nossa Senhora de Fátima (Altar-Mór) será rezada missa pelo eterno descanso de sua Alma.

P. N. A. M.

AGÊNCIA MAGNO
Telef. 534167

DL/DESPORTOS

FALANDO DE TREINADORES

Hagan continua no Benfica

Com a saída de Medeiros do União de Tomar e a perspectiva de direcções novas no Sporting e Vitória de Setúbal, começou a «dança» dos treinadores de futebol, havendo já, hoje, algumas certezas e outras mudanças quase concretizadas.

Temos, assim, a primeira certeza: Hagan continua no Benfica. Porque? Por dois motivos. Primeiro, porque a carreira nacional do clube assim o justifica. Em segundo lugar, porque Kovacs não pode aceitar o convite que lhe fariam (é o superintendente geral do futebol do Roménia). Os jogadores mais antigos e influentes foram consultados pelo presidente da Direcção benfiquista e houve unanimidade em aceitar a continuação de Hagan. Elementos com voz acti-

va na equipa foram mais longe, dizendo que «em vez de perder tempo e esforços em adaptação a novos métodos, mais vale ficar com Hagan» que conhece os jogadores: e estes já sabem que têm de trabalhar e não serão prejudicados por favoritismos. Logo, Hagan será técnico do Benfica na próxima época, não se sabendo, apenas, por quantos anos será renovado o contrato com o silencioso inglês.

Outra certeza: Lino será o novo treinador do Farense. Não treina já neste momento o clube algarvio porque, num momento psicológico decisivo, a Direcção do Sporting não quis rescindir o contrato mútuo, mantendo (assim) o técnico adjunto de Allen em Alvalade até ao final da época. Dentro desta jogada,

dá-se como certa também a contratação de Manuel Oliveira (actualmente no Farense) para o Barreirense, clube em que disfruta de muitas simpatias.

A partir daqui, não há certezas, para além da permanência mais ou menos garantida de uma boa percentagem dos técnicos que trabalham na primeira divisão. No entanto, as informações que nos foi possível recolher e que transmitimos aos leitores baseiam-se em negociações em curso, muitas delas só confirmáveis depois de se resolverem problemas directivos em suspenso.

Nessa base, aponta-se como muito provável a contratação de Carlos Silva (actual) técnico barreirense para o União de Tomar. O técnico, porém, põe como condição a permanência do clube na primeira divisão.

Resta o Sporting e o Vitória de Setúbal e, no último caso, depende-se fundamentalmente de um nome (Pedroto) e de duas direcções. Enquanto o Vitória vai mudar de elenco directivo (e, diz-se em Setúbal, que a ser

incluído no elenco um nome prestigioso da indústria setubalense, a tendência será para valorizar e não para dispensar jogadores ou perder técnicos) Pedroto pode ficar, mas (pode mudar também).

Directamente relacionado com este caso, está a Direcção do Sporting: que continua por formar inteiramente. O actual presidente interino já estabeleceu contactos para encontrar o presidente «real», sendo provável a aceitação de um nome novo da finança portuguesa. E, aí, a possibilidade — Pedroto (uma quase exigência da massa associativa do Sporting) ganha nova força. Com Juca a funcionar no Departamento de futebol, em lugar de Armando Ferreira ou a seu lado,

E agora a «bomba»: Medeiros, que saiu de Tomar e ontem foi convidado pelo União de Leiria (não aceitou) pode ser o próximo treinador do Vitória de Setúbal. Elementos afectos ao elenco que se indigna para a direcção setubalense já o abordaram nesse sentido.

Domingo em Alferrarede

CARNAVAL NA QUARESMA POR CAUSA DO FUTEBOL

A festa começa às nove horas e pára quando todos quiserem, diz o cartaz divulgado pelo Clube Desportivo e Recreativo de Alferrarede, dando conta da festa rija que se prepara para domingo, naquela vila ribatejana, em comemoração da subida do clube local à III Divisão nacional de futebol. Para se fazer uma ideia do que pode acontecer em Alferrarede, eis outra transcrição do cartaz alusivo: **Haverá à disposição do povo e de todos os forasteiros, vitelos, porcos, borregos, frangos e muito mais, tudo em churrasco, com o tradicional acompanhamento do bom vinho branco e tinto da região.**

Os «Dragões» (como são chamados os componentes do «team» de futebol da terra) terão, assim, à sua volta, um ambiente totalmente festivo, a que não faltarão (também) «cabeçudos», banda de música, serpentinas, matracas e foliões. Carnaval na Quaresma e um jogo de futebol (às 16 horas, entre o Alferrarede e o Matrena) é o que espera os visitantes de Alferrarede no domingo que vem. Até porque, ainda segundo o cartaz alusivo que nos chegou às mãos todos podem comer, beber e brincar sem nada pagar.

Esbela da Fonseca

regressa como professora

Efectua-se no domingo à noite o sarau anual do Lisboa Ginásio que, como nos anos anteriores, promete revestir-se de elevado índice técnico e artístico.

Este ano, o Lisboa Ginásio traz a equipa feminina alemã do Mulheimer Turnverein Koln 1850, que se apresenta dirigida pela portuguesa Esbela da Fonseca, antiga ginasta internacional e actualmente professora no clube alemão. Compõe esta equipa cinco gentilíssimas raparigas a saber: Ute Weiler (campeã da Renânia e 5.ª nos campeonatos da Alemanha do Norte); Christa Schwanbek (segunda nos mesmos campeonatos, 1.ª em trave); Martina Betten (campeã da Renânia 2.ª categoria); Marion Franke (sub-campeã júnior) e Renate Kerp.

Além desta equipa, participará ainda no sarau o ginasta japonês Satoaki Miyake, campeão universitário da Europa em 1970. Aos ginastas que nos visitam darão condigna réplica o prof. japonês Masanobu Inoue

os campeões nacionais Maria Manuela Contreiras e José Filipe de Abreu.

ÚLTIMAS

No primeiro dia de provas da «XVII Semana Equestre Militar» e do «XXV Concurso de Saltos de Obstáculos de Mafra», a figura central foi o brigadeiro Henrique Calado, vencedor de duas provas: a «Escola Prática de Infantaria» e a «Escola Prática de Cavalaria». Os vencedores das outras competições foram os seguintes: Prova «Capitão Luis Vilar», o tenente-coronel Jorge Matias; na prova «Centro Militar de Educação Física, Equitação e Desportos» o major Carlos Campos.

TÉNIS

Começou esta tarde a disputa da primeira jornada do Portugal-Suiza, a contar para a «Taça Davis». A jornada engloba os encontros Kanderl-Raul Peralta e Sturza-Vaz Pinto.

DOVER PARTIU

Partiu ontem à tarde para os Estados Unidos o jogador-treinador de basquetebol do F. C. do Porto, o norte-americano Dover. Prometeu voltar... e acompanhado de um companheiro.

CRITÉRIO DA JUVENTUDE

Realizou-se no Pavilhão Ginásio desportivo de Cascais o «Critério da Juventude», graças ao apoio do Grupo Dramático e Sportivo de Cascais, que colocou à disposição da F. P. G. o seu Pavilhão e os transportes necessários para o material a utilizar.

Constituiu um êxito para a modalidade, sendo de realçar o elevado número de participantes. Dos 132 ginastas inscritos compareceram 112 em representação das seguintes colectividades: Associação Académica de Espinho, (12); Clube Atlético de Campo de Campo de Ourique, (3); Clube Desportivo de Paço de Arcos, (10); Clube Instrução e Recreio do Laranjeiro, (10); Futebol Clube do Porto, (21); Ginásio Clube Português, (20); Ginásio Clube do Sul, (2);

Lisboa Ginásio Clube, (11); Sport Alges e Dafundo, (9); Sport Lisboa e Benfica, (6); Sporting Clube de Aveiro, (8).

PROVAS FEMININAS

(INICIADOS): Individualmente, Maria Filomena Palma, (Lisboa Ginásio Clube).

(INFANTIS): Individualmente, Suzana Freire Mendes, (Lisboa Ginásio Clube).

PROVAS MASCULINAS

(INICIADOS): Individualmente, Sérgio Araújo Maia, (Futebol Clube do Porto). Colectivamente, Futebol Clube do Porto.

(INFANTIS): Individualmente, Miguel Pedro Sampaio, (Futebol Clube do Porto). Colectivamente, Futebol Clube do Porto.

NOTÍCIAS E FACTOS

EDIÇÃO: a F. N. A. T. acaba de editar (da autoria de Américo Cardoso Fonseca e Arnaldo Martins Barbosa) um opusculo denominado «A educação física como meio de prevenção de acidentes de trabalho e de recuperação».

FUTEBOL: a final da «Taça das Taças» terá lugar em Salónica (Grécia) no dia 16 de Maio próximo.

TÉNIS DE MESA: a Associação Académica da Amadora vai homenagear com um jantar, no próximo dia 11 do corrente, os componentes da equipa que triunfou na disputa no campeonato lisboeta da segunda divisão.

CORPORATIVOS: Alter, Montargil, Santa Eulália, Alpalhão, Fronteira e Galveias (por esta ordem) destacam-se no campeonato portalegrense da categoria.

ATLETISMO: campeonatos regionais lisboetas de iniciados (masculinos e femininos) na pista da CUF (Barreiro) nas tardes de amanhã e domingo. Horário idêntico (mas outro local: Estádio Nacional) para o Torneio de Abertura destinado a juniores e seniores.

GOLFE: no nono campeonato internacional desenrolado em

Rebat (Marrocos) a dupla José Lara de Sousa e Melo-Nuno Alberto de Brito e Cunha colocou Portugal em terceiro lugar, logo após a Itália e a Espanha mas à frente da França, Suécia, Bélgica, Suíça e Dinamarca. Entretanto, na Penina e Vilamoura decorre o 19.º Campeonato Internacional «Open» de Portugal, com a participação de concorrentes portugueses, ingleses, argentinos, suecos, espanhóis, franceses, italianos e da África do Sul. Primeiro vencedor: o jovem amador português Lourenço Dunkell (16 anos, nascido na Carquejeira, Belas). A Comissão Regional de Turismo do Algarve ofereceu ontem uma «Prova de Vinhos», na Adega Cooperativa de Lagoa, aos jornalistas que «cobrem» o acontecimento golfista.

ESTAFETA: a ligação pedestre Oihão-Faro foi ganha pela equipa do Liceu Nacional de Faro (João Campos, Helder Leal, Adelino Campina e Manuel Silva), seguida da Escola Industrial e Comercial de Faro (Eusébio Martins, Jovito Guia, Dinis Constantino e Luis Matias), Sporting Clube Farense (Manuel Franco, António Custódio, Mário Teixeira e Francisco Morais), Liceu Nacional de Faro B (Eduardo Fernandes, António Barata, Mário Alves e Ricardo dos Santos), Sporting Clube Farense B (Emílio Costa,

Francisco Martins, Manuel Romão e Henrique Santos). Clube de Futebol Esperança de Lagos (Francisco Marreiros, António Gonçalves, José Joaquim da Luz e José Arcão) e Sport Lagos e Benfica (Mário Costa, Joaquim da Silva, Manuel Camilo e Joaquim Fernandes). Domingo, realiza-se o «Nono Circuito à Cidade de Faro», para juvenis, juniores e seniores.

VIVENDAS

Novas de luxo, vendo na Rua Marquês Soveral, Lote 6, (esta rua é última à esquerda no fim da Av. Marechal Carmona), em Cascais. Também vendo quinta perto do Estoril, com pinheiros, oliveiras, vinha, árvores de fruto e murada, não têm casas, local sossegado e muito agradável, preço 550 contos e Andar a 50 metros da Praia e Marginal, local maravilhoso na Linha do Estoril, Preço 550 contos. Tenho empregados nas vivendas em Cascais que mostram tudo. Vendo vivenda próxima ao Colégio Marista, Carcavelos, nova, não é de luxo, está a construir-se no próprio local. Sou o dono e construtor, trato no escritório Av. 5 Outubro, 31, r/c, Tel. 539773 e 539774, Lisboa-1. Ou Tel. 284879 e 2475240. Também estou interessado em comprar terrenos para urbanizar para prédios, moradias e armazéns, ou urbanizáveis com ou sem projectos aprovados, em Lisboa e arredores, incluindo Outeira Banda e Linha do Estoril e terreno para estaleiro de máquinas e materiais, serve mesmo quinta ou terra de matos ou de cultivo.

RETROSPECTIVA 4 ACTORES CÓMICOS

Dia 6/4/73

O INIMIGO PÚBLICO

(Take The Money and Run)

com

WOODY ALEN

Realização de

WOODY ALEN

Grupo B — 10 anos

Colorido

Dia 7/4

JERRY 8 e 3/4

(The Patsy)

com

JERRY LEVIS

Realização de

JERRY LEVIS

Grupo B — 10 anos

Colorido

Dia 13/4

O GRANDE AMOR

(Le Grand Amour)

com

PIERRE ETAIX

Realização de

PIERRE ETAIX

Grupo B — 10 anos

Colorido

Dia 14/4

PLAY TIME

VIDA MODERNA

(Play Time)

com

JACQUES TATI

Realização de

JACQUES TATI

Grupo B — 10 anos

Colorido



SESSÕES DA MEIA-NOITE

O Traço de Pargana



Fonseca: cedido pelo Benfica ao Leixões, vai defender as redes de Matosinhos perante o seu clube «de facto»

HOMENAGEM AO VITÓRIA PELA ACTUAÇÃO NA «TAÇA UEFA»

Na estalagem S. Filipe (em Setúbal) realiza-se hoje uma íntima homenagem ao «team» do Vitória de Setúbal, por iniciativa de um grupo de individualidades ligadas à cidade do Sado e com o objectivo de assinalar o comportamento altamente meritório da equipa de Pedroto na «TAÇA UEFA».

No convite que nos dirigiram, as entidades organizadoras salientam «o prestígio que a actividade do Vitória tem granjeado para o distrito de Setúbal». Por isso, a festa será presidida pelo Governador Civil e estarão presentes as ditas «forças vivas da cidade» e da região, assim como os componentes da equipa de futebol: todos os jogadores, treinador médico e dirigentes.

Foi convidado a proferir uma alocução o dr. Silva Resende, director do jornal a Bola».

Alunos da Pedro de Santarém "treinaram" com o Benfica

Contrariamente ao que é costume, as bancadas do Estádio da Luz animaram-se ontem de manhã, durante o treino habitual dos profissionais do Benfica: cerca de 300 alunos da Escola Pedro de Santarém assistiram ao trabalho de Hagan e seus pupilos, trocando assim os bancos da escola, pelo convívio com as vedetas do nosso futebol.

A particularidade mais curiosa desta iniciativa reside no facto de cada um dos alunos ir agora passar para o papel as impressões colhidas durante as

duas horas de contacto com as «estrelas» do Benfica, sob a forma de reportagem ou entrevista. Os dez professores que acompanharam os jovens nesta visita sem precedentes, poderão assim avaliar dos resultados da iniciativa, que tende a ter continuidade.

A Escola de Pedro de Santarém (sem dúvida uma das mais evoluídas no moderno sentido de educação) acaba de dar mais um passo em frente, no panorama da convivência humana.

FUNDOS DE ESTADO

	Elect.	Compra	Venda
Cons. 2 3/4	-	461\$	-
Cons. 3 1/2	-	508\$	-
Cons. 4 1/2	-	589\$	-
Cons. 5 1/2	-	1.318\$	-
Tes. 5 1/2	1.011\$	1.010\$	-
Tes. 5 3/4	-	1.010\$	-
Exter. 1 1/2	-	636\$	-
Exter. 3 1/2	-	638\$	-
Exter. 5 1/2	-	-	-
Exter. 3 3/4	-	-	-
Caut. 3 3/4	-	-	-

FUNDOS PUBLICOS

A Lx 6 %	-	910\$	-
C M L 5 1/2 %	1.040\$	1.035\$	1.045\$
C P 5 1/2 %	-	930\$	-
C P 5 3/4 %	-	912\$	-
C P 5 1/2 %	-	910\$	-
Corr. 5 3/4 %	930\$	-	-
Met. 5 3/4 %	-	-	995\$
Tur. 5 3/4 %	-	1.060\$	-
C P 6 3/4 %	1.010\$	-	1.020\$

ELECTRICAS

G. 5 % - 58	-	-	860\$
G. 5 % - 59	-	-	-
G. 5 % - 62	-	-	-
G. 5 % - 63	-	-	-
G. 5 % - 64	-	-	-
G. 5 % - 65	-	-	-
G. 6 % - 67	-	-	990\$
G. 6 % - 69	-	-	980\$
G. 7 %	-	-	1.035\$
H. E. A. A. 5 %	-	750\$	-
H. E. C. 5 %	-	750\$	-
H. E. D. 5 %	-	750\$	-
H. E. D. 6 %	-	-	-
H. E. N. P. 5 %	-	-	-
H. E. S. E. 5 %	-	985\$	-
H. E. S. E. 6 %	-	940\$	-
H. E. Z. 5 % - 57	-	940\$	-
H. E. Z. 6 %	-	940\$	-
N. Elec. 5 %	-	750\$	-
N. Elec. 6 %	-	750\$	-
Termoel. 5 %	-	750\$	-
U. E. P. 5 % - 60	-	750\$	-
U. E. P. 5 % - 63	-	750\$	-
U. E. P. 6 %	-	-	-
U. E. P. 7 %	-	-	-

DIVERSAS

A P T 5 %	56	830\$	-
A P T 5 %	58	860\$	-
Lisnave 6 %	-	580\$	-
Nitrato 60	-	750\$	-
Pet. 2 1/2 %	-	-	-
Sacor 7 %	-	1.030\$	1.030\$
Sacor 5 %	-	-	-
Sacor 5 %	54	-	-
Sid 5 %	2 1/2	-	-
Sid 5 %	3 1/2	-	-
Sid 5 %	4 1/2	-	-
Socel 5 %	-	-	920\$
U. Fabril 67	-	910\$	910\$
U. Fabril 68	-	910\$	-

ULTRAMARINAS

Carbonil 5 %	-	-	-
Rev 5 %	-	-	-
Rev 5 %	-	-	-
Rev 5 %	-	-	-
Moçamb. 5 %	-	-	-
Sonete 5 %	-	-	815\$

ACÇÕES

De Bancos			
Agricultura	7.700\$	7.650\$	7.750\$
Algarve	4.100\$	4.050\$	4.100\$
Alentejo	3.960\$	3.960\$	-
Angola	7.950\$	7.950\$	8.000\$
Borges & Irmão	11.800\$	11.800\$	11.950\$
Crédito Predial	7.000\$	6.900\$	7.000\$
Espírito Santo	17.900\$	17.850\$	18.000\$
Fomento	8.000\$	7.950\$	8.000\$
F. & Burnay	82.000\$	81.500\$	-
Intercontinental Português	-	-	-
N. Ultramarino - m.	8.800\$	8.700\$	8.900\$
N. Ultramarino - c.	12.850\$	12.800\$	13.000\$
Pinto & Sotomayor	20.000\$	19.900\$	20.000\$
Portugal - n	5.700\$	5.600\$	5.800\$
Portugal - p	-	10.600\$	11.000\$
P. Atlântico	17.900\$	17.900\$	18.000\$
Totta & Açores	11.450\$	11.450\$	11.490\$

J. BURNAY, LD^a

Notas estrangeiras
Papéis de crédito

RUA DO OURO, 72 TEL. 321273

Banco Borges e Irmão

Índice de cotação das acções (Base Dez 100)

	29-3-73	4-4-73	5-4-73
GERAL	316,1	348,5	350,1
METROPOL	330,9	363,3	364,4
ULTRAM	207,3	240,0	244,9

De Seguros

Alentejo	1.000\$	990\$	1.000\$
Bonança	-	23.000\$	25.000\$
Império	-	52.000\$	54.000\$
Mundial	4.750\$	4.750\$	4.800\$
Soberana	8.600\$	8.500\$	8.700\$
Tranquilidade	-	-	-

Eléctricas

C P E p	1.500\$	1.450\$	-
C P E n	-	-	1.300\$
E Beras	2.050\$	2.050\$	-
G Elec c	540\$	540\$	-
H E A A	260\$	260\$	-
H E N P	350\$	350\$	-
H E S E	1.700\$	1.600\$	1.900\$
U E P	260\$	260\$	-

Ultramarinas

Ag Cassequei	1.600\$	-	-
Ag Incomati	-	-	-
Ag S T e P	-	-	2.500\$
Ag Angola	-	400\$	-
Ang Agric	950\$	950\$	1.000\$
Boror	-	310\$	-
Boror Com	300\$	300\$	-
Buzi	-	-	-
Cabinda	-	-	-
Com Lobito	1.090\$	1.090\$	-
D A T 100	3.250\$	3.050\$	3.250\$
H E Revue	-	-	-
I do Princ	-	-	-
Moçambique	-	-	-
Sonete n	-	-	-
Sonete p	700\$	700\$	-
Zambeza	200\$	200\$	-

Diversas

Ag.Lx - ant.	1.450\$	1.450\$	-
Ag.Lx - 34	1.450\$	1.450\$	-
Ag.Lx - 36	-	-	-
Cel. Guadiana	6.100\$	6.100\$	6.400\$
C. Leiria-p.	29.200\$	29.200\$	-
C. Tejo-p.	60.000\$	59.000\$	60.000\$
F. Ramada	1.900\$	1.900\$	1.950\$
Fornos Eléctricos	680\$	680\$	700\$
P. Celulose	7.200\$	7.200\$	7.250\$
Siderurgia - p.	11.000\$	11.000\$	11.500\$
Siderurgia - n.	-	-	-
Socel	6.200\$	6.200\$	6.500\$
Cidia	-	5.000\$	5.400\$
C. U. F.	-	800\$	800\$
Intar	1.850\$	1.850\$	-
Nitrato	1.850\$	1.850\$	2.000\$
Petroquímica	6.700\$	6.600\$	6.800\$
Sacor	7.200\$	7.100\$	7.300\$
Tab. Portugal	12.700\$	12.700\$	13.000\$
Tabaqueira	1.680\$	1.680\$	-
U. F. Azoto	-	550\$	-
Empor	-	-	-
Ind. Alcança	-	-	-
I. P. Colónias	3.100\$	3.100\$	-
Nacional Navegação	-	-	-
Navegação (Col.)	-	-	-
P. Pesca	-	1.800\$	-
Matur	8.500\$	8.100\$	8.500\$
R. Marconi	3.850\$	3.800\$	3.900\$
T. A. P.	2.420\$	2.420\$	-
Compal	-	1.580\$	-
Salv or	4.400\$	4.400\$	-
Penina	-	4.100\$	-
Grão-Pará	5.100\$	5.100\$	-
Lisnave	17.200\$	17.100\$	17.500\$

FUNDOS DE INVESTIMENTOS

Atlântico	-	-	-
F. I. D. E. S.	239\$8	247\$	-

COTAÇÕES

PAÍSES	COMPRAS	VENDAS
Africa do Sul Rand	30\$00	33\$00
Alemanha Marco	\$875	\$905
América	-	-
Dollars de 1 a 2	24\$30	25\$10
Dollars de 5 a 20	24\$60	25\$40
Dollars de 50 a 1000	24\$90	25\$70
Argentina Peso Novo	\$2	\$2
Austria Schilling	\$128	\$128
Bélgica Franco	\$62,5	\$65,5
Brasil Cruzeiro	3560	4\$40
Canadá Dólar	24\$30	25\$20
Dinamarca Coroa	4\$00	4\$30
Espanha Peseta	\$42	\$45
Frância Franco	\$540	\$570
Holanda Florim	\$350	\$380
Inglaterra Libra	61\$50	64\$50
Itália Lira	\$04	\$04
Marrocos Dhran	\$-	\$-
Noruega Coroa	4\$10	4\$40
Suécia Coroa	\$545	\$580
Suíça Franco	7\$70	8\$05
Ouro	-	-
Inglaterra Libra Isabel	610\$00	660\$00
Inglaterra 1/2 Libra	620\$00	670\$00
Ouro fino Barra	70\$00	76\$00

BANCO DO ALENTEJO



GESTÃO DE CARTEIRAS DE TÍTULOS
TODAS AS OPERAÇÕES BANCARIAS

Praça D. João da Câmara 18 Telef. 328045
Rua do Ouro 52 Telef. 30309

televisão

HOJE

1.º Programa (22.05)
NOITE DE ESTREIA
«VINGANÇA»

A R.T.P. apresenta esta noite em estreia o filme de grande metragem realizado por Jud Taylor e interpretado pelos artistas Stuart Whitman, Bradford Dillman e Shelley Winters, intitulado «Vingança»

2.º Programa (22.05)
VARIEDADES
«A NOVA GERAÇÃO»

MADEIRA SIEMENS

O MAIS MODERNO TV COM ECRAN TOTAL

HOJE

1.º Programa	
1.º Período	
12.45	Abertura e desenhos animados
13.00	Feminino singular
13.20	Arnie
13.45	Teledjornal, 1.ª edição
14.00	Conheça o Portugal desconhecido
14.15	Logo à noite
2.º Período	
14.40	Ciclo preparatório TV
19.00	TV educativa Física Moderna
19.30	Teledjornal, 2.ª edição
19.45	Cartaz TV
20.00	Presença do Brasil
20.30	Ponto de vista
20.55	Cineclube
21.30	Teledjornal, 3.ª edição
22.05	Noite de estreia, «Vingança»
23.30	Teledjornal, 3.ª edição
23.45	Meditação e fecho

2.º Programa

20.30	Abertura e desenhos animados
20.45	Vária
21.00	Arnie
21.30	Teledjornal, 3.ª edição
22.00	Variedades «A Nova Geração»
22.45	Encontro com o passado: Espanha — O misticismo romântico e fecho

AMANHÃ

1.º Programa	
1.º Período	
12.45	Abertura e desenhos animados
13.00	O caso da semana
13.15	Viver no campo
13.45	Teledjornal, 1.ª edição
14.00	Dó. Lá. Si.
14.25	Hoje pode ver
14.35	TV Educativa
15.00	Erovisão, Concerto final do 21.º Concurso Internacional de Música da Ard.
15.40	Nós as mulheres
16.10	Eurovisão, transmissão directa da regata Oxford-Cambridge
16.45	Teledjornal
17.15	Bonanza
18.05	Danças e cantares
18.35	Ensaio
19.30	Teledjornal, 2.ª edição
19.45	E a vida continua...
19.55	Lásie
20.15	TV Infantil
20.40	TV Mundial do Doente
20.50	Teledjornal, 3.ª edição
21.30	Eurovisão, Concurso Eurovisão da Canção 1973
23.15	Os caminhos de Noé
23.45	Teledjornal, 4.ª edição
23.50	Meditação e fecho

2.º Programa

20.30	Abertura e desenhos animados
20.45	O caso da semana
21.00	Viver no campo
21.30	Teledjornal, 3.ª edição
22.00	Noite de cinema «Um homem chamado Rocca»

urgência

Emergência	115	Judiciária	53 5380
Bombeiros	32 2222	Intoxicações	76 1176
C.V.P.	56 5342	Aeroporto	71 1397
H de S José	86 0131	C.R.G.E.	53 7021
H de S Maria	73 0231	C. Ague	36 1361
P.S.P.	36 6141	Combóios	32 6222

Situação do tempo

09.00H.

Em Portugal Continental o céu estava limpo e o vento era fraco.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H.

PORTO	21º
P. DOURADAS	16º
COIMBRA	17º
PORTALEGRE	19º
LISBOA	15º
FARO	15º
FUNCHAL	16º

TEMPERATURAS EXTREMAS

RÉGUA

Máxima	30º
ALVALADE	-
Mínima	4,8º

TEMPERATURAS NO ESTORIL

Agua do mar	13,5º
Atmosfera	20,9º

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR	BAIXA-MAR
5.54 3,9 m	11.32 0,7 m
18.13 3,9 m	23.57 0,7 m
Dia 7	
6.40 3,8 m	12.16 0,9 m
18.59 3,8 m	-
Dia 8	
7.31 3,6 m	0.47 0,9 m
19.52 3,6 m	13.06 1,2 m

PREVISÃO GERAL ATÉ ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu geralmente limpo vento fraco moderado de Leste do Litoral do Algarve.

● cinemas ●

LISBOA

TURNO A-1
(ATÉ ÀS 22 HORAS)

AJUDA
Moura, T. Memória, 55 (T. 630944)

ALVALADE
S. João de Deus, R. Pedro Ivo, -A (T. 725140)

ANJOS
Confiança, Av. Almirante Reis, 46 (T. 61563)

AREIRO
Garantia, Av. P. Manuel da Nobrega, 5-A (T. 727300)

AV. NOVAS
Vale, Av. Marquês de Tomar, 45-49 (T. 773043); Daltva, Av. Duque de Ávila, 125 (T. 45225)

BAIRRO ALTO
Barreto, R. do Loreto, 30 (T. 227284)

BAIRRO DA LIBERDADE
Salutar, R. B. 75-A (T. 683694)

BAIXA
Oliveira, R. da Prata, 240 (T. 321415)

BENFICA
União, E. de Benfca, 592 (T. 700092)

CAMPO DE OURIQUE
Lobel, R. Infancia 15, 98-B (T. 688807)

CASTELO
Zilar, R. de S. Tomé, 54 (T. 862835)

CHILE
Veral, R. Morais Soares, 109 (T. 821732)

ESTRELA
Andrade Ribeiro, Av. Inf. Santo, 66-B (T. 666971)

LUMIAR
Central do Lumiar, R. do Lumiar, 75 (T. 70480)

OLIVAS
Olivais, R. Alves Gouveia, 19 (T. 311237)

PICHELEIRA
Luzmar, R. Nascimento Costa, 16-A (T. 728395/720703)

POÇO DO BISPO
Freitas, R. Alves Gouveia, 19 (T. 311237)

REGO
Baptista, R. Francisco Tomás da Costa, 3-C (T. 771873)

SANTO AMARO
Correia de Azevedo, R. Luís de Camões, 42-B (T. 638625)

SÃO BENTO
Castro, R. de S. Bento, 199-A (T. 660513)

TURNO A-2
(TODA A NOITE)

ALCANTARA
Beirão, R. Prior do Crato, 25 (T. 661321)

ALVALADE
Zil, Av. da Igreja, 9-D (T. 711780); Roma, Av. de Roma, 85-B (T. 772466)

AMOREIRAS
Britânica, T. da Léguas da Póvoa, 5-B (T. 689250)

ANJOS
Renascença, R. Damasceno Monteiro, 104-A (T. 831504)

AREIRO
Imperial, Av. Guerra Junqueiro, 30-B (T. 726860)

AV. NOVAS
Bairro da Encarnação
Ascenso, P. do Norte, 11 (T. 311216)

BAIXA
Teixeira Lopes, R. Áurea, 154 (T. 3248160)

BENFICA
Alegria, E. de Benfca, 180-A (T. 780511); Lavinha, R. eng. Paulo de Barros, à R. Casquinha, 28-A (T. 708242)

CAMINHOS DE FERRO
Frazão, R. da Cruz de S. Apolónia, 90 (T. 847019)

CAMPO DE OURIQUE
União, R. Saraiva de Carvalho, 145-F (T. 663643)

CAMPOLIDE
Pinto, R. de Campolide, 11 (T. 682610)

CHELAS
Banha, E. de Chelas, 173 (T. 392241)

ENTRECAMPAS
Alcantara, Av. da República, 74-A (T. 771379)

ESTEFÂNIA
Mundial, L. D. Estefânia, 10 (T. 45578)

LAPA
Paiva da Costa, R. da Lapa, 45 (T. 664414)

LUMIAR
Douro, Al. Linhas de Torres, 105 (T. 791131)

PICOAS
Sousa Martins, R. Sousa Martins, 25 (T. 553468)

SANTA APOLÓNIA
(ver Caminhos de Ferro)

SANTA MARTA
Fernandes, R. de S. José, 187 (T. 326476)

SANTO AMARO
Biotilar, R. D. João de Castro, 27-B (T. 638824)

S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA
S. Sebastião, L. de S. Sebastião da Pedreira, 1 (T. 48642)

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Miraflores, R. António Granjo, 2 (Telef. 213161)

CAXIAS
Nova R. Bernardim Ribeiro, 1-A (Telef. 242839)

PAÇO DE ARCOS
Trindade Brás R. Costa Pinto, 186 (Telef. 2432034)

OEIRAS
Godinho, R. Cândido dos Reis, 98 (Telef. 2430090)

PARADE
Alair Av. Gago Coutinho-B. das Caixas de Previdência (Telef. 2472948)

S. JOÃO DO ESTORIL
S. João (Telef. 261186)

ESTORIL
Marques dos Santos R. Ferreira, 15 (Telef. 260116)

CASCAIS
Marginal Av. Marginal (Telef. 280078)
A. Costa R. Freitas Reis, 24-C (Telef. 280214)

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Amadora P. 28 de Maio, 3-A (Telef. 935518)
Carmelo R. Elias Garcia, lote 28 (Telef. 933303)
Helénica R. Elias Garcia, 2 (Telef. 933613)
S. Jorge R. Pedro del Negro, 5-Reboleira (Telef. 938703)

DAMAIA
Lemos, R. de Goa, 21-A (Telef. 971121)

QUELUZ
Gil Av. Miguel Bombarda, 28 (Telef. 950117)
Simões Lopes Av. Elias Garcia, 51 (Telef. 950123)

CACÉM
Araújo e Sá

MEM MARTINS
Química Est. de Mem Martins, 285 (Telef. 2910012)

S. PEDRO DE SINTRA
Valentim (Telef. 980456)

SINTRA
Misericórdia L. dr. Gregório de Almeida, 2 (Telef. 980391)

COLARES
Abreja (Telef. 299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Nunes L. Coronel Ramos da Costa, 10 (Telef. 234137)

ALHOS VEDROS
Portugal Av. da Bela Rosa, 8 (Telef. 224250)

ALMADA
Macedo Henriques R. Bernardino Francisco da Costa, lote 1 (Telef. 271297)

BAIXA DA BANHEIRA
Nova Fátima Est. Nacional, 221-B (Telef. 224141)

BARREIRO
Soares R. da República, 1 (Telef. 2073023)

COVA DA PIEDADE
Rainha Santa Est. das Barracas, 50-A (Telef. 2760182)

MOITA
União Moitense Av. dr. Teófilo Braga (Telef. 239025)

MONTIJO
Giraldes R. Almirante Reis, 45 (Telef. 230008)

SESIMBRA
Lopes R. Cândido dos Reis, 67 (Telef. 229028)

SETÚBAL
Marques R. Arronches Junqueiro (Telef. 22783)
Bonfim Av. Rodrigues Manito, 12 (Telef. 24558)

SEIXAL
Soromenho R. Paiva Coelho, 38 (Telef. 2218560)

PORTO

2.º TURNO

SUB-TURNO
Batalha (da), Praça da Batalha, 26. Campo (da), Praça da República, 118. Costa Cabral, Rua Costa Cabral, 1832. Fonte da Moura, Rua de Tânger, 1463. Invicta, Rua do Bonfim, 331

SUB-TURNO B
Barros, Rua do Bonjardim, 1292. Fátima, Rua Oliv. Monteiro, 475. Garantia, Rua Fernandes Tomas, 696. Gomes, Rua Matias de Albuquerque, 243. S.ª, Rua Vale Formoso, 161. Sarabando, Largo dos Loios, 36

COIMBRA

TURNO H
Montes Clares, R. Dr. António J. de Almeida, 69 (T. 25904); Viegas e Coelho, R. da Sofia, 19-21 (T. 22089)

LEIA



motor

CINEMA CASTIL (Tel. 530194)
15.00 - 17.00 - 19.00 e 21.45
Grupo B (10 anos)
9.ª Semana
Technicolor Barba Streisand e Ryan O'Neal em «QUE SE PASSA DOUTOR»
Rua Castilho Metro Rotunda Estacionamento Parque Castil

MONUMENTAL (Tel. 555131)
15.15 e 21.30
(Grupo D-18 anos)
Eastmancolor O CASO VALACHI com Charles Bronson e Lino Ventura. Realização de Terence Young

SATÉLITE (Tel. 555131)
15.30-18.30 e 21.45
(Grupo D-18 anos)
8.ª e última semana
«O ÚLTIMO A RIR» um filme de Alain Tanner

IMPÉRIO (Tel. 555134/5)
15.15 e 21.30
(Grupo C-14 anos)
Panavisioncolor Cantinflas em «D. QUIXOTE» cavalga de novo

ESTÚDIO (Tel. 555134/5)
15.30 - 18.30 - 21.45
(Grupo D-18 anos) 4.ª Semana
Um filme de René Allio «OS CAMISARDOS» Quem são? Porque entram? Em nome de quê? (Metro Alameda)

CONDES (Tel. 322523/326710)
14.00-16.30-19.00 e 21.45
(Grupo B (10 anos) 7.ª Semana
Colorido A mais excitante aventura jamais filmada «A AVENTURA DO POSEIDON», com Gene Hackman, Ernest Borgnine, Red Buttons, Carol Lynley e Stella Stevens.

AVIZ (Tel. 47163)
15.30 e 21.45
(Grupo B-10 anos) 3.ª Semana
Romina Power e Al Bano em «ME-LÓDIA INCOMPLETA»

APOLO 70 (Tel. 763319)
15.15 - 18.30 - 21.45
(Grupo B-10 anos)
Technicolor - Um filme incomparável! «O HOMEM DAS MULHERES» com Jerry Lewis
Hoje às 24.00 - O Riso da Meia Noite (Grupo D (18 anos))
«ESTES TURISTAS AMERICANOS» de Mel Stuart

RESTELO (Tel. 610375)
21.30 (Grupo D-18 anos) Em continuação de estreia - 19.ª Semana o maior êxito cinematográfico do ano premiado com 8 oscars da Academia incluindo o de melhor atriz e melhor realização em Technicolor CABARET (Adeus Berlim)

ESTÚDIO 444 (Tel. 779095)
Estreia às 21.45
(Grupo D-18 anos)
A mais poderosa obra-prima de John Huston «CIDADE VISCOSA»
15.30 e 18.30 «DELIVERANCE» Film de semana com a morte - (Grupo D-18 anos - Cinema fora de horas «O BANDIDO BEM AMADO»

TIVOLI (Tel. 50595)
15.15 - 18.30 - 21.45
(Grupo C-14 anos)
Technicolor. Panavision. A última palavra sobre o amor... «SEGUIE-ME QUERIDO» Topol-Mia Farrow.

EUROPA (Tel. 661016)
Estreia às 21.30
(Grupo B-10 anos)
«QUE GATINHA RE-NHÃO-NHAU» um filme de Abel Levitow
15.15 «LIBERDADES FEMININAS» (Grupo D-18 anos)

EDEN (Tel. 320788)
15.30-18.30 e 21.45
(Grupo D-18 anos)
«O VAMPIRO NEGRO» com William Marshall e Denise Nicholas.

VOX (Tel. 720808)
15.30 - 21.30
26.ª Semana
A Paramount apresenta «O PADRINHO» (Grupo D-18 anos)

CINEMA LONDRES (Tel. 731313)
14.15-16.30-18.45 e 21.45 Grupo D-18 anos Colorido «As Seduções Lwerlinas e o amor conjugal» - o Filme de Eric Rohmer «O AMOR ÀS 3 DA TARDE»
«SNACK-BAR» «PUB THE FLAG» o melhor encontro gastronómico
Hoje às 24.15 (Grupo B-10 anos)
«O INIMIGO PÚBLICO» Colorido Realização e interpretação de Wood Allen

ALVALADE (Tel. 717480)
Estreia às 21.45
(Grupo B-10 anos)
Eastmancolor «OS MALUCOS DO ESTÁDIO» - Les Charlots - Paul Préboist - Martine Kelly
15.15 - «GENTE SIMPLES» (Grupo C-14 anos)

ODEON (Tel. 326283)
15.15 - 18.15 - 21.30
(Grupo C-14 anos) 3.ª Semana
Uma sensacional e explosiva novidade espectacular como nunca se viu igual «O INVENCÍVEL» Com Bruce Lee - Um fenómeno de judo e karate

MUNDIAL (Tel. 538743)
18.30 e 21.45
(Grupo D-18 anos)
2.ª semana de encontros
Richard Burton, Romy Schneider e Alain Delon na recente obra-prima de Joseph Losey «O ASSASSINATO DE TROTSKY», um dos casos mais discutidos e apaixonantes do nosso século! A noite, o filme é exibido sem qualquer interrupção.

POLI TEAMA (Tel. 326305)
Hoje às 21.45 - Estreia
(Grupo B-10 anos)
Terence Hill e Bud Spencer «CONTINUARAM A CHAMAR-ME TRINITA»
Panadaria e explosões de riso
15.15 e 18.30 últimas exhibições de Jean Paul Belmondo em «O BANDIDO BEM AMADO» Ciclo Terror à meia noite às 00.30 (Grupo B-18 anos) «O GATO MIOU TRÊS VEZES»

BERNA (Tel. 776098)
15.15 - 18.30 e 21.45
(Grupo D-18 anos)
Eastmancolor
A guerra, o amor e... NA GUERRA NEM TUDO É GUERRA
Leonard Whiting - Curd Jurgens

ROYAL (Tel. 865037)
15.00 e 21.00
(Grupo D-18 anos)
Continuação de estreia «ENCONTRO COM UMA MULHER DE 30 ANOS» e em complemento «EXPERIÊNCIA CULMINANTE»

CASINO (Tel. 2642/164949)
17.00 e 21.30
(Grupo D-18 anos)
«FRENZY» (Perigo de morte)

ROMA (Tel. 717778)
Estreia às 21.45
(Grupo B-10 anos)
«CONTINUARAM A CHAMAR-ME TRINITA» Com Terence Hill e Bud Spencer
15.30 «O BANDIDO BEM AMADO» (Grupo D-18 anos)

S. JORGE (Tel. 54151)
15.15-18.15-21.30
(Grupo D 18 anos) 3.ª semana
«ROMA DE FELLINI» um filme superior

IMPERIAL (Tel. 821933)
15.00 e 21.00
(Grupo A-18 anos)
Em continuação de estreia 5.ª Semana «DESENCONTRO» em complemento «A NOITE É PERVERSA» (Metropolitano Arrios-P. Chile).

LYS (Tel. 48560)
15.00 e 21.00
(Grupo D-18 anos)
«CABARET» e em complemento «LAÇOS ETERNOS» (Metropolitano-Intendente)

BARS BOITES

FANTASMA-Dancing Caveau — com variedades. Maria Helena, Odete Maria. Domingos Ramos e o fabuloso Tony Sandro e Garcia e o seu conjunto. R. Gomes Freire, 145-B. Aberto das 18 h. às 21 e das 22.30 h. às 05.00 h.

TAMILA — Marão e s/ conjunto «Martins» todos os dias. Encerra aos domingos. Avenida Duque de Loulé, 69. Telef. 534117.

LUSO — Grande elenco de folclore fado de Lisboa por Augusta Erminia e José Luis Tomar, fado de Coimbra por Américo Silva. Em fado castiço Cristina Maria. Travessa da Queimada, 10. Telef. 362889. Aberto todos os dias.

SAN-PAYO — Bar-boite c/ música constante. Aberto às 5 h. da madrugada. Rua Rodrigues Sampaio, 34. Telef. 561422. (Ar condicionado).

HIPOPOTAMO — Com Heider Reis Encerra aos domingos. Av. António Augusto de Aguiar, 5-A. Telef. 48384.

PRINCEPE NEGRO-Dancing com variedades. Calçada da Glória, 2. Telef. 368987.

NINA — Dancing com atrações. Rua Paiva de Andrade, 7-13. Telef. 34859-365167.

CASEBRE — Cantam: Carlos Barra, Deolinda Rodrigues, Beatriz Ferreira, Constança Baptista e Julieta. Tocam: Carvalhinho, Júlio Gomes e Pedro Machado. Encerra ao Domingo. Consumo obrigatório 70\$00. Rua da Barroca, 133. Telef. 369706.

CACO — Dancing com música ambiente, com singular quarteto. Rua Camilo Castelo Branco, 23-A.

FRAGATA REAL — Maria Valejo, Maria Jb-Jb Neio e Joaquim Campos em Fado Lisboa João Queiroz em Fado de Coimbra, acompanhamento de António Parreira e Francisco Gonçalves. Artistas convidados Ana Rosmaninho, Natália Desejos e João Cabral. Trav. S. Miguel, 22-A. Telef. 868552.

SOLAR DA HERMÍNIA — Hermínia Silva, hoje e sempre. Largo Trindade Coelho, n.º 10 e 11. Encerra aos domingos. Telef. 320164.

CASINO ESTORIL — Jogo autorizado. Variedades internacionais. Telefones 26461, 264526, 264598, 264621 e 264946.

EL CIDE — Dancing com variedades. Com o conjunto «X 4». Rua Bernardino Lima, 18-A (ao Conde Redondo). Telef. 560538.

OUTROS ESPETÁCULOS

LISBOA/Teatros	LISBOA/Cinemas	OUTRA BANDA	PORTO/Teatros	PORTO/Cinemas
VARIEDADES 21.45 (14 anos) «Sua Excelência o Pendura»	RESTELO 21.30 (18 anos) «Cabaret»	ALMADA Incrível 21.15 (18 anos) «O Padrinho»	SÁ DA BANDEIRA 21.45 (18 anos) «Mulheres é comigo»	CARLOS ALBERTO 21.30 (14 anos) «Ódio velho» e «5 para o Inferno»
MARIA VITÓRIA 20.45 e 23.00 (18 anos) «Cá vamos pagando e rindo»	OLÍMPIA 19.00 (14 anos) «O Santo contra os assassinos da Máfia»	Academia 21.15 (18 anos) «O Padrinho»	JÚLIO DINIZ 21.30 (14 anos) «Os Alegres Dias de Pompeia»	ÁGUA D'OURO 21.30 (10 anos) «Continuaram a chamar-me Trinitá»
LAURA ALVES 21.45 (14 anos) «O Príncipe e a Corista»	PARIS 21.00 (18 anos) «O grande conquistador»	TRAFARIA Pavilhão Jardim 21.15 (10 anos) «Os Protagonistas»	S. JOÃO 21.30 (10 anos) «Continuaram a chamar-me Trinitá»	COLISEU 21.30 (14 anos) «O Prémio»
VASCO SANTANA 21.45 (18 anos) «Os Amigos»	CINEARTE 21.00 (18 anos) «X, Y e Z»	LARANJEIRO Instrução e Recreio 21.30 (18 anos) «A Rapariga dos Olhos Verdes»		
CASA DA COMÉDIA 22.00 (18 anos) «Oh Papá pobre papá»	JARDIM CINEMA 21.30 (18 anos) «Uma coisa forma de amar»			
CAPITÓLIO 21.45 (18 anos) «Sexo, Nunca! Somos britânicos»	MAYER 21.30 (17 anos) «Arco do Triunfo»			
MONUMENTAL 21.45 (18 anos) «Adriano VII»	PROMOTORA 21.00 (18 anos) «Quatro moscas de veludo»			
	LINHA DE CASCAIS			
	ALGÉS Stadium 21.30 (14 anos) «O Mundo a Seus Pés»			
	OEIRAS Oeiras Cine 21 (18 anos) «César e Rosalie»			
	PARADE Royal Cine 21.15 (14 anos) «Desordem na Terra dos Gringos»			
	ESTORIL Casino 17 e 21.30 (18 anos) «Frenzy» — Perigo na Noite»			
	CASCAIS S. José 21.30 (18 anos) «A Espera de Julgamento»			
	LINHA DE SINTRA			
	DAMAIA D. João V 21.30 (18 anos) «O Esquadrão da Morte»			

COIMBRA

AVENIDA
21.00 (10 anos)
«Os Revoltados do Caine»

SOUSA BASTOS
21.30 (10 anos)
«Monte Walsh»

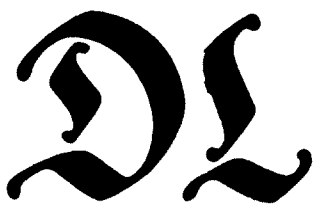
GIL VICENTE
21.30 (18 anos)
«Casa sem fronteiras»

TIVOLI
21.30 (18 anos)
«O Grande Conquistador»

ESTE ESPAÇO PODE SER PARA SI!
CONTACTE-NOS!



DL/NACIONAL



RENASCENÇA GRAFICAS A R L
PROPRIETARIO DO
DIARIO DE LISBOA
ADMINISTRAÇÃO GERAL
REDACÇÃO E PUBLICIDADE
RUA CASTILHO 185 1.º 2.º E. 4.º
TELEF. 654531/2 3 4
SERVIÇOS TÉCNICOS
RUA LUZ SORIANO, 44
RUA DA ROSA, 57
END. TEL. DUBOIA TELEX 1363
LISBOA PORTUGAL

Adiada mais uma vez a audiência do "caso de Monsanto"

Clima de tensão e avidez na superlotada sala de audiências do 1.º Juízo Criminal de Lisboa: ia começar ontem à tarde o julgamento do «caso de Monsanto», com uma acusação forte e pouco frequente — violação, rapto e roubo — contra cinco réus todos de vinte anos, todos em liberdade e todos do «jet set» de Lisboa nocturna.

A assistência esperou uma hora, até que o oficial de diligências anunciou que o julgamento fora adiado, pela segunda vez, para o dia 7 de Maio, às 14 e 30.

Demos no passado dia 3 um resumo do caso. Recordando: Waldemar António de Almeida

Carvalho Ramalho, João Afonso de Albuquerque Cabral Sacadura, Nuno Manuel Sotto Mayor Megre, José Diogo Sotto Mayor da Silva Pereira e Nuno Manuel Amigo de Figueiredo, em dois automóveis, levaram para Monsanto, numa madrugada de Novembro de 1972, duas jovens acabadas de encontrar numa «boite» de Lisboa. Depois de curta encenação os cinco réus teriam agredido, violado e roubado as duas vítimas, que abandonaram depois na Praça de Espanha. Waldemar Ramalho foi reconhecido dias depois, levado para a Judiciária, e aí começou o processo judicial.

Os mesmos réus terão de responder mais duas vezes, por crimes idênticos: em Lisboa (por uma «aventura» em 6 de Novembro) e em Loures.

COMPANHIAS REUNIDAS GÁS E ELECTRICIDADE AVISO AOS SENHORES CONSUMIDORES

Trabalhos inadiáveis para a boa conservação das redes obrigam-nos a interromper, durante algumas horas, o fornecimento de energia eléctrica no próximo Domingo, nos seguintes Sectores e Zonas:

1.º Sector — **Concelho de Lisboa:** Bairro General Afonso Botelho (todo), Rua dos Marcos, 225 a 227. (Das 8 às 12 horas). Rua das Acúenas à Ajuda, Est. de Caselas à Ajuda, C. Casal Pedro Teixeira. (Das 8 às 12 horas).

2.º Sector — Est. da Circunvalação a Algue (parte), Rua Forte do Alto Duque, moradias dos Sargentos e imediações. (Das 8 às 12 horas).

6.º Sector — Rua das Pedras Negras 1 a 33 e 10 a 16-A, C. do Correiço Velho 1 a 19 e 2 a 46, L. de Santo António da Sé 12 a 23 e Igreja. (Das 8 às 12 horas). Rua dos Correios 193 a 237. (Das 8 às 12 horas). Rua da Conceição 65 a 99. (Das 8 às 12 horas). Rua Nova da Trindade 1 a 15. (Das 8 às 12 horas).

8.º Sector — Av. da República 57 a 75-B, Av. Barbosa do Bocage 57 a 119 e 66 a 118, Av. Cinco de Outubro 113-A a 145 e 152 a 170, Av. Marques de Tamar 66 a 144, Av. Elias Garcia 133-A. (Das 8 às 12 horas).

9.º Sector — Av. General Roçadas 22 a 40 e 55 a 103, Rua Castelo Branco Saraiva 1 a 55 e 2 a 46, Vila Cândida (toda), Rua Professor Celestino da Costa 2 a 10-A e 3. (Das 8 às 12 horas).

1.ª Zona — **Concelho de Oeiras** — PORTO SALVO: Bairro Auto-Construção. (Das 8 às 14 horas).

2.ª Zona — **Concelho de Cascais** — ZAMBUJAL: Rua Nova do Zambujal, Est. para Matarrague, Alto do Moínho, L. do Chafariz, Est. do Bairro St. António, Fonte Nova do Zambujal, Rua Palmira Bastos, B. Santo António, Rua dos Girassóis e imediações. (Das 8 às 14 horas). Malveira da Serra e Juncos. (Das 8 às 14 horas).

3.ª Zona — **Concelho de Sintra:** Peto Pinheiro. (Das 8 às 14 horas).

4.ª Zona — **Concelho de Mafra:** Livramento, Barras, Carrascal, Azueira. (Das 7 às 15 horas).

5.ª Zona — **Concelho de Vila Franca:** Toda a rede de B. T. de Arcena. (Das 8 às 14 horas).

6.ª Zona — **Concelho de Alenquer:** Cortegana e Penzinhos. (Das 8 às 14 horas).

7.ª Zona — **Concelho de Torres Vedras:** Sarge, M. te Redondo, Ermigeira, Maxial, Aldeia Grande, Outeiro da Cabeça. (Das 8 às 14 horas).

Manifestações de rua no Porto e em Coimbra

Novas manifestações estudantis estalaram ontem, à tarde e à noite, nas zonas centrais do Porto e de Coimbra. Os manifestantes gritavam frases de teor político e apedrejaram as montras de vários bancos. Em Coimbra, a intervenção da P.S.P. originou, tanto quanto se sabe, três prisões.

Entretanto, o Tribunal de Polícia do Porto condenou a pequenas penas de prisão, remíveis e suspensas, dois dos duzentos estudantes detidos durante os incidentes de anteontem, na Universidade. Um trabalhador de 24 anos foi condenado, sem suspensão, a pagar uma importância total de 1 110\$00. Os outros estudantes não foram levados a juízo.

EM COIMBRA

Ao princípio da tarde, centenas de estudantes universitários de liceais concentraram-se em frente da Faculdade de Letras, para uma reunião. O estabelecimento foi encerrado por ordem do director. Da reunião, no decurso da qual já haviam sido feitas detenções de vários estudantes (mais tarde libertados), partiram numerosos grupos de manifestantes,

em direcção à zona comercial da cidade.

A Polícia interveio quando as montras dum banco já haviam saltado em estilhaços. Três estudantes foram presos.

Mais de uma centena de estudantes voltaram a concentrar-se à noite, junto da Sé Velha, mas a reunião foi dispersa pela P.S.P., que montou em toda a cidade, e designadamente junto dos estabelecimentos bancários, um forte dispositivo de segurança.

Um dos factores da agitação em Coimbra é a próxima realização do I Festival Internacional de Coros Universitários, que, segundo o programa inicial, traria a Portugal agrupamentos de vários países, entre os quais a Espanha, a França e a República Sul Africana. A reunião da tarde, na Faculdade de Letras, teria precisamente por objectivo a organização dum «boicote» estudantil àquela discutido Festival.

NO PORTO

As manifestações estudantis prosseguiram ontem no Porto, não já junto da Universidade, mas em pleno centro da cidade: na Avenida dos Aliados. Em grupos velozes e de grande mobilidade, os manifestantes retiraram antes do aparecimento das forças policiais, mas não sem que tivessem partido à pedrada os enormes vidros das fachadas de, pelo menos, três bancos.

Os estudantes começaram por descer a Avenida, em pequenos grupos de aparência pacífica, mas num momento determinado pegaram em pedras dos passeios, e outras que já trariam — segundo os transeuntes, que em grande número presenciaram a manifestação — e com elas atingiram o Banco de Fomento Nacional.

Simultaneamente, foram par-

tidos os vidros do Banco Inglês e do Banco Pinto de Magalhães. As fachadas, também, alvejadas, do Banco Totta e Açores e do Fonsecas e Burnay parecem não ter sofrido depreciações, dado que os projecteis embateram nos resguardos metálicos que protegem os vidros.

JULGAMENTO

No Tribunal de Polícia realizou-se entretanto o julgamento de três dos detidos nas manifestações de anteontem, junto da Universidade. Conforme noticiámos, a intervenção das forças da ordem foi pedida pelo Reitor, quando centenas de estudantes se barricaram nas instalações do Conselho e no Salão Nobre da instituição. Foram então feitas duzentas prisões.

O estudante de Medicina Alberto Melo, de 19 anos, foi condenado a uma pena de prisão de setenta dias, remíveis a dinheiro, e a uma indemnização ao Agente da P. S. P., alvejado por uma pedra atirada pelo réu, que no entanto não logrou atingir o agente da autoridade. Foi o Agente da autoridade a capturar, após perseguição. A pena foi suspensa por dois anos.

O estudante de Engenharia José de Carvalho, de 18 anos, teve também de pagar, entre outras importâncias, uma indemnização (500\$00) a um guarda da P.S.P. a quem agredira com uma tira de pneu, encontrada no local da manifestação. No julgamento, o réu disse ter agido em legítima defesa de uma companheira que o agente estava a atingir com um «cassetete». A pena foi também suspensa.

O trabalhador, condenado a prisão remível a dinheiro, teria injuriado os agentes que o tinham mandado retirar-se, do local dos incidentes.

Explosões no Porto

PORTO, 6 — Não há vítimas pessoais a lamentar, embora tenham sido extremamente elevados os estragos materiais causados pelas explosões ocorridas ao princípio da madrugada em duas importantes instalações militares do Porto.

A primeira registou-se cerca da 1 e 37, no Centro de Mobilização e Recrutamento n.º 6, anexo ao Governo Civil e ao Comando da PSP do Porto. As paredes ruíram em grande parte e o recheio ficou muito danificado, especialmente nas dependências do 1.º andar onde funcionam sete secções. Destas a mais atingida foi a 2.ª, onde se passam as licenças militares para o estrangeiro. Algumas das janelas de prédios das traseiras, na Rua da Porta do Sol, ficaram também com os vidros estilhaçados.

A outra explosão ocorreu três minutos depois da primeira (à 1 hora e 40, portanto), no 1.º andar da ala esquerda da actual sede do Quartel-General da Região Militar, na Praça da República. Tal como

no Distrito de Recrutamento os estragos aqui também foram consideráveis, nomeadamente nas janelas e paredes dos edifícios.

A remoção de destroços e reparação nestas dependências militares obrigou a que alguns dos serviços ali a funcionar ficassem afectados e paralizados. NJo entanto, no Quartel-General, segundo as últimas informações, os serviços continuarão a funcionar normalmente.

Acorreram imediatamente ao local das explosões elementos da P.S.P. e da D.G.S., bem como numerosos militares. As investigações prosseguirão ainda durante o dia de hoje, não tendo havido até agora quaisquer detenções.

EXPLOÇÃO EM MACAU

No casino «Lisboa», em Macau, explodiu esta noite uma bomba, considerada de fraca potência. O engenho encontrava-se num chapéu de chuva colocado no átrio do edifício.

(ANI-DL).

GOVERNADOR CIVIL

O dr. Afonso Marchueta, governador civil do Distrito de Lisboa, recebeu, em audiência, os Corpos Gerentes da Casa da Imprensa, que lhe foram apresentar cum-

primento. O chefe do Distrito mostrou o maior interesse pela obra de beneficência da instituição, à qual se referiu em termos de muito apreço.

Julgamentos no Plenário

O Plenário Criminal de Lisboa prosseguiu ontem de manhã o julgamento do estudante Armando de Sousa Teixeira, de 23 anos, que vai acusado de ligações com o Partido Comunista Português e de um trabalho de agitação no quartel de Mafra. Conforme noticiámos, o réu negou o primeiro dos pontos do libelo.

A audiência de ontem foi preenchida com o interrogatório das testemunhas de defesa, conduzido pelo advogado do réu, dr. Manuel Macaísta Malheiros. As testemunhas ouvidas referiram pormenorizadamente a vida de Armando Teixeira antes da sua detenção pela D.G.S., descrevendo as suas qualidades como homem e cidadão interessado pelos problemas sociais e culturais.

A audiência foi suspensa ao princípio da tarde. O dr. Macaísta Malheiros iniciará as suas alegações na próxima terça-feira, às 10 horas.

NO DIA 26

Maria Teresa Tengarrinha Dias Coelho e João Pedro de Lemos Santos Silva, dois jovens estudantes de Lisboa, começarão a ser julgados pelo Plenário Criminal no próximo dia 26.

Vão acusados de «actividades subversivas» os dois réus, que estão presos na Cadeia da D.G.S. em Caxias, e que constituíram seus advogados os drs. Manuel João da Palma Carlos e Francisco Salgado Zenha.

Sindicato dos empregados de Banca nos casinos

Decorre amanhã a cerimónia de posse dos novos corpos gerentes do Sindicato Nacional dos Empregados de Banca nos Casinos. A mesa da assembleia geral passa a ser presidida por José António Lopes, secretário por Alberto Nunes de Oliveira e Valdemar de Castro Brandão, constituindo a hi-

ta da direcção Alvaro José Cepeda Teles, Fernando Moreira Braga, Gonçalo Fernandes Quinteiro, José Fonseca e Mário dos Santos Ferreira. Após a posse, estes elementos designarão entre si os que irão ocupar os cargos de presidente, secretário, tesoureiro e vogais.

PROFESSOR FERNANDO VASCO COSTA

Partiu para a Holanda o professor Fernando Vasco Costa, afim de dar algumas lições sobre assuntos portuários na Universidade de Delft, integradas nos Cursos Internacionais de Hidráulica que se realizam naquela Universidade, sob o patrocínio da UNESCO:

NOTAS POLÍTICAS

"JÁ NÃO PODEMOS ADIAR DECISÕES"

A impar tarefa da educação nacional é preparar a grande massa dos cidadãos para a via da liberdade responsável e para a participação activa no progresso nacional», declarou ontem o prof. Veiga Simão, na cerimónia da posse dos novos secretários de Estado da Instrução e Cultura e da Juventude e Desportos, drs. Augusto Ataíde e Valadão Chagas, respectivamente.

A posse foi conferida do Palácio de Belém pelo chefe do Estado, na presença do prof. Marcello Caetano e de várias outras individualidades políticas. Ao tomar a palavra, o ministro da Educação Nacional começou por agradecer ao prof. Costa André, agora substituído no cargo pelo dr. Valadão Chagas, a colaboração que prestou ao Ministério no decorrer das suas funções. Depois de fazer o elogio dos novos secretários de Estado, o prof. Veiga Simão referiu-se à proposta de lei da Reforma do Sistema Educativo, afirmando não ser este o momento oportuno para

programáticas sobre a política de educação», e acrescentando estar plenamente convencido de que «a educação é o sustentáculo firme da liberdade», «clarividência da autoridade», «compreensão da justiça», «essência do progresso», em conclusão «mundo de mais perfeito entendimento».

«E se a prudência bem entendida é um preciso bem do homem, a prudência do simbolismo é a destruição por apodrecimento; acredito sim, que deve existir arrojo, entusiasmo e novas iniciativas, pelo que nunca em seu nome se devem imobilizar acções inovadoras que pretendem acompanhar as consequências da evolução do saber e das conquistas dos direitos do homem», prosseguiu. E, noutro passo, dizia: «Temos de educar todos os portugueses; lançar nos campos a semente da educação é criar vida em terras abandonadas; abrir escolas aos filhos dos operários é contribuir para a ordem social; levar cultura às cidades, às vilas e às aldeias, às herdades e às fábricas, é promover a felicidade do povo». Por tudo isso é preciso «agir, agir bem e depressa», porque, segundo concluiu o ministro da Educação, «já não podemos adiar decisões; já não suportamos o arrastar das congeminações contraditórias, hesitando por medo, apatia ou falta de convicção».

JORNALISTAS FRANCESES

O prof. Marcello Caetano recebeu ontem dois jornalistas franceses da revista «Visions» — Phillipe Heymann, chefe de Redacção, e Pierre Mercier, redactor principal — que se encontram em Lisboa, a convite da S.E.I.T., para fazerem uma reportagem sobre a vida económica portuguesa.

RELATÓRIO FRANCÊS SOBRE O ENSINO REFORMA PEDAGÓGICA ESTRATÉGIA DE MUDANÇA

Está a ser muito discutido em França o relatório sobre a reforma do ensino e a estratégia educativa, elaborado por uma comissão de especialistas criada por iniciativa oficial. As dezoito recomendações dos peritos foram objecto de duas jornadas de estudo promovidas pela «Associação de Educação e Desenvolvimento» que se realizaram na sede do Instituto de Serviço Social e foram orientadas por Louis Raillon, seu director.

As organizações das direitas e das esquerdas, que em França são muito conservadoras quanto ao ensino, desaprovaram o plano e têm praticado silêncio, tal qual como o «fabricado» mutismo, durante 20 anos, sobre o Plano Langevin-Wallon, saído também de uma comissão ministerial (do qual muito aproveitámos, antes dos franceses, para o Ciclo preparatório do ensino técnico), embora durante a V República o texto da «Comissão dos Sábios» tenha servido de referência positiva aos que o combateram!

As críticas francesas ao Plano apresentam fortes pontos de contacto com as efectuadas entre nós do sistema escolar do prof. Veiga Simão, quiçá por estarmos ligados à França por especiosidades de diversa natureza e até sermos idênticos em alguns defeitos (entre nós, como nos franceses, é menos importante ser eficaz do que ter um ar inteligente). Assim, alguns «doutores», passando em branco um ou outro defeito do novo sistema (que embora não-idealmente-perfeito, se impõe pela coerência dos pormenores), o atacam em suas qualidades.

Como declarou Louis Raillon, o relatório dos sábios, face a um ensino massificado que estruturas centralizadas já não podem animar, a não ser à custa de uma burocratização esterilizante, convida a modificar as existentes, a fim de dar uma estrutura humana aos estabelecimentos de ensino, concedendo às escolas responsabilidades reais, poderes de iniciativa e de decisão. Aqui, a grande superioridade deste texto sobre o projecto do nosso sistema escolar. Basta citar o problema de liberdade quanto a 10 por cento do horário anual, a autogestão, o Centro de Documentação, as missões de vários professores, a assistência médica, o procedimento disciplinar, as vantagens materiais (salários de verbas), a livre orientação pedagógica, a formação contínua, o poder de iniciativa, etc., que correspondem a uma larga autonomia dos estabelecimentos de ensino. Ao contrário da reforma de Langevin-Wallon, que se caracterizava por uma verdadeira reorganização do ensino de acordo com os votos dos Companheiros da Universidade Nova, que depois da guerra 1914-1918 tinham jurado construir uma escola única para todos os franceses, com um siste-

Continua na página seis



As apresentações teatrais e audiovisuais nas escolas deviam ser organizadas sistematicamente

mesa
redonda

UM CONGRESSO DE MOBILIZAÇÃO

● por A. VILLAYERDE CABRAL

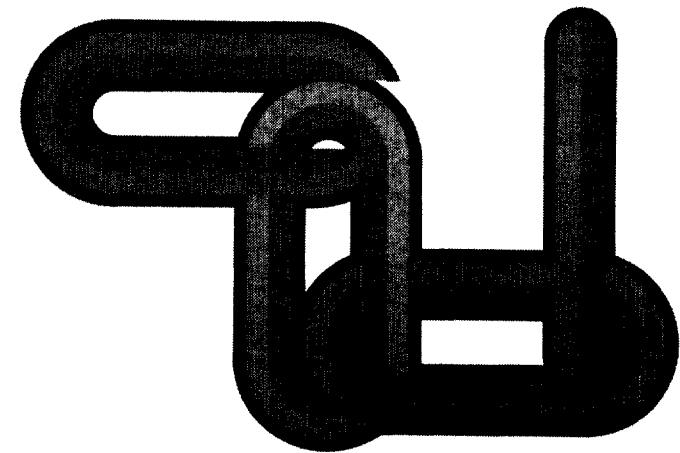
A primeira questão que se pode pôr em relação ao III Congresso da Oposição Democrática refere-se ao próprio nome. Sendo «terceiro», ele é, na realidade, o primeiro com esta designação. Os dois anteriores chamaram-se «Republicanos».

Chamar-se «da Oposição Democrática» não tem pois a importância e a responsabilidade que, à primeira vista, poderia parecer. O numeral ordinal «terceiro» tem a vantagem de lembrar que este Congresso vem na sequência dos outros dois.

Poderá o leitor pensar que isto são questões que carecem de qualquer importância real. Não é bem assim.

De todos é sabido que, em Portugal, não existem forças políticas de Oposição organizadas legalmente. O Congresso de Aveiro sofre disso, como não podia deixar de ser. Em primeiro lugar, a sua convocação, que muitas pessoas logo contestaram, foi inorgânica, isto é, foram convidadas pessoas e não organizações. Esse facto, mesmo diluído um pouco com o enorme alargamento da Comissão Nacional e com a grande mobilização em volta do Congresso, impede que nele se fale em nome de uma coisa que lá não está devidamente representada, embora as pessoas que lá estão pertençam — mais ou menos activamente — a esse grande movimento (no sentido de coisa que se move) que é a Oposição Democrática, com todos os seus matizes. Por outro lado, há ainda a considerar os sectores (nem por serem minoritários deixam de ser importantes) que se recusaram a participar no Congresso.

Num país onde as formações políticas de Oposição ao regime não têm expressão legal, cada um pode atribuir a cada um a tendência que muito bem entender, mas ninguém pode, num local público, por razões óbvias, afirmar «eu venho aqui em representação de», «eu represento tantos democratas».



AVEIRO 4 a 8 de ABRIL de 1973

Mas algo de diferente há neste Congresso em relação aos anteriores. E isso é a movimentação enorme que em volta dele se fez; é a grande mobilização de pessoas e vontades que o Congresso assuma uma importância relevante neste ano político, não apenas pelo brilho e correcção das teses nela apresentadas ou das conclusões finais, mas, sobretudo, pelo que se fez para que a reunião de Aveiro fosse a expressão de uma vontade tão popular quanto possível.

Se hoje fosse possível dar um novo nome ao Congresso, dever-se-ia chamar-lhe «Congresso da Mobilização Democrática». Se isso fosse possível, a reunião teria demonstrado que, de facto, o objectivo contido no nome fora cumprido.

As comissões distritais, anteriormente inexistentes, desempenharam papel de relevo. A necessidade da sua constituição levou a que democratas dispersos, sobretudo nos distritos rurais da

Continua na pág. oito

OS TÉCNICOS FOGEM DA ADMINISTRAÇÃO

● por EDUARDO CAETANO

O autor propõe-se tratar da polémica entre os técnicos e os administrativos. Neste artigo, fala-se das razões da fuga dos técnicos e, no próximo, do choque dos novos especialistas com as estruturas burocratizadas.

O tema a tratar é delicado, tanto mais que, dadas certas situações existentes, possivelmente alguns ficarão melindrados. Mas o problema existe e não há que supor os inconvenientes, para se tratar de remediar o mal. O que é um facto é verificar-se, entre os técnicos e os administrativos, um mal-estar latente, um conflito mais ou menos surdo que só prejudica as entidades, tanto públicas como

Continua na página três

POLEMICA

RESPOSTA

(ÚNICA)

DE ROQUE LAIA

À CARTA

ABERTA

DE SILVINO

SOTTO MAYOR

assim vai o mundo

INQUIETANTE ELEIÇÃO

A eleição do «presidente» Edgar Faure marca o «fim da era gaullista no parlamento francês». Faure realizou a unidade de todos os partidos e grupos da «maioria». A eleição de Faure corresponde a uma viragem ao centro e «uma mais larga abertura para a oposição». E, de facto, além de merecer as primeiras páginas do noticiário sobre política francesa, monopolizou as atenções dos políticos e dos comentadores políticos franceses. Não será realmente de extraordinário significado histórico, a eleição dum Faure, que levou à retirada dum Chaban Delmas? Quanto mais não seja pela personalidade de Edgar Faure: antigo braço direito e sucessor de Mendès France, actual braço esquerdo e candidato à sucessão de Pompidou. A sua posição sempre peculiar, da direita da esquerda à esquerda da direita, constituiu sempre um tema aliciante para os especialistas da topografia política.

Orla, escreve um jornalista francês, há qualquer coisa de inquietante no interesse desta eleição. Enquanto os líderes políticos estudavam e discutiam esse complexo xadrez, manifestavam-se na ruas de mais de trinta cidades centenas de milhares de estudantes liceais. A greve era total em muitas cidades. E, desta vez,

a província teve um papel pioneiro, embora Paris correspondesse a toda a linha. A que se deve tão espantosa mobilização? A «lei Debré» que acaba com os adiamentos no serviço militar, impondo o seu cumprimento no fim do «liceu» ou a meio do curso universitário.

POLÍTICA DE FAMÍLIA

«Todos os anos, escreve o «Komsomolskaya Pravda», milhões de jovens soviéticos precipitam-se no casamento sem ter a menor ideia das provações que os esperam e que, por vezes, redundam num verdadeiro calvário. As escolas deveriam dar cursos de educação matrimonial, a fim de que os jovens casais estivessem melhor preparados para os draconianos ajustamentos necessários à vida conjugal. Seria também necessário publicar uma enciclopédia da vida conjugal, que poderia ser utilíssima aos casais mais velhos. A estabilidade de milhões de lares e a felicidade das crianças dependem da preparação psicológica e moral dos jovens para o casamento».

Estas palavras, publicadas no órgão das «juventudes comunistas» da URSS (transcritas por «Le Monde»), têm para nós uma ressonância estranhamente familiar: de facto existe uma única família, aquela de que Engels falou. As variantes são secundárias, mais impor-

tante é a política de família de cada Estado. Pois a política de família também define um Estado: conhece-se, desde Engels, a origem e a natureza da família, a sua relação com a sociedade de classe e o Estado. Depois de se haver lutado por começar a destruir a família nos anos que se seguiram à revolução de Outubro, eis-nos em plena campanha contra a «crise da família. Um elemento tranquilizador para a URSS: a crise atinge a generalidade dos países capitalistas.

NO REINO DA DINAMARCA

As regras de jogo têm limites, mesmo na Dinamarca. O governo social-democrata de Anker Joergensen está a braços com um problema inédito para a Dinamarca do pós-guerra: a perspectiva dum greve geral. A perspectiva é tão mais surpreendente quanto é difícil desencadear uma greve: as regras do jogo impõem vários «rounds» de negociação e conciliação. De momento, por greve ou «lock-out», estão paralisados 250 mil trabalhadores.

O insalvável desacordo entre os trabalhadores e o patronato, em negociação que se arrastam desde Outubro passado, está marcado pela entrada do país no Mercado Comum. Esta interessava principalmente os patrões, que não se cansavam de fazer promessas. Parece que os trabalhadores tomaram nota e agora apresentam a conta.

LINGUAGEM

A linguagem política deveria merecer uma atenção particular, estudando-se o modo de dizer as coisas, de atacar, os mecanismos de raciocínio, de associação, de dedução. O tema da juventude é particularmente significativo. A este propósito transcrevemos algumas passagens da intervenção do deputado Leal de Oliveira, durante o debate sobre a droga, na Assembleia Nacional.

Após expor as suas concepções sobre a origem da toxicomania (entre nós, «uma sequência presumível e abominável do desenvolvimento do turismo», explica o deputado algarvio: «É que, a sociedade ocidental, sociedade permissiva por razões várias, onde a contestação sistemática de tudo e de todos ocupa papel de relevo, tem vindo a «permitir» generalizadas, progressivas e suicidas tolerâncias nos costumes e formas de comportamento até há bem pouco não toleradas nomeadamente as de índole sexual, pornográfica e as derivadas dos vícios do álcool e da droga». Revelando que «o movimento «hippie» é responsável ou pelo menos tem ajudado o tráfico e promovido o uso de estupefacientes em Portugal», recorre o orador a uma longa citação do jornal «Epoca», de linguagem tão significativa quanto a sua:

«Pacifistas e objectores de consciência (para se livrarem do serviço militar), declararam-se inimigos de toda a violência, com excepção da manifestada na música pop. Dizem-se «filhos das flores». Sem que isso implique qualquer carinhosa alusão à mãe ou ao pai, que lhes manda dinheiro, para não ter de os aturar. Quando o dinheiro se gasta, pedem esmola, instituindo assim uma nova classe de mendigos,

numa época em que em toda a parte se pretende acabar com a mendicância(...)».

«Quando sempre descalços e guedelhudos, vestem-se de maneira extravagante, com andrajos multicolores e despem-se com a maior facilidade, a qualquer pretexto, ou mesmo sem pretexto nenhum. Usam colares, pulseiras, berloques, guizos e outros adereços de alta fantasia. Muitos andam de viola a tiracolo, instrumento simbólico, pois a sua intenção é «violiar» em todos os sentidos, como se exprime na divisa: «Make love not War».

«QUEM É ALGUÉM» NA CORRUPÇÃO?

...Será em breve posto à venda na União Indiana um curioso «Who's Who» (anário mundial). Em lugar de descrever as virtudes e a ascensão de eminentes cidadãos, descreverá os seus actos de corrupção. Uma «associação da juventude indiana» (B. Y. S.) organizou e vai publicar um livro com os nomes de «funcionários e políticos corruptos, tanto a nível local como nacional», de forma a atrair as atenções para a corrupção que se estende ao país. A organização está a organizar «assembleias contra a corrupção» em diversos pontos do país, provocando inquietação em sectores «acima de qualquer suspeita». Deste modo, as últimas assembleias têm sido animadas por um tipo novo de «delegados», a quem a B. Y. S. chama de «provocadores» e «gorilas», especializados em perturbar o desenrolar das reuniões.

Estas campanhas contra a corrupção têm frequentemente um cunho moralista e por vezes reaccionário. É tudo uma questão de perspectiva: o que se denuncia e como. Mas, para lá de tudo isto, a ideia deste «Who's Who» é aliciante: a contra-escrita de respeitáveis biografias das enciclopédias.



DEPENDÊNCIA EXTERNA

«A dependência do exterior, que sempre caracterizou a economia portuguesa, acentua-se de ano para ano e está, na sua natureza, dimensão e contornos, patente na balança de pagamentos da zona do escudo». Esta é uma passagem do discurso do dr. Correia de Oliveira, na assembleia geral do Banco Fonsecas e Burnay, que prossegue: «Os saldos positivos da balança de pagamentos têm crescido a ritmo espectacular nos últimos anos. Em 1970 e 1971 foram, sucessivamente os seguintes: 2531; 8252 mil contos; e, no mesmo sentido da tendência, o saldo apurado durante os nove pri-

meiros meses de 1972, atingia já o expressivo montante de 6960 milhares de contos».

No entanto, afirma o presidente do Fonsecas e Burnay, estes números devem ser analisados nos seus componentes, de modo a determinar a natureza destes saldos positivos. Na realidade «a balança de comércio do território europeu registou nos últimos anos um aumento contínuo e galopante dos seus «déficits» estruturais, apesar de ao mesmo tempo, se ter verificado o progressivo e considerável aumento das exportações». E conclui o dr. Correia de Oliveira:

«Sabido que os movimentos de capitais não apresentam variações conjunturais sensíveis, os saldos crescentes da balança de pagamentos da zona do escudo vão encontrar a sua fonte principal no sector dos invisíveis correntes, particularmente nas transferências privadas (em especial à custa das remessas dos emigrantes) e nas receitas provenientes do turismo, que no período de 1970/71 foram os seguintes (em milhares de contos), respectivamente: para o turismo 6823 e 9108 e para as transferências privadas mais 14.493 e 19.498.

«Os resultados apurados nos primeiros nove meses de 1972 confirmam a tendência, dado que, nesse período, o saldo, apurado a partir dos movimentos de invisíveis correntes, atingiu o valor de 25.604 mil contos ou seja 3892 mil contos do que o montante alcançado no período homólogo do ano anterior.»

SEGUIR A REGRA

...Numa entrevista a «O Século», o ministro Silva Cunha expôs o ponto-de vista do governo sobre as relações comerciais entre Portugal, Angola e Moçambique. Concluiu da forma seguinte: «A metrópole poderá assim, em breve, vender a Angola e Moçambique mais máquinas e bens que interessem ao desenvolvimento dos territórios, e adquirir-lhes mais carne, mais óleos alimentares, mais cereais, mais petróleo ou mais cobre. São, aliás, modificações estruturais que têm ocorrido entre os países industrializados e os do chamado Terceiro Mundo, ao mesmo tempo que se assiste à industrialização destes e ao aumento espectacular das correntes do comércio internacional, pelo que não deverá surpreender-nos que Portugal siga a regra.»

DIZE-ME QUEM TE ELOGIA E EU DIR-TE-EI QUEM ÉS

Se um indivíduo das direitas é aplaudido pelas esquerdas onde quer melhor prova de que pisou o risco? Os aplausos, nesses casos, em vez de um elogio à sua actuação devem ser tomados como a mais severa das reprimendas. Em vez de estímulo a prosseguir são a advertência por demais evidente de que se deve mudar de rumo quanto antes. Antes que, das mesmas pessoas, surja novo aplauso.

Elogiar uma pessoa, é muitas vezes, atirá-la para a fogueira. E dizer-lhe: queima-te tu, que eu não estou para isso. É levar os outros a sacrificarem-se por uma causa que nos interessa mas em que não nos queremos arriscar. Os outros que vão, os outros que cavem, os outros que sofram, os outros que se matem e eu, se aquilo resultar, aparecerei fresquinho, a colher os frutos.

SENHOR MORTO

Nos próximos sábado e domingo realizam-se na vila de Condeixa, as tradicionais e imponentes cerimónias em honra do Senhor dos Passos, que atingirão este ano excepcional esplendor.

No primeiro dia, ao anoitecer sairá a procissão das velas da igreja paroquial com a imagem do Senhor dos Passos para a capela da Senhora da Piedade, privativa da Casa Sotto Mayor; e no domingo, às 16 horas organizar-se-á a procissão do «Encontro» com Nossa Senhora da Soledade, depois do que o préstito percorrerá as principais ruas atapetadas de alfazema e alecrim.

Todas as janelas do percurso ostentarão luminárias e colgaduras incorporando-se na procissão centenas de anjinhos e muito povo.

Após o recolher, na igreja matriz, terão lugar a cerimónia do Calvário e o sermão alusivo por um distinto orador sagrado.

Abrilhanta estes solenes festejos a filarmónica da Pocarica sob a regência do famoso e bem conhecido maestro condeixense, Saul Baio de Oliveira.

«Diário de Coimbra»
23/4/73

Tem a
palavra
o leitor

A CAÇA E OS CAÇADORES

...Acerca do problema da caça em Portugal tratado nas colunas do penúltimo número de «Mesa Redonda», escreveu-nos um nosso leitor:

Certamente existem outros problemas mais urgentes para tratar, que o da caça, conforme se diz no introito do debate aberto nas colunas do «Diário de Lisboa». Mas também não se deve minimizar o valor desse problema pelas implicações políticas, sociais e económicas que sugere.

Para início de uma «Mesa-Redonda» (agora tanto em moda) sobre a caça, creio que não se podia ser mais feliz. José Hipólito Raposo tem-se revelado um dos espíritos mais esclarecidos na exposição dos problemas agrícolas nacionais e, agora, ligando-os às amarguras cinegéticas, entendemos que o faz de forma a deixar pouca margem para discussões honestas, tal a clarividência revelada nessa junção.

Assim admito que apenas os caçadores apaixonados ou de má fé se podem atrever a entrar na liça de um debate do problema inicialmente equacionado de forma tão brilhante.

Apenas uma nota derrotista para o debate: — Ainda iremos a tempo de salvar a nossa mais cobiçada espécie indígena, a perdiz? — Não se terá quebrado já o tal equilíbrio biológico, fora do qual a vida dessa espécie se torna precária? A poluição atinge já os locais mais recônditos do País e os pesticidas aplicados «a varrer» poderão ser o golpe de misericórdia de certa fauna, entre a qual talvez não seja disparate incluir a perdiz.

BILHETE DE IDENTIDADE

Verifique se o seu bilhete de identidade atingiu ou está próximo de atingir o prazo de validade, ou se está desactualizado. Se assim for, procure renová-lo ou actualizá-lo quanto antes. Pode ser-lhe necessário de um momento para o outro.

O Arquivo de Identificação em Lisboa está aberto das 8 da manhã às 8 da noite sem interrupção de 2.ª a 6.ª-feira, e ao sábado de manhã. Procure evitar as horas de ponta que são as do meio da manhã ou do meio da tarde e o dia de maior afluência que é o sábado.

Para renovar o bilhete de identidade, não precisa de certidão de nascimento se entregar o bilhete anterior, mesmo caducado. Se o não entregar, precisa, além da certidão, de justificar as circunstâncias em que o extraviou.



Nos contactos com os clientes,
nos almoços de negócios,
EU tenho de tomar
decisões de responsabilidade.

Bebo cerveja SEM ÁLCOOL.

«EX!» A MODERNA
CERVEJA SUÍÇA
SEM ÁLCOOL.

Nos supermercados
e bons restaurantes.

Distribuição da **diese**



OS TÉCNICOS FOGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Continuação da página um

privadas, e consequentemente o País. Efectivamente, não é só no Estado (onde devido a condicionaismos próprios propícios tal estado de coisas é mais aparente) que este conflito se verifica, mas também nas empresas privadas especialmente quando a sua dimensão é suficientemente grande para que o fenómeno ressalte e tome corpo.

Como é óbvio, nesta data (e tudo leva a crer que num futuro relativamente dilatado), as coisas estarão organizadas de modo a ter de haver administrativos e técnicos. Nada de mal resultará se as acções respectivas forem na mesma direcção e tiverem o mesmo sentido. Mas acontece, e essa é a razão deste trabalho, que por vezes colide a acção dos administrativos com a actividade dos técnicos. É precisamente isso que interessa evitar.

Naturalmente que as considerações feitas a seguir não se aplicam a todos os administrativos, mas sim àqueles, especialmente dos escalões mais elevados, cuja interferência nos trabalhos dos técnicos provoca mau ambiente e é causa de consequências perniciosas. Pelo contrário, elas aplicam-se à grande maioria dos técnicos (técnicos autênticos e não burocratas).

Pode perfeitamente afirmar-se que a palavra técnico não tem actualmente o mesmo sentido que há alguns anos. Verdadeiramente, quem são os técnicos? Agora há técnicos de tudo, desde os técnicos de ideias gerais aos técnicos de palavras cruzadas! Por isso não é de estranhar que o senhor Presidente do Conselho tivesse dito na sua comunicação ao País, em 1 de Março do ano corrente: «Hoje na administração pública abusa-se muito da designação de «técnicos». E nem todos os que assim são chamados nos quadros possuem as habilitações e a especialização, feita no sentido da aplicação dos conhecimentos, que deve caracterizar o verdadeiro técnico». Se nos for permitida a referência, também nós em 1967 (vidé «A Nação e os Técnicos») salientámos este fenómeno ao escrever «... a palavra técnico tende a perder a especialização que a caracterizava ainda há poucos anos e parece querer generalizar-se a outros campos de actividade...»

Quem são os técnicos

Como é sabido etimologicamente técnico deriva do grego «tekhnikós». Portanto, para Moraes, técnica é o «conjunto de processos de uma arte ou de uma fabricação»; no Webster, técnico é uma pessoa perita numa técnica («one skilled in a technique»); e no Larousse, técnico é o que conhece e pratica a técnica de uma ciência. Consequentemente existe agora uma adulteração da significação básica de palavra técnico.

Por vezes verificam-se casos com sabor humorístico como aquele que aconteceu há tempo com um engenheiro a quem um secretário administrativo se dirigia em correspondência oficial assim: «ao senhor X, técnico de engenharia!».

«Conhecer e praticar a técnica (ou arte) de uma ciência», aqui é que está a dificuldade e talvez a origem do equívoco. E porquê? Porque tudo agora é ciência! São as ciências sociais ou filosóficas; é a ciência de informação; é a ciência política e tantas mais ciências! Talvez porque a palavra

Ciência ainda tenha alguma coacção, as diferentes disciplinas apropriam-se dela, tudo leva a crer que para se valorizarem. Daí uma certa degradação da palavra ciência e por via dela da palavra técnico.

Quando frequentei a Universidade havia as Letras e as Ciências. Consideravam-se as Ciências puras e as aplicadas. Eram precisamente as Ciências aplicadas que formavam os técnicos de nível superior (engenheiros, agrónomos, veterinários, etc.). O problema poderia agravar-se com a dificuldade de classificação dos técnicos «deslocados», isto é, daqueles que embora tendo uma formação básica que os qualificaria como técnicos verdadeiros, se exercessem uma actividade de concepção, projecto, cálculo, execução ou fiscalização, todavia se deixaram resvalar para a burocracia transformando-se naquilo que os técnicos autênticos chamam ironicamente técnicos de officios ou burocratas. Deverão eles ser considerados técnicos? Valerá a pena tal preocupação estando a palavra técnico, tão degradada?

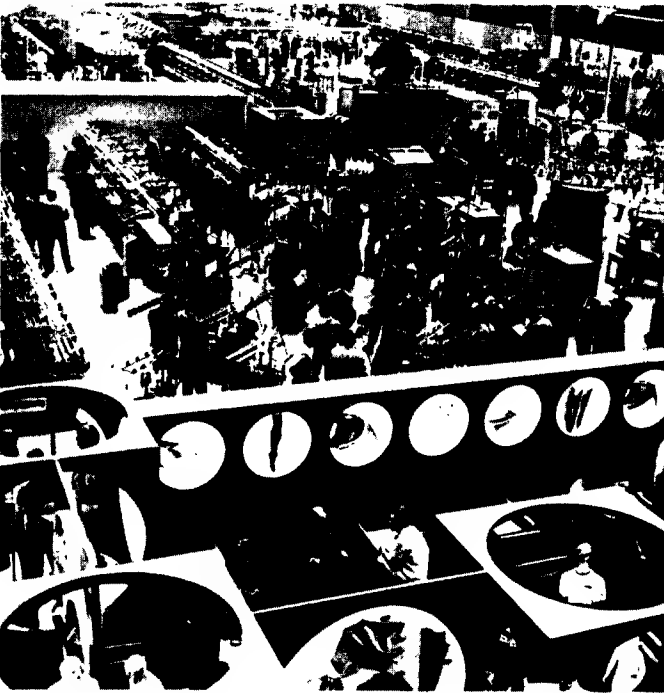
Da necessidade dos técnicos

Se o sector privado não pode progredir sem os técnicos, também o Estado não pode prescindir dos técnicos necessários ao seu desenvolvimento, não pode ficar à mercê do que lhe queiram fazer ou impingir. Por isso, o senhor Presidente do Conselho naquela comunicação ao País anteriormente citada disse: «Mas o fomento do País não pode dispensar a existência nos quadros do Estado de bons engenheiros, de bons arquitectos, de bons agrónomos e veterinários». Seja-me permitido transcrever daquele trabalho já referido: «Para o seu fomento, a Nação necessita tanto de técnicos do Estado (a quem cabe coordenar, planificar, e fiscalizar) como de técnicos do sector privado (a quem incumbe projectar, executar e explorar) trabalhando uns e outros numa simbiose verdadeiramente construtiva e progressiva».

É conjuntamente a Nação no conjunto dos sectores público e privado que precisa de técnicos, pois sem eles

não poderá singrar. Como não é crível que o nível de vida do português médio suba a jogar-se na lotaria ou no totobola, terá de ser com base na tecnologia (principalmente na indústria e algo nos serviços com base tecnológica) que o País poderá dar o tal salto em frente que todos os portugueses desejam. Por isso, é preciso ajudar-se a nossa tecnologia, mesmo à custa de sacrifícios de qualidade e de tempo. Se quisermos ser realistas, não poderemos estar à espera que a tecnologia portuguesa seja em média tão boa como a melhor estrangeira, para a consumirmos. Caso contrário, estaremos precisamente a dificultar-lhe a sua corrida para alcançar aquela. A não ser assim, estar-se-á a ajudar o estrangeiro desenvolvido que, embora apregoe o contrário nos areópagos internacionais, tudo faz para reter os que querem libertar-se do poço de subdesenvolvimento onde se encontram metidos.

Na base de imposição do jogo do subdesenvolvimento (seja chamado Terceiro Mundo ou, eufemisticamente, em vias de desenvolvimento) está o acafealismo. Efectivamente, o que fazem as nações mais progressivas, a favor dos menos desenvolvidos? É evidente que não ensinam a pescar (fornecendo colaboração técnica e equipamentos modernos em boas condições económicas), pelo contrário preferem dar alguns peixes (neste caso o leite



As grandes empresas, no mercado livre de emprego, atraem os melhores técnicos da Administração Pública

em pó e equipamentos obsoletos) ou impingir empreendimentos com «chave na mão» (que, aliás, não serão dados mas pagos e bem pagos!). É elementar que se os países subdesenvolvidos ou mais atrasados se tornassem tecnicamente válidos, isso certamente ir-lhes-ia custar, a curto prazo, o seu bom nível de vida... Como é óbvio, os países chamados desenvolvidos sabem do assunto e, por conseguinte, vão enganando os tolos apregando clinicamente as suas ajudas caridosas!

Consequentemente não deveremos ser nós a contribuir para o nosso acafealismo, fazendo o jogo deles. Por isso, os grandes empreendimentos nacionais como estradas, hospitais, gares aéreas, etc., que a tecno-



O que será possível fazer para que os administrativos mostrem tanto dinamismo como os técnicos das empresas particulares?

logia nacional está em condições de realizar no todo ou em grande parte, deverão ser executados por portugueses. Os técnicos portugueses os deverão programar, projectar, executar, equipar e explorar. Devem ser os nossos técnicos e os nossos industriais a procurarem o que nos falta, no que respeita à colaboração de um ou outro técnico estrangeiro muito especializado ou à complementaridade de um ou outro equipamento. Serão os técnicos portugueses que estabelecerão quando é desejada a colaboração técnica estrangeira e, sempre, como e onde se deverá processar, tanto na parte de projectos como de equipamentos. Os técnicos portugueses aceitam a colaboração dos técnicos estrangeiros e até a desejam quando ela for necessária, mas nunca em regime de subserviência dentro do próprio País.

to de vista. Trata-se da vida de nós todos porque, como portugueses, também naturalmente desejamos um Portugal melhor.

Excesso de administrativos e escassez de técnicos

Como é do conhecimento geral, há um excesso de administrativos no mercado de trabalho, o que torna cada vez mais difícil arranjar-se um emprego administrativo razoável sem o apoio da habitual «cunha». Os concursos para administrativos ficam cheios, não sendo raro aparecerem 100 candidatos para 1 ou 2 vagas. Em contrapartida, a emigração tem levado muitos técnicos do escalão profissional, razão do seu rareamento no mercado de trabalho. Os concursos para técnicos dos escalões médio e superior ficam normalmente vazios no Estado, ou por falta de candidatos ou por desinteresse dos mesmos em face às condições que lhes são oferecidas. Nos jornais todos os dias aparecem pedidos do sector privado para estes técnicos. Ao contrário do que acontece com os administrativos, é necessário meterem-se empenhos para tentar arranjar técnicos...

Do exposto talvez não seja despropositado poder inferir-se que actualmente será mais fácil ser-se administrativo do que técnico, na medida em que o consenso universal procura a maior facilidade! O facto de ter havido alguns casos, que por dificuldades económicas e outras, seguiram a vida administrativa em vez da técnica, são acidentes que talvez não sejam suficientes para invalidar aquela ilação, aliás perfeitamente contrária.

A dificuldade de recrutamento de técnicos é grandemente agravada no caso do Estado, devido ao facto de as remunerações serem inadequadas. Este problema já tem sido abordado por ministros e o próprio senhor Presidente do Conselho se lhe referiu em 1 de Março nos seguintes termos: «Temos de encontrar maneira de obter e de reter no Estado técnicos competentes, que o não sejam só por lei e por prosápia, e que estejam em condições de ajudar o desenvolvimento nacional, em vez de o entravar».

Justíssimas palavras estas de «técnicos... que o não sejam só por lei e por prosápia!» Também nós assim pensamos e escrevemos sobre o assunto em artigos publicados no «Diário de Lisboa» em Dezembro de 1970, de que respizemos: «O curioso é que são os burocratas (técnicos-burocratas) que, em grande número e no caso do Estado, ocupam as posições cimeiras corresponden-

tes às primeiras letras do abecedário, pois foram subindo (lentamente é certo, mas relativamente sem grande esforço) ao longo dos anos, os degraus das letras da burocracia...» E também: «De entre os burocratas (técnicos-burocratas) há um tipo especialmente detestável: é o burocrata pavão! De um modo geral, o burocrata pavão rodeia-se de um estado maior substancialmente empolido relativamente à produtividade que é capaz de executar».

Se a falta de técnicos no sector privado afecta negativamente o desenvolvimento do País, as consequências da sua falta no Estado poderão sintetizar-se na seguinte frase dita pelo senhor Presidente do Conselho a propósito: «A administração pública e a Nação serão gravemente prejudicadas». Efectivamente poderemos apontar entre outros os seguintes inconvenientes: mau rendimento dos serviços públicos no planeamento, programação, execução e fiscalização; envelhecimento da idade média dos técnicos (especialmente notória nos sectores de Engenharia e Arquitectura) com o consequente abrandamento de dinamismo; diminuição do valor profissional médio por não haver a quem passar o testemunho do somatório de conhecimentos de experiência acumulados; deterioração psicológica com os inevitáveis encolher de ombros, «não te rales», «deixa correr», «está tu-me nas tintas», etc.; e, eventualmente, ligações remuneradas de funcionários públicos com empresas particulares, o que será de evitar a todo o custo, dadas as sérias consequências que tais ligações podem originar.

Qual a solução? Pagar melhor! Realisticamente não deixou o senhor Presidente do Conselho naquela comunicação ao País de dizer: «Quando se fala em pagar melhor a tais técnicos vem logo a crítica... não se trata de favores de classe... mas sim de enfrentar a realidade de uma valorização profissional pela concorrência». E ainda: «Quanto menos lhes (aos técnicos) pagarmos no Estado, mais eles escassearão». Também nós assim pensamos e não é só de agora pois já em 1967 escrevemos naquele trabalho anteriormente citado: «... estes quadros (do Estado)... largamente desfalcados, em virtude dos técnicos dos diversos escalões, especialmente os que estão na idade mais produtiva e, talvez, os melhor dotados, deixarem o Estado em favor das empresas particulares ou da actividade por conta própria. Toda a gente sabe que as causas fundamentais são a baixa remuneração e a saída promoção interna... acrescidas talvez do desprestígio da função pública», «o que estará certo será a remuneração justa e adequada às necessidades da vida...». «Opção construtiva seria pagar aos técnicos de acordo com a oferta-procura, pois isso significaria trabalhos executados e condições de atracção para futuros técnicos, cujo número aumentaria, tendo como consequência final um ajustamento das suas remunerações ao quadro geral».

Ainda a propósito da escassez de técnicos, permite-me referir mais duas passagens da comunicação do senhor Presidente do Conselho, em 1 de Março:

«Daqui a anos, com a produção de maior número de diplomados, talvez seja possível equilibrar a situação» e «já não falo na ressurreição da mística ao serviço público que existiu na minha geração e que o materialismo e o egoísmo dos tempos correntes destruiu». A este respeito é-me grato verificar que já em 1967, no trabalho citado, abordámos aquelas ideias pelo que transcrevo, com a benevolência do

Continua na pag. seguinte

espelho da imprensa

OS MOTORISTAS NÃO PARARAM

Perante o interesse manifestado pelos motoristas nesta vida às urnas, concluímos que, afinal, alguma coisa existe no Sindicato que atrai as pessoas. Votar não será apenas deitar nas urnas o papel dobrado em quatro; representa, antes, uma demonstração de como a massa associativa confia nas pessoas que se propõem para a Direcção.

Disseram-nos que certos patrões ameaçaram despedir os motoristas que viessem votar. Mas qual o fim de tal ameaça? Será que começam a ter medo?

Em vez de ameaças, os patrões devem pensar, bem a sério, nas situações deploráveis em que mantêm o trabalho dos motoristas, com más condições de trabalho não se pode exigir uma rentabilidade actualizada com as necessidades da Nação Portuguesa. Há que produzir mais e melhor mas para isso terão as empresas de modificar o seu sistema de trabalho, pois não é com excesso de horas de trabalho numa profissão desgastante como a nossa e com os vencimentos ridículos que actualmente auferimos que se pode produzir mais e melhor. A César o que é de César.

Se as entidades patronais ainda não compreenderem as realidades e se não quiserem pensar bem no caso, haverá quem o faça.

QUE SE PASSA COM O GRÊMIO DA LAVOURA?

Há associados que, mal aconselhados por ignorantes ou maldosos, se recusam terminantemente a pagar ao Grémio as suas cotas atrasadas em dívida. Isto depois de avisados e instados.

Para estes não há outro remédio senão instaurar-lhes os respectivos processos e enviá-los ao Tribunal competente para cobrança coerciva.

Dói-nos fazê-lo, mas, porque assim o querem — segundo eles próprios afirmam — assim tem de ser.

Já foram enviados para o Tribunal vários processos nessas condições. Não podemos tran-

sigir com o capricho dessas pessoas. Seríamos injustos se o fizéssemos.

O pagamento da cota é uma disposição legal. Como tal tem de ser cumprida. A Direcção do Grémio compete velar pelo seu integral cumprimento. Quem assim o não quiser compreender, sujeita-se às consequências.

«Folha Informativa do Grémio da Lavoura Março 1973

O PROGRESSO EM QUELIMANE

A estagnação que impera na Zambézia, sob os aspectos mais diversos, é contemplada indiferentemente pelos potenciais económicos que, preocupados sobretudo em colocar, os rendimentos no exterior, vão deixando de lado os mais gritantes problemas locais. Numa palavra: Não querem fazer ondas e não se mostram interessados numa união de interesses que seja capaz de operar o milagre zambiano. Percorresse quilómetros de feudos e a paisagem é a mesma de há um século. Mas, entretanto, milhares de milhões de contos foram catados do alto dos coqueiros; milhares de milhões de contos enverdecaram com o chá; milhares de milhões de contos, também, embranqueceram com o algodão e tornaram-se doces com o açúcar. De toda essa riqueza, que podia ser desdobrada em quilómetros de notas, há só um edifício maciço, a ocupar quase um quarteirão, no centro de Quelimane.

Desabafo de um velho residente:

«Nós temos o que essas «majestáticas» querem. Sob todos os pontos. Na verdade, elas comandam as operações, ninguém se atreve a obrigá-las a contribuir com algo que beneficie a colectividade. Noutras circunstâncias, não estaria o problema das estradas já resolvido? E o porto? E a própria central? Se de hoje para amanhã uma destas empresas resolvesse industrializar os produtos aqui obtidos teríamos a mesma central eléctrica, o mesmo porto, as mesmas estradas, este dó de alma com que acordamos todos os dias?».

«Notícias da Beira», 18/3/73

COITADO DE QUEM OUVI...

Um dos maiores poetas deste século é Teixeira de Pascoais. Que não pareça exagerada a afirmação, pois assim o reconhece também a análise profunda que à sua obra mereceu na Alemanha a atenção de nomes eminentes na especialização da crítica e do ensaio. Quando apareceu um dos seus últimos livros, o crítico dum diário de Lisboa, aludindo à transcendente mensagem desse extraordinário lírico, escrevia: «Teixeira de Pascoais é um poeta cósmico». Mas por erro tipográfico, o jornal apresentava esta barbaridade: um poeta cómico.

Acerbum fons era para Virgílio, uma morte prematura, e acer recitator, um desses impertinentes recitadores, irmão gêmeo de muitos que temos forçosamente de aturar...

PROVA DE OBS-TÁCULOS

Que entusiasmo! Que delírio! «Eh pá! Nós vamos logo ver passar os «máquinas»! Queres vir?... Ali em A-dos-Ferreiros».

A aldeia de A-dos-Ferreiros, da freguesia do Préstimo, como em dia de romaria, foi passagem de centenas de curiosos, «entendidos» e «furiosos» do automobilismo. Os taberneiros (o «americano» ali é bom), talvez tenham feito algum negócio, mas a luz da candeia, dado que a outra, a tal do senhor Edison, ainda lá não chegou...

Insinua-se que o automobilismo «não é só um desporto de elites»... Isto porque «o seu público, embora não seja bem o mesmo da Volta a Portugal em bicicleta, o entusiasmo por essas estradas fora, não o era menos»!

O que é preciso é entusiasmo. E viva o «desporto» e toda a sua massa de «assistentes-desportistas».

Os motores de mil e tal de cilindrada, foram passando, roncando pelas florestas da serra. Perto, entre o Caramulo e Talhadas do Vouga, as aldeias de Paranho d'Arca, Ma-

cieira de Alcoba, Salgueiro, Cabeço de Cão, Barrosa, Préstimo, A-dos-Ferreiros, Ventoso e outras não têm electricidade. Mas têm «rallys» e o nome nas bocas do mundo. Não muito longe ficam os lugares de Fagarrinho, Sernadinha, Vale de Lobo, Carvalhal, Rio de Maças e Lourisela, igualmente sem luz eléctrica, total ou parcialmente despovoadas e sem ligações rodoviárias.

Pinhais, pinhais, pinhais e a cúpula azul do céu. A arborização da serra acabou com os pastos de gado e a maioria dos terrenos aráveis. Os serviços florestais ocuparam os baldios. Hoje é tudo floresta. E estradas boas para «rallies»...

As populações serranas (as que ficaram) querem uma compensação económica traduzida em árvores. A floresta é riqueza. E pobreza também.

Atentos à estrada e aos mapas os concorrentes procuravam fazer as melhores médias. Serra do Caramulo? Serra do Préstimo? Controle em Talhadas do Vouga? Só obstáculos a transportar!

Dezenas de carros a disputar uma prova. Centenas de pessoas a assistir. Um «rally» passou na serra.

Que entusiasmo! «Olha, ontem vi o rally...» Que felicidade!

Préstimo? Talhadas do Vouga? Ah, sim! Uma aldeia da serra. O «rally» passou por lá. Que progresso!

«Independência de Agueda» 24/3/73

OS PRINCÍPIOS E OS FINS

Os ideocratas do nosso tempo servem-se de vários processos para fazerem a propagação das suas ideias. Desde os «slogans», as brochuras os cartazes, os jornais de parede — tudo lhes serve para exercerem a sua pernicioso actividade. E desta forma ocasionam perturbações profundas no meio ambiente, mantendo-se influência no comportamento na formação da juventude.

É contra esta acção que temos de reagir, conhecer os processos para aplicar os antidotos necessários e indispensáveis.

O Estado reconhece a liberdade de pensamento mas esta, está condicionada pelos princípios constitucionais que todos nós temos de respeitar. Não se pode contestar Deus, nem a Autoridade. Queremos trabalhar pelo progresso económico e social da nossa terra e não devemos consentir os que minimizam o que todos devemos ter como princípios fundamentais da nossa existência. Mas, respeitadas estes princípios todos temos e é reconhecida a liberdade de pensamento, como bem o afirmou o Secretário de Estado da Informação e Turismo, Dr. Moreira Baptista, na sessão da distribuição de prémios literários e artísticos recentemente realizada.

«Diário do Ribatejo» 18/3/73

CARTA AO SR. PRESIDENTE

«...Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, dirijem-se a V. Ex.», confiadamente, dois trabalhadores que, já no último quartel da vida, e com toda uma vida de labores constantes e pesados, não têm um tostão assegurado para as horas tristes da invalidez. Vimos lá das nossas aldeias da Beira eramos ainda caideiros, ou pouco mais do que isso. Em Lisboa, entregámo-nos aos cuidados da Câmara Municipal. Com a confiança com que um filho se entrega a sua mãe, creia. Puséram-nos na mão uma vasoura, e andámos longos anos a cuidar da limpeza das ruas e praças da nossa cidade. O bilhete de identidade da Câmara do primeiro dos signatários tinha o número 1252, com data de 18 de Julho de 1944. O segundo, o número 1125, de 13 de Junho (dia de Santo António de Lisboa) de 1944.

A gente bem fazia o que podia nas ginásticas da poupança. Mas o dinheiro quando não dá para as despesas, não dá mesmo. Tanto mais que o ordenado não subia como o número de filhos.

O primeiro de nós dois, andou 12 anos na limpeza. O segundo, 17. Durante todo esse tempo, descontentávamos (e não era pouco) para a caixa de aposentação. E que falta nos fazia o dinheiro desse descontento!

Acontece que, fazendo contas à vida — à nossa vida madrastra — chegávamos à conclusão de que, como guardas nocturnos, ganharíamos um pouco mais.

Ora, o que nós vimos pedir a V. Ex., sr. presidente, é que se digne considerar o tempo em que estivemos ao serviço da Câmara, em ordem a uma reformazita, por pequena que seja. Com pouco nos contentamos, desde que o que nos derem no-lo deem como quem reconhece um direito, e não como quem dá uma esmola. Ao menos, ao menos, poderiam dar-nos o equivalente ao que nos descontaram durante todo o tempo em que aí trabalhamos. Pois não seria isso um acto de pura justiça?

Ficamos esperando, sr. presidente. Em V. Ex., somente. É que o nosso assunto já foi exposto na Caixa, donde nos veio a resposta: «Só o presidente da Câmara pode resolver o problema».

«A Comarca de Arganil», 24/3/73

ESTACIONAMENTO PROIBIDO

«Democratizar o ensino em Portugal é tarefa de gerações», frisou igualmente o responsável pela chefia da pasta da Educação Nacional — e, na realidade, é. Ensaia agora os primeiros passos, quando devia já caminhar na estrada do progresso, com firmeza e com segurança.

Como não criticar então os que, tendo nas mãos o leme do barco da governação pública, teimaram em esconder, durante anos e anos, a força deste princípio basilár e fazer com que a algumas gerações não fosse garantido um mínimo de condições para assegurar melhor futuro ao País, atalhando, a tempo, males que estão no cerne da difícil situação com que os responsáveis pelo ensino em Portugal agora lamentavelmente se debatem?

Afirmar que nada se faz sem tempo e de afogadilho poucas soluções resultam — impõe-se, como se impõe — esquecer o erro de quem deixou que se tivesse perdido tanto tempo.

«Diário do Alentejo», 22/3/73

QUEM DIZ QUE NÃO?

Tomando o caso Português para exemplo, vamos encontrar que as grandes descobertas — toda a glória Quinhentista — foi obra devida fundamentalmente ao sector Comercial do País, que procurou, por todas as formas e meios, expandir-se para além das Tapobanas... como diria o nosso Épi-co. O próprio Pêro da Covilhã, utilizou a fórmula Comercial para vencer as contrariedades que se depararam na sua maravilhosa aventura, que permitiu, poucos anos depois, a descoberta da Índia.

Em face de provas tão altamente qualificadas temos de concluir, sem que nos restem dúvidas, ser o Comércio a fonte das mais válidas riquezas de um Povo. Sem o Comércio, na sua fórmula tradicional, a servir de Trampolim entre a produção e o consumo, teríamos de, com certeza, criar o Comércio. Não havia outras directrizes a seguir.

Em nome de mentirosas afirmações, emolduradas, para enganar, em arcos de Oiro, cuja Kilatagem é falsa, tecem-se as mais incriveis ofensas ao Comércio, como que sendo Ele, o causador único e principal dos males que afligem a Comunidade.

Nós, Comerciantes, fizemos uma obra, formamos uma Classe válida, temos servido o País! Nós criámos estruturas, afirmamos obediência, constituímos segura «barricada» na vida Nacional Portuguesa. Somos dos que sempre, desde a primeira hora da Nação, respondemos presente e lutámos pela grandeza histórica da Pátria. E não podemos, por todas essas razões, ficar indiferentes aos movimentos que ultimamente surgiram como reflexo dos actuais «ventos da história», que sopram desenfreados, por toda a parte e procuram subverter-nos, para nos reduzir à impotência, como se todos nós constituíssemos bandos profissionais do crime, ao jeito dos bandos de qualquer zona Amazónica do Mundo.

«O Comércio de Viveres», 15/3/73

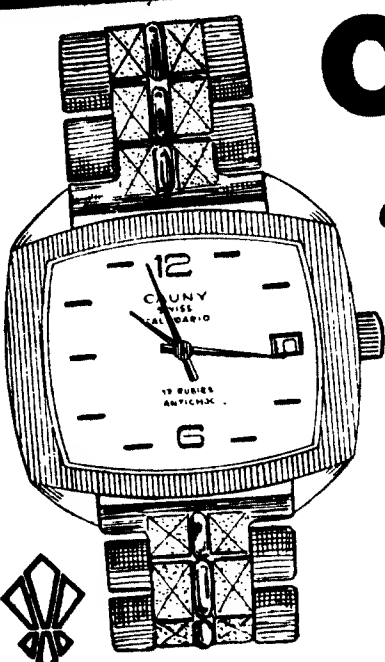
OS TÉCNICOS FOGEM

Continuação da pagina anterior

leitor: «E de crer que o condicionalismo da oferta-procura irá provocar um afluxo de alunos (de Engenharia) para algumas especialidades... mas o resultado só se fará sentir daqui a longos anos, já que a periodicidade é muito longa». No que se refere ao sector de Engenharia, de 1967, para cá melhoraram as possibilidades de se formarem mais técnicos de nível médio e superior, devido principalmente a ter aumentado o número de Escolas, e a uma certa promoção social dos portugueses. Finalmente, a propósito do desprestígio da

função pública, reproduzimos a seguinte passagem do que escrevemos há sete anos, a qual mantém a mesma actualidade talvez até reforçada pelo agravamento da posição do funcionalismo: «... o desprestígio social do funcionalismo público é uma realidade... O funcionário público tem uma certa vergonha ou acanhamento de dizer que o é (e isto é mais notório nos escalões superiores) e... os outros olham condescendentemente para o funcionário público como que a dizer «Coitado! Não deu para mais...»

(CONTINUA)



CAUNY

A MAIS ALTA PRECISÃO SUÍÇA

CALENDRARIO DIA E DATA ANTICHOC

Garantido 1 ano

EXIJA A MARCA CAUNY GRAVADA NA COROA E NA PARTE EXTERIOR DA CAIXA

FEIRA DE MOEDAS de TOMAR

S Á B A D O , 7

DE ABRIL DE 1973

DAS 18 AS 23 H.

Informações pelos telefones: 32676 e 32827

PARA QUE SERVE O CONGRESSO DE AVEIRO?

«Ao Acaso na Rua» sabe dos seus limites. Não se pretendem fazer inquéritos científicos nesta secção, pois tal exigiria a escolha de uma amostra da população que fosse suficientemente representativa e exigiria ainda o tratamento estatístico

dos dados recolhidos. Dito isto, «Ao Acaso na Rua» foi mesmo para a rua ao acaso e inquiriu 12 pessoas, nove das quais da classe trabalhadora. Houve ainda outras 4 que se recusaram a responder.

O tema escolhido foi,

UM CONGRESSO DE MOBILIZAÇÃO



Continuação da página um

provincia, se unissem, se reunissem em organizações para o Congresso, que dificilmente morrerão sem deixar alguns dividendos.

O receio de que o Congresso não passasse de uma manifestação de alguns «doutores» não tem hoje qualquer fundamento. E, sintomaticamente, a anulação de qualquer carácter elitista levou a que aparecessem trabalhos colectivos muitos em número muitíssimo superior ao dos dois Congressos anteriores. O nível desses trabalhos (nível político, entenda-se) será variável. Certo. Em cerca de centena e meia de teses não era de esperar outra coisa. Uma coisa porém é certa: todos os grandes problemas nacionais são tratados nesses documentos.

O carácter não elitista do Congresso é evidenciado pelo facto de as teses não serem lidas, o que transformaria a reunião numa maratona de oratória pouco significativa. As reuniões são de discussão, de participação. E é o que resulta dessa discussão que será presente na reunião final para aprovação, como conclusões finais. Os congressistas discutem com base nas conclusões que se encontram junto de cada tese. Os «doutores», naturalmente autores de grande parte das teses, estão voluntariamente submetidos à discussão ampla para a qual se mobilizaram centenas de pessoas.

Os democratas que organizaram colectivamente o Congresso não esqueceram as experiências passadas e tentam não só levar a democracia ao país como praticá-la entre si.



ao acaso da rua

como se diz no título o do Congresso da Oposição Democrática em Aveiro, que se iniciou na quarta-feira. O inquérito foi feito um dia antes, na terça-feira, e teve em vista saber que imagem as pessoas se fazem dessa reunião.

José Francisco Domingos, carteiro, de 29 anos, foi o primeiro abordado:

— Não, que eu saiba da minha profissão não vai ninguém a esse Congresso, nem eu sei do que se trata. Deve ser coisa para pessoas com uma certa cultura. O que oíço dizer é que há para aí determinados partidos.

No Rego está a construir-se um viaduto. Entrámos na obra. José Soriano, carpinteiro da construção civil:

— Aqui na obra desconhecem-se certas coisas. Em gente mais puxada, no comércio, nos escritórios é que ligam a isso. A gente tem um receio, o melhor é não falar de política. Se acho que um Congresso da Oposição pode interessar? Não ligo meia a isso, não tenho muita cultura para essas coisas. Isso está bem para quem tem uns certos conhecimentos.

José Minhoto, também carpinteiro na construção:

— Não sei nada disso. Sei lá o que é que se lá faz! Sei lá quem é que lá vai, ou para que é que isso serve!

Prudêncio Cordeiro João, 17 anos e servente de pedreiro:

— Não ouvi falar. Não me lembro das eleições de 1969. Eu estava nessa altura em Leiria. Sobre que é que se devia falar em Aveiro, não sei. A vida está cara. A malta da provincia não liga à política.

Fomos à barbearia. Fernando Oliveira e Silva, barbeiro, 38 anos:

— Sei que começa no dia 5, mas não faço uma pequena ideia de para que serve esse Congresso.

Abílio Augusto Feixadas, 48 anos, ajudante de motorista:

— Se é para resolverem qualquer coisa, está bem que façam esse Congresso.

Aurélio Oliveira, 19 anos à espera da tropa:

— Não ouvi nada acerca desse Congresso. Para algumas pessoas pode resolver-lhe os problemas. Não ando a par dessas coisas, mas muitos desses que dizem querer o bem do povo,



José Francisco Domingos, carteiro: «Não sei de ninguém que lá vá da minha profissão»

querem é ser eles a mandar.

Fernando Miranda, motorista da Carris, 42 anos:

— Ninguém me explicou nada sobre isso. Li no jornal qualquer coisa, mas não adiantei nada. Para que se reúnem eles, não sei, mas isso deve ser coisa para doutores.

Alfio Fernandes, 31



José Manuel Amaral, industrial: «Sou da ANP e acho muitíssimo bem»

anos, outro motorista da Carris:

— Há por aí uns prospectos nas paredes, mas não explico do que se trata. Por isso não estou a par do que isso vem



João Serrão de Moura, advogado: «Preparação das eleições com intelectuais, médicos, advogados»...

buscar. Dos outros congressos também não sei. Vim há pouco da provincia e lá não chega nada dessas coisas. Se lá fosse, sei lá do que é que havia de falar!...

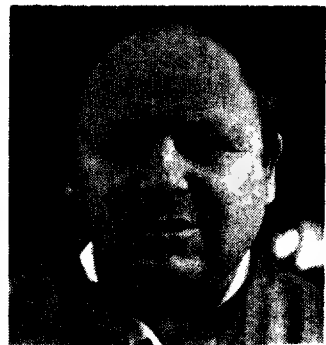
Deixamos os trabalhadores e voltamo-nos para gente com porte e



José Soriano, carpinteiro: «Aqui na obra desconhecem-se certas coisas»

bem vestida. João Serrão de Moura, advogado:

— Ando afastado dessas lides. O meu conhecimento é muito vago portanto. O Congresso



Fernando Oliveira e Silva, barbeiro: «Não faço ideia»

serve para procurar unir os democratas, para eliminar as divergências que há. Quanto a temas concretos que lá vão ser tratados, não sei nada.

Acho que vão lá sobretudo intelectuais, médicos, escritores e sobretudo advogados. Creio que também lá devem ir representantes das classes trabalhadoras, de outro modo nem se poderia chamar de democrata.

Teresa Oom, educado-



Teresa Oom, educadora de infância: «Em Aveiro, à beira da linda ria... e não no Barreiro»

ra de infância:

— Sei que há como sempre uns intelectuais metidos no Congresso, mas depois estou mal informada, não sei se vão lá classes trabalhadoras. Sei que se realiza em Aveiro perto da ria, que é muito bonita e não no Barreiro, por exemplo. Depois o termo «Congresso» diz que quem manda ali são os intelectuais. A imagem que tenho é que se trata de mais uma coisa que se faz cá na terra e que não tem nada a ver directamente com a vida das pessoas. Estas coisas não servem ao povo. Isto de Congressos Democráticos é mais uma maneira de entrar no jogo e de sossegar a boa consciência dos que dizem defender o povo, parece-me.

José Manuel Amaral, 39 anos e industrial de metal-mecânica:

— Para já, sou um elemento da Acção Nacional Popular de Castelo Branco. Interessa-lhe mesmo assim a minha resposta? Acho muitíssimo bem o Congresso. Deve haver abertura, a qual todos devem compreender e aceitar. Oxalá que do Congresso possa sair a possibilidade dum melhor entendimento entre todos os portugueses. Estou há pouco na ANP, mas se vir que ela não serve a comunidade, saio. Sabe, a minha profissão obriga-me a estar de harmonia com todos, mas sou do centro, um bocadinho mais à esquerda que à direita. Quem vai ao Congresso são sobretudo pessoas de profissões liberais, advogados, médicos e enfim intelectuais. A classe operária também deve estar representada no entanto.

Gostaria de lá ver tratados os problemas sociais, que são os que mais me preocupam. Aprecio a justiça social e acho que todos os portugueses têm direito a um mínimo de condições de vida que permita evitar a emigração, a qual, ao cabo, é uma tristeza para todos nós.

**LEIA
motor**

ENSINO REVOLUCIONADO OU ENSINO REVOLUCIONÁRIO?

mesa
redonda

REFORMA PEDAGÓGICA ESTRATÉGIA

Continuação da página um

ma interno de orientação, e utilizando a pedagogia de Dewey, Claparède, Decroly e outros, o texto da «Comissão dos Sábios» sem acreditar em mudanças profundas e rápidas, supõe poder esperar-se do Poder um entusiasmo e fé que visam verdadeiras descentralizações. Por isso propõe uma estratégia de mudança já que aqueles que se dizem combatentes das injustiças e defendem os interesses das suas organizações, vivem eternamente de utopias.

Não podemos esperar por manifestações «Maio-1968», ou por trepidantes desvairamentos, para emprendermos uma reforma em termos exemplares, como se a perfeição fosse deste mundo ou tudo dependesse de uma varinha mágica. Sobre terras movediças empreendamos construir um novo tipo de homem num mundo que se transforma, numa pedagogia que evolui. Não é com um ensino revolucionário mas com um ensino revolucionado pelas transformações do mundo, e procurando adaptar-se, que resolveremos nossos problemas. Não se pode passar, sem solução de continuidade, do presente ao futuro.

No texto da «Comissão dos Sábios» encontram-se igualmente algumas linhas coincidentes com as dos nossos projectos de reforma, mesmo idênticas. Observe-se por exemplo a gestão orçamental dos estabelecimentos de ensino, de tantos pontos comuns com a nova orientação da Direcção-Geral da Administração Escolar.

O texto francês reveste-se de excepcional interesse para o estudo das nossas soluções, pois não podemos desperdiçar tempo com execução de reformas que nos fazem cair na nostalgia das anteriores.

Introdução e coordenação de Calvet de Magalhães

AS DEZOITO RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO DE PERITOS

● Dimensão das escolas

I — Nenhum estabelecimento escolar deve ultrapassar um efectivo de 700 a 800 alunos

Os estabelecimentos que comportam efectivos nitidamente superiores serão divididos em unidades administrativas desta dimensão. Cada uma destas unidades terá a personalidade moral de um «estabelecimento público» e será provida de um director de estabelecimento, de um conselho de administração e de uma equipa de direcção. Cada «estabelecimento público» assim constituído subdividir-se-á em «unidades pedagógicas» de uma centena de alunos.

● Liberdade de iniciativa

II — Cada estabelecimento recebe liberdade de iniciativa no quadro de objectivos pedagógicos nacionais.

Os objectivos pedagógicos nacionais são de duas espécies: Um objectivo comum de instrução e de educação gerais, que implica:

a aquisição dos conhecimentos de base necessários a todos os jovens franceses, seja qual for a sua orientação ulterior (entrada mais ou menos rápida na vida profissional, continuação de estudos secundários ou de estudos superiores, etc.). Esta aquisição comporta um mínimo de compreensão e de domínio do meio físico, técnico, social, económico, cultural, político, etc...

o desenvolvimento da autonomia pessoal pela prática de um comportamento responsável, associado à aprendizagem da relação social e do trabalho de equipa, e ligado à exploração óptima das capacidades individuais.

A educação física e desportiva é um elemento obrigatório desta formação.

O facto de os estabelecimentos serem mistos é uma condição de uma educação equilibrada e deve ser gradualmente generalizada.

Um objectivo particular a cada pessoa, que implica:

a aquisição de conhecimentos mais especializados entre os quais os alunos têm a possibilidade de escolher um programa mais ou menos extenso, reserva feita a um mínimo obrigatório. Estas opções podem consistir quer na aquisição das matérias de base, quer na iniciação a conhecimentos novos que facultem o acesso a especializações ulteriores (científicas, literárias, artísticas, técnicas de educação corporal, etc.).

a adaptação dos conhecimentos adquiridos a uma preparação profissional e social, que é oferecida a todos os alunos antes de acabarem a escolaridade.

A liberdade de iniciativa incide particularmente na organização e nos métodos pedagógicos. Permitirá em especial a utilização, ao lado das lições de tipo tradicional:

— de apresentações audiovisuais a grandes grupos de alunos, para as transmissões de conhecimentos que necessitem de comentários;

— de trabalhos em pequenos grupos que tenham em conta a diversidade do interesse e dos ritmos de progressão dos alunos, com vista à aquisição dos mecanismos intelectuais (expressão linguística, raciocínio lógico e matemático, etc.) para a aprendizagem da comunicação, a preparação para o trabalho de equipa e a formação cívica, etc.

— de conselhos personalizados e de uma «autoformação controlada». Esta última exerce-se particularmente graças ao centro de documentação do estabelecimento.

— de visitas a organismos públicos ou económicos;

— de trabalhos teóricos ou práticos eventualmente com a participação de pessoas exteriores ao estabelecimento e tendo competências profissionais peculiares;

— de trabalhos escolhidos pelos alunos, em particular sob a forma de trabalhos de clubs, de actividades circum-escolares, etc.

Esta organização, e os métodos correspondentes, têm por fim individualizar o ensino e aliviá-lo de todo o enciclopedismo para o tornar mais eficaz.

III — Os estabelecimentos organizam livremente os seus horários hebdomadários, no quadro de conjuntos anuais por disciplina.

Esta medida tem em especial como finalidade, favorecer:

— os trabalhos interdisciplinares e a participação dos professores nas actividades socio-educativas;

— a autoformação assistida, e a ajuda aos alunos que não encontram em casa as condições materiais e morais necessárias aos estudos;

— tal como todo o agrupamento de horas necessário (por exemplo um período consagrado ao estudo intensivo de uma língua viva, no estabelecimento ou no exterior do estabelecimento).

A fim de permitir aos estabelecimentos exercer a sua iniciativa pedagógica, 10 por cento do horário anual ficaria à sua disposição e não constituiria objecto de uma definição nacional.

Com vista a estabelecer contactos enriquecedores com a natureza, a vida social e a actividade profissional, cada estabelecimento está habilitado a organizar, para os alunos, particularmente durante os tempos livres e as férias grandes e pequenas, estágios e outras actividades educativas externas.

Pode, por outro lado, instituir no seu seio formações para adultos.

Sob este duplo aspecto, estabelecem acordos com organismos culturais, sociais e empresas públicas ou privadas.

No quadro de regras nacionais ou regionais, cada estabelecimento tem a responsabilidade de tomar as medidas necessárias para a formação permanente e aperfeiçoamento dos seus membros: recebe para este efeito uma dotação anual proporcional ao efectivo do seu pessoal.

IV — Uma autonomia de gestão, baseada na atribuição de uma verba global, é o corolário da iniciativa pedagógica.

A verba global deve ser fundada em critérios orçamentais simples (número de alunos, superfície dos locais, características arquitecturais ou pedagógicas, etc.). A distribuição interna dos créditos entre os diferentes capítulos de despesas é proposta pelo director do estabelecimento e votada pelo conselho de



A liberdade de iniciativa nas escolas, no sentido do desenvolvimento da autonomia pessoal dos alunos, devia poder criar actividades circum-escolares



A concepção arquitectónica dos locais deve corresponder à evolução

administração. Os capítulos de despesas são pouco especializados a fim de facilitar a gestão corrente.

Corolariamente, os créditos disponíveis em fim de exercício ou provenientes de recursos próprios, são utilizados livremente para as necessidades do estabelecimento. O controlo da gestão financeira exerce-se a posteriori. A diversidade actual dos estatutos jurídicos dos estabelecimentos de ensino secundário deve dar lugar a um sistema que suprima as disparidades de meios de funcionamento e autoriza em todos os casos o regime de autonomia anteriormente descrito.

● Unidades pedagógicas

V — O centro de documentação do estabelecimento, numa tal organização, está tanto ao serviço de alunos como de professores.

Constitui a encruzilhada da vida educativa e da actividade pedagógica. Deve ser concebido com as dimensões e a amplitude de meios que este papel implica. Há aqui um melhoramento, relativamente fácil de realizar e de uma importância decisiva.

Os laboratórios, oficinas, e todas as instalações necessárias para trabalhos experimentais e técnicos, ou para outras actividades de carácter concreto, constituem, por seu lado, um elemento indispensável para a formação de uma personalidade equilibrada. É de prever, paralelamente, o seu desenvolvimento em todas as categorias de estabelecimentos.

VI — No seio das «unidades pedagógicas» os alunos são tomados a cargo de equipas educativas pluridisciplinares.

A missão destas é de assegurar o progresso individual de cada aluno e o acesso de todos aos objectivos nacionais previstos para cada grande ciclo de formação.

Esta organização seria realizada, numa primeira fase, ao nível dos actuais primeiros anos.

Professores-coordenadores, designados anualmente pelo director do estabelecimento, assumem a animação geral das equipas pedagógicas. Participam nas conferências de distribuição de meios e de horários, presididas pelo director do estabelecimento. Dispõem de um mínimo de meios de secretaria.

Professores-conselheiros têm a missão de conduzir e ajudar os alunos nos estudos e orientação — e em particular para a opção entre as matérias, gradualmente mais variadas, entre as quais são chamados a escolher as disciplinas de educação geral ou de formação profissional mais apropriadas aos seus gostos e vocação.

Os professores-conselheiros são escolhidos entre os professores ou os conselheiros de educação, eventualmente entre os «assistentes», mais adiante definidos. A sua designação é feita pelo director do estabelecimento, sob proposta das equipas pedagógicas. Os professores-conselheiros distribuem entre si os alunos, tendo em conta as preferências destes.

A função de «vigilância», para ser eficaz e responder às novas necessidades pedagógicas, deve dar lugar a uma função geral, nova e primordial, de animação e ajuda educativas.

Os professores e conselheiros de educação precisam de ser secundados para a disciplina e animação da vida escolar e para as novas formas de actividade pedagógica, por assistentes recrutados e preparados com vista a esta dupla tarefa, que constitui para eles a primeira etapa de uma carreira de ensino.

Finalmente, convém multiplicar as equipas de assistência médica, social e psico-pedagógica. Estas ocupar-se-iam quer de um grande estabelecimento, quer de um grupo geográfico restrito de estabelecimentos.

● Administração e autonomia

VII — Em matéria disciplinar, o conselho de administração dos estabelecimentos com contrato de associação:

As sanções disciplinares ligeiras, indo até à exclusão temporária são propostas pela equipa pedagógica. O director do estabelecimento estatui em última instância.

PEDAGÓGICA DE MUDANÇA



dos métodos pedagógicos

Centros de documentação audiovisual, ao serviço dos alunos e dos professores, são coisas quase completamente desconhecidas

As sanções mais graves, que vão até à exclusão definitiva, por exemplo, voltam ao conselho disciplinar.

VII — A escolha do director do estabelecimento repousa essencialmente nos seguintes critérios.

Qualidade de carácter tais que esteja à altura de exercer as funções de animação e de responsabilidade que lhe são próprias;

uma competência pedagógica geral, garantida tanto pela sua formação como pelos títulos do curriculum;

novas formas de ensino (magnetoscópio, video-cassettes, filmes, laboratórios de língua, etc.).

A manutenção e conservação destes materiais são uma condição indispensável para o seu bom emprego.

A Comissão recomenda um estudo profundo deste problema, por um competente grupo de reflexão, de modo a permitir disposições legais melhor adaptadas a regulamentos escolares mais flexíveis.

● Apuramento

X — A livre iniciativa dos estabelecimentos e a correlativa evolução pedagógica só são concebíveis se acompanhadas de uma transformação da organização dos exames e da concepção das suas provas.

Neste sentido certas medidas são imediatamente realizáveis. Uma delas é a supressão do exame pelo qual é conferido o diploma de estudos do primeiro ciclo (BEPC).

A Comissão julga: que, para os alunos admitidos no segundo ciclo do ensino público, este diploma pode ser atribuído sem exame específico. A mesma medida estender-se-ia eventualmente aos alunos dos estabelecimentos com contrato de associação.

que, para os outros alunos, o BEPC deve ser fundido com o diploma de fim de estudos obrigatórios. Uma comissão ad hoc deve ser encarregada de estudar a modificação das modalidades de obtenção do exame do sétimo ano e dos diplomas técnicos de fim da escolaridade secundária ou a sua substituição por certificados dados pelos estabelecimentos. As suas investigações incidiriam sobretudo sobre:

o estudo de novas modalidades de passagem do sétimo ano, por exemplo:

— quer à vista de um certificado escolar estabelecido pelos estabelecimentos de ensino público (e eventualmente com contrato de associação) com a possibilidade, para os recusados, de se apresentarem a um exame externo (igualmente aberto aos alunos dos outros estabelecimentos de ensino);

— quer depois de provas prestadas no quadro do estabelecimento, perante um júri externo.

O estudo, ligado a uma pedagogia activa e individualizada, de novas concepções:

— da natureza das provas, por exemplo: provas com base em documentos, trabalhos concretos de carácter global, ou ainda o tradicional exame com matéria, provas do tipo do «exame internacional», etc.;

— da natureza do diploma (determinação de um «perfil» e não de uma «média geral», diploma-balanço, certificado por unidades capitalizáveis, etc.).

● Formação de professores

XI — Finalmente, com vista a favorecer a evolução pedagógica num sentido adaptado à diversidade das motivações, temperamentos e inteligências, convém instituir estabelecimentos de ensaio, constituídos por equipas de professores voluntários, para a experimentação de estruturas e de métodos pedagógicos apropriados.

Estes estabelecimentos caracterizar-se-iam por:

o ensaio sistemático de formas novas de enquadramento e de animação pedagógica, e da correspondente adaptação das obrigações de serviço;

a experimentação de novos modos de exame, em relação com os métodos pedagógicos praticados no estabelecimento (estes viriam a conferir os mesmos diplomas que os exames tradicionais);

um papel de difusão dos métodos assim experimentados, por meio de estágios de aperfeiçoamento organizados no seio do estabelecimento por outras equipas de professores (de modo a permitir o desenvolvimento em cadeia dos resultados assim obtidos).

Todos os estabelecimentos poderiam, a seu pedido, ser instituídos em «estabelecimentos de ensaio» por decisão do reitor da academia. Além disso, outros estabelecimentos de ensaio seriam criados por decisão ministerial.

XII — Uma formação inicial e contínua profundamente transformada.

As maiores responsabilidades, tal como as missões mais vastas dos professores reclamam uma profunda transformação da sua formação. Trata-se, com efeito, não apenas de integrar conhecimentos históricos e práticos, mas de desenvolver as aptidões e atitudes necessárias à profissão. Isto supõe:

Uma escala de estudos específicos que associaria:

— o conhecimento da (ou das) matérias a ensinar, adquirida segundo métodos em harmonia com as que os próprios professores terão que praticar;

— conhecimentos gerais dizendo respeito ao homem, à criança e à sociedade: este aspecto da formação profissional implicaria particularmente encontros interdisciplinares, reflexões à volta dos problemas actuais, trabalhos de equipa que permitissem a cada especialista situar-se em relação aos outros, etc.;

— exercícios visando desenvolver sistematicamente a aptidão para observar e gerir grupos escolares, para elaborar exercícios de aprendizagem, para trabalhar e fazer trabalhar — em equipa;

— uma formação prática num ambiente de educação escolar e extra-escolar, e conjuntamente uma iniciação, igualmente prática, à psicologia, aos problemas actuais do ensino e da organização escolar.

Os concursos de recrutamento deveriam ser concebidos de modo a sancionar o conjunto destas competências, evitando privilegiar unicamente o domínio dos conhecimentos.

Uma sensibilização prévia às exigências físicas e afectivas da função docente. É necessário informar muito amplamente os eventuais candidatos ao professorado sobre a natureza da profissão que encaram. Deve-se fazê-lo de modo a que os candidatos tomem consciência das exigências quer físicas (capacidade vocal, sensibilidade nervosa, etc.) quer afectivas (possibilidades de comunicação, de contacto) que o ensino exige. É preciso evitar absolutamente que os estudantes só muito tarde se aperceberam de inaptidões de que não suspeitavam. De qualquer maneira, deveria haver testes que permitissem descobrir as inaptidões mais evidentes e afastar os candidatos que as manifestassem.

Além disso é desejável que os candidatos tenham tido ocasião de descobrir pessoalmente o que é o comportamento do aluno fora da aula, de se iniciar nas condições e modalidades da comunicação e da autoridade entre adultos e jovens, num meio sem constrangimentos, de aprender a ouvir as crianças para melhor se fazer compreender por elas: tudo isto coisas actualmente tão importantes para o professor de hoje. Os meios educativos circum-escolares (obras de juventude) podem trazer, para este efeito, um contributo de grande valor. Os candidatos ao ensino deveriam ser encorajados a efectuar os estágios nestas actividades antes da sua entrada na escola.

A formação contínua é necessária.

Esta necessidade, reconhecida em todas as profissões, foi solenemente afirmada pela lei de 16 de Julho de 1971. Recebe um início de aplicação no que diz respeito aos professores. Para o pessoal do segundo grau, há que definir as grandes linhas de uma formação que deveria, particularmente, compreender os seguintes elementos:

— estágios, ou períodos de «reciclagem» com os quais cooperariam as universidades, os centros regionais de documentação pedagógica, os estabelecimentos escolares de ensaio, etc. (...);

— permanências de maior ou menor duração em outras actividades sociais ou económicas, em França e no estrangeiro (estes desapegos são de favorecer, mesmo de encorajar);

— disposições que facilitem a formação mútua e a informação pessoal dos professores, e um apoio dado aos encontros e seminários de estudos cuja iniciativa emana das associações pedagógicas, sindicatos, etc.;

— licença paga para estudos. Estas licenças só seriam renovadas se fossem acompanhadas por um trabalho livremente escolhido do qual se faria um relatório.

● Promoção

XIII — A unificação progressiva dos corpos docentes do segundo grau deve ser imediatamente realizada mediante qualificação e promoção internas.

A Comissão propõe instituir, para este efeito, um corpo único, dividido em dois graus: professor certificado e professor agregado. Cada um destes graus comportaria diversos tipos de qualificação correspondendo a competências pedagógicas mais ou menos gerais ou especializadas (abrangendo as qualificações próprias ao ensino técnico ou profissional).

A agregação tomaria o carácter de um concurso interno de promoção, feito depois de uma passagem por uma instituição de aperfeiçoamento e por uma dupla via:

— uma correspondendo à aquisição de uma competência especializada de alto nível, no ensino de uma disciplina;

— outra correspondendo à aquisição de uma competência pedagógica geral em funções de coordenação, de organização ou de gestão.

Nos dois casos, tomar-se-iam em conta as qualidades manifestadas no exercício profissional da função.

Como medida de transição, enquanto subsistissem professores do segundo grau que não tivessem o certificado e a agregação, esses professores teriam acesso ao corpo único acima definido.

Continua na pág. nove

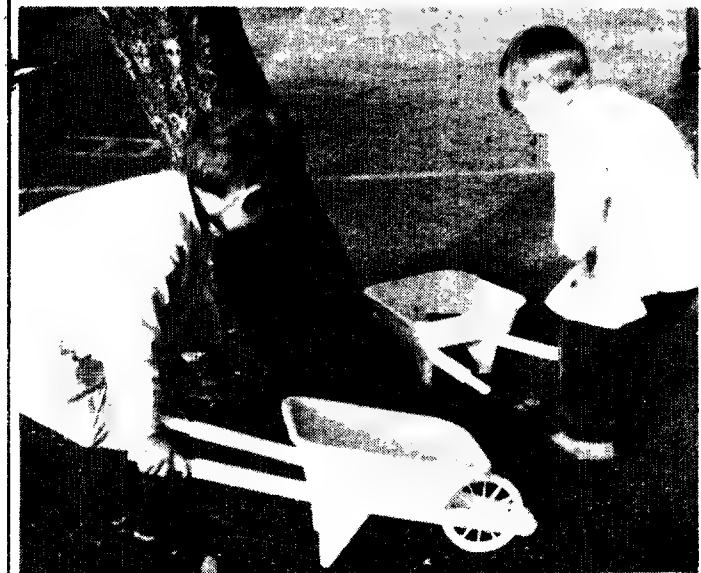
● Elasticidade

IX — Os locais e os materiais devem ser objecto de um plano escalonado mas sistemático de adaptação.

A concepção arquitectónica dos locais deve corresponder à evolução dos métodos pedagógicos, à organização nova dos grupos de alunos e aos equipamentos necessários. A insonorização das salas é algo que interessa muito particularmente estudar.

As técnicas modernas de informação podem libertar os professores do trabalho de simples transmissão de dados. Estes trabalhos realizar-se-ão em grupos grandes ou pequenos, ou individualmente consoante a natureza da informação.

Estudos apropriados, em ligação com o programa de equipamento, permitirão conceber tipos de aparelhos adaptados às

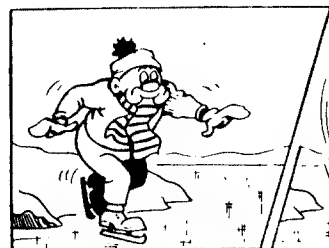


As escolas secundárias deviam ser autorizadas a criar jardins infantis para os filhos dos seus funcionários (professores e empregados) desde que a frequência o justificasse.



NGER STEVENS numa preparação, intensa de ginstica, talvez com intuito de se avistar nos para-olimpicos.

PEANUTS



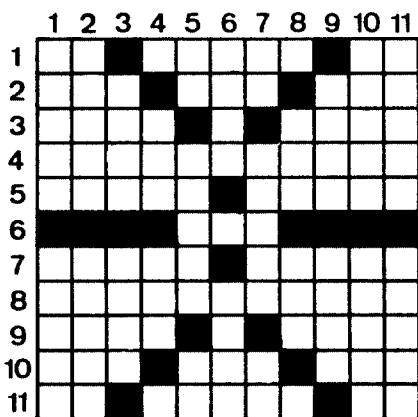
PROBLEMAS DE CRUZADAS

COM PROVÉRBO

PROBLEMA N.º 10390

HORIZONTAIS:

- 1 Pronome reflexo. Cidade de Portugal. Aqui.
- 2 Artigo. Estímo. Ribeira de Portugal.
- 3 Crueis. Artigo definido. Calosidade.
- 4 Repetiriam.
- 5 Nome de fruto. O mesmo que bonito (peixe).
- 6 Duas vezes.
- 7 Obstinação. Está ansioso (fig).
- 8 Induziriam.
- 9 Caminharás. Elevação da voz ou do tom.
- 10 Colocou. Recusa. Ave da família dos láridas.
- 11 Artigo definido. Prazo. Deus da Lua entre os Egípcios.



VERTICAIS:

- 1 Quadro que está colocado no altar e que contém certas orações da missa. Ilha pertencente à província de Macau
- 2 Vagueiem. Enganos.
- 3 O essencial, o indispensável. Tempo do verbo ir.
- 4 Contr. de senhor (cop). Conjunção.
- 5 Rádio (s.q). Molhas com baba. Neon (s.q).
- 6 Rio da China. Censuram (fig).
- 7 Germão (s.q). Esmonça. Abreviatura que se usa em música.
- 8 Greda branca. Língua negro-africana, grupo voltaiço, falada em Leo e na região ao sul.
- 9 Ir para fora. Espécie de gato-bravo.
- 10 Pegar. Usa.
- 11 Perfuma. Abertura no alto da muralha de uma fortaleza por onde se visava o inimigo.

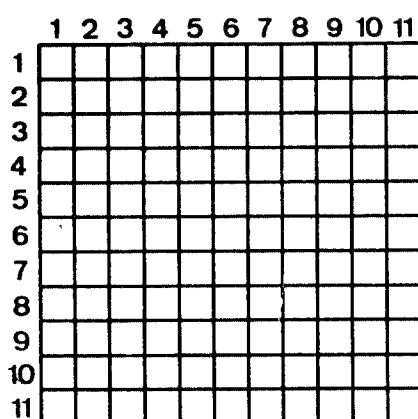
Resolva completamente este problema? Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 6546

HORIZONTAIS:

- 1 Bater as asas. Domesticar (inv.º)
- 2 Nessa ocasião. Oportunidade. Ice.
- 3 Transpira. Rente.
- 4 Triture. Língua antigamente falada ao sul do rio Loire.
- 5 Desliga.
- 6 Cidade do estado do Paraná. Cidade de França.
- 7 Igualarei.
- 8 Entrega. Ribeira do distrito de Portalegre.
- 9 Lavra. Três iniciais que se encontram em muitas passagens bíblicas com o significado de Ah! oh!
- 10 General de Napoleão. Venda a crédito. Lê.
- 11 Cidade do Japão. Serra de Portugal.



VERTICAIS:

- 1 Duna na Suécia. Fundador de Tróia, antepassado dos Troianos e Romanos.
- 2 Vi. Espaço de trinta dias. Pernadas de sobreiro.
- 3 Espécie de canoa. Camareira.
- 4 Antes do meio dia. Alia.
- 5 Freguesia do concelho de Penafiel. Troçar. Azáfama.
- 6 Brame. Formal as abas a.
- 7 Mãe de Romoto e Remo. Em as. Medida de líquidos da Holanda.
- 8 Imposto aduaneiro que, nas Novas Conquistas (Índia Portuguesa), se pagava sobre bambus, lenha etc). Cânhamo de Manila.
- 9 Oceano. Enganos.
- 10 Líquido gorduroso. Prefixo que designa ar. Tempo do verbo ir.
- 11 Desmanchei. Prefixo que designa terra.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 10389

HORIZONTAIS:

- 1 Areia. Amola.
- 2 Desbravaras.
- 3 Atos. Isar.
- 4 A. BOA.
- 5 IV. Pê. Re. Vi.
- 6 CEPA. Iaia.
- 7 Rendeiros.
- 8 Roer. As.
- 9 Aa. Satás. EM.
- 10 Ias. Dar. Clá.
- 11 Oledo. Orçar.

VERTICAIS:

- 1 Ad. Sic. MAIO
- 2 Rea. Ver. Aal.
- 3 Esta. Per. Se.
- 4 Ibo. Panos.
- 5 Árabe. Deado.
- 6 A. DEITA.
- 7 Aviar. Aro.
- 8 Mas. Eiras.
- 9 Orar. Aos. CC.
- 10 Lar. Vis. Ela.
- 11 As. Pia. Amar.

PROVÉRBO:
A boa cepa, em Maio a deita.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 6545

HORIZONTAIS:

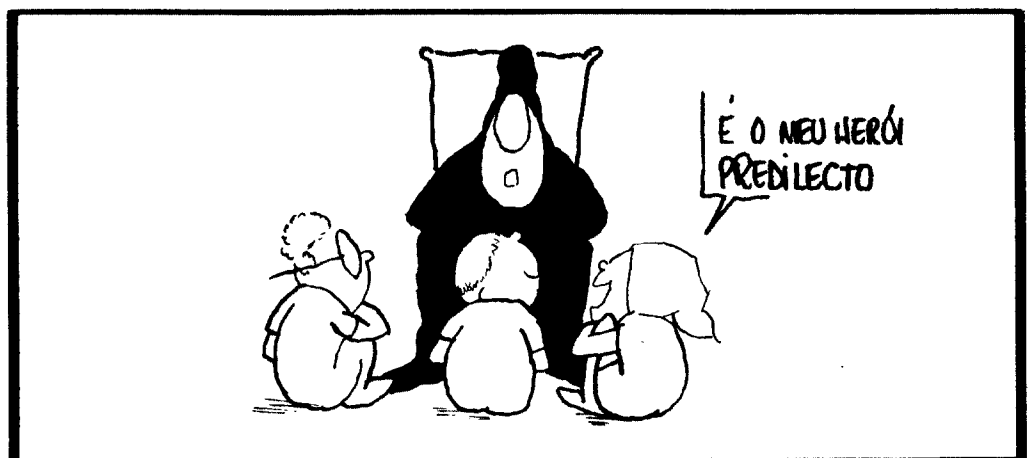
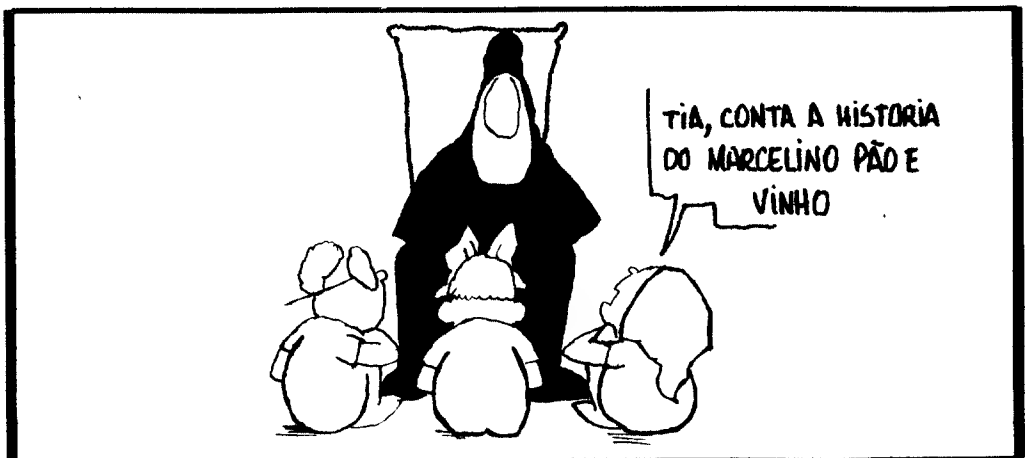
- 1 Pá. Carga. Ac.
- 2 Oraís. Itaca.
- 3 Meara. Gelas.
- 4 Balas. Anosa.
- 5 Al. Or.
- 6 Cor. Aas.
- 7 Ga. Ion. Aa.
- 8 Cebo. Abro.
- 9 Amado. Amaça.
- 10 Cãos. Matai.
- 11 Arara. Aramo.

VERTICAIS:

- 1 Pombas. Caça.
- 2 Areal. Gemar.
- 3 Aal. Cabana.
- 4 Cirano. Odor.
- 5 Asas. Ri. Osa.
- 6 Ou.
- 7 Giga. An. Ama.
- 8 Atenta. Amar.
- 9 Alo. Sabata.
- 10 Acaso. Arcam.
- 11 Casara. Oaio.

DSANTA SANTINHA E ADJACÊNCIAS (SEMPRE É CARNAVAL)

TOPIN



O operário Stanislav Yantchevski, do complexo industrial de Soligorsk, escreveu o seguinte artigo sobre a sua actividade no órgão máximo da vida política soviética.

Desde o primeiro dia da minha eleição para o Soviete Supremo da URSS, ponho frequentemente a questão de saber se se justifica a confiança que em mim depositaram os eleitores.

Muitos dos meus colegas do Soviete Supremo tinham, antes de serem eleitos, uma larga experiência de trabalho nas funções de representantes populares. Uns tinham sido deputados do Soviete da cidade, outros do Soviete da região e outros tinham sido eleitos para o parlamento do país. Quanto a mim, toda a minha experiência de actividade pública limitava-se ao Comité Sindical em que trabalho. Não quero dizer que aí nos ocupássemos de assuntos insignificantes, mas a envergadura dos cargos

não tem comparação.

Há dois anos que sou deputado do Soviete Supremo da URSS. O Soviete da União (uma das duas Câmaras iguais em direitos do Soviete Supremo) nomeou-me para a Comissão de Protecção à Saúde Pública e Segurança Social.

OUVIR OS ELEITORES

A minha circunscrição eleitoral é a cidade de Soligorsk, na Bielorrússia, com os distritos rurais que lhe estão ligados, com uma população total de 300 mil pessoas.

Em que condições trabalham as populações? Como está organizada a sua vida? Quais são as possibilidades de melhorar o comércio, os serviços, a instrução pública?

Como deputado, participo no exame e na solução de todos estes problemas. Uma vez por mês recebo os eleitores, que me vêm pôr as mais diferentes questões. Algumas vezes tra-

UM OPERÁRIO DEPUTADO FALA DE POLÍTICA

ta-se de assuntos ligados às minas. Como pode o eleitor ter confiança em mim, se lhe prometo alguma coisa e não cumprio a promessa?

Depois de centenas de conversas com os eleitores, o deputado acaba por conhecer a cidade, os seus problemas e as suas necessidades. Co-

meça-se então a compreender o que preocupa as pessoas e em que sentido o deputado deve intervir. Falando com os habitantes compreendi que de facto muitos deles falavam a mesma linguagem.

Um professor de educação física veio procurar-me porque estava preocupado com a insu-

ficiência de salas de desporto em Soligorsk. Uma jovem mãe queixa-se de que no seu bairro não há jardins infantis. Um grupo de trabalhadores põe-me o problema da necessidade de um segundo Palácio da Cultura para as crianças, visto que o primeiro mostrava-se já aca- nhado para o tamanho que a cidade atingira.

OS MINISTROS PRESTAM CONTAS

Muitos puseram-me problemas de habitação. Estão a construir-se muitas casas, mas o seu número é insuficiente. Dirigi-me aos responsáveis da cidade e à direcção do complexo industrial do «Belorousskali». Recusaram-se a introduzir modificações no plano de construções, sob pretexto de que o plano quinquenal já estava aprovado e que o Palácio da Cultura e os jardins infantis não podiam ir por diante imediatamente.

O meu trabalho de deputado não se limita à minha circuns-

crição eleitoral. Na comissão a que já me referi, trabalhei com a respectiva comissão do Soviete das Nacionalidades, estudámos o problema da aplicação das conquistas da ciência e da técnica à saúde pública. Os deputados membros destas comissões puseram-se ao corrente do funcionamento de dezenas de hospitais, de estabelecimentos de investigação científica, de unidades produtoras de indústria médica.

Numa reunião efectuada no Kremlin, o ministro da Saúde Pública, H. V. Petrovski, e o ministro da Indústria Médica, P. V. Goussenkori, prestaram contas da sua actividade aos membros das comissões, que fizeram as suas observações à actividade dos dois Ministérios e apresentaram as suas propostas de introdução de alterações no funcionamento dos serviços.

O trabalho nesta Comissão

Continua na ultima pagina

REFORMA PEDAGÓGICA E ESTRATÉGIA DE MUDANÇA

Continuação da página sete

nido mediante qualificação e promoção internas, numa proporção a determinar de acordo com o número de vagas.

Esta disposição aplicar-se-ia sobretudo:

- aos professores de ensino geral dos colégios (PEGC);
- aos conselheiros de educação (estes na categoria dos professores de competência pedagógica geral).

O pessoal pertencente a uma categoria indiciária inferior à dos PEGC teria acesso, em condições semelhantes, à categoria dos PEGC. Vias de qualificação e de promoções internas seriam igualmente abertas aos «assistentes» previstos na 5.ª recomendação.

Para estimular o mecanismo da promoção interna, a Comissão recomenda, por outro lado, que a proporção dos lugares de agregados em relação ao conjunto do pessoal do segundo grau, actualmente da ordem dos 5 por cento seja melhorada e levada, por fases, até, por exemplo, 20 por cento, percentagem atingida, aproximadamente, entre as duas guerras. Este aumento do número de vagas de agregados permitiria estimular o mecanismo da promoção interna fazendo desaparecer gradualmente o actual concurso de agregação sem penalizar os candidatos que se empenharam na sua preparação.

Como complemento das medidas de promoção interna, a Comissão preconiza além disso a revalorização dos inícios de carreira.

É oportuno criar um quadro de suplentes permanentes (titulares para fazer frente às substituições (afastamento por doença, maternidade, etc.), e isto favorece a integração nos quadros dos professores auxiliares em exercício, depois de lhes ter assegurado um complemento de formação.

Professores e Previdência Social

XIV — É necessário uma maior ajuda social a favor dos professores, no sentido das propostas feitas a este respeito na altura da preparação do VI Plano.

Convém em especial:

Reduzir o efeito de desenraizamento organizando nos estabelecimentos o acolhimento de novos professores (informação prática, apresentação aos colegas, orientação na cidade e na região, informações sobre alojamento, etc.);

Aumentar o número de habitações para alugar, tanto pela participação em operações não dizendo apenas respeito aos professores como pelo estudo de um sistema de empréstimos sociais para a construção individual;

Aceitar como um facto a promoção da mulher para daí tirar algumas consequências: emprego em **part-time**, em especial para as jovens mães de família; organização, a preços módicos de auxílios familiares, de creches, etc.;

Vigiar o estado de saúde, através de um serviço médico e social, pelo estabelecimento de balanços de saúde de cinco em cinco anos, atribuição de «licenças activas» para exercer determinadas tarefas reduzidas (trabalho supletivo...) organização de «postos de readaptação» e de re-classificação no quadro geral da função pública, etc.);

Instituir a reforma progressiva por um serviço de **part-time** ou fórmulas diversas (trabalhos supletivos).

XV — Nova definição das obrigações de serviço

Só uma larga experiência da nova organização pedagógica proposta permitirá definir de outro modo, de um modo leal e realista, as obrigações de serviço dos professores.

Esta definição deve cobrir, não só as horas de aulas tradicionais com tudo o que implicam de preparações e correcções, dado que não são mais do que um método pedagógico entre outros, mas todos os outros modos de ensino. Alguns exigem tempos consideráveis de preparação para um tempo de ensino limitado (conferência perante um grande grupo ou aula individual pré-gravada, por exemplo), outros a simples presença activa (conselhos individuais aos alunos...).

Nessa base, a definição das obrigações de horário pode ser encarada de diversas maneiras, que serão precisadas com o decorrer do tempo, à medida da efectivação da reforma, primeiro nos «estabelecimentos de ensino», depois em estabelecimentos ou unidades pedagógicas voluntárias, em função do dinamismo, motivações ou desejos das equipas de professores.

Uma primeira fórmula é a do horário «ponderado». A hora de serviço de tipo antigo seria considerada, tal como já acontece muitas vezes actualmente, como uma unidade de conta que

seria afectada por coeficientes em função da duração real de alguns grandes tipos de actividades.

Uma segunda fórmula, a mais simples de todas é a do horário em «tempo completo». Analisar-se-ia num tempo de presença e de actividades dirigidas cobrindo todos os aspectos do ensino. Implica meios de trabalho no local e ficaria inferior ao horário legal geral, para permitir as actividades indirectamente úteis às do ensino.

A Comissão considera esta óptica empírica e dinâmica como um elemento do sucesso da reforma que propõe, dado que é de natureza a evitar tanto as reticências dos professores como as ideias pré-concebidas da opinião.

XVI — Novo processo de classificação

A liberdade pedagógica dos estabelecimentos e a instituição de equipas pedagógicas tornam impraticável a classificação individual dos professores por uma inspecção geral. Com efeito, esta pode julgar resultados e nível de ensino, mas não o papel do professor num processo colectivo articulado no conjunto do ano escolar. Há, pois, que dar ao director do estabelecimento a responsabilidade de propor às autoridades académicas a nota individual de cada professor.

Caberia ao reitor um processamento de dados e as promoções far-se-iam a nível académico.

A classificação pela Inspecção geral subsistiria como apelo, quer em caso de promoção de grau quer de inscrição num quadro de aptidões para funções administrativas, e para o ingresso nas classes preparatórias em grandes escolas.

XVII — O papel da inspecção geral

O ministro encarrega os inspectores gerais de todas as missões que dizem respeito ao funcionamento do sistema educativo.

Competem-lhes, por exemplo:

Assegurar missões colectivas de inquérito e de estudos sobre o funcionamento do conjunto do serviço público de educação, sua evolução e adaptação: apreciação crítica dos objectivos, dos resultados e do nível do ensino, exame das transformações em curso e das reformas necessárias, comparação com os sistemas estrangeiros, etc. Estes trabalhos culminariam com relatórios gerais e periódicos de síntese;

Exercer um controlo global dos estabelecimentos escolares de gestão descentralizada;

Os relatórios de inspecção, incidindo sobre o conjunto de uma circunscrição universitária, tal como os relatórios de síntese, seriam publicados;

Participar na inovação pedagógica, na difusão dos resultados;

Preencher um papel de mediação entre os professores e os serviços administrativos.

A função dos inspectores pedagógicos regionais e, para as questões da sua competência, a dos inspectores distritais precisa de ser novamente definida, dentro do mesmo espírito. Não tendo mais nenhum papel a desempenhar na classificação individual dos professores, são chamados a integrar-se quer nas equipas de inspecção geral, quer de animação pedagógica.

XVIII — Formação dos quadros e agentes administrativos

Tal como para a função docente, a preparação e o recrutamento dos quadros e dos agentes administrativos implicam, simultaneamente, critérios de escolha que possam afastar cujo comportamento afectivo não se harmoniza com esta função, e uma formação intelectual e prática que integre a teoria na prática desenvolvendo as capacidades de relação e de comunicação e o estudo da conduta dos grupos e das técnicas de gestão.

A Comissão recomenda, para este efeito, a efectivação — aos níveis nacional e académico, de uma organização de formação apropriada, por duas vias.

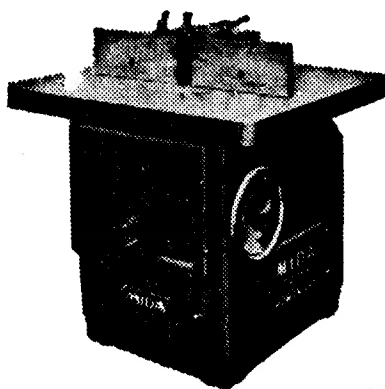
Transformação do Instituto Nacional de Administração Escolar em estabelecimento público dotado de autonomia e dos meios de acção indispensáveis;

Conjuntamente, utilização, por este estabelecimento, dos serviços que as organizações universitárias circumscolares que praticam estes modos de formação lhes podem fornecer.

Um dos elementos importantes da capacidade administrativa é de ordem pedagógica. Supõe a arte de pôr pessoas em relação, de lhes explicitar o que têm a fazer, de os fazer aderir a uma obra comum, de os formar para este fim.

Também é desejável que uma parte do pessoal com estatuto administrativo da Educação Nacional nos serviços centrais, tal como os académicos, seja recrutada entre jovens membros do ensino, que além à qualidade «pedagógica» necessária passariam a ter um conhecimento concreto do meio docente. Os estatutos em vigor têm que ser revistos neste sentido.

«MIDA»



TUPIA VERTICAL
Modelo TV-6

Fábrica: TROFA (Tel. 94923/4/5)

FILIAL EM LISBOA:

AV. DEFENSORES DE CHAVES, 3/A (TELEF. 44147)

UMA FÁBRICA
ALTAMENTE
ESPECIALIZADA
NO FABRICO
DE MÁQUINAS
PARA AS
INDÚSTRIAS
DE:

- SERRAÇÃO
- CARPINTARIA
- MARCENARIA

Máquina de lavar roupa automática



Você própria pode escolher a temperatura, o nível de água e o processo de lavagem. Com tudo isto perde apenas uns segundos. O resto é com a máquina: o desenvolvimento do programa é totalmente automático.

Miele

Agente Oficial:

A. Oliveira

AVENIDA ALMIRANTE REIS, 91-A

Telef.: 538323 - 536308 - 530838

Filial: Rua Angelina Vidal, 63 - 65

LISBOA

UNIÃO ELÉCTRICA PORTUGUESA

Continuação da pag. 21

"EXPLORAÇÃO"

ENCARGOS

(ACTIVIDADE INDUSTRIAL — ZONA SUL)

1972

RENDIMENTOS ACESSÓRIOS ("subprodutos" de exploração)

Energia Emitida	256 079 286\$60	Aluguer de Material	4 986 056\$90
Encargos de Conservação e Reparação	8 143 435\$26	Taxas de Ligação	235 370\$00
Encargos Gerais de Exploração	24 470 272\$44	Serviços de Conta Alheia (<i>de nat. indust.</i>) e Vendas (<i>parcial</i>)	448 854\$29
Contribuições e Impostos (<i>parcial</i>)	4 409 580\$20	Serviço de Ligações	13 551 768\$87
Reintegração de Subestações e Postos de Seccionamento	7 178 516\$57	<i>Custo de Exploração (industrial)</i>	302 850 352\$23
Reintegração de Linhas de Alta Tensão	9 478 945\$23		
Reintegração de Redes de Baixa Tensão	7 751 983\$28		
Reintegração de Edifícios de Serviço Próprio (<i>industriais</i>) e Terrenos	384 768\$63		
Reintegração de Material em Instalações Alheias	1 903 360\$33		
Reintegração de Aparelhos, Ferramentas e Instalações Acessórias	2 146 871\$33		
Serviço de Transportes Próprios	125 382\$42		
	322 072 402\$29		322 072 402\$29

"RESULTADOS DE EXERCÍCIO" (ACTIVIDADE COMERCIAL, ADMINISTRATIVA E SOCIAL — ZONA NORTE) 1972

ENCARGOS

RENDIMENTOS

Exploração (<i>custos industriais</i>)	610 841 319\$36	Energia Fornecida	719 248 660\$90
Encargos Comerciais e Administrativos	13 728 837\$50	Juros, Descontos e Dif. Cambiais (<i>credor</i>)	1 620 773\$08
Juros, Descontos e Diferenças Cambiais (<i>devedor</i>)	780 416\$24	Serviços de Conta Alheia (<i>administ.</i>) e Vendas (<i>parcial</i>)	12 762\$90
Contribuições e Impostos (<i>parcial</i>)	22 699 131\$40	Lucros Eventuais	297 485\$14
Juros de Empréstimos	7 882 206\$51	«Comparticipações» em Reserva Utilizadas	685 468\$87
Reintegr. de Móveis, Utens. e Biblioteca	401 860\$48		
Reintegr. de Edifícios de Serviço Próprio (<i>administrativos</i>) e Terrenos	355 991\$58		
Quotas de Reversão	7 109 300\$00		
Serviços Sociais	9 417 541\$96		
Quotas de Obsolência de Material em Armazém	258 110\$09		
Reserva para Créditos Incobráveis	1 149 000\$00		
Meios de Formação Antropotécnica (<i>amortização</i>)	66 373\$34		
<i>Saldo positivo</i>	47 175 062\$43		
	721 865 150\$89		721 865 150\$89

"RESULTADOS DE EXERCÍCIO" (ACTIVIDADE COMERCIAL, ADMINISTRATIVA E SOCIAL — ZONA SUL) 1972

ENCARGOS

RENDIMENTOS

Exploração (<i>custos industriais</i>)	302 850 352\$23	Energia Fornecida	394 989 716\$53
Encargos Comerciais e Administrativos	19 557 038\$01	Juros, Descontos e Dif. Cambiais (<i>credor</i>)	566 690\$41
Juros, Descontos e Diferenças Cambiais (<i>devedor</i>)	364 728\$17	Serviços de Conta Alheia (<i>administ.</i>) e Vendas (<i>parcial</i>)	149 633\$59
Contribuições e Impostos (<i>parcial</i>)	14 874 801\$80	Lucros Eventuais	123 469\$83
Juros de Empréstimos	7 524 275\$69	«Comparticipações» em Reserva Utilizadas	822 368\$08
Reintegr. de Móveis, Utens. e Biblioteca	334 843\$05		
Reintegr. de Edifícios de Serviço Próprio (<i>administrativos</i>) e Terrenos	163 704 \$59		
Quotas de Reversão	4 530 200\$00		
Serviços Sociais	5 919 968\$43		
Quotas de Obsolência de Material em Armazém	86 669\$98		
Perdas Administrativas Eventuais	115 445\$81		
Reserva para Créditos Incobráveis	401 000\$00		
Meios de Formação Antropotécnica (<i>amortização</i>)	14 147\$85		
<i>Saldo positivo</i>	39 914 702\$83		
	396 651 878\$44		396 651 878\$44

UNIÃO ELÉCTRICA PORTUGUESA

Continuação da página anterior

"RESULTADOS GERAIS"

(CONTA GERAL DA EMPRESA)

1972

ENCARGOS (DE NATUREZA GERAL)

RENDIMENTOS (DE NATUREZA GERAL)

Exercícios Anteriores		2 324 386\$95	Exercícios Anteriores (inclui o saldo anterior de 4 579 435\$63)		4 589 130\$59
Encargos Gerais de Administração		9 433 099\$24	Resultados de Exercício (das zonas Norte e Sul)		87 089 765\$26
Contribuições e Impostos (parcial)		1 088 470\$52			
Fundo de Reserva Extraordinário (transf.)		25 000 000\$00	Rendimentos Gerais		6 489 762\$52
Contas Transitórias			Contas Transitórias		
Encargos sujeitos a especificação legal			Rendimentos sujeitos a especificação legal		
Órgãos sociais e Delegação do Governo			Rendimentos do activo disponível		
Retribuições e outros encargos	+	5 045 676\$42	Obtidos	+	6 388 398\$00
Encargos imputados	—	5 045 676\$42	Integrados	—	6 388 398\$00
Publicidade			Exercício de cargos		
Encargos suportados	+	71 440\$00	Rendimento obtido	+	101 363\$72
Encargos imputados	—	71 440\$00	Rendimento integrado	—	101 363\$72
Material (excepto para investimento)			Rendimentos financeiros		
Material consumido	+	12 122 175\$37	Obtidos	+	2 199 155\$38
Custos de material imputados	—	12 122 175\$37	Integrados	—	2 199 155\$38
Remunerações e outros encargos com o pessoal (excepto para auto-investimento)			Serviços de assistência técnica prestados		
Retribuições directas e indirectas a pessoal	+	96 741 595\$70	Valores atribuídos	+	313 982\$00
Custos de pessoal imputados	—	96 741 595\$70	Valores imputados	—	313 982\$00
Provisões					
Estabelecidas	+	10 082 777\$00			
Atribuídas ou imputadas	—	10 082 777\$00			
Reintegrações					
Sofridas	+	56 404 267\$47			
Imputadas	—	56 404 267\$47			
Encargos fiscais e parafiscais					
Suportados	+	44 581 700\$11			
Integrados	—	44 581 700\$11			
Amortizações					
Estabelecidas	+	80 521\$19			
Imputadas	—	80 521\$19			
Balanco					
		60 322 701\$66			
		98 168 658\$37			98 168 658\$37

O DIRECTOR DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

A. Tavares Júnior

Pelo CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A GERÊNCIA

Mamede Fialho

Raul Bessa

Luís Calheiros Braga

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

SENHORES ACCIONISTAS:

Submetemos à vossa apreciação o relatório e parecer que nos compete legalmente elaborar com relação ao exercício findo.

RELATÓRIO

1. O Conselho Fiscal pôde acompanhar durante todo o exercício de 1972 a actividade da empresa mediante o conhecimento de factos, documentos e livros que lhe foi dado observar e mediante as informações que obteve prestemente do Conselho de Administração, da Direcção e Gerência, com quem manteve estreito contacto.

Ao longo do ano reuniu o Conselho Fiscal com regularidade; efectuou exames; designadamente sobre o processamento da contabilidade, a movimentação de fundos e a extensão da caixa; verificou a existência de títulos e seguiu os sorteios de obrigações, e pode dizer que tudo achou em perfeita ordem e obedecendo aos bons preceitos. Cuidou igualmente o Conselho Fiscal de analisar os critérios valorimétricos adoptados e concluiu que os mesmos conduzem a uma avaliação correcta do património e dos resultados.

O balanço apresenta-se organizado em moldes um tanto diferentes, mas rigorosos e, assim como a conta de resultados e o relatório do Conselho de Administração, satisfaz plenamente as disposições legais e estatutárias.

2. O Relatório do Conselho de Administração é um documento que se apresenta com dados que revelam nitidamente, não só o notável incremento verificado na distribuição de energia, como também a larga soma de trabalhos de construção, de ampliação e de reforço a que esta empresa continua a lançar-se para responder às necessidades que se vão deparando e para oferecer, com afinco, uma cada vez melhor qualidade de serviço.

É notável a sua contribuição na formação do capital fixo nacional, o que tem demandado, e demanda, um acrescido esforço de investimento com todas as suas implicações de ordem financeira.

O investimento realizado excedeu a centena de milhares de contos, com um aumento de 15 % em relação ao do ano anterior e de 10 % em relação ao activo fixo da empresa. A extensão da rede foi acrescida de 117 km, sendo de destacar que as novas linhas a 60 kV atingiram os 50 km. E desta voltagem estão em construção mais 17 km, encontrando-se na fase de licenciamento ou de estudo mais cerca de 40 km.

É também de assinalar o grande trabalho desenvolvido na construção e ampliação de subestações.

Verifica-se que se tem usado dos melhores critérios na gestão da empresa, pondo-se especial acento no aumento geral da produtividade dos diferentes factores que integram e possibilitam a sua acção e também na atenção cuidada que tem merecido a posição e os interesses do pessoal.

3. O «Activo Fixo» foi elevado em 110 549 contos e realizaram-se reintegrações e amortizações que somam 56 484 788\$66.

Os «Resultados Gerais» apresentam um lucro líquido de 60 322 701\$66.

Julgamos por tudo quanto nos foi dado observar que devemos dirigir as nossas felicitações ao Conselho de Administração e à Direcção e Gerência por continuarem a revelar uma alta competência na gestão da empresa, sabendo fazer face, com agudo sentido das realidades, às circunstâncias que vão surgindo e trilhando o caminho mais adequado às características do tempo em que vivemos.

Uma palavra de justo apreço é devida aos técnicos da empresa pelo esforço realizado e pela excelente obra levada a cabo no ano de 1972. E não podemos deixar de pôr em relevo a nossa muita consideração pela maneira como se desenvolve a contabilidade social, sempre eivada de espírito de renovação e mostrando-se a par das conclusões da investigação mais adiantada num sector que ganha progressivamente foros científicos.

4. Foi nomeado Delegado do Governo junto da empresa o Ex.^{mo} Sr. Engenheiro Fernando Soares Carneiro, que é uma destacada figura com provas dadas na superintendência de importante sector da economia nacional a quem desejamos exprimir o tributo de toda a nossa consideração e muito apreço.

PARECER

O Conselho Fiscal é de parecer:

- 1.º — que sejam aprovados o Relatório, Balanço e Contas referentes ao exercício de 1972;
- 2.º — que ao saldo da conta de «Resultados Gerais» seja dada a aplicação proposta;
- 3.º — que o Conselho de Administração seja louvado pelo trabalho competente que soube levar a cabo durante o mesmo exercício;
- 4.º — que sejam também louvados os Senhores Engenheiros Mamede de Sousa Fialho, Raul Bessa e Luís de Calheiros Braga que se ocupam da Direcção e Gerência da Sociedade e cuja acção exemplar é de todo o ponto de assinalar;
- 5.º — que seja louvado todo o pessoal e especialmente os chefes de serviços pela dedicação e competência com que se houveram.

No final do ano faleceu o Eng.^o Armando Correia Barbosa que durante dez anos fez parte do Conselho Fiscal desta Empresa. No desempenho desse cargo pôs sempre a maior dedicação; e a sua experiência, bom senso e conhecimentos permitiram uma colaboração da maior utilidade. Lembramo-lo com saudade.

De harmonia com a lei, foi chamado a preencher a vaga aberta pelo falecimento do Eng.^o Correia Barbosa o vogal suplente Rogério Pereira Furtado que iniciou já a sua colaboração, tendo intervenido na apreciação das contas do exercício em apreço, e na elaboração destes relatório e parecer.

Porto, 19 de Fevereiro de 1973

O CONSELHO FISCAL

Presidente — Arnaldo Pinheiro Torres
 Martin Afonso de Castro
 José Rivero Romero
 Francisco Corrêa Figueira
 Rogério Pereira Furtado



RESPOSTA (ÚNICA) A UMA CARTA

● Por M. ROQUE LAIA

Exm.^o Senhor,

Creio ser Vx.^o um dos reme-
tentes das anteriores «cartas
abertas».

Já declarei — em anterior
resposta a uma outra «carta
aberta» — que me recuso a res-
ponder às que, não debatendo
ideias, nada acrescentando de
novo — nem sequer fazendo
uma «nova crítica» a ideias já
debatidas — se limitam a man-
ter um «dize tu — direi eu»,
muito útil aos senhores, muito
inútil — e até prejudicial —
aos arrendatários.

Necessário é esclarecer os as-
suntos referentes à habitação.
Porém, a maioria — a quase
totalidade — dos que preten-
dem ser meus contraditores li-
mitam-se a manifestar a sua dis-
cordância em relação ao que es-
crevo. Isso nada é: nada repre-
senta.

Outros mistificam o proble-
ma, baralham-no, obscure-
cem-no. Ora, a mistificação
tem de ser denunciada, desmas-
carada. Por isso lhe respondo,
mas, não ponto a ponto. Seria
inútil.

Só me ao que de mais ten-
de à «confusão» e à «mistifi-
cação» na sua carta se contém.

1.^o É falso que — como es-
creveu — vá «um alarido medon-
ho nos arraiais do inquilinato»!
Também falso é que — como
também, escreveu os inquilinos
gritem mais que os senhores.

Os inquilinos não gritam! Li-
mitam-se a opor à especulação
dos senhores, à ganância da
generalidade destes, ao ilimitado
desejo que a quase totalidade
deles tem de lucros ilimitados,
a razão do seu direito.

Quanto ao arraial — e creio
que só na acepção de «acampa-
mento» o termo aqui pode ser
tomado, (já que a de aglome-
ração «festiva» é absolutamente
inadequada) deve anotar que os
arrendatários, ainda, não estão

em arraial...

Mas, não, por falta de ra-
zões...

2.^o A sua afirmação de que
é «socialista e senhorio» é mais
uma das muitas mistificações
que faz. Não são duas «posições
aparentemente irreconciliáveis»,
como diz. São funda-
mental e intrinsecamente irre-
conciliáveis, dado que uma ex-
clui a outra.

O senhorio defende a proprie-
dade privada e combate a colec-
tivização dela. O socialismo
combate a propriedade privada
e só aceita a colectiva.

Porque brinca com coisas
sérias, se os 80 anos de idade
— a cujo caminho diz ir-lhe
dão responsabilidades cívicas
que o inibem da inconsciência
da idade infantil?

3.^o Nunca leu, de certeza, o
que tenho escrito sobre inquilina-
to e sobre o direito de habi-
tar. Qualquer legislador que ten-
ha o poder de legislar, liberto
da pressão do todo poderoso
grupo dos senhores, poderia res-
olver o problema da habitação.
Mas, nisso, como em muitas co-
isas, deixe que os interessados
busquem e encontrem a solução
que tenham por adequada. E
não tenha dúvida de que —
mais tarde, ou mais cedo — os
arrendatários a encontrarão.

Nunca disse — nem escrevi
— que o que agora falta seja
uma «lei». O que tenho dito e
escrito é que falta a lei devida,
isto é, a que, nas contingências
do meio e da época, atenda tam-
bém aos interesses e direitos dos
arrendatários e não só aos dos
senhores, como sucede com as
que estão actualmente em vigor
e com aquelas que estão actual-
mente, também na «forja»...

4.^o Pretender que o preço
das rendas tenha de atender aos
custos dos prédios, juros do di-
nheiro, às despesas da conser-
vação e a todo o mais que cita,

é pretender que aquele que com-
pra um ovo, pague, também, o
preço da galinha que o pôs, o
sustento dela e o valor do pinto
que do ovo nasceria.

O arrendatário tem só de pa-
gar o «preço da ocupação» da
casa. Todo o mais é especu-
lação. De resto, ninguém obriga
os possuidores de propriedade
privada a colocarem a sua pro-
priedade no mercado do arren-
damento. Se o fazem para auferir
os largos, fartos e seguros
lucros que lhes advêm de o fa-
zerem, têm também de aceitar as
limitações que socialmente têm
de ser impostas a quantos pre-
tendem viver da satisfação das
necessidades públicas. (Veja
condicionamentos, tabelamen-
tos no preço e na margem de
lucros — impostos à moagem,
à panificação, aos transportes
públicos, e similares).

II

5.^o O problema da habitação
é um problema político, social,
económico e humano. Não se
resolve «matematicamente»...

De resto, os erros das contas,
corrigem-se, geralmente sem
grandes dificuldades ou conse-
quências.

Os erros políticos, económi-
cos e humanos pagam-se caros.
Com dificuldade se corrigem,
motivando — não raramente —
opções bem dolorosas. E tão
mais dolorosas quanto maior foi
a duração do erro e o endureci-
mento nele.

6.^o O inquilinato cooperati-
vo não é nem uma solução abso-
luta nem uma solução definiti-
va. Resolveria — por agora —
uma parte do problema do es-
trato mais débil da massa dos
arrendatários. Isso só! Mas, nem
isso deixam...

De resto, em matéria desta
natureza — e em muitas outras,
principalmente quando entra
nelas o aspecto «social» — não
há soluções absolutas. Nem so-
luções definitivas.

Quer V.Ex.^{as} queiram quer
não queiram, quer gostem quer
não gostem, a evolução das so-
ciedades humanas é contínua.
Nada a pode evitar! Podem re-
tardá-la; evitá-la, nunca!

E é tudo... o resto são pala-
vras, palavras, palavras. E de
palavrorio estão os arren-
datários fartos. Só o não estão
de casas de área suficiente. Só o
não estão de casas de renda de
preço socialmente justo. Só o
não estão de usufruir paz,
tranquilidade e sossego na ocu-
pação da casa arrendada. Só o
não estão da devida continuidade
da usufruição do lar familiar.

N. da R. O sr. Silvino Sotto
Mayor, autor da «carta aberta»
visada nesta resposta de M. Ro-
que Laia, informou-nos que só
através do nosso jornal tomou
conhecimento do acidente de
viação sofrido por este nosso co-
laborador, apressando-se im-
ediatamente a agradecer-nos o
facto de termos retardado a pu-
blicação do seu texto, que efecti-
vamente nos tinha enviado há
dois meses. O sr. Silvino Sotto
Mayor chama-nos ainda a
atenção para uma grialha de ti-
pografia que em sua opinião tor-
na incompreensível para muitos
leitores um período importante
da sua carta. O período em
questão queria dizer o seguinte:
«O número de anos necessário
para arrecadarmos a impor-
tância correspondente ao custo
de cem casas, como é evidente,
ser-nos-á dado pelo número de
termos de progressão e este ra-
ciocínio é válido para qualquer
número de centenas de associa-
ções». Com todas as nossas des-
culpas aqui fica a rectificação.



O Bairro de Olivais-Sul um exemplo de algo que é possível
planear

“PONTO FINAL” DOS SENHORIOS

Só uma leitura muito superfi-
cial do artigo publicado no
«Diário de Lisboa» de 2 do cor-
rente, cujo título é da autoria
e responsabilidade do jornalista,
deve estar na base da in-
compreensão, por parte do sr.
Emídio Santana, das conside-
rações expostas por um com-
ponente do nosso grupo que,
como médico e proprietário,
permaneceu longo tempo no
Brasil — onde se desloca com
frequência.

Se não tentamos, por razões
óbvias, fazer compreender ao
sr. Santana o raciocínio desen-
volvido naquele artigo, não de-
ixaremos, porém, de repelir o
seu estilo de linguagem, dado
que nada o autoriza, em termos
chocadores, a menosprezar
opiniões expostas com ine-
gável correcção.

Mau grado a difícil obri-
gação de deixar falar os leito-
res contra a campanha desen-
volvida em defesa dos interesses
dos inquilinos (D.L. de 26 de
Janeiro findos), o que é certo
é que as colunas deste jornal,
muito dignamente, tem alber-
gado as mais divergentes opi-
niões — o que tem contribuído
para que se tenha feito luz so-
bre a variedade da especu-
lação que se tem levado a efei-
to em Lisboa e Porto, à sombra
do regime da imutabilidade
das rendas de casa nestas
duas cidades, e, também, para
ajudar a radicar-se no espírito
das pessoas conscienciosas a
necessidade de se lhe pôr ter-
mo.

Aliás, já por várias vezes e
de há muito tempo, e mediante
estudos, a nível oficial, do pro-
grama, têm vindo a público a
posição de altas figuras repre-
sentativas do Governo conde-
natório da anomalia da si-
tuação, assim como de outras
entidades oficiais, designada-
mente do último presidente da
Câmara Municipal de Lisboa,

que, já no final do seu manda-
to, fez uma expressiva comuni-
cação sobre a caótica situação
a que se chegou que, segundo
disse, requeria uma urgente re-
visão.

Só a sentenciosa Associação
dos Inquilinos Lisbo-
nenses, através do sr. Emídio
Santana, seu presidente da Di-
recção, e do seu chefe do con-
tencioso, este na dupla quali-
dade de mercenário e de inquilino-
beneficiário daquele regime
de excepção, se obstinam
na defesa de situações alta-
mente privilegiadas, decorren-
tes de tão absurdo regime.

Quem compulsar o boletim
«A Habitação», não pode de-
ixar de concluir que a A.I.L.
mais não tem em vista do que
desvirtuar o problema do seu
verdadeiro campo, estimulando
a agitação social sempre
que o mesmo é aflorado em
termos conciliadores dos inter-
esses de todos, como con-
dição indispensável para se fa-
zer justiça, sendo muito signifi-
cativa a circunstância de pro-
curar aliciar os Sindicatos e
outras associações representa-
tivas da população de Lisboa
e Porto na campanha para a
felicidade de centenas de mi-
lhares de famílias (República,
de 31.10.1972) — ignorando, in-
tencionalmente, é claro, que ao
Estado, segundo a nossa Cons-
tituição Política, compete pro-
mover a felicidade de todos os

portugueses, e não só a das
famílias dos inquilinos que pa-
gam rendas simbólicas, ridícu-
las, flagrantemente especulati-
vas.

Para pôr ponto final ao
espírito chalaceador dos nos-
sos contraditores, esclarece-
mos que o grupo signatário
dos nossos escritos tanto pode
compôr-se de 7, como de 14,
como de 70 componentes, isto
é, não tem número determina-
do, engloba senhorios, muitos
dos quais são simultaneamente
inquilinos, e age em represen-
tação de todos os senhorios
vítimas da desumana especu-
lação a que estão sujeitos, em
consequência da aberração
de uma disposição de lei que a
título meramente transitório
produz os seus nefastos efeitos
há mais de vinte anos.

A sua constituição resulta de
um sentimento de repulsa pela
rancorosa campanha desenvol-
vida, há anos, por quem deve-
ria exercer, na lamentável si-
tuação a que se chegou, uma
acção morigeradora de custos,
dos que beneficiam de pri-
vilégios escandalosamente
imorais.

Figura-se-nos também con-
veniente esclarecer que a As-
sociação Lisboense de Pro-
prietários não tem como prin-
cipal finalidade a defesa dos pro-
prietários, mas a de fomentar
o interesse pelo instituto da
propriedade, com vista a possi-
bilitar o exercício do direito de
habitação — em que tanta gen-
te fala sem fazer nada, nem
tencionar fazer, para facilitar
a sua concretização.

ASSINAM:

Gabriela da Silva, Branca
Vassallo de Carvalho Faria, Ma-
ria Bárbara Medina, Amélia Ja-
nes de Almeida, Emília Nunes
de Almeida, Jocelyne da Con-
ceição Pinto, Silvina Rodrigues
Aparício, Maria Alice Vieira da
Cruz, Maria Amélia Alvares
Vieira da Cruz, Rafael Alves
Ferreira, Joana de Alvares Cou-
tinho, Alfredo Alves, Jaime
Gonçalves da Cruz, Artur de
Noronha, Manuel Coimbra,
Adão Duarte Horta Pereira,
João Guilherme Braga, José
Maria de Moura, Fernando Luis
de A. Casaes, Vasco de Mace-
do Brito, Alberto Lourenço Lo-
pes, José Rodrigues Pinto, Ma-
nuel Bento Nogueira, António
Rodrigues de Oliveira.

N. da R. — Não fosse a cir-
cunstância de o problema das
rendas de casa estar mais do
que nunca na ordem do dia
e nós diríamos aos nossos es-
timadíssimos colaboradores
desta polémica que alguns lei-
tores já estão cansados do as-
sunto. Temos consciência de
que os argumentos dum lado
e doutro já foram repetidos
nestas colunas e, se nós acre-
ditássemos na força da impre-
sa, iríamos concluir que não
é preciso dizer mais nada e
que o problema estaria pelo
menos em vias de solução.
Mas se os leitores ainda tives-
sem ideias novas a expor, cá
estamos nós para os ouvir.



Avenida da República foi alterada por causa das rendas

OPERÁRIO DEPUTADO

Continuação da página nove

é bastante interessante, levan-
do o deputado a integrar-se
profundamente nos problemas
da colectividade e do Estado e
a intervir directamente na re-
solução dos problemas. E pre-
ciso trabalhar muito, examinar
todos os aspectos duma ques-
tão para poder desempenhar o
lugar com competência, para
adquirir a certeza de ter razão.

DOIS MILHÕES
DE DEPUTADOS

A sessão de Setembro de
1972 do Soviete Supremo da
URSS examinou e ratificou a

lei sobre o estatuto dos Sovie-
tes. Esta lei concedeu, aos
dois milhões de representantes
populares, direitos mais vas-
tos, criou condições mais favo-
ráveis para o seu trabalho, re-
forçou as garantias da sua acti-
vidade, constituindo um acto
importante no desenvolvimento
da democracia socialista.

Os longos anos de experi-
ência dos deputados dos tra-
balhadores nos Sovietes mos-
traram que os operários e os
camponeses podem adminis-
trar o Estado com sucesso, na
base de uma larga democracia
de completa igualdade social
e nacional.

mesa
redonda